

AMBIENTES

REVISTA DE GEOGRAFIA
E ECOLOGIA POLÍTICA

Volume 6

Número 2

2024

ISSN: 2674-6816



AMBIENTES

Revista de Geografia e Ecologia Política

Volume 6 – Número 2 – 2024

Coordenação Editorial

Marcelo Lopes de Souza (UFRJ)
Luciano Zanetti Pessoa Candioto (UNIOESTE/Francisco Beltrão)

Comissão Editorial

Edson dos Santos Dias (UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon)
Luciano Zanetti Pessoa Candioto (UNIOESTE/Francisco Beltrão)
Marcelo Lopes de Souza (UFRJ)
Shaiane Carla Gaboardi (IFC/campus Ibirama)
Thiago Roniere Rebouças Tavares (UERJ)
Wagner Costa Ribeiro (USP)

Conselho Científico

Adriana Filgueira Leite
(UFF/campus Campos dos Goytacazes)
Adryane Gorayeb Nogueira (UFC)
Cleder Fontana (IFRS/campus Sertão)
Cristiano Quaresma de Paula (FURG)
Deivison Carvalho Molinari (UFAM)
Dilermando Cattaneo da Silveira
(UFRGS/campus Litoral Norte)
Efraín León Hernández
(Universidad Nacional Autónoma de México)
Enrique Leff
(Universidad Nacional Autónoma de México)
Fabiano de Oliveira Bringel (UEPA)
Gerd Kohlhepp (Universität Tübingen)
Guilherme Hissa Villas Boas (UFRJ)
Horacio Alejandro César Machado Aráoz
(Universidad Nacional de Catamarca)
Hugo Ivan Romero Aravena
(Universidad de Chile)
Jesús Raúl Navarro-García
(Consejo Superior de Investigaciones)
José Ángel Quintero Weir
(Universidad de Zulia)

Luciana Aparecida Iotti Ziglio (FLACSO/Brasil)
Luís Paulo Batista da Silva (UFF)
Luiz Fernando Scheibe (UFSC)
Klemens Augustinus Laschefski (UFMG)
Márcia Aparecida da Silva Pimentel (UFPA)
Marcos Antônio Pedlowski (UENF)
Marcos Leandro Mondardo (UFGD)
María Gabriela Merlinsky
(Universidad de Buenos Aires)
María Luisa Torregrosa y Armentia
(FLACSO/México)
Maya Constance Manzi Delaporte (UFRB)
Miguel Fernandes Felipe (UFJF)
Rafael Luiz Leite Lessa Chaves (Colégio Pedro II)
Rafael Zilio Fernandes (UFOPA/Santarém)
Rebeca Steiman (UFRJ)
Richard J. White
(Sheffield Hallam University)
Roberto Verdum (UFRGS)
Shirley Cristina dos Santos (UFMA)
Simon Springer
(University of Newcastle)
Valter do Carmo Cruz (UFF/Niterói)

Projeto gráfico

Cristiano Quaresma de Paula (FURG)

Finalização da capa

Raquel Alves Meira (UNIOESTE/Francisco Beltrão)

Apoio editorial

Shaiane Carla Gaboardi (IFC/campus Ibirama)

AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política é uma publicação semestral sob responsabilidade da **Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental / RP-G(S)A**, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE/Francisco Beltrão.

Para as instruções de submissão de trabalhos, consulte o **Guia de Orientação para os Autores** na página da revista:

<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/issue/view/1118/115>

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE

A492 Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política. / Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. – v. 1, n.1 (2019 -). – Francisco Beltrão, Unioeste, 2019.

Semestral

ISSN: 2674-6816

Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental.

1. Geografia. 2. Ecologia Política. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

CDD 20. ed.– 333.7098162

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

A **Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental/RP-G(S)A** é formada por pesquisadores de várias universidades brasileiras. Ela foi criada em abril de 2017 com o objetivo de estimular o estudo e difundir os resultados de pesquisas nos campos da Geografia Ambiental e da Ecologia Política.

Coordenador da RP-G(S)A (2023-2024): Thiago R. Rebouças Tavares (**UERJ**)



<https://geografia-socio-ambiental.webnode.com/>

Foto da capa: Érica da Cruz Moreira.

Sumário

EDITORIAL: Enxugando gelo 05

Luciano Zanetti Pessoa Candiottto

ARTIGOS

A Geografia e as preocupações ambientais: Uma história de esforços paralelos, oportunidades desperdiçadas e disputas de narrativas 15

Marcelo Lopes de Souza

A construção socioterritorial de mercados: Apontamentos teóricos sobre o potencial protagonismo camponês em mercados de produtos agroecológicos 59

Márcio Freitas Eduardo e Luciano Zanetti Pessoa Candiottto

Ecocídio no sertão carioca: Contradições entre o planejamento urbano institucional orientado para o mercado imobiliário e suas próprias diretrizes ambientais sobre as Vargens, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro 99

Ricardo Ramos Machado Bitencourt

Análise socioambiental da “restinga” na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, Rio Grande do Norte 134

Marlene Yara Tenório Soares, Rodrigo Guimarães de Carvalho e Francisco Davy Braz Rabelo

**Reservas extrativistas pós-SNUC: Uma revisão de
problemáticas decorrentes** 166

Anselmo Gonçalves da Silva

**Autonomia territorial e soberania popular: Diferenças
históricas, convergências políticas e diálogos na construção
de alternativas e defesas territoriais na América Latina** 220

Maíra Araújo Cândida, Peter Rosset, Lia Pinheiro Barbosa, Omar Giraldo,
León Enrique Ávila Romero e Tádzio Coelho

**Fora dos livros, mas presente na terra: As tecnologias
indígenas na agricultura familiar** 273

Victoria Couto Alvim de Mattos e Guilherme Hissa Villas Boas

Vulnerabilidade socioeconômica e o relevo em Rondonópolis/MT 309

Caio Augusto Marques dos Santos, Kelbiane Alves Rodrigues Santos,
Francineide Pinheiro Lopes Rodrigues, Melina Fushimi,
Delony de Queiroz Ribeiro, João Vítor Pavoni e Vinícius Augusto Marques dos Santos

**REVISITANDO NOSSOS CLÁSSICOS:
“Ecologia e pensamento revolucionário”** 351

Murray Bookchin

Tradução: Rafael Zilio

**DIRETO DA LUTA: Sérgio “Papagaio”:
Um garimpeiro tradicional contra o mar de lama** 378

(depoimento colhido por Ingrid Vitória de Souza Oliveira e
Thiago Roniere Rebouças Tavares)

RESENHA: Antônio Bispo dos Santos: O plantio das palavras 385

Andrea Varella Teixeira

Editorial

Enxugando gelo

Luciano Zanetti Pessoa Candiotto

Eis que chegamos ao final de mais um ano ambientalmente desastroso, em vários sentidos. Enquanto, no Brasil, o primeiro semestre de 2024 foi marcado pelas inundações no Rio Grande do Sul, este segundo semestre que vai terminando foi, novamente, marcado pelos incêndios, com destaque da mídia para o estado de São Paulo. Além desses desastres ambientais, seguimos vivendo o “mais do mesmo”, o “quanto pior, melhor”, e vamos “enxugando gelo”.

5

O “mais do mesmo” também ocorre no plano geopolítico global, haja vista mais uma COP (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas) fracassada. Após sua 29ª edição, a COP continua sendo um fórum onde predomina o blá-blá-blá. E, muito provavelmente, isto também acontecerá daqui a um ano, aqui no Brasil, na COP 30, que será realizada em Belém do Pará. A festa deverá ser grande, pois se trata de uma COP na Amazônia. Os discursos serão efusivos, sobretudo do presidente da República e do governador do Pará. A bioeconomia e os créditos de carbono estarão no centro do debate. E, muito provavelmente, as reivindicações dos países “pobres” e “em desenvolvimento” continuarão a ser ignoradas pelos ricos (governos nacionais e suas elites). Talvez os resultados sejam menos ruins do que os da COP 29, pois, considerando que, em Baku, foram propostos, pelos países pobres e em desenvolvimento, investimentos de US\$ 1,3 trilhão dos países “desenvolvidos” para o financiamento de pro-

jetos para combater os impactos das mudanças climáticas, e que o relatório final previu parcos US\$ 300 bilhões, ou seja, sem garantias de que este valor será disponibilizado, pouca coisa já será melhor do que isso. A retórica populista de Lula, clamando por desenvolvimento sustentável e pela redução da pobreza deverá ter destaque na mídia mundial. Mas, efetivamente, em termos de negociações e acordos, os resultados não devem ser animadores, pois nunca foram, em nenhuma COP.

No Brasil, as decisões políticas, sobretudo no Poder Legislativo nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) também continuam a justificar a tese do “mais do mesmo”. Como era de se esperar, nenhuma mudança conjuntural, muito menos estrutural, tem se apresentado na prática. A oposição tem “nadado de braçadas”, sobretudo no tocante à pauta ambiental. E o agronegócio continua fazendo seus estragos. É aí que podemos começar a tratar do “quanto pior, melhor”.

A utilização de agrotóxicos continua intensa nas lavouras do país. Porém, o crescimento das pulverizações criminosas, ou seja, propositalmente realizadas para afetar diretamente comunidades rurais, piora ainda mais a situação. A aplicação de agrotóxicos como “arma química” não é novidade. Contudo, segundo dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra), de 19 casos registrados no primeiro semestre de 2023, houve um salto para 182 no mesmo período de 2024 (alta de 857%), sendo que 156 aconteceram no Maranhão¹.

A continuidade de conflitos no campo e da violência de fazendeiros, grileiros e do próprio Estado contra camponeses e povos tradicionais, unido ao aumento alarmante no número de incêndios também estão associados ao agronegócio. Foram 1.056 ocorrências de conflitos no campo entre janeiro e junho de 2024, perdendo apenas para o primeiro semestre de 2023, desde 2015. Apesar de mais um período de forte estiagem – que tem comprometido a vazão de diversos rios – o famoso e lamentável “dia do fogo”, ocorrido em agosto de 2019, voltou a ser mencionado como uma das possíveis causas de incêndios

¹ Ver <<https://blogdopedlowski.com/2024/12/02/guerra-quimica-agrotoxicos-viram-arma-de-guerra-nas-areas-de-expansao-do-agronegocio-mostra-relatorio-da-cpt/>>.

em 2024. Segundo o Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de janeiro a novembro de 2024, o número de incêndios aumentou 43,7% na Amazônia, 64,2% no Cerrado e 139% no Pantanal, em comparação ao mesmo período de 2023. Foram registrados 134.979 focos de incêndios na Amazônia; 79.599 no Cerrado; e 14.483 no Pantanal. No estado de São Paulo, somente em agosto e setembro, foram registrados 6.134 focos de incêndio. Este foi o maior número desde 1998, início da série histórica do INPE para o estado. As consequências destes incêndios estão ligadas a perdas de biodiversidade (vegetal e animal), perdas agropecuárias, desmatamento, emissão de gases estufa, além de diversos problemas de saúde, sobretudo respiratórios.

Além disso, outras “pautas-bomba” que podem piorar ainda mais a situação continuam tramitando no Congresso Nacional e no Senado Federal. Além do Projeto de Lei nº 37.290/2004, que flexibiliza o processo de licenciamento ambiental no Brasil, e que se encontra parado no Senado, o Projeto de Lei nº 4.357/2023, de autoria da bancada do agronegócio, altera a Lei nº 8.629/1993, que regulamenta o processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Neste PL, um estabelecimento agropecuário de qualquer tamanho, quando considerado produtivo, não poderá ser desapropriado para reforma agrária. Assim, caso seja aprovado, outros critérios que definem a função social da propriedade, previstos no Artigo nº 186 da Constituição, como a obrigação de se praticar o uso racional e adequado, preservar o ambiente, e respeitar os direitos trabalhistas ou o bem-estar dos trabalhadores, passarão a ser desconsiderados no processo de desapropriação de terras para a reforma agrária, dificultando, mais ainda, esta luta popular histórica e fundamental, nos planos social e ambiental.

Por fim, a sensação de que estamos “enxugando gelo” é cada vez mais perceptível. Apesar de muitos falarem sobre a necessidade de “salvar a Terra”, em primeiro lugar, é preciso relativizar se existe esta possibilidade. No livro *Gaia: cura para um planeta doente*, publicado no Brasil em 2007, James Lovelock afirma que não há tempo para encontrarmos algum tipo de cura para as doenças do planeta Terra. Segundo ele, o que podemos fazer é diagnosticar essas doenças e tratar dos seus sintomas, através de uma

“medicina planetária” empírica, que, por sua vez, seria pautada na ciência da “geofisiologia”. A geofisiologia deveria estudar as propriedades da Terra, “um sistema construído por todos os seres vivos e o seu ambiente na superfície terrestre, os oceanos, a atmosfera e as rochas da crosta” (Lovelock, 2007, p. 12), incluindo a “regulação do clima e da temperatura” (p. 27).

No entanto, como implementar efetivamente esta geofisiologia no plano científico? Até que ponto o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), que se constitui no maior grupo de pesquisadores estudando as mudanças climáticas, estão próximos da grandiosidade de se avançar nesta geofisiologia? Por outro lado, como aplicar esta medicina planetária? E, mesmo se seguirmos em outro caminho diferente do proposto por Lovelock, como materializar alguma ação mais consistente, sem mudanças estruturais, que são altamente necessárias e urgentes?

Murray Bookchin, que, por sinal, tem um de seus ensaios traduzidos para este número de **AMBIENTES**, foi percebendo, ao longo dos anos 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000 (até o seu falecimento em 2006), que nos encontrávamos cada vez mais distantes de uma “sociedade ecológica”, conforme clamava em sua abordagem da “Ecologia Social”. Apesar da urgência de mudanças estruturais, o tempo foi passando, e temos vivenciado a inércia da humanidade em perceber a importância de se conhecer e de se agir sob uma perspectiva de coevolução dos seres humanos com as demais espécies e com os fatores abióticos do ambiente. Infelizmente, outros valores têm predominado, de modo que a exploração e degradação dos elementos da natureza permanecem intensos, sob uma lógica utilitarista e produtivista que pauta nossa relação com a natureza

Considerando que estamos vivendo “a era dos desastres ambientais” (Souza, 2024), de modo que esses desastres serão, cada vez mais, recorrentes, atacar as consequências destes desastres é fundamental, mas não deixa de ser um processo de enxugar gelo. Cuidar das pessoas afetadas, reduzir o número de mortes e de traumas, ampliar a capacidade de resposta (em termos de agilidade e de eficácia), são ações cruciais. Mas, para além disso, como atacar as causas dos grandes problemas que temos? Avançar para

se reduzir os impactos/sintomas do desmatamento, da emissão de gases estufa e de toda a secular rapina ambiental, que, necessariamente, envolve questões políticas (relações de poder), econômicas, sociais e culturais, é algo eminentemente estrutural. E, nesse sentido, a inércia política e social que vivenciamos, potencializa a sensação de que estamos, enquanto humanidade, enxugando gelo.

Os problemas e desafios são variados e evidentes. Porém, as soluções são incertas e praticamente inexistentes. Parece que continuaremos enxugando gelo e se conformando com esse mundo caótico e com poucas perspectivas de avanço qualitativo. Mas espero estar equivocado.

• • • • •

No presente número de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, estão publicados oito **Artigos** (como de praxe), um depoimento para a seção **Direto da luta**, uma **Resenha** e um texto que inaugura uma nova seção da revista, intitulada **Revisitando Nossos Clássicos**. Os artigos versam sobre temas e situações distintas, desde contribuições de caráter eminentemente teórico, a textos que estabelecem a tradicional relação entre teoria e empiria.

O artigo “*A Geografia e as preocupações ambientais: Uma história de esforços paralelos, oportunidades desperdiçadas e disputas de narrativas*”, de **Marcelo Lopes de Souza**, apesar de focar posições epistemológicas de correntes sobretudo da Geografia Física ou das ciências da natureza (com exceção da Geografia Ambiental e da Ecologia Política, “híbridas” por excelência), parte de uma crítica à tentativa, por parte da Geografia Humana, de estabelecer uma “purificação epistemológica” da Geografia, desconsiderando a relevância dos processos geobiofísicos para a própria dinâmica social. Ao discutir pressupostos da *Earth Systems Science*, da *Land Change Science*, da Geografia Física Aplicada, da *Critical Physical Geography*, da Ecologia Política e da Geografia Ambiental, o autor vai estabelecendo as interfaces entre tais correntes e suas relações com a

Geografia Física e a Geografia Humana. Além disso, a maior preocupação do artigo é enfatizar a importância das sinergias dentro da Geografia, para potencializar o papel crítico que os geógrafos podem exercer na compreensão e enfrentamento dos problemas e desafios ambientais contemporâneos, contribuindo, sobretudo, para uma maior visibilidade da Geografia frente à opinião pública.

Outro artigo de cunho teórico é escrito por **Márcio Freitas Eduardo e Luciano Zanetti Pessoa Candiottto**. Dedicados a estudos no âmbito da agroecologia, os autores problematizam o debate sobre mercados, procurando desmistificar a ideia do mercado enquanto um sujeito. Com base na interação com camponeses e organizações que atuam com agroecologia, o artigo *“A construção socioterritorial de mercados: apontamentos teóricos sobre o potencial protagonismo camponês em mercados de produtos agroecológicos”* discute o mercado enquanto uma construção social (e territorial), e busca ressaltar a importância da organização e da atuação de camponeses para compreender e para serem protagonistas de negociações comerciais com terceiros e, sobretudo, com os consumidores de seus produtos.

10

Ricardo Ramos Machado Bitencourt nos traz um instigante artigo, integrando conhecimentos geoecológicos com o uso e ocupação humanos do espaço geográfico. Partindo de um resgate histórico sobre a ocupação das Vargens na cidade do Rio de Janeiro, seguido de uma caracterização geológica das várzeas/vargens e de uma análise de legislações urbanísticas, sobretudo do Plano Diretor do município, no que tange à ocupação desses ecossistemas que, majoritariamente, deveriam se constituir em Áreas de Preservação Permanentes (APP), o artigo *“Ecocídio no sertão carioca: Contradições entre o planejamento urbano institucional orientado para o mercado imobiliário e suas próprias diretrizes ambientais sobre as Vargens, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro”* destaca conflitos existentes entre a população que vive na Baixada de Jacarepaguá e o setor imobiliário, evidenciando como a própria legislação tem, historicamente, beneficiado os interesses privatistas daquele último.

A análise da ocupação, da percepção dos moradores e dos conflitos existentes em uma Unidade de Conservação da categoria de Uso Sustentável permeia o conteúdo do artigo de **Marlene Yara Tenório Soares, Rodrigo Guimarães de Carvalho e Francisco Davy Braz Rabelo**, intitulado “*Análise socioambiental da “restinga” na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, Rio Grande do Norte*”. Com foco no ecossistema de restinga, que também se constitui em uma APP, os autores buscaram identificar a percepção dos moradores sobre a importância deste ambiente para suas atividades cotidianas e sua sobrevivência, bem como os conflitos decorrentes das pressões existentes por parte de empresas dos setores de energia eólica e turismo.

Ainda no contexto dos debates sobre Unidades de Conservação (U.C.), o artigo, em forma de ensaio, escrito por **Anselmo Gonçalves da Silva**, aborda a trajetória de criação, as mudanças legais e institucionais ocorridas, a distorção dos fundamentos, e as ferramentas e desafios de gestão das Reservas Extrativistas (RESEX), outra categoria de U.C. de Uso Sustentável. O texto do artigo “*Reservas extrativistas pós-SNUC: Uma revisão de problemáticas decorrentes*” foi elaborado a partir de revisão de literatura e, por não tratar de uma RESEX específica, apresenta um olhar mais geral sobre este tipo de U.C., criado no Brasil a partir da luta dos seringueiros da Amazônia, entre eles, Chico Mendes. Ao constatar que as decisões sobre a gestão das RESEX se tornaram algo burocrático e tecnocrático, reduzindo a autonomia dos sujeitos que vivem nestas áreas, o autor apresenta sugestões para uma gestão mais adequada às necessidades e percepções dos habitantes destas áreas.

Com base na argumentação sobre a existência de um paradigma onto-epistêmico do campo, marcado por racionalidades camponesas e indígenas, o artigo “*Autonomia territorial e soberania popular: Diferenças históricas, convergências políticas e diálogos na construção de alternativas e defesas territoriais na América Latina*” se baseia na análise de princípios e experiências de luta e resistência de dois movimentos socioterritoriais: 1) a Via Campesina Internacional, com forte protagonismo da Via Campesina Brasil e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais

brasileiros; 2) o Congresso Nacional Indígena-Conselho Indígena de Governo (CNI-CIG), com atuação no México. Escrito por **Maíra Araújo Cândida, Peter Rosset, Lia Pinheiro Barbosa, Omar Giraldo, León Enrique Ávila Romero e Tádzio Coelho**, o artigo busca discutir os conceitos de *autonomia territorial* e *soberania popular* como bandeiras de luta de movimentos socioterritoriais latino-americanos, considerando conceitos e abordagens correlatas.

A partir de um resgate de elementos da História Ambiental da Mata Atlântica, com ampla influência indígena, **Victoria Couto Alvim de Mattos e Guilherme Hissa Villas Boas** discutem a incorporação das tecnologias indígenas por descendentes de colonos suíços, do município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro (RJ), utilizadas no manejo ambiental, como ferramentas, técnicas e práticas de produção agrícola. O artigo “*Fora dos livros, mas presente na terra: As tecnologias indígenas na agricultura familiar*” é mais um exemplo de como os indígenas, geralmente invisibilizados ou marginalizados, têm sido fundamentais na construção sociocultural brasileira.

Enquanto muitos trabalhos acadêmicos têm centralizado o debate sobre vulnerabilidade ambiental nos aspectos geobiofísicos, o artigo “*Vulnerabilidade socioeconômica e o relevo em Rondonópolis/MT*” alia elementos como declividade, suscetibilidade a inundações e indicadores sociais, econômicos, e de infraestrutura urbana e residencial. Utilizando ferramentas de geoprocessamento, **Caio Augusto Marques dos Santos, Kelbiane Alves Rodrigues Santos, Francineide Pinheiro Lopes Rodrigues, Melina Fushimi, Delony de Queiroz Ribeiro, João Vítor Pavoni e Vinícius Augusto Marques dos Santos** buscam estabelecer correlações entre os indicadores analisados, concluindo que existe uma relação entre a produção capitalista do espaço e a produção de riscos e de vulnerabilidades.

Para estreitar a seção **Revisitando nossos clássicos**, nada melhor do que um texto de **Murray Bookchin**, pensador que, através de sua Ecologia Social, conseguiu analisar, de forma integrada, importantes fundamentos do pensamento ecológico e perspectivas estruturais para uma sólida transformação social, rumo a uma sociedade ecológica. Por

meio de um contato com Debbie Bookchin, filha do autor, que autorizou a tradução e publicação do ensaio “*Ecologia e Pensamento Revolucionário*”, escrito em 1965, **Rafael Zilio** realizou a tarefa de tornar o ensaio de Bookchin mais acessível aos leitores brasileiros – coisa de que muito se orgulha toda a equipe de **AMBIENTES**, e pela qual agradecemos ao tradutor. O texto é considerado uma das obras magistrais de Bookchin, sendo uma contribuição ímpar para a Ecologia Política e para o pensamento ecológico como um todo, assim como para a própria Geografia.

Já a seção **Direto da luta**, que já se tornou tradicional em **AMBIENTES**, traz, desta vez, o depoimento de **Sérgio “Papagaio”**, ativista e morador do município de Barra Longa/MG, um dos municípios afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em 2015. Papagaio se considera um garimpeiro tradicional, e ele tem lutado pela reparação das perdas ocorridas em sua cidade, reivindicando direitos e justiça ambiental perante as empresas Samarco/Vale/BHP. O depoimento, colhido por **Ingrid Vitória de Souza Oliveira** e **Thiago Roniere Rebouças Tavares**, tem o título “*Sérgio ‘Papagaio’: Um garimpeiro tradicional contra o mar de lama*”.

13

Por fim, oferecemos uma **Resenha**. “*Antônio Bispo dos Santos: O plantio das palavras*”, resenha elaborada por Andrea Varella Teixeira, versa sobre o último livro do ativista e pensador conhecido como Nego Bispo, falecido em dezembro de 2023. O livro “*A terra dá, a terra quer*”, publicado em 2023, mesmo ano do falecimento de Nego Bispo, parte de uma perspectiva “contracolonialista” e combativa, sendo uma obra marcada pela razão e pela emoção de um pensador e poeta quilombola.

Referências

LOVELOCK, James. **Gaia**: Cura para um planeta doente. São Paulo: Cultrix, 2007.

SOUZA, Marcelo L de. A era dos desastres ambientais. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 6, n. 1, 2024. DOI: 10.48075/amb.v6i1.33617. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/33617>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Artigo

A Geografia e as preocupações ambientais: Uma história de esforços paralelos, oportunidades desperdiçadas e disputas de narrativas*

Marcelo Lopes de Souza

15

Resumo

Sempre existiram problemas do tipo que hoje denominamos “ambientais”. Não obstante, não há registro de sociedades anteriores à nossa que tenham criado todo um aparato discursivo para lidar, com insistência e alarme, com desastres ambientais e fenômenos de degradação ou destruição de ecossistemas e biomas. Muito menos falava-se em “crise ambiental” – e tampouco havia um grande “movimento ecológico”, nem sequer um ativismo “ambientalista” bastante difundido. O que parece ter vindo representar fatores novos e com um peso decisivo foram o advento do capitalismo como modo de produção, com a substituição da reprodução simples pela reprodução ampliada de capital, e a ascensão de uma sociedade civil cujos ativismos e movimentos passaram a ser animados, na segunda metade do século XX, por pautas cada vez mais diversificadas.

Como se situou e tem se situado a Geografia em face disso tudo? Quais suas contribuições? Apesar de estudarem a “natureza”, objetivando a compreensão dos fenômenos geobiofísicos, os geógrafos físicos frequentemente se abstiveram de um posicionamento público veemente a propósito da problemática ambiental, omitindo-se diante de seus debates. De sua parte, muitos geógrafos humanos se deixaram

* Uma primeira versão do presente texto foi apresentada durante o XX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 21 a 27 de outubro de 2024), no âmbito da mesa-redonda “Geografia e ambiente”. Agradeço aos organizadores do evento pelo convite que me propiciou a oportunidade imediata para redigir este artigo; agradeço ainda, ao parecerista que atuou a pedido de **AMBIENTES** e, nessa condição, me brindou com úteis sugestões.

seduzir, a partir das décadas de 1970 e 1980, pela ideia de uma “purificação epistemológica”, ou seja, pela tentativa de transformar a Geografia em uma ciência social “pura”, desembaraçada da tarefa de se ocupar do estudo de processos geobiofísicos. A “purificação epistemológica” teve várias consequências, a começar pelo fato de que a “natureza” foi, para muitos geógrafos humanos, quando muito reduzida a um discurso histórico-filosófico-sociológico sobre algo que, não obstante, passou a ser desinteressante sob o ângulo da pesquisa empírica e do conhecimento de detalhe. A “purificação epistemológica” retroalimentou, por fim, uma tendência de muitos geógrafos físicos no que se refere a um maior afastamento em relação à Geografia Humana, o que dificultou ainda mais uma apropriação sólida de assuntos concernentes a políticas públicas, planejamento e gestão territoriais.

Como resultado de tudo isso, a Geografia, de um modo geral, e a despeito de muitas contribuições técnico-científicas específicas e de um imenso potencial epistemológico, vem, há décadas, desperdiçando a chance de exercer protagonismo nos debates públicos que vieram parcialmente dominar a paisagem política e o imaginário a partir das últimas décadas do século XX, com suas discussões em torno da crise climática, da acidificação dos oceanos, da irrespirabilidade do ar nas grandes cidades, da extinção de espécies e erradicação de ecossistemas e biomas inteiros, da injustiça ambiental, e assim sucessivamente..

Palavras-chave: Natureza e Sociedade; Preocupações Ambientais; Objetos de Conhecimento Híbridos; Geografia.

Geography and environmental concerns: A history of parallel efforts, wasted opportunities and competing narratives

16

Abstract

There have always been problems of the type that we now call ‘environmental.’ However, there is no record of societies before ours that created an entire discursive apparatus to deal, with insistence and alarm, with environmental disasters and phenomena of degradation or destruction of ecosystems and biomes. Much less was there any talk of an ‘environmental crisis’ – and there was also no major ‘ecological movement,’ nor even widespread ‘environmentalist’ activism. What seems to have represented new and decisive factors were the advent of capitalism as a mode of production, with the replacement of simple reproduction of capital by expanded reproduction, and the rise of a civil society whose movements began to be driven, in the second half of the 20th century, by increasingly diverse agendas.

How has geography positioned itself in the face of all this? What have been its contributions? Despite studying ‘nature’ with the aim of understanding geobiophysical phenomena, physical geographers have often refrained from taking a strong public stance on environmental issues, omitting themselves from related debates. On the other hand, many human geographers have been seduced by the idea of an “epistemological purification” – that is, by the attempt to transform geography into a “pure” social science, free from the task of studying geobiophysical processes – since the 1970s and 1980s. This

‘epistemological purification’ has had several consequences, starting with the fact that, for many human geographers, ‘nature’ has been reduced at best to a historical-philosophical-sociological discourse on something that, nevertheless, has become uninteresting for them from the perspective of empirical research and detailed knowledge. This ‘epistemological purification’ ultimately fueled a tendency among many physical geographers to increasingly distance themselves from human geography, which made it even more difficult for them to have a solid understanding of issues related to public policies, planning, and territorial management, especially from a socially critical or radical viewpoint.

As a result of all this, geography, in general, and despite many specific technical-scientific contributions (and an immense epistemological potential), has for decades been wasting the opportunity to play a leading role in the public debates that have come to partially dominate the political landscape and the public imagination since the last decades of the 20th century, with its discussions on the climate crisis, environmental injustice, ocean acidification, the unbreathable air in large cities, the extinction of species and the eradication of entire ecosystems and biomes, and so on.

Keywords: Nature and Society; Environmental Concerns; Hybrid Epistemic Objects; Geography.

La Geografía y las preocupaciones ambientales: Una historia de esfuerzos paralelos, oportunidades desperdiciadas y disputas narrativas

17

Resumen

Siempre ha habido problemas del tipo que hoy llamamos “ambientales”. Sin embargo, no hay registro de sociedades anteriores a la nuestra que crearan todo un aparato discursivo para abordar, con insistencia y alarma, los desastres ambientales y los fenómenos de degradación o destrucción de ecosistemas y biomas. Mucho menos se habló de una “crisis ambiental”; ni hubo un gran “movimiento ecológico”, ni siquiera un activismo “ambientalista” generalizado. Lo que parece haber llegado a representar nuevos factores con un peso decisivo fueron el advenimiento del capitalismo como modo de producción, con la sustitución de la reproducción simple por la reproducción ampliada del capital, y el surgimiento de una sociedad civil cuyo activismo y movimientos comenzaron a ser animados, en la segunda mitad del siglo XX, por agendas cada vez más diversas.

¿Cómo ha estado la Geografía ante todo esto? ¿Cuales son sus aportes? A pesar de estudiar la “naturaleza”, con el objetivo de comprender los fenómenos geobiofísicos, los geógrafos físicos a menudo se abstuvieron de adoptar una postura pública vehemente sobre las cuestiones ambientales, descuidando sus debates. Por su parte, muchos geógrafos humanos se dejaron seducir, a partir de los años 1970 y 1980, por la idea de una “purificación epistemológica”, es decir, por el intento de transformar la Geografía en una ciencia social “pura”, liberada de la tarea de estudiar los procesos geobiofísicos. La “purificación epistemológica” tuvo varias consecuencias, empezando por el hecho de que la “naturaleza” quedó, para muchos geógrafos humanos, en el mejor de los casos reducida a un discurso

histórico-filosófico-sociológico sobre algo que, sin embargo, dejó de ser interesante desde el ángulo de la investigación empírica y del conocimiento detallado. La “purificación epistemológica” acabó retroalimentando una tendencia de muchos geógrafos físicos a un mayor alejamiento de la Geografía Humana, lo que hizo aún más difícil lograr una apropiación sólida de conocimientos relativos a las políticas públicas y la gestión territorial, sobre todo desde una perspectiva socialmente crítica.

Como resultado de todo esto, la Geografía, en general, y a pesar de numerosas aportaciones técnico-científicas específicas (y de un inmenso potencial epistemológico), ha estado desperdiciando durante décadas la oportunidad de jugar un papel protagonista en los debates públicos que han llegado a dominar parcialmente el panorama político y el imaginario de las últimas décadas del siglo XX y comienzo del siglo XXI, con sus debates en torno a la crisis climática, la acidificación de los océanos, la irrespirabilidad del aire en las grandes ciudades, la extinción de especies y la erradicación de ecosistemas y biomas enteros, la injusticia ambiental, etc.

Palabras clave: Naturaleza y Sociedad; Preocupaciones Ambientales; Objetos de Conocimiento Híbridos; Geografía.

Introdução: a historicidade das “preocupações ambientais” e os geógrafos

18

Nos dias de hoje, em que tantos pesquisadores sociais se enamoraram pelo social-construcionismo, talvez fizesse sucesso intitular esta seção introdutória de “a construção social das preocupações ambientais”, ou mesmo “a invenção das preocupações ambientais”. Confesso, entretanto, não ter especial simpatia pelo social-construcionismo, pelo menos não por sua variante “strong”, que tende a circunscrever a realidade à linguagem e à subjetividade, de maneira não raro relativista, depreciando alusões a “fatos” e lançando dúvidas sobre a pertinência de se postular uma dimensão “objetiva” fora das manifestações discursivas das experiências humano-sociais com o “mundo”. Por isso, prefiro me expressar em termos mais modestos, referindo-me à *historicidade* das tais preocupações.

Em que consiste essa historicidade? Ora, problemas do tipo que hoje denominamos “ambientais” sempre existiram, provavelmente até mesmo entre caçadores e coletores. Na antiga Mesopotâmia, irrigação excessiva e inadequada conduziu à salinização

e esterilização de solos; o colapso da civilização Maia, sabe-se atualmente, decorreu de desmatamento excessivo e degradação de solos sob as frágeis condições de um ambiente tropical úmido; e a sociedade da Ilha de Páscoa, pujante a ponto de ter fabricado os imponentes moais, possivelmente declinou e quase se extinguiu por completo devido ao desmatamento e à destruição de um frágil ecossistema, muito embora essa hipótese venha sendo vista, recentemente, como controversa. Basta examinarmos um dos vários ótimos livros de História Ambiental disponíveis, como o de Johnson Donald Hughes (2009), para termos a certeza de que, dos antigos gregos e romanos, e na verdade já muito antes deles, até a Europa Medieval, o nosso passado pré-capitalista foi pródigo em matéria de desmatamentos desenfreados e outros tipos de devastação, não raro com consequências nefastas para a própria sociedade que patrocinou a destruição.

Não obstante, não há registro de sociedades anteriores à nossa que tenham criado todo um aparato discursivo para lidar, com insistência e alarme crescentes, com fenômenos como assoreamento, desmatamento, perda de fertilidade de solos, inundações, deslizamentos etc. (ou seja, aquilo que chamamos, em nossa linguagem atual, de degradação ou destruição de ecossistemas e desastres ambientais). Muito menos falava-se em “crise ambiental”, como em nossos dias é o caso, e cada vez mais. Isso porque não apenas a materialidade (intensidade, gravidade e frequência) dos tipos de problemas surge com uma certa magnitude apenas em determinado momento da história humana, mas também porque a nossa maneira de encarar os fenômenos (origens, fatores e implicações) é, ela própria, histórica e dinâmica, e não imutável e estática. Houve, desde sempre, algumas mentes sábias que alertaram sobre os riscos de pôr em perigo e solapar as próprias bases de recursos de um povo: na Antiguidade, podemos lembrar Mêncio, na China; Platão, na Grécia clássica; e Sêneca, na civilização romana (Hughes, 2009). Também havia, aqui e ali, de tempos em tempos, medidas tomadas por alguns lúcidos governantes, visando ao reflorestamento ou para evitar, entre outros males, o esgotamento dos solos e o escasseamento de água potável.

Contudo, não se verificava nenhum sentido de preocupação generalizada, muito menos um sentimento amplamente disseminado e compartilhado de urgência, e ainda menos um alarmismo de espírito apocalíptico. Até o século XIX, ou mesmo até meados do século XX, as mobilizações e os engajamentos coletivos realmente maciços eram de cunho estreitamente social – fossem eles “setoriais”, como a luta pela abolição da escravidão, o movimento operário e o movimento pelo voto feminino, ou fortemente especializados, como os regionalismos e nacionalismos –, e não *ecossocial*. Não havia um grande “movimento ecológico”, nem sequer um ativismo “ambientalista” bastante difundido.

O que parece ter vindo representar fatores novos e com um peso decisivo foram, material e economicamente, o advento do capitalismo como modo de produção, com a substituição da reprodução simples pela reprodução ampliada de capital (acumulação de capital), e a ascensão de uma sociedade civil cujos ativismos e movimentos passaram a ser animados por pautas cada vez mais diversificadas. Não que não tivessem existido, no escravismo da Antiguidade ou no feudalismo, períodos de crescimento econômico, com seu usual cortejo de aumento populacional e pressão pela extração e exploração de recursos; mas eles eram antes fortuitos e limitados que inexoravelmente determinados pela própria lógica do modo de produção. A conquista de novas terras férteis e períodos de clima mais ameno estavam entre as causas de crescimento, assim como catástrofes ocasionadas por epidemias e guerras estavam entre os fatores de estagnação ou decréscimo. Como parte da própria dinâmica econômica intrínseca, o fator que veio a fazer enorme diferença a partir do capitalismo comercial e, muito mais ainda, com a Revolução Industrial, foi o “crescimento pelo crescimento” – a necessidade implacável de expansão, de acumulação, que sobrevém somente com o modo de produção capitalista.

Dentre as pautas supramencionadas, uma das que se destacaram, desde os anos 1950 e 1960, foi aquela que teve por base uma consciência crescente sobre a poluição e seus efeitos sobre a saúde, os impactos negativos do “progresso” e do “desenvolvi-

mento” e a dimensão ecológica negativa da modernidade e seu fetiche pelo consumo, para além da alienação inerente ao consumismo das classes médias. Não obstante, tais inquietações, críticas e angústias, transversais ao longo de todo o espectro político (ou seja, não são e nunca foram exclusivamente de “esquerda” ou “direita”), foram lidas de maneiras diferentes conforme a coloração ideológica: para alguns, a solução residiria na emancipação universal, dado que a “dominação da natureza” (o *dominion over nature* de Francis Bacon) seria indissociável da dominação do homem pelo homem; para outros, em contraste, a chave para sair do atoleiro estaria em medidas duras, até mesmo francamente autoritárias, para restringir o crescimento populacional, a utilização de recursos e o uso do solo – ou seja, em medidas *ecofascistas*, para empregar o neologismo introduzido, nos anos 1970, por André Gorz, escrevendo sob pseudônimo (Bosquet, 1978).

Tendemos a achar que certas preocupações (e maneiras de olhar para as coisas, ou de conceber o próprio mundo) são eternas e completamente universais, dissociadas de filtros culturais. Nunca são. A visão ocidental de “natureza”, por exemplo, não é anistórica nem universal; aliás, no chamado “Ocidente”, hoje em dia, convivem várias visões diferentes, para muito além de uma certa tradição judaico-cristã de “hierarquia da criação” e de um olhar “moderno” e iluminista de “dominação da natureza”. Ideias, valores, cosmologias, visões de mundo: tudo isso emerge em determinado momento, se transforma, às vezes desaparece quase sem deixar vestígios. E tudo isso varia de lugar para lugar.

Assim como todas as outras coisas, ideias-força amplas como a de “natureza”,¹ visceralmente ligada ao campo semântico que irá se desdobrar na retórica das

¹ Poucas ideias têm sido tão ressignificadas e reinterpretadas quanto, justamente, a de natureza – a *physis* dos gregos (de onde vem a nossa palavra “física”), que virou *natura* em latim, e assim chegou até nós, como o alemão *Natur* (a Filosofia da Natureza alemã vai contribuir muito para modelar o entendimento ocidental da “natureza”), e daí *natureza*, *natureza* etc. Para os gregos, porém, nem sempre houve consenso, e isso também nos influenciou. No início, a *physis* era tudo, tudo era *physis*; depois, a *physis* passou a ser contrastada com o que eles chamavam de *nómos*. A *physis* seria aquilo que não depende de convenções humanas e que não é criado por mãos humanas, ao passo que o *nómos* seriam as convenções sociais, as leis humanas, as normas de conduta e comportamento – enfim, tudo aquilo que tem uma origem social. A tradição judaico-cristã colocou um tempero

“preocupações ambientais” e da “crise ambiental” (ou “ecológica”), surgiram e se modificaram no contexto de influências ao longo da história. E continuam se modificando. O que podemos ver, atualmente, como “preocupações ambientais”, possui uma premissa cultural: uma certa ideia de “ambiente” (aliás, não isenta de fissuras internas!), comprometida, em maior ou menor grau, com um certo sentido de totalidade – totalidade muito inspirada na “ecologia” (antes mesmo de Ernst Haeckel cunhar o termo, em meados do século XIX), incluindo ou não (e em graus variáveis) nessa totalidade a própria sociedade.² Essa premissa cultural, entretanto, é indissociável de uma certa agitação, de um certo fervilhar político e intelectual.

Já o século XIX vira nascerem, para além de estudos de fôlego, reflexões inspiradoras sobre as íntimas ligações dos seres humanos com a natureza não humana do ponto de vista da Terra como morada humana. Essas contribuições foram tanto científicas – como vemos com as titânicas obras de Alexander von Humboldt (2004) e de Carl Ritter (1862) – como ensaísticas e filosóficas, caso dos escritos de Henry David Thoreau, particularmente *Walden* (Thoreau, 2004), que influenciaria muitos ativistas ambientais até hoje. Mais tarde, ainda em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, assistimos, finalmente, ao aparecimento de debates que iriam modelar corações e mentes por gerações: o preservacionismo de John Muir, inspirador da criação de parques nacionais nos Estados Unidos e, depois, pelo mundo afora; o contraponto conservacionista, simbolizado, inicialmente, pelo “conservacionismo de

próprio, ao estabelecer que a natureza não humana estava subordinada ao homem (Pináculo da Criação), existindo para o seu desfrute. O próprio homem (e aqui eu falo “homem”, mesmo, porque as mulheres também estavam “por natureza” subordinadas aos homens) estaria, no entanto, subordinado ao plano celestial, com os anjos, os arcanjos e o próprio Deus. É a “Grande Cadeia do Ser” ou *Scala Naturae*.

² Em 1866, o médico e zoólogo alemão Ernst Haeckel cunhou o termo *Ökologie*, para se referir à totalidade das interações e interdependências entre os domínios biótico e abiótico (Haeckel, 1866, p. 286 *et seq.*). Haeckel, discípulo de Darwin, abriu as portas para um tratamento científico moderno da natureza como totalidade. Contudo, o interesse central eram os seres vivos não humanos, tradição que se manteve na Ecologia enquanto ramo da Biologia. Também no século XIX se consolidaram outros termos que objetivavam designar a totalidade da natureza: o *milieu* francês e, principalmente, o *Umwelt* alemão, que iriam influenciar os equivalentes em outras línguas, como *environment* e *ambiente*. Porém, o sentido original do *Umwelt* e seus equivalentes – sentido que permanece forte até hoje – é o de um “envoltório”, um contexto para os seres vivos. Mais uma vez, como no caso da “ecologia”, a sociedade humana não é diretamente tratada; a abordagem é essencialmente biológica e naturalística, como se vê pelo importante livro de Jakob von Uexküll, intitulado, em tradução adaptada, *O ambiente e o mundo interior dos animais*, publicado no começo do século XX (Von Uexküll, 1909).

mercado” de Gifford Pinchot; e o ambientalismo moderno, que tem em Aldo Leopold (pai do geólogo Luna Leopold) um de seus precursores, mormente no contexto estadunidense.³

Por último, mas não menor ênfase, aquela premissa cultural se revelou, também, indissociável de pressupostos econômico-materiais. Basta vermos que, apesar da existência de alertas sobre fenômenos como desmatamento em determinadas circunstâncias já no início do século XIX ou mesmo muito antes disso, tanto na Europa quanto nas Américas e em outras paragens,⁴ foi sobretudo a partir da Revolução Industrial, e muito especialmente desde meados do século XX (com a “Grande Aceleração”⁵), que se avolumaram as preocupações com a degradação e a destruição de ecossistemas e biomas inteiros, com a redução de biodiversidade, com o aquecimento global, com a “sexta extinção”, e assim sucessivamente. Avolumaram-se, podemos dizer, as “preocupações ambientais”, com todo o seu cortejo de debates e propostas (conservacionismo versus preservacionismo, biocentrismo e ecocentrismo versus antropocentrismo...).

Como se situou e tem se situado a Geografia em face disso tudo? Quais suas contribuições? Qual seu papel nos debates – protagonista ou coadjuvante? Uma visão mais clara sobre tudo isso, sobre nosso passado e nosso presente, poderá ajudar a iluminar os desafios que teremos pela frente, em nosso futuro.

A história da Geografia vem sendo, tradicionalmente, “contada pela metade”, porque a Geografia Física tem sido, quase sempre, reduzida a uma espécie de “nota de

³ Sobre a história das ideias “ecológicas” e do ambientalismo, consulte-se, à guisa de excelentes introduções, o livro *Nature's Economy* (Worster, 1994) e a coletânea *Uncommon Ground* (Cronon, 1996). Tais obras, sem embargo, sofrem de um enviesamento “anglo-americano-cêntrico”, uma vez que outros contextos histórico-culturais (e outras narrativas) são deixados de lado. Um olhar latino-americano sobre determinadas questões pode ser encontrado, para ficar em uma ilustração representativa de uma posição estritamente “biocêntrica”, em Gudynas (2014). O capítulo “ambientalismo e ecologismos”, do meu *Ambientes e territórios* (Souza, 2019a), pode ser também útil para o leitor, inclusive por suas diferenças em relação ao enfoque de Gudynas.

⁴ Vide, p.ex., José Augusto Pádua sobre o Brasil colônia, destacando o papel, entre outros, de José Bonifácio (Pádua, 2002).

⁵ “Grande Aceleração” é a expressão pela qual veio a ser designado o vertiginoso aumento que vem sendo verificado, desde meados do século XX, no tocante a toda uma série de indicadores demográficos, de consumo e produção: crescimento populacional, emprego de fertilizantes, uso de energia primária, consumo de água etc. Mais ou menos simultaneamente, têm sido constatadas tendências de dramática mudança em taxas referentes a variáveis ecológicas, como emissão de dióxido de carbono, diminuição de ozônio atmosférico, incremento da temperatura superficial do planeta, acidificação dos oceanos e perdas de florestas tropicais.

rodapé” nos livros e cursos sobre história do pensamento geográfico. Isso prejudicou e prejudica uma discussão como a presente, uma vez que não se pode abordar adequadamente o papel da Geografia nos debates ambientais (ainda que entendidos de maneira ampla, incluindo a sociedade como parte do ambiente, e não como algo mais ou menos exterior a ele) sem que se examine o acervo de conhecimentos amalhados e questões levantadas pelos geógrafos dedicados à Geografia Física e seus ramos individuais. No fundo, o que posso fazer, no curto espaço de um artigo, é pouco mais que apresentar os problemas e desafios, apontando, talvez, alguns caminhos. Este texto é, portanto, acima de tudo um chamamento, um convite a que prossigamos conversando sobre o assunto, sem que haja a menor pretensão, aqui, de oferecer análises pormenorizadas, muito menos respostas acabadas.

1. O “ambiente” e a “natureza” na Geografia Física e na Geografia Humana

24

Os meados do século XX testemunharam a “Grande Aceleração”: aceleração da urbanização, do consumo de energia e de água, do uso de fertilizantes etc. Foi, também, o momento em que a degradação e a destruição de ecossistemas, a poluição (industrial, por agrotóxicos, por veículos de transporte etc.) e a taxa de aquecimento global deram um salto. As curvas, plotadas em um gráfico, se mostram exponenciais (vide, p.ex., Steffen *et al.*, 2015, p. 4, 6 e 7).

Com isso, as “preocupações ambientais” ganharam as manchetes dos jornais e começaram a dar origem a organizações da sociedade civil (organizações ambientalistas) e até mesmo a partidos políticos. É o tempo da denúncia da “primavera silenciosa” por Rachel Carson; mais tarde, do alarmista e neomalthusiano *Relatório Meadows* para o Clube de Roma, em 1972 (mesmo ano da Conferência de Estocolmo); é o tempo, igualmente, do surgimento de organizações aguerridas e controvertidas como

a *Earth First!*, fundada em 1980; é, por fim, o tempo de poderosas reflexões ambientalistas de esquerda, como as de Murray Bookchin e sua *social ecology*, e, também, do nascimento do movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos.⁶

E quanto aos geógrafos? Com que intensidade participaram eles dos debates científicos e (socio)políticos do seu tempo em torno da “natureza”, das relações “natureza”–“sociedade”, da “ecologia” e do “ambiente” (e das “preocupações ambientais”)? No Brasil, a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), na qual teve destacada atuação o geógrafo Orlando Valverde, foi criada em 1967, para fazer oposição ao projeto dos “Grandes Lagos Sul-Americanos”, proposto ao governo brasileiro pelo estrategista e “futurólogo” Herman Kahn, do Hudson Institute (*think tank* ligado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos), cuja finalidade era a criação de grandes lagos visando à produção de eletricidade e, sobretudo, ao extrativismo florestal e mineral. A criação e a posterior vitória da CNDDA – o projeto dos “Grandes Lagos” foi, graças à pressão por ela exercida, arquivado, tendo o incisivo relatório final sido redigido por Valverde – ilustram bem, entre outras coisas, a relevância do papel de um geógrafo que, já conhecido por seu empenho pela reforma agrária, viria a tornar-se um combativo ambientalista, notadamente em prol das causas amazônicas. Em que medida esse tipo de exemplo foi a regra, ou antes a exceção? E em que medida experiências práticas desse quilate fecundaram as formulações teóricas e, quem sabe, ajudaram a definir os contornos da profissão?

É lícito dizer que os geógrafos, apesar de desde sempre estudarem a “natureza”, objetivando a compreensão dos fenômenos geobiofísicos, frequentemente se abstiveram de um posicionamento público veemente a propósito da problemática ambiental, omitindo-se diante de seus debates (*preservacionismo versus conservacionismo*, efeitos

⁶ Algumas das obras e dos autores citados são referências por demais conhecidas, como o *Silent Spring* de Carson e o *Meadows Report (The Limits to Growth)*. Outros, em contraste, são conhecidos sobretudo em círculos mais politicamente mais ou menos bem delimitados, como as obras do neanarquista Murray Bookchin. De Bookchin, cabe citar, particularmente, seus escritos mais programáticos sobre a Ecologia Social (p.ex., Bookchin, 1996, 2005 e 2007, assim como seus seminais ensaios dos anos 1960 e 1970 (vários deles reunidos em Bookchin, 2004). A polêmica de Bookchin com Dave Foreman, representante estadunidense da *Deep Ecology* e principal líder da *Earth First!* Durante muitos anos, é leitura obrigatória (Bookchin et al., 1991).

econômico-sociais e sobre a saúde humana do empestamento de corpos hídricos e da destruição de ecossistemas etc.). Sim, casos emblemáticos de grandes geógrafos que se pronunciaram sobre questões ambientais e se engajaram ativamente em lutas diversas parecem contrariar esse juízo... Poderíamos começar com Alexander von Humboldt, que além de um grande naturalista, foi, ademais, um humanista crítico de problemas sociais e atento às consequências ambientais da imprudência ou da ganância; não deveríamos, ainda, esquecer de Élisée Reclus, o grande geógrafo anarquista (ou mesmo de seu amigo, o também geógrafo e anarquista Piotr Kropotkin), que eloquentemente expressou opiniões de cunho bioético e conservacionista, em um estilo que soa incrivelmente atual; por fim, com alguma boa vontade, não deveríamos deixar de citar George Perkins Marsh, o diplomata estadunidense dublê de geógrafo, que já bem cedo se manifestou sobre os efeitos deletérios de determinadas ações humanas sobre as estruturas naturais.⁷ Porém, não nos iludamos: estamos, ao dar esses exemplos, lidando com personagens essencialmente do século XIX (Von Humboldt morreu em 1859; Marsh, em 1882; Reclus, em 1905; e Kropotkin, em 1921), e ainda por cima situados, todos eles, mais ou menos à margem da academia, ou seja, da Geografia enquanto disciplina universitária institucionalizada. Na segunda metade do século XX, exatamente quando o mundo passou a conferir grande relevo à problemática ecológico-social, a atuação pública e o interesse intelectual dos geógrafos primaram, a esse respeito, antes pela debilidade que pela verve. Em comparação com o que poderiam ter feito, e levando em conta o tamanho da profissão, pouco sobressaíram, espantando mais pela ausência que pela presença.

Vale a pena prestar atenção ao que disse o geomorfólogo Malcolm Newson, entusiasta de uma Geografia Física Aplicada (*applied physical geography*), em 1988:

A Geografia Física está enfrentando dificuldades de identidade no âmbito do ensino, apesar da sua emergência como ciência aplicada. [§]

⁷ Consulte-se, de Reclus, principalmente as seguintes obras: Reclus, 1864, 1866, 1898 e 1905-1908; quanto a Piotr Kropotkin, vide Kropotkin, 2002a, 2002 b e 2002c; por fim, de George P. Marsh, consulte-se Marsh, 1865.

Os seus problemas se dividem entre os relacionados à falta de coerência interna [*lack of internal coherence*] e os relacionados à não adoção de uma posição ambiental clara [*not taking a clear environmental standpoint*]. (Newson, 1988).

Newson toca em dois problemas fundamentais: um, basicamente científico e intelectual – a coerência epistemológica interna da Geografia Física; o outro, eminentemente político-ideológico – o fraco engajamento “ambientalista” dos geógrafos. Problemas certamente diferentes, mas que se entrelaçam.

O risco de que forças centrífugas ameaçassem a coerência e a unidade da Geografia Física já havia sido percebido no fim dos anos 1930 por uma das mentes mais geniais que a Geografia já conheceu, o alemão Carl Troll, especializado em Biogeografia, mas com amplo domínio da profissão. Para evitar aquilo que Malcolm Newson chamaria, décadas mais tarde, de “falta de coerência interna”, e, ademais, buscando uma posição ambiental clara ao se debruçar sobre problemas de planejamento, Troll se socorreu do paradigma ecológico totalizante e propôs uma abordagem muito mais sofisticada que as gavetinhas martonbianas, chamando-a de *Landschaftsökologie* (ou Ecologia da Paisagem), depois também chamada por ele de *Geoökologie* (Geoecologia). Desperdiçando uma oportunidade de ouro, os geógrafos deram muito menos importância a Troll do que deveriam, e a *Landschaftsökologie* iria se transformar, mais tarde, no campo interdisciplinar da *Landscape Ecology*. Um outro gigante, o geógrafo-geomorfólogo Jean Tricart, atualizou, nas últimas décadas do século XX, o mesmo tipo de preocupação, por meio da “Ecogeografia” (*Écogéographie*), mais uma tentativa de recosturar a Geografia Física com base em um enfoque aplicado. Coisa semelhante viria a fazer, também, seu compatriota Georges Bertrand, parcialmente inspirado em fontes russo-soviéticas (Victor Sotchava etc.), por meio do enfoque conhecido como G-P-T (Geossistema-Paisagem-Território).⁸

⁸ Vide, de Carl Troll, p.ex., Troll, 1966a, 1966b, 1966c, 1966d, 1966e e 1966f; de Jean Tricart, Tricart, 1977 e 1994, além de Tricart e Killian, 1979; e de Bertrand, Bertrand, 1968 e Beroutchachvili e Bertrand, 1978.

A fragmentação da Geografia Física tem sido, evidentemente, apenas parte do problema. Em uma escala mais abrangente, um fator decisivo (e negativo) emergiu nas décadas de 1970 e 1980: a cada vez maior separação entre Geografia Física e Geografia Humana.

É importante, contudo, evitar uma confusão frequente. Foi se desenhando, na virada do século XIX para o século XX, uma diferenciação entre os dois macrorramos da Geografia. Seria tolice pretender determinar com exatidão o “nascimento” da Geografia Física e da Geografia Humana; mas cabe termos em mente que essa diferenciação não existia até meados ou fins do século XIX (ou seja, não existia no tempo de Alexander von Humboldt e Carl Ritter). Simbolicamente, podemos ver que, com a *Antropogeografia* de Friedrich Ratzel (1882), e em seguida com as obras de Paul Vidal de la Blache (1921) e Jean Brunhes (1910), já estava se configurando o macrorramo conhecido como Geografia Humana. O famoso *Tratado de Geografia Física*, de Emmanuel de Martonne (1913), que influenciaria gerações, pode ser escolhido para representar, simbolicamente, a consolidação de uma Geografia Física como macrorramo distinto. O que importa salientar, porém, é que a *distinção* não implicava, no âmbito da Geografia clássica, uma *separação* entre Geografia Física e Geografia Humana. *Diferenciar* não é a mesma coisa que *separar*. O muro entre as duas só seria erguido muito tempo depois, nos anos 1970 e 1980. Muitos geógrafos se deixaram seduzir pelos encantos da “purificação epistemológica”, ou seja, pela tentativa de uma parcela dos geógrafos humanos de transformar a Geografia em uma ciência social “pura”, desembaraçada da tarefa de se ocupar do estudo de processos geobiofísicos, e, por outro lado, pela busca de uma parcela dos geógrafos físicos de um posicionamento exclusivo entre as geociências de vocação puramente voltada para a pesquisa natural.

A “purificação epistemológica” teve várias consequências, a começar pelo fato de que a “natureza” foi, para muitos geógrafos humanos, quando muito reduzida a um discurso histórico-filosófico-sociológico sobre algo que, não obstante, passou a ser desinteressante sob o ângulo da pesquisa empírica e do conhecimento de detalhe. Para

driblar esse efeito nefasto, uma parte dos geógrafos humanos passou a buscar a Ecologia Política como um refúgio, ao passo que, desconfiados da hiperespecialização, uma parcela dos geógrafos físicos foi atraída pela integração “aplicada” prometida por correntes como a *Land Change Science* e a Geografia Física Aplicada, que serão brevemente examinadas na próxima seção.

Contudo, muitos não questionaram a “purificação epistemológica”; pelo contrário, abraçaram-na efusivamente. Ao que tudo indica, uma legião não quis acreditar que o *Titanic* continuava navegando, impávido, rumo a um *iceberg*. Não percebiam (e não percebem) que endossar os purismos que erguem muros e cavam fossos equivale a cometer *suicídio epistemológico*. Não percebiam (e não percebem) que a evolução da disciplina não precisaria ser um jogo de soma zero, no qual você tem que perder para eu poder ganhar, mentalidade que acabou fazendo com que todos perdessem. A alternativa, na qual todos ganham, foi rejeitada por uns e por outros – porque não concebiam (e não concebem) que a diversidade epistemológica, teórico-conceitual e metodológica da Geografia pode ser um tremendo fator de força, e não uma fonte de fraqueza.

O cientificismo e o conservadorismo de muitos geógrafos físicos (não de todos!) agravou, por assim dizer, a fragilidade decorrente das forças centrífugas que dificultam uma visão holística do ambiente e, por conseguinte, dos problemas e desafios ambientais, em sentido amplo. O afastamento em relação à Geografia Humana tampouco facilitou uma apropriação mais sólida de assuntos concernentes a políticas públicas, planejamento e gestão territoriais (se bem que, a rigor, a própria Geografia Humana crítica amide negligenciou tais temas, por considerá-los, simplística e aprioristicamente, apenas da alçada do aparelho de Estado e de seus apoiadores técnicos e ideológicos). Uma vez que a Geografia Humana passou, a partir dos anos 1970 e 1980, a interessar-se apenas marginalmente por desafios ambientais ou ecológico-sociais (e, mesmo assim, muitas vezes sem revelar a menor disposição para dialogar com a pesquisa natural, como se a pesquisa sócio-espacial fosse suficiente para elucidar dinâmicas e processos de erosão

de solos e seus efeitos sociais, de poluição, de desastres etc.), a Geografia, de um modo geral, abdicou de protagonismo nos debates públicos que iriam parcialmente dominar a paisagem política e o imaginário a partir das últimas décadas do século XX, com suas discussões em torno da crise climática, da acidificação dos oceanos, da irrespirabilidade do ar nas grandes cidades, da extinção de espécies e erradicação de ecossistemas e biomas inteiros, e assim sucessivamente. Como veremos, não foram tão poucos assim os geógrafos que, de um jeito ou de outro, recusaram a armadilha de jogar fora o bebê com a água do banho – ou seja, de se desinteressar pelos conteúdos geobiofísicos na esteira de uma crítica do empirismo e do funcionalismo que se abrigaram, por gerações, sob a ambição disciplinar declarada de se constituir em uma “ciência de síntese” entre a pesquisa natural e a social. Não obstante, seu número não foi e não tem sido suficiente para compensar o (autos)solapamento das bases para a construção de objetos de conhecimento híbridos (isto é, nem puramente “naturais” nem exclusivamente “sociais”); tampouco sua voz conseguiu ou tem conseguido se fazer ouvir adequadamente. Imersa em uma crise de identidade dilacerante, que lhe custou tempo e oportunidades, a Geografia continuou a produzir conhecimentos que servem de relevantíssimos subsídios potenciais para o enfrentamento dos desafios ambientais. A imagem pública da profissão, entretanto, não se firmou, seja aos olhos dos leigos, seja aos olhos de outros cientistas (competidores, em última análise), como a de um saber crucial e incontornável.

2. Pluralismo ou diálogos de surdos? A multiplicação de abordagens e seus fatores epistemológicos, ideológicos e culturais

À primeira vista, a responsabilidade principal pela explosão da ponte coube aos geógrafos humanos de figurino neomarxista que, na esteira da “virada crítica” da disci-

plina nas décadas de 1970 e 1980, passaram a acreditar que a Geografia deveria se reinventar como ciência social “puro sangue”. Só que aí reside uma ironia – ou um mal-entendido. Na realidade, um *duplo* mal-entendido.

Muitos não percebiam (ou percebem) que o desprezo pelos processos, formas, dinâmicas e ciclos geobiofísicos não é condição *sine qua non* para se alcançar maior profundidade na análise sócio-espacial e abraçar uma visão de mundo crítica. Bastaria, para se ter certeza disso, recordar os exemplos de dois geógrafos anarquistas, Élisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921). Ambos demonstraram perfeitamente que não há incompatibilidade entre análise sócio-espacial e valorização da dimensão geobiofísica da realidade. Não só em sua obra-prima *O Homem e a Terra* (Reclus, 1905-1980), mas também em vários outros trabalhos, Reclus deu cabalmente essa lição. Lição também dada por Kropotkin (2002a, 2002b e 2002c), que, assim como Reclus, não era crítico apenas nos textos, sendo, a exemplo de seu amigo e camarada francês, um geógrafo completo e um homem de ação. A Geografia crítica dos anos 1970 e 1980 citou, de vez em quando, Reclus e Kropotkin, mas não foi capaz de saber deles extrair aquele ensinamento. Como se a superação do empirismo e do funcionalismo que prejudicaram os geógrafos clássicos só pudesse ser alcançada à custa de mutilar a nossa visão da Geografia e manter afastadas a pesquisa social e a natural.

Mesmo que os marxistas não quisessem, por má vontade para com o anarquismo ou qualquer outra razão, buscar apoio epistemológico em Reclus e Kropotkin, poderiam tê-lo buscado... nos próprios Karl Marx e Friedrich Engels! Não contentes em ajudar a cavar um profundo fosso entre pesquisa social e natural (atitude influenciada pelo chamado “Marxismo Ocidental”,⁹ mas não herdada diretamente da obra marxiana),

⁹ “Marxismo Ocidental” é uma designação que cobre um amplo espectro de pensadores, de György Lukács aos filósofos da Escola de Frankfurt e Henri Lefebvre. Em comum, todos eles tinham, concretizada de jeito diferente, um comportamento de rebeldia e originalidade em face da linha interpretativa ortodoxa e convencional defendida e exportada pela União Soviética, não hesitando, inclusive, em tecer algumas críticas contra os próprios textos dos fundadores, conforme já cedo evidenciado pelas objeções de Lukács contra Engels. Saliente-se, de passagem, que admito de muito bom grado que muitos desses autores deram contribuições importantíssimas para a renovação e atualização do pensamento marxista (e crítico em geral); todavia, em alguns casos, sua insistência sobre as especificidades da análise social deu margem a um desinteresse para com fatores geobiofísicos – o que, para a Geografia, revelar-se-ia fatal.

não foram poucos os que, ativa ou passivamente, compactuaram com uma injustiça flagrante: a origem da ignorância geobiofísica autoimposta terminou por ser tacitamente creditada a Marx e Engels. Ora, estes eram ambos leitores vorazes dos conteúdos das ciências da natureza, e Marx chegou a se corresponder com Charles Darwin. A referida ignorância seria até engraçada, se por acaso não tivesse sido trágica – como foi para o estudo geográfico. Sintomaticamente, em seu extraordinário livro *O conceito de natureza em Marx*, Alfred Schmidt (2016) intitula um dos capítulos-chave da seguinte maneira: “A mediação histórica da natureza e a mediação natural da sociedade”. Esse título encerra uma fórmula fundamental, e vale por todo um programa de pesquisa. Pena que uma inacreditável miopia tenha feito muitos darem atenção apenas à “mediação histórica da natureza”, descurando a “mediação natural da sociedade”.¹⁰ Com isso, menosprezaram um aspecto essencial da realidade material. Curiosa postura para quem se diz “materialista”.

Se admitirmos que a esmagadora maioria dos geógrafos humanos aderiu, em algum grau, à “purificação epistemológica” – recordemos que, além da Geografia Crítica, também a Geografia Humanística, mesmo que sem alarde, voltou as costas à Geografia Física –, então é forçoso reconhecer que seria injusto mencionar somente alguns poucos exemplos. É suficiente, todavia, tomarmos em mãos os livros de história da Geografia publicados entre as décadas de 1970 e 1990 para constatar que quase todos eles, a começar pelos brasileiros, fortemente invisibilizaram a Geografia Física, ao adotarem um modo de contar a história comprometido com a referida “purificação”.

Retomemos agora o fio da meada, passando a focalizar, sistematicamente, as maneiras como os geógrafos assimilaram, digeriram e repercutiram as preocupações ambientais. Muitas abordagens e correntes têm povoado, em número crescente, o ambiente acadêmico. Nem todas serão aqui discutidas, infelizmente. Uma das razões é

¹⁰ As exceções (como o italiano Massimo Quaini) foram, via de regra, bastante parciais, pois o interesse pela “natureza” ou pelas “questões ambientais” permaneceu, durante muitos anos, restrito a um plano teórico-epistemológico ou da história das ideias, sem vinculações metodológicas ou rebatimento nos quotidianos de pesquisa. Exceções menos limitadas – como, no Brasil, os trabalhos e o ativismo do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, pioneiros no que tange à Ecologia Política – foram raras entre os geógrafos marxistas.

a seguinte: são tantas que, efetivamente, seria contraproducente tentar em um artigo (e quiçá em um livro) enumerá-las e examiná-las, ainda que superficialmente. Cabe, de toda sorte, dizer que, acima de tudo, o que se observa é a apropriação de temas por vários nichos acadêmicos simultaneamente, sem grandes preocupações com as possíveis similitudes, convergências e redundâncias – ou com as inevitáveis discordâncias. Referenciais como *environmental humanities* e *environmental studies* proliferam mais e mais, conformando uma paisagem intelectual que, embora rica, não deixa de ser um tiquinho cacofônica, e não apenas polifônica. Darei, nesta seção, prioridade às vertentes que têm sido, mais nitidamente, povoadas com o auxílio dos geógrafos, ainda que estes nem sempre comandem o espetáculo.

Em meio ao tensionamento epistemológico intradisciplinar dos últimos cinquenta anos, a Geografia, a despeito das hesitações e dos atritos internos, não deixou inteiramente de se ocupar de problemas ambientais ou, para usar uma redundância comum hoje em dia, socioambientais. Só que as iniciativas que tiveram lugar no último meio século, tenham elas partido da Geografia ou tenha a Geografia acompanhado certas tendências mais abrangentes, foram e têm sido, em grande medida, marcadas por duplicações e superposições de esforços, com insuficiente diálogo entre as correntes, dispersão de energias e a formação de “ilhas” menos ou mais autocentradas. Por falta de tempo, vou caracterizar, muito brevemente, apenas algumas, que me parecem as principais: A *Land Change Science*, a *Earth System Science*, a Geografia Física Aplicada, a Ecologia Política, a *Critical Physical Geography* e a Geografia Ambiental.

A *Land Change Science* e a *Earth System Science* são, ambas, campos interdisciplinares, dos quais a Geografia participa – principalmente a Geografia Física, cada vez mais amparada nas geotecnologias. A *Land Change Science*, porém, conta com uma participação mais maciça de geógrafos de vários tipos (geomorfólogos, pedólogos, biogeógrafos, especialistas em planejamento territorial etc.), principalmente no mundo anglófono e na Alemanha, ao passo que a *Earth System Science* não tem na Geografia um pilar muito relevante, embora devesse ou pudesse ter. Enquanto a *Land Change*

Science tem uma origem remota na abordagem de Carl Troll, tendo sido depois influenciada pela *Landscape Ecology*, a *Earth System Science* tem sido tributária, acima de tudo, das pesquisas atmosféricas, biológicas e geoquímicas, em que pese a ambição de incluir desde conhecimentos glaciológicos e hidrológicos até os econômicos e sociológicos, passando pelos oceanográficos, meteorológicos e paleontológicos.¹¹

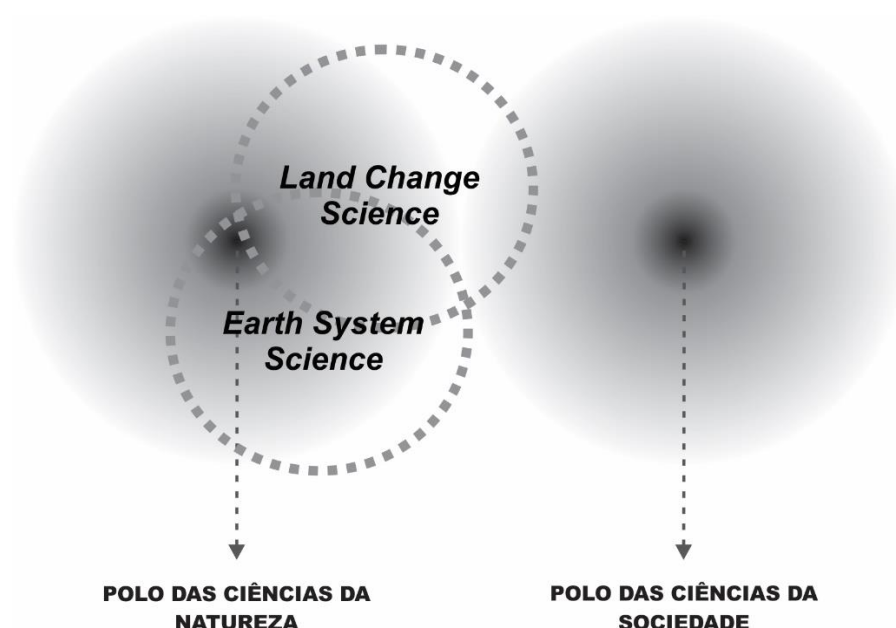
Se observarmos como esses dois campos interdisciplinares se posicionam em meio aos dois grandes polos epistemológicos – as ciências da natureza e as da sociedade –, veremos que a *Land Change Science*, por seus vínculos muito mais claros com o planejamento e gestão territoriais, possui ligações significativas com a Geografia Humana e outros campos da pesquisa sócio-espacial, com isso contrastando com a *Earth System Science*, que se apresenta como essencialmente centrada nas ciências da natureza, e sobretudo nas ciências atmosféricas. A **Figura 1** oferece, sob a forma de um modelo gráfico, uma visão sinótica das posições dessas duas correntes, localizando-as epistemologicamente relativamente aos dois polos que orientam a produção de conhecimento científico no Ocidente (e nos espaços colonizados pela Europa e fortemente ocidentalizados) desde a Revolução Científica e, mais explicitamente, desde fins do século XVIII e início do século XIX: a pesquisa natural (ciências da natureza) e a pesquisa social (ciências da sociedade).

A Geografia Física Aplicada possui nítida afinidade com a *Land Change Science*, especialmente em suas versões anglo-americana e alemã. No entanto, ela não é propriamente um campo interdisciplinar, apesar do fato de que Geomorfologia, Pedologia, Climatologia e Biogeografia são, em medida variável conforme o país, áreas de pesquisa compartilhadas com outras ciências, como a Geologia, a Meteorologia e a Biologia. A versão brasileira, além do mais, apresenta peculiaridades.¹²

¹¹ Vide, para uma publicação representativa da *Land Change Science*, Gutman et al., 2012. Sobre a *Earth System Science*, Jacobson et al. (2000) é uma obra que oferece uma boa panorâmica.

¹² Apesar da profusão de artigos, ainda não é fácil indicar uma obra de maior fôlego e abrangência, da qual se possa dizer que é especialmente representativa da Geografia Física Aplicada, tal como entendida e praticada no Brasil. Para não correr o risco de cometer injustiças, seria mais apropriado me limitar remeter o leitor para os anais dos vários Simpósios Brasileiros de Geografia Física Aplicada (SBGFAs), que vêm acontecendo desde 1984. Sem embargo, simplesmente à guisa de ilustrações, me dou o direito de recomendar a leitura de dois artigos, ambos

Figura 1 – Posição epistemológica dos campos interdisciplinares Land Change Science e Earth System Science.

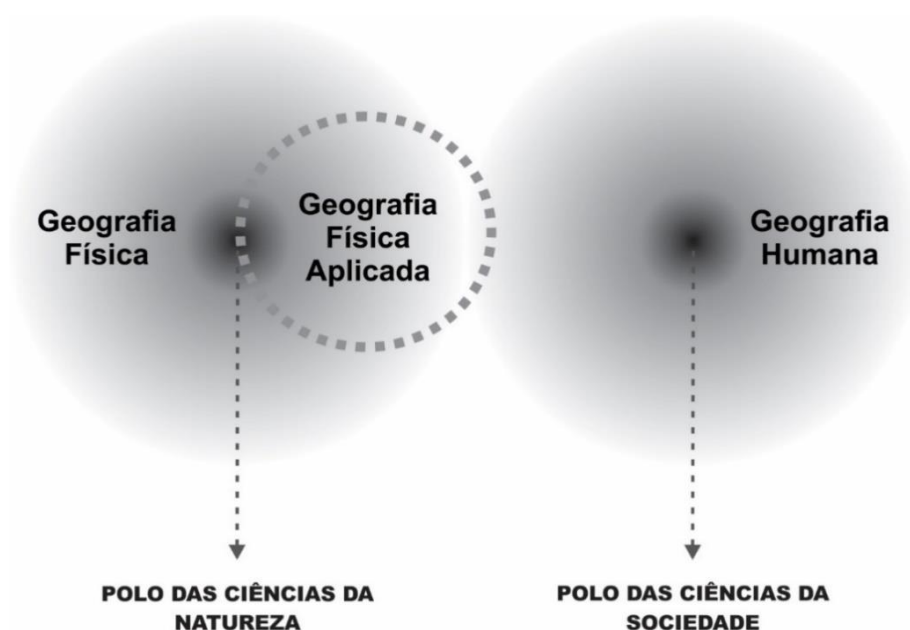


Fonte: elaboração própria.

Talvez essas peculiaridades tenham a ver com as características da Geografia em um país do Sul Global, que nos obrigam a uma postura mais inconformista e, muitas vezes, mais contundente, diante de problemas ambientais que são muito mais graves que aqueles experimentados no Norte Global – e causados, muitas vezes, justamente pela exportação de entropia do Norte para o Sul Global, na esteira do extrativismo, do agro-negócio e de indústrias altamente poluentes que vêm se beneficiar de nossa permissividade em matéria de proteção ambiental.

com uma explícita preocupação de colaborar também para a Geografia Ambiental, sobre a qual discorrerei mais adiante: um, da geomorfóloga e hidrogeógrafa Adriana Filgueira Leite, sobre estruturas hidráulicas, gestão de recursos hídricos e desastres relacionados à água na região do baixo rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro (Leite, 2019); e o outro, de autoria do especialista em Geomorfologia Urbana Deivison Carvalho Molinari, sobre voçorocamentos em Manaus e suas relações com a segregação residencial e o papel do Estado (Molinari, 2022). No tocante ao plano internacional, acrescento que, curiosamente, também no mundo anglófono, com sua plêiade de publicações, é difícil apontar qualquer livro sob o rótulo *applied physical geography* que possa ser tratado como uma unanimidade, ou mesmo como uma leitura verdadeiramente abrangente e robusta. A impressão é a de que a “Geografia Física Aplicada” expressa muito mais uma intenção – a de “aplicar” a Geografia Física, mormente com a ajuda das geotecnologias e análises laboratoriais, além dos tradicionais trabalhos de campo – que uma vertente dotada de forte coesão ou coerência interna.

Não por acaso, a Geografia Física Aplicada, sobretudo em sua versão brasileira, apresenta uma robusta interface de diálogo, quando menos potencialmente, com a Geografia Humana. Esse é, justamente, o motivo pelo qual, na **Figura 2**, a Geografia Física Aplicada, apesar de posicionada essencialmente no domínio da pesquisa natural, apresenta uma cristalina tendência de interface com a pesquisa social. A concretização de diálogo tem esbarrado, porém, entre outros fatores, em uma assombrosa escassez de interesse da Geografia Humana brasileira pelos temas e problemas de planejamento e gestão territoriais. Em nítido contraste, em países como a Alemanha e o Reino Unido não passa pela cabeça dos geógrafos urbanos ou rurais desprezar o planejamento, que é e sempre foi um campo de estudo e aplicação dos mais importantes. No Brasil, principalmente na Geografia Urbana, confunde-se a necessária análise crítica das práticas de planejamento existentes com um aval para que haja um desinteresse generalizado pelo *tema* do planejamento, e até uma aversão à própria *palavra*! Nossos colegas arquitetos-urbanistas agradecem penhoradamente por esse desinteresse. (Ao mesmo tempo, diga-se de passagem, cada vez mais os urbanistas buscam se informar sobre problemas ambientais, já que eles não são ingênuos.).

Figura 2 – Posição epistemológica da Geografia Física Aplicada no contexto da Geografia.

Fonte: elaboração própria.

A Ecologia Política, assim como a *Land Change Science* e a *Earth System Science*, consiste em um campo interdisciplinar.¹³ Ela surgiu fora da Geografia, entre os anos 1960 e 1970, mas a partir da década de 1980 a Geografia começou a tornar-se um dos eixos dominantes da Ecologia Política, principalmente nos países de língua inglesa. Certas obras pioneiras dos geógrafos anglófonos, como as de Piers Blaikie (Blaikie, 1985; Blaikie e Brookfield, 1987), diante da dominância global do inglês, facilmente nos levam a esquecer que na mesma época, e em parte até mesmo antes, geógrafos brasileiros e latino-americanos, como Carlos Walter Porto-Gonçalves, vinham já dando contribuições relevantes.¹⁴ A partir dos anos 1990, o número de livros se multiplicou, principalmente em inglês, com os geógrafos sendo os principais protagonistas, ao lado dos antropólogos.¹⁵ Diferentemente da *Land Change Science* e, sobretudo, da *Earth System Science*, a Ecologia Política não partiu do polo das ciências da natureza, mas sim

¹³ Mais até do que isso, ela abarca, pelo menos em certos contextos culturais (como a França e, com características próprias, a América dita “Latina”), uma forte veia ativista, para além das pretensões acadêmicas.

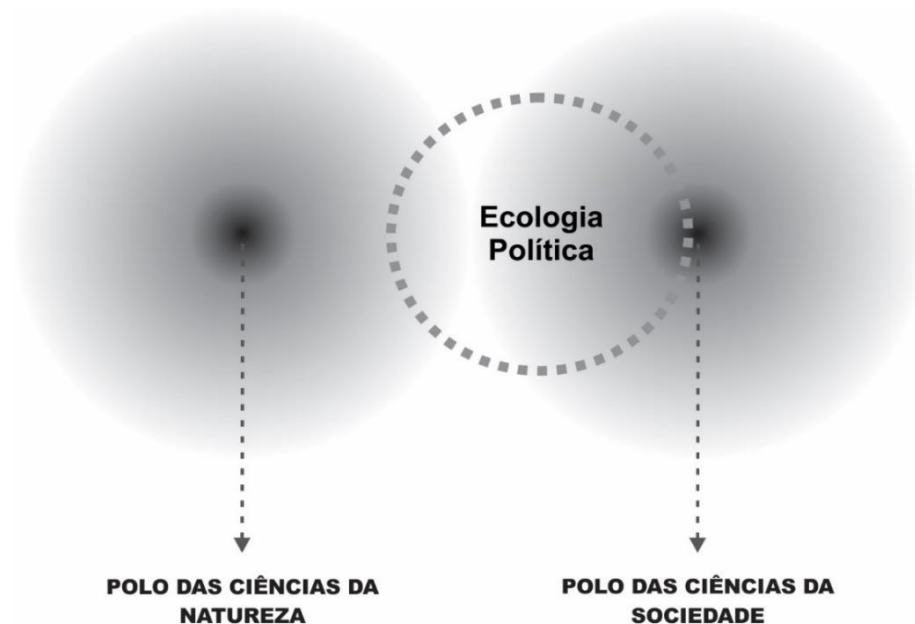
¹⁴ Vide, p.ex., Porto-Gonçalves, 1984.

¹⁵ Vide, a título de exemplos, Peet e Watts, 2004; Peet et al., 2011; Robbins, 2012; Bryant, 2015.

das ciências da sociedade, constituindo um campo de investigação e reflexão sobre as práticas espaciais envolvidas no metabolismo ecológico-social. Daí, aliás, ela ser retratada, na **Figura 3**, como um campo assimetricamente situado entre os dois grandes polos epistemológicos, com uma nítida inclinação em favor do polo da pesquisa social.

Cumprir registrar que, para os geógrafos, a Ecologia Política foi e continua a ser uma espécie de refúgio: aqueles geógrafos humanos críticos que não aceitaram jogar fora o bebê com a água do banho e dinamitar a ponte entre Geografia Humana e Geografia Física muitas vezes buscaram abrigo nesse campo interdisciplinar, onde eram pouco amolados e bem menos patrulhados. Os vínculos da Ecologia Política com a pesquisa natural, porém, dependem sobretudo da Geografia, e em particular dos vínculos com a Geografia Física. Sem ela, conforme já advertiram uns tantos, a Ecologia Política corre o risco de se limitar a um discurso sociológico ou sociogeográfico sobre políticas ambientais ou a uma mirada antropológica sobre a “natureza”, sem que se perceba a necessidade de lastrear ao menos determinadas análises com a ajuda de conhecimentos geobiofísicos.¹⁶

¹⁶ O geógrafo Peter Walker resumiu, em um artigo publicado em 2005 na revista *Progress in Human Geography* (Walker, 2005), o incômodo de vários ecologistas políticos (mormente geógrafos de formação) com o que identificaram como o risco de se rumar cada vez mais para uma “Ecologia Política sem a Ecologia”, preocupação à qual certos ecologistas políticos vinham respondendo, como apontou Walker, com indiferença (até mesmo entre geógrafos!!). Assim é que, enquanto a pesquisa no que ele chama de primeira fase da presença da Ecologia Política na Geografia (de língua inglesa), correspondendo aos anos 1980, “permaneceu fortemente conectada a exames minuciosos das mudanças ecológico-biofísicas” (p. 74), na década seguinte, contudo, a Ecologia Política passou a se espalhar e diversificar em novas direções (“branched out in new directions”), tendo o lugar ocupado pela *biophysical ecology* se tornado menos central (p. 75). Confrontados com a alegação de que a Ecologia Política estava a perder suas conexões com a Ecologia, muitos reagiram como se tal percepção equivallesse a um exagero. O próprio Walker, diplomaticamente e com sobriedade, ponderou que, se havia indícios que justificassem, sim, uma certa preocupação, não faltariam, por outro lado, evidências de que o interesse pela *biophysical ecology* não havia de forma alguma se perdido completamente. O próprio Walker não se furta a conceder que, “é verdade também que alguns ecologistas políticos não se envolvem com questões que dizem respeito à ecologia biofísica ou à mudança ambiental, a não ser muito tangencialmente” (“it is also true that some political ecologists do not engage questions of biophysical ecology or environmental change in more than a glancing manner”) (p. 76). Decorridos dois decênios desde a publicação do artigo de Walker, o balanço que se pode fazer, a partir de uma perspectiva brasileira e “latino”-americana, é a de que, de fato, há ainda motivos, e motivos de sobra, para inquietação; não obstante, há, simultaneamente, razões para se ter esperança. Se, por um lado, muitos pesquisadores e intelectuais (fora da Geografia e até mesmo nela), influenciados pelo social-construcionismo e pelo *linguistic turn*, se distanciaram totalmente do conhecimento produzido pelas ciências da natureza (que, não poucas vezes, são alvo de desconfiança generalizada, ao serem acusadas de positivistas, cientificistas e racionalistas), por outro lado têm emergido tendências, talvez principalmente a partir da Geografia, que teimam

Figura 3 – Posição epistemológica do campo interdisciplinar da Ecologia Política.

Fonte: elaboração própria.

Chego, então, à *Critical Physical Geography*. Por que, pergunta o leitor, *Critical Physical Geography*, e não Geografia Física Crítica? Porque a *Critical Physical Geography* foi proposta, alguns anos atrás, por Rebecca Lave e vários colaboradores (quase todos eles de países de língua inglesa),¹⁷ ao passo que uma Geografia Física Crítica tem existido, há décadas, na América Latina, especialmente no Brasil. Ocorre que os brasileiros não se preocuparam em se autorrotular, talvez esquecendo que, no capitalismo, a propaganda é a alma do negócio. Com isso, vemos, cada vez mais, também no Brasil, jovens geógrafas e geógrafos falando em “Geografia Física Crítica” como se fosse uma grande novidade, esquecendo que Aziz Ab’Sáber, Valter Casseti e tantos outros colegas já faziam, nos anos 1970, 1980 e 1990, uma autêntica Geografia Física socialmente comprometida. É notável como até mesmo os jovens progressistas, que se orgulham de suas credenciais decoloniais, compram o peixe gringo pelo seu valor de face. Conclusão inevitável: continuamos a importar modas, no interior dos

em interligar e fazer conversar conhecimento social/sócio-espacial e geobiofísico, assim como também, em outro plano, saberes científicos e saberes populares os mais variados.

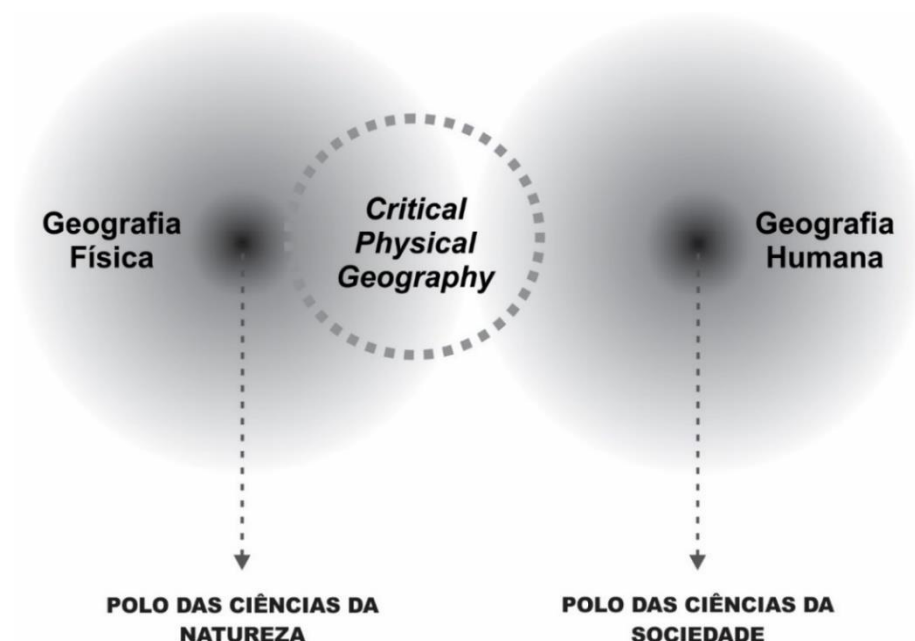
¹⁷ Vide Lave et al., 2014 e, principalmente, Lave et al., 2019.

círculos ditos progressistas. O interessante é que, além do mais, não existe reciprocidade: Rebecca Lave e seus colaboradores mais próximos agem como se uma Geografia Física Crítica quase tivesse surgido ali, com eles. Na importante coletânea *The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography* quase não há autores que não sejam do Norte Global, a esmagadora maioria de países anglófonos. Em notável demonstração de anglo-americanocentrismo, a referida coletânea ignora por completo, em suas muitas centenas de páginas, o papel pioneiro de Jean Tricart, que já nos anos 1950 publicara ensaios sobre as relações entre a Geomorfologia e o pensamento marxista. Ora, se até um titã como Tricart, que teve livros traduzidos para o inglês, foi solenemente esnobado, não seríamos nós que iríamos merecer atenção...

Duas outras inconsistências podem ser apontadas na *Critical Physical Geography*, tal como ela se acha apresentada e justificada, sobretudo, no *The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography*: sua aparentemente excessiva ambição epistemológica e teórico-metodológica e, em parte por isso, seu atrito com a Ecologia Política. A quintessência do conteúdo da *Critical Physical Geography*, ao menos no que diz respeito aos seus objetivos declarados, consiste na rejeição do positivismo, na oposição às visões de mundo socialmente acríticas e conservadoras e na denúncia da impropriedade da crença em uma ciência neutra em relação a valores. Seguramente, nada do que a maior parte dos geógrafos humanos dos últimos quarenta anos tenderia a discordar. No entanto, salta aos olhos uma certa “megalomania” dos proponentes (ou de alguns proponentes) dessa corrente, e, de quebra, uma injustiça para com a Ecologia Política: ao apresentarem o que seriam as características distintivas da *Critical Physical Geography*, Rebecca Lave e os demais organizadores da coletânea *The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography* cometem um estranho equívoco, ao sugerirem que sua corrente seria, em comparação com a Ecologia Política, “mais integradora”, na medida em que ela articularia de forma realmente completa e equilibrada os conhecimentos das duas Geografias, a “física” e a “humana” (cf. Lave et al., 2019, p. 3-4 e 9-12). Ora, como assim?! É de causar espécie que, apesar de não abrirem mão do

rótulo “Geografia Física”, Lave e seus colaboradores mais diretos aparentemente não vacilam em dar a entender que os adeptos da *Critical Physical Geography* são ou deveriam ser capazes de manejar todo o arsenal teórico-conceitual e metodológico da Geografia – inclusive os métodos e as técnicas da pesquisa mais especificamente sociogeográfica. Ao mesmo tempo em que uma tal pretensão aponta para uma diluição da própria identidade enquanto Geografia Física, comete-se uma impropriedade, ao se cobrar que a Ecologia Política, originária sobretudo do âmbito das humanidades e da pesquisa social, deveria ter tido o compromisso de desenvolver pesquisas de ordem geobiofísica. Que a Ecologia Política tem os seus “demônios”, como a dificuldade de articular com coerência e sem grandes solavancos os conhecimentos geobiofísicos e os sócio-espaciais, isso sabemos, e os ecologistas políticos têm mantido acesa a chama desse debate interno. O que não é aceitável é passar a impressão de que a Ecologia Política foi ou é algo homogêneo, um monólito sem fissuras. Assim, em vez de apostarem na colaboração com o Outro (Geografia Humana ou Social, Ecologia Política etc.) como uma forma de atingir melhores resultados e uma perspectiva holística, os arautos da *Critical Physical Geography* demandam da Ecologia Política uma “megalomania” similar. Isso não é justo nem prudente.

Por essas razões, a *Critical Physical Geography* é situada, na **Figura 4**, predominantemente na área de influência do polo da pesquisa natural, como era de se esperar, ainda que com uma nítida inclinação para o polo da pesquisa social. Inclinação essa que, se em parte é muito bem-vinda e alvissareira, em parte é desnecessária e irrealista, quiçá até mesmo um pouquinho disfuncional.

Figura 4 – Posição epistemológica da *Critical Physical Geography* no contexto da Geografia.

Fonte: elaboração própria.

Nada disso, por certo, desqualifica intrinsecamente a *Critical Physical Geography*, que representa uma saudável aproximação com os temas e conteúdos da Geografia Humana (e da Ecologia Política!). De toda sorte, serve de lembrete sobre os riscos que nós corremos ao não preservarmos a memória da profissão em nosso país, e ao revelarmos, com o perdão da franqueza, uma autoestima coletiva frágil: quem não conhece bem as próprias raízes dificilmente conseguirá alçar grandes voos. Adicionalmente, funciona como ilustração também a propósito dos riscos que corremos ao não dosarmos adequadamente ousadia e prudência, em meio a desafios intelectuais crescentemente complexos.

Por último, a Geografia Ambiental. Ela nos remete, de imediato, a uma questão que também aparece em outros casos (basta vermos o que se acabou de comentar acerca da “Geografia Física Crítica”), conquanto talvez mais indiretamente, ou de maneira menos explícita: a da nomenclatura. Até que ponto as designações que escolhemos são as mais adequadas? Quais são as suas implicações? Quais são os seus

pressupostos? Por um lado, não é irrelevante darmos atenção aos nomes ou rótulos, pois eles, além de serem reveladores, trazem consequências; por outro lado, é óbvio que é imperativo saber ir além dos nomes ou rótulos, examinando os conteúdos e concluindo, finalmente, se designações diferentes possuem afinidades substanciais de conteúdo e se, inversamente, a mesma designação pode estar a esconder divergências de fundo. A famosa afirmação de Julieta para seu amado Romeu, na peça de Shakespeare, “aquilo que chamamos de rosa teria, com qualquer outro nome, o mesmo perfume” (tradução livre),¹⁸ possui, por conseguinte, uma validade relativa. O nome é importante, sim, muito embora, de fato, não tanto a ponto de eclipsar as considerações de conteúdo.

No Brasil, a expressão “Geografia Socioambiental” foi proposta há mais de vinte anos por Francisco de Assis Mendonça (Mendonça, 2001). Minha relutância em adotar tal termo sempre se deveu a dois fatores: o primeiro deles tem a ver com uma conveniência; o segundo, com uma convicção.¹⁹ A conveniência deriva do fato de que a expressão mais simples, “Geografia Ambiental”, é o equivalente do caminho terminológica que tem sido trilhado nos demais países (*environmental geography*, *Geografía Ambiental* etc.).²⁰ A convicção tem a ver com um problema sério: toda vez que sentimos a necessidade de nos socorremos do prefixo “socio”, é como se estivéssemos assinando uma confissão de que aceitamos que o “ambiente”, para nós, pode ser reduzido a um “meio ambiente”, do qual a sociedade estaria ausente – o que nos atira em um terreno pantanoso, repleto de contradições, pois não podemos, em última análise, fazer abstração da sociedade, a não ser ao custo de lacunas e simplificações insuportáveis. Eu sei perfeitamente que, muitas vezes, quem lança mão desse prefixo, ao falar de “socioambientalismo” ou “impactos socioambientais”, não deseja ser

¹⁸ No original (Ato II, Cena II de *Romeo and Juliet*): “What’s in a name? That which we call a rose by any other name would smell as sweet” (...).

¹⁹ O leitor interessado em detalhes sobre a minha argumentação pode recorrer, por exemplo, a Souza (2019b e 2021).

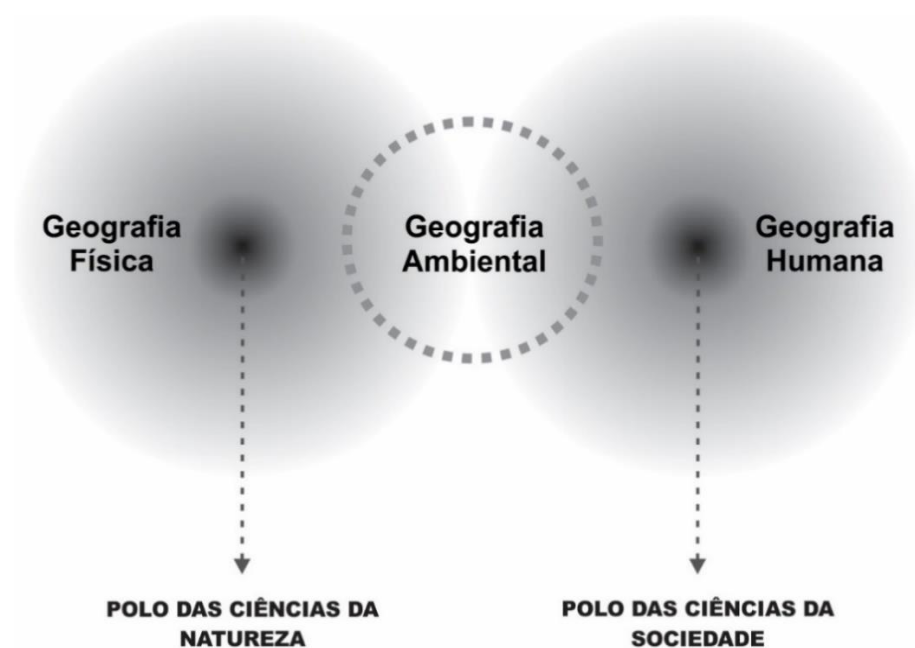
²⁰ Vide, como ilustração do que há de mais representativo no universo acadêmico-linguístico anglo-saxônico, Castree et al., 2009; para o castelhano, citemos, entre outras referências possíveis da *Geografía Ambiental* (e com entendimentos nem sempre convergentes, como já veremos!), Bocco et al. (2011) e Reyes Pérez et al. (2017).

reducionista, pelo contrário: a intenção é, precisamente, a de dar a entender que não se quer tratar apenas da proteção de espécies animais ameaçadas, ou então de impactos sobre a vegetação e os animais não humanos, mas sim, também, da proteção de direitos humanos e dos impactos sobre coletividades humanas e grupos sociais. Apesar das boas intenções, contudo, enfraquecemos a construção de um conceito abrangente e integrador de “ambiente”, cada vez que utilizamos aquele prefixo, como um par de muletas ou uma bengala. Apesar disso tudo, uma coisa me parece inegável: o que mais importa, aqui, não é a expressão em si, mas sim o quanto as propostas convergem para um objetivo comum, que é a edificação de pontes e a demolição de muros entre os geógrafos, facilitando a construção de objetos de conhecimento híbridos.

A Geografia Ambiental possui raízes muito antigas, pois ela tem a ver com o âmago da Geografia: o espírito de construção de pontes entre a pesquisa natural e a social. No entanto, ela surge, nos últimos vinte ou trinta anos, como uma tentativa de reavaliação e ressignificação da ponte que havia sido dinamitada. Nesse sentido, ela é uma “reinvenção”, não uma volta ao passado. A diferença em relação à Geografia Física Aplicada e à *Critical Physical Geography* é que essas duas partem da Geografia Física, enquanto a Geografia Ambiental vem se apresentando, em vários países, como um espaço de diálogo e colaboração cuja responsabilidade cabe tanto à Geografia Física quanto à Geografia Humana. E a diferença em relação à Ecologia Política reside em que a Ecologia Política é um campo interdisciplinar, ao passo que a Geografia Ambiental é uma iniciativa nossa, dos geógrafos; isso sem contar que a Ecologia Política “puxa” muito mais para o polo da pesquisa social, sendo que a Geografia Ambiental, da sua parte, precisa e deve ser algo balanceado. Essa vem sendo a tentativa da rede de pesquisadores que tem, desde 2019, publicado a revista *AMBIENTES*, e, também, organizado os SINGATs (Simpósios Nacionais Geografia, Ambiente e Território).

Onde situar a Geografia Ambiental? Não é uma questão que possa ser respondida em uma frase. Em primeiro lugar, porque não há consenso a esse respeito: o autor das

presentes linhas acredita que o mais profícuo e promissor é procurar construí-la como um *enfoque*, uma *perspectiva* (e não um “ramo”), a congregar esforços por parte de pesquisadores que são, simultaneamente, geógrafos urbanos ou agrários, geomorfólogos, climatólogos etc., sem assimetria ou hierarquia apriorística – motivo pelo qual, na **Figura 5**, a Geografia Ambiental se acha a meio caminho entre a Geografia Física e a Geografia Humana –, ao passo que há intérpretes que optam por classificá-la de modo diverso, embutindo uma assimetria (e até uma hierarquia). Com efeito, há aqueles que a veem como sendo (ou devendo ser), acima de tudo, pesquisa social (p.ex., Bocco *et al.*, 2011); e há aqueles que, inversamente, creem que ela é (ou deve ser), fundamentalmente, pesquisa natural (p.ex., Reyes Pérez *et al.*, 2017). Por óbvio, estas duas posições são inconciliáveis. Advogar por uma simetria epistemológica, além de constituir uma solução mais “diplomática” e inclusiva, nada tem de irrealista: não se imagina que o mesmo pesquisador será, de uma só vez, pesquisador urbano de ponta e geomorfólogo original, mas tão somente que ele (ou ela) necessitará colaborar com colegas imbuídos do mesmo sentimento de apreço pela integração e pela visão de conjunto (“eixo horizontal”), e não apenas pela especialização (“eixo vertical”). No fundo, conceber a Geografia Ambiental como um enfoque, sem hierarquia ou assimetria *a priori*, é o alicerce epistemológico de um convite à cooperação entre geógrafos com *expertises* distintas, mas irmanados por um desejo de cooperação e interlocução no interior da profissão, investindo em uma transversalidade epistêmica intradisciplinar como estratégia para a construção eficaz de objetos de conhecimentos híbridos.

Figura 5 – Posição epistemológica da Geografia Ambiental no contexto da Geografia.

Fonte: elaboração própria.

3. Oportunidades desperdiçadas: a visibilidade pública da Geografia nos debates ambientais

Diálogo e colaboração sem hierarquias e sem preconceitos não são coisas com as quais topamos facilmente em cada esquina. Mas são necessárias e urgentes, caso queiramos evitar a armadilha na qual temos insistentemente caído ao longo de décadas.

A armadilha a que me refiro é a de nós, geógrafos profissionais, negarmos a nossa própria identidade, ou uma parcela substancial dela, achando que, com isso, seremos aceitos e prestigiados. Aceitos e prestigiados... *por quem?* Pela sociedade, em geral, é que não é. A maior parte da sociedade continua vendo a Geografia como uma ciência *social e natural*, e a sociedade, tacitamente, demanda de nós propostas para o enfrentamento de problemas cujo entendimento depreende o *conhecimento integrado*

de processos e dinâmicas naturais e sociais. Ao voltarmos as costas a isso, temos desperdiçado numerosas oportunidades.

Ao embarcarmos na canoa furada da “purificação epistemológica”, abdicando da construção de objetos de conhecimento híbridos, os geógrafos foram abrindo mão de serem *protagonistas* em toda uma série de debates públicos. Tiveram de se contentar em ser meros *coadjuvantes*, apesar de terem uma formação universitária que, como nenhuma outra disciplina, os qualifica para terem visão de conjunto, capacidade de integração de fatores e pensamento complexo.

Vamos lá, sejamos honestos: quem, na sociedade maior, nos conhece? Quem sabe o que faz um geógrafo? Quem, no âmbito acadêmico, nos dá o devido crédito? Quem nos identifica “corretamente”, vale dizer, sem reduzir a profissão aos bancos escolares ou a algum de seus componentes e aspectos, em detrimento dos demais? Os geógrafos, de toda sorte, são, amiúde, os primeiros a se depreciarem, ao menos hoje em dia. De “líder natural de equipes interdisciplinares”, tal como era comum se pensar até não muito tempo atrás – como se fosse um maestro a reger uma orquestra de áreas frequentemente chamadas, sem senso de ridículo, de “ciências auxiliares” –, o geógrafo passou ao extremo oposto. Ao notarem que sua percepção da própria relevância estava muito longe de ser amplamente compartilhada por outros cientistas, e ao procurarem fazer de tudo para emularem colegas de outras áreas, um número não desprezível de geógrafos parece ter mergulhado em uma crise de autoestima. A autocrítica e o desejo de autossuperação são o caminho do aprimoramento, mas ter vergonha das próprias origens ou tradições (do emprego profuso de mapas aos trabalhos de campo) ou tentar mimetizar (talvez não muito conscientemente) colegas de outras áreas (geomorfólogos que queriam ser geólogos, geógrafos econômicos que conversam quase exclusivamente com economistas, geógrafos culturais que morrem de inveja da Antropologia, e assim sucessivamente), em contrapartida, não é nem um pouco produtivo.

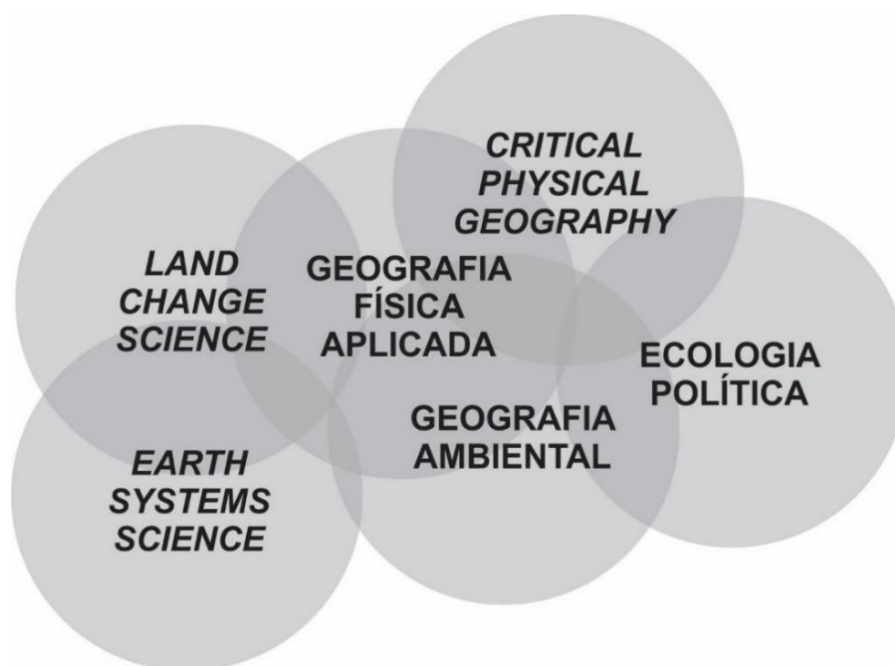
O parágrafo anterior nos conduz às seguintes interrogações: se os geógrafos e suas contribuições são pouco conhecidos do “grande público”, até que ponto somos responsáveis ou corresponsáveis por essa ignorância? E o que podemos fazer quanto a isso? (Ou será tarde demais?) Essas questões, por sua vez, nos remetem a várias outras. Uma delas, que deveria estar na ordem do dia no Brasil, tem a ver com a reforma do Ensino Médio e suas consequências (e seus antecedentes e pressupostos...): que consequências ela poderá trazer, ao ter como premissa a de que a Geografia se deixaria enfiar sem maiores danos em uma única “caixinha” de itinerário formativo (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)? Até onde a vista alcança, o corolário dessa arquitetura institucional não será outro senão o de consolidar uma visão da Geografia como sendo uma ciência meramente social, em relação à qual conteúdos geobiofísicos seriam, se não totalmente estranhos, ao menos basicamente externos. No longo prazo, estudantes pré-universitários que sintam uma vocação para a pesquisa natural já não verão na Geografia um destino de graduação a ser cogitado. A Geografia corre o risco de encolher até ser indistinguível de uma Sociologia com tinturas “ecológicas” ou uma Economia com um verniz “ambiental”. Pois bem: entre o original e a cópia, quem haveria de preferir a cópia?...

Não faltam desafios, como se vê. Apesar disso, há, indubitavelmente, muitos geógrafos que se dedicam a problemas híbridos, operando na interface entre pesquisa natural e social. Exemplos desses problemas e temas incluem avaliação de impactos ambientais; os vínculos entre risco, vulnerabilidade e conflitos; desastres e poluição; o estudo de sensibilidades e potenciais; áreas protegidas: normas de manejo, zonas de amortecimento, recategorizações; zoneamentos (ZEE, zoneamento ambiental etc.); legislação: críticas e recomendações. Não obstante, conforme vimos, esforços paralelos, que não têm faltado, muitas vezes pouco ou muito pouco se conhecem. Não raro, preconceitos parecem atuar como fatores impeditivos do diálogo e do intercâmbio, razão pela qual atuam, igualmente, como freios poderosos para o avanço de certos debates no interior da Geografia. Com isso tudo, empreendimentos

relevantes se superpõem sem sequer o saber, energias são desperdiçadas, possibilidades de ações conjuntas são deixadas de lado ou menosprezadas. As óbvias convergências – como aquela entre Ecologia Política e *Critical Physical Geography*, para ficar em um único exemplo – correm, perante tais barreiras, o risco de permanecerem subaproveitadas, na melhor das hipóteses. Esse é um luxo ao qual, tendo de fazer face à força de inércia da tentativa de “purificação epistemológica” dos anos 1970 e 1980 e seu ainda vivíssimo legado, não podemos nos permitir.

A **Figura 6** busca, de maneira logicamente muito simplificada e até mesmo estilizada, evidenciar as relações de superposição (e, implicitamente, de competição muitas vezes) entre as correntes e abordagens focalizadas nas páginas anteriores. Diferenças e rivalidades teóricas não configuram nada atípico no universo acadêmico; em se tratando de pesquisa social, a isso se acrescentam fortes divergências político-ideológicas, que têm grande repercussão no cotidiano de estudos e debates. Não obstante, para uma ciência que tem desperdiçado tantas oportunidades, deixar de investir em convergências é um luxo ao qual não podemos nos dar. O mínimo que seria de se esperar é que pudéssemos compreender as conversas e discussões como espaços-tempos de estímulo mútuo, sem, no entanto, querer esconder as diferenças. Em outras palavras, por que não seria viável lidar com as discordâncias de maneira a não fazer delas algo impeditivo de diálogo?

Figura 6 – Complementaridade, concorrência, divergências: seis correntes da pesquisa ambiental das quais participam, em graus variáveis, os geógrafos.



Fonte: elaboração própria.

O que nos resta, então, apontar, a título de sugestão? Podemos simplificar a história dizendo o óbvio: precisamos buscar sinergias – só alcançáveis por meio de diálogo, respeito mútuo e colaboração – e, com isso, tentar correr atrás do prejuízo, como se diz popularmente. Para não ser tão óbvio, porém, me permito terminar com uma pauta para reflexão coletiva, na qual destaco quatro pontos para meditarmos e debatermos. Os quatro pontos, como vocês verão, giram em torno de dois assuntos: como nós podemos não aproveitar certas oportunidades? E como poderemos fazer diferente daqui para a frente? Por falta de espaço, incorrerei no atrevimento de abordar tudo isso, muito sinteticamente, na seção de arremate, em poucos parágrafos.

Conclusão: em busca de sinergias (e correndo atrás do prejuízo)

A “tradição homem-meio” foi, durante toda a Geografia clássica, a principal tradição da Geografia, principalmente no ambiente da Geografia Escolar, conforme nos informa William Pattison em seu famoso artigo sobre “As quatro tradições da Geografia”. Por qual razão esse interesse definhou? E por qual razão valorizamos tão pouco, dentro da própria Geografia, abordagens sofisticadas que surgiram no seu interior, como a *Landschaftsökologie* de Carl Troll? Em algumas publicações, como um artigo da GeoUSP de 2018, arrisquei o palpite de que a Geografia é uma “ciência prematura”: ela teria, com sua vocação integradora, surgido em uma época de especialização crescente e de positivismo triunfante, sendo que a Geografia, com sua capacidade de horizontalização e contextualização, sempre foi uma ciência exótica no universo das caixinhas disciplinares positivistas. Acontece, porém, que, finalmente, nos cansamos de nós mesmos e quisemos imitar os outros.

51

O resultado é que, enquanto o resto do mundo começou a falar em interdisciplinaridade, a debater a crise ambiental, a patrocinar o surgimento de campos interdisciplinares como a *Land Change Science*, a *Earth System Science* e a Ecologia Política, os geógrafos começaram a dinamitar sua ponte interna, porque acharam que, com isso, seriam convidados a entrar para algum *country club* seletivo. O destino, tantas vezes galhofeiro, fez com que, nos anos 1980 ou nas décadas seguintes, de olho nos debates ecológico-sociais, a Antropologia revalorizasse o estudo das relações natureza-sociedade, a Sociologia patrocinasse o surgimento de uma Sociologia Ambiental, pensadores marxistas como Elmar Altvater, John Bellamy Foster, Jason Moore e outros tentassem recuperar Marx para a crítica ecológica do capitalismo, filósofos como Félix Guattari e outros propusessem Ecofilosofias, e até mesmo Leonardo Boff aparecesse com uma Ecoteologia da Libertação. Ou seja: os geógrafos críticos dos anos 1970, 1980 e 1990 rumaram na contramão do próprio pensamento crítico! É como alguém que tivesse andado de guarda-chuva aberto quando estava apenas nublado,

resolvendo fechar o guarda-chuva quando começou a chover forte. Conseguiremos reabrir esse guarda-chuva de maneira convincente?

Alguns cometeram a temeridade de acusar a Geografia Escolar de ter banalizado a imagem da Geografia, desestimulando gerações e gerações de crianças e adolescentes, futuros adultos, de verem esse campo disciplinar como algo que não estava restrito à escola, e que era, também e acima de tudo, uma “ciência séria” ou uma “verdadeira ciência”. Ora, essa suspeita, além de injusta, é ilógica: porque a presença da Física, da Química, da Matemática e da Biologia no universo escolar não impediu o reconhecimento dessas ciências enquanto saberes científicos de ponta e socialmente valorizados? A própria História não sofreu por causa da escola – basta vermos o sucesso da História junto ao grande público leigo letrado, a julgar pelo imenso espaço que ocupa nas livrarias e na enorme quantidade de documentários. É preciso examinar mais a fundo as razões pelas quais a Geografia clássica não conseguiu fazer da Geografia Escolar o grande chamariz que poderia ter sido. A Geografia clássica, a despeito de todas as suas inegáveis virtudes, teve de carregar o fardo de um excessivo empirismo, bloco de chumbo preso aos pés que facilitava que a ambição da *síntese* resvalasse, não raramente, no momento da concretização, para um *sincretismo* com lacunas, truncamentos e fraca interlocução interdisciplinar, mais do que para uma síntese epistemologicamente coerente e teórico-conceitualmente bem costurada e refinada.

A articulação de fatores naturais e sociais é algo complexo e desafiador, e isso exige, para não ser superficial, um refinamento epistemológico, teórico e metodológico que só nas últimas décadas do século XX a Geografia realmente alcançou. Alcançou, mas... aproveitou de maneira limitada e limitante. Por isso, precisamos, urgentemente, sair do século XX. Em certo sentido, ainda estamos presos dentro dele. No entanto, para dele sairmos, precisamos fazer balanços honestos, conhecer melhor a nossa própria história e entender que, desunidos, não teremos chance enquanto área do conhecimento e profissão. Ou seja, parafraseando Millôr Fernandes, temos um enorme passado pela frente. Para o bem e para o mal.

Referências

- BEROUTCHACHVILI, Nicolas; BERTRAND, Georges. Le géosystème ou “système territorial naturel”. **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, v. 49, n° 2, pp. 167-180, 1978.
- BERTRAND, Georges. Paysage et géographie physique globale: Esquisse méthodologique. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, v. 39, n° 3, pp. 249-272, 1968.
- BLAIKIE, Piers. **The Political Economy of Soil Erosion in Developing Countries**. Londres e Nova Iorque: Longman, 1985.
- BLAIKIE, Piers; BROOKFIELD, Harold (orgs.). **Land Degradation and Society**. Londres e Nova Iorque: Methuen, 1987.
- BOCCO, Gerardo et al. (orgs.) **Geografía y ambiente en América Latina**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México e Instituto Nacional de Ecología (INE), 2011.
- BOOKCHIN, Murray. **The Philosophy of Social Ecology: Essays on Dialectical Naturalism**. Montreal e outros lugares: Black Rose, 1996.
- BOOKCHIN, Murray. **Post-Scarcity Anarchism**. Edimburgo e Oakland: AK Press, 3.^a ed., 2004 (vários anos).
- BOOKCHIN, Murray. **The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy**. Oakland e Edimburgo: AK Press, 2005 (1982).
- BOOKCHIN, Murray. What is Social Ecology? In: **Social Ecology and Communalism**. Oakland e Edimburgo: AK Press, 2007 (1993, revisado em 1996 e 2001).
- BOOKCHIN, Murray et al. **Defending the Earth: A Debate between Murray Bookchin and Dave Foreman**. Montreal e Nova Iorque: Black Rose Books, 1991 (1989-1990).
- BOSQUET, Michel [André Gorz]. **Écologie et politique**. Paris: Seuil, 1978.
- BRUNHES, Jean. **La géographie humaine: Essai de classification positive, principes et exemples**. Paris: Félix Akan, 1910.

BRYANT, Raymond L. (org.). **The International Handbook of Political Ecology**. Cheltenham (Reino Unido) e Northampton (EUA): Edward Elgar, 2015.

CASTREE, Noel et al. (orgs.). **A Companion to Environmental Geography**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

De MARTONNE, Emmanuel. **Traité de géographie physique**. 2ª. ed., rev., aum. Paris: Armand Colin, 1913 (1909). (Consultei igualmente a tradução espanhola, baseada na sétima edição francesa: *Tratado de Geografía Física*, em três volumes; obra publicada em Barcelona, em 1973, pela Editorial Juventud).

GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la Naturaleza: Ética biocéntrica y políticas ambientales**. La Paz: Plural, 2014.

GUTMAN, Garik et al. (orgs.). **Land Change Science: Observing, Monitoring and Understanding Trajectories of Change on the Earth's Surface**. Dordrecht e outros lugares: Springer, 2012.

HAECKEL, Ernst. **Generelle Morphologie der Organismen. Allgemeine Grundzüge der organischen Formen-Wissenschaft, mechanisch begründet durch die von Charles Darwin reformierte Descendenz-Theorie** (Zweiter Band: Allgemeine Entwicklungsgeschichte der Organismen). Berlim: Druck und Verlag von Georg Reimer, 1866.

HUGHES, Johnson Donald. **An Environmental History of the World: Humankind's Changing Role in the Community of Life**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2009 (2001), 2ª ed.

JACOBSON, Michael C. et al. (orgs.). **Earth System Science: From Biogeochemical Cycles to Global Change**. Amsterdã e outros lugares: Elsevier, 2000.

KROPOTKIN, Piotr. What Geography Ought to Be. **The Nineteenth Century**, v. 18, p. 940-56, 2002a (1885). Disponível em: <http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/whatgeobe.html>. Acesso em 12/01/2002.

KROPOTKIN, Piotr. On the Teaching of Physiography. **The Geographical Journal**, v. 2, nº4, pp. 350-9, 2002b (1893). Disponível em: <http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/teachinggeo.pdf>. Acesso em 02/08/2011.

KROPOTKIN, Piotr. **Fields, Factories and Workshops**. 2002c (1898). Disponível em:

<http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/fields.html>.
Acesso em 12/01/2002.

La BLACHE, Paul Vidal de. **Principes de géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1955 (1921).

LAVE, Rebecca et al. Critical Physical Geography. **The Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, v. 58, nº 1, pp. 1-10, 2014.

LAVE, Rebecca et al. (orgs.). **The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography**. Londres: Palgrave, 2019.

LEITE, Adriana Filgueira. Estruturas hidráulicas, gestão dos recursos hídricos e desastres relacionados à água na região do baixo rio Paraíba do Sul (estado do Rio de Janeiro): Uma análise fundamentada no desastre deflagrado pela inundação de 2007. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, nº 1, pp. 146-190, 2019.

MARSH, George Perkins. **Man and Nature, or Physical Geography as Modified by Human Action**. Nova Iorque: Charles Scribner, 1865.

MENDONÇA, Francisco: Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, nº 16, pp. 139-158, 2001.

MOLINARI, Deivison Carvalho. Áreas de risco a voçorocamento em Manaus/AM: Uma contribuição à Geografia Ambiental. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, nº 2, pp. 15-70, 2022.

NEWSON, Malcolm D. Applied physical geography: The opportunities and constraints of environmental issues revealed by river basin management. **Scottish Geographical Magazine**, v. 104, nº 2, pp. 67-71, 1988.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEET, Richard e WATTS, Michael (orgs.). **Liberation Ecologies: Environment, Development, Social Movements**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2ª ed. 2004 (1996).

PEET, Richard et al. (orgs.). **Global Political Ecology**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Paixão da Terra: Ensaios críticos de ecologia e**

Geografia. Rio de Janeiro: Rocco e Socii, 1984.

RATZEL, Friedrich. **Anthropogeographie**. Stuttgart: Verlag von J. Engelhorn, 3ª ed., 1909 (1882).

RECLUS, Élisée. L'Homme et la Nature: De l'action humaine sur la géographie physique. **Revue des Deux Mondes**, v. 54, pp. 762-771, 1864 [Comentário bibliográfico sobre *Man and Nature*, de G. P. Marsh].

RECLUS, Élisée. Du sentiment de la nature dans les sociétés modernes. **Revue des Deux Mondes**, v. 63, pp.352-381, 1866.

RECLUS, Élisée. La grande famille. **Le Magazine International**, janeiro, pp. 8-12, 1898 (Reprodução fac-similar disponibilizada na Internet pela Librairie Nationale Française: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660250.r=reclus.langPT>>).

RECLUS, Élisée. **L'Homme et la Terre**. Paris: Librairie Universelle, 6 vols., 1905-1908. Reprodução fac-similar disponibilizada na Internet pela Librairie Nationale Française (<<http://gallica.bnf.fr>>; o endereço específico varia de acordo com o tomo).

REYES PÉREZ, Oscar *et al.* **Geografía ambiental: Métodos y técnicas desde América Latina**. Heredia (Costa Rica): EUNA, 2017.

RHOADS, Bruce L. Whither physical geography Redux: Revisiting the place of physical geography in the United States. **EPF: Philosophy, Theory, Models, Methods and Practice**, v.1, nº 1, pp. 52-65, 2022.

RITTER, Carl. **Allgemeine Erdkunde (Vorlesungen an der Universität zu Berlin gehalten)**. Berlim: Druck und Verlag von Georg Reimer, 1862.

ROBBINS, Paul. **Political Ecology: A Critical Introduction**. Malden (MA) e outros lugares: Wiley-Blackwell, 2ª ed., 2012 (2004).

SCHMIDT, Alfred. **Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx**. Hamburgo: CEP Europäische Verlagsanstalt, 2016 (1962), 5ª ed.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, nº 1, pp. 14-37, 2019b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Geografia Física Crítica”: Uma iniciativa louvável, mas de concretização enviesada. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, nº 2, pp. 438-449, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O enfoque da Geografia Ambiental como *Aufhebung*: Rejeitando o dualismo, abraçando a dialética. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 3, nº 1, pp. 9-82, 2021.

STEFFEN, Will et al. The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, v. 2, nº 1, pp 1-18, 2015.

THOREAU, Henry David. **Walden**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004 (1854), edição especial do 150º aniversário.

THRIFT, Nigel. The future of geography. **Geoforum**, nº 33, pp. 291-298, 2002.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE (SUPREN), 1977.

TRICART, Jean. **Écogéographie des espaces ruraux**. Paris: Nathan, 1994.

TRICART, Jean; KILIAN, Jean. **L'éco-géographie et l'aménagement du milieu naturel**. Paris: François Maspéro (= Collection Hérodote), 1979.

TROLL, Carl. Luftbildplan und ökologische Bodenforschung: Ihr zweckmässiger Einsatz für die wissenschaftliche Erforschung und praktische Erschliessung wenig bekannter Länder. In: **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966a (1939).

TROLL, Carl. Methoden der Luftbildforschung. In: **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966b (1942).

TROLL, Carl. Fortschritte der wissenschaftlichen Luftbildforschung. In: **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966c (1943).

TROLL, Carl. Die geographische Landschaft und ihre Erforschung. In: **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966d (1950).

TROLL, Carl. Landschaftsökologie als geographisch-synoptische Naturbetrachtung. In: **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966e (1963).

- TROLL, Carl. Über Landschafts-Sukzession. In: **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966f (1963).
- Von HUMBOLDT, Alexander. **Kosmos**: Entwurf einer physischen Weltbeschreibung. Frankfurt (Meno): Eichborn (edição organizada por Ottmar Ette e Oliver Lubrich), 2004 (1845-1858; 1862).
- Von UEXKÜLL, Jakob. **Umwelt und Innenwelt der Tiere**. Berlim: Verlag von Julius Springer.
- WALKER, Peter A. Political ecology: Where is the ecology? **Progress in Human Geography**, v. 29, nº 1, pp. 73-82, 2005.
- WORSTER, Donald. **Nature's Economy**: A History of Ecological Ideas. Cambridge e outros lugares: Cambridge University Press, 1994 (1977).

Marcelo Lopes de Souza é Professor Titular do Departamento de Geografia da UFRJ (onde coordena o Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política [GAEP]) e pesquisador 1A do CNPq. **E-mail:** mlopesdesouza@terra.com.br

Artigo enviado em 20/07/2024 e aprovado em 17/09/2024.

Artigo

A construção socioterritorial de mercados: Apontamentos teóricos sobre o potencial protagonismo camponês em mercados de produtos agroecológicos

Márcio Freitas Eduardo

Luciano Zanetti Pessoa Candiottto

59

Resumo

Partindo do pressuposto de que os mercados são produtos de um processo de construção social (e territorial), este artigo discute como chegamos ao chamado sistema de mercado, como os camponeses foram estabelecendo trocas e se adaptando a este sistema, e a importância de eles serem protagonistas no processo de *construção socioterritorial de mercados*. Apesar de os mercados estarem controlados hegemonicamente sob a égide da acumulação ampliada do capital, acredita-se que seja possível que camponeses, organizados coletivamente, possam criar estratégias benéficas para a comercialização de seus produtos, sobretudo de alimentos. Nesse sentido, por meio da agroecologia, há margem para a estruturação de outras relações com os mercados. Uma breve trajetória das relações de troca é apresentada, seguida de um debate sobre o atual sistema de mercado. Os elementos da concepção de construção socioterritorial de mercados são apresentados, tendo por base o potencial de protagonismo de camponeses que produzem e comercializam produtos agroecológicos. O texto apoia-se em apontamentos teóricos e versa sobre as oportunidades de construção socioterritorial de mercados por meio da agroecologia. Os procedimentos metodológicos utilizados foram revisão bibliográfica e reflexões alicerçadas em pesquisas participativas junto a produtores agroecológicos e suas organizações, situados, sobretudo, no Rio Grande do Sul e no Paraná. Como resultado, são realizadas inferências sobre como os camponeses criam e institucionalizam relações sociais por meio da agroecologia, projetando-as territorialmente em distintas interações com os mercados, e aproveitando possíveis “fissuras do capitalismo”.

Palavras-chave: Mercado; Construção Socioterritorial; Protagonismo Camponês; Agroecologia.

Markets socio-territorial construction: Theoretical notes on the peasants' potential protagonism in the markets for agroecological products

Abstract

Based on the assumption that markets are products of a social (and territorial) construction process, this article discusses how we arrived at the so-called market system, how peasants have established exchanges and adapted to this system, and the importance of them being protagonists in the process of *socio-territorial construction of markets*. Although markets are hegemonically controlled under the aegis of capital expanded accumulation, it is believed that peasants, once collectively organised, can create beneficial strategies for marketing their products, especially food products. In this sense, through agroecology there is scope for structuring other relationships with markets. A brief history of exchange relations is presented, followed by a debate on the current, capitalist market system. Elements of the concept of markets' socio-territorial construction are presented, based on the potential role of peasants who produce and trade agroecological products. The text is based on theoretical notes, dealing with the opportunities for the socio-territorial construction of markets through agroecology. The methodological procedures used were a literature review and reflections based on participatory research with agroecological producers and their organisations, mainly located in the states of Rio Grande do Sul and Paraná (Brazil). As a result, inferences are made about how peasants create and institutionalise social relations through agroecology, projecting them territorially in different interactions with markets and taking advantage of possible 'cracks in capitalism'.

60

Keywords: Market; Socio-territorial Construction; Peasants' Protagonism; Agroecology.

La construcción socioterritorial de mercados: Apuntes teóricos sobre el potencial protagonismo de campesinos en mercados de productos agroecológicos

Resumen

Partiendo del supuesto de que los mercados son el producto de un proceso de construcción social (y territorial), este artículo discute cómo llegamos al llamado sistema de mercado, cómo los campesinos han establecido intercambios y se han adaptado a este sistema, y la importancia de que sean protagonistas en el proceso de *construcción socioterritorial de mercados*. Aunque los mercados estén hegemonicamente controlados bajo la égida de la acumulación ampliada de capital, se cree que es posible que los campesinos, organizados colectivamente, creen estrategias beneficiosas para comercializar sus productos, especialmente los alimentos. En este sentido, la agroecología ofrece posibilidades para estructurar otras relaciones con los mercados. Se presenta una breve historia de las relaciones de intercambio, seguida de un

debate sobre el sistema de mercado actual. Se presentan elementos del concepto de construcción socioterritorial de los mercados, a partir del papel potencial de los campesinos que producen y comercializan productos agroecológicos. El texto se basa en apuntes teóricos y aborda las oportunidades para la construcción socioterritorial de mercados a través de la agroecología. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron revisión bibliográfica y reflexiones basadas en la investigación participante con productores agroecológicos y sus organizaciones, localizados principalmente en Rio Grande do Sul y Paraná. Como resultado, se extraen inferencias sobre cómo los campesinos crean e institucionalizan relaciones sociales a través de la agroecología, proyectándolas territorialmente en diferentes interacciones con los mercados y aprovechando posibles «grietas en el capitalismo».

Palabras clave: Mercado; Construcción Socioterritorial; Protagonismo Campesino; Agroecología.

Introdução

Tem sido cada vez mais comum associar a nossa vida cotidiana às relações econômicas, devido à centralidade e hegemonia global do Modo de Produção Capitalista, caracterizado pelo domínio do “mercado”. Apesar do discurso do desenvolvimento sustentável estar sendo utilizado há cerca de 30 anos, o crescimento econômico continua a ser considerado a mola propulsora do “desenvolvimento”.

Mesmo com diversas críticas e ressalvas à nebulosa ideia de desenvolvimento sustentável, inclusive por geógrafos (Souza, 2006, 2013; Rodrigues, 2011; Candiotto; Corrêa, 2004), assim como a teorias que defendem o decrescimento, em virtude de limites planetários (e sociais) (Lang *et al.*, 2024), a humanidade não tem conseguido avançar frente ao enorme desafio de frear a degradação ambiental e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades sociais. Enquanto a situação só vai piorando, a exacerbação de nossa inércia só vai aumentando!

O fracasso das negociações a respeito da redução na emissão de gases estufa, transição energética, resiliência às consequências de desastres e ao aquecimento global, denota que, mesmo no plano político, existem mais divergências do que coesão. Apesar de a ciência evidenciar a gravidade da situação e a realidade escancarar as consequências de

diversos desastres (socio)ambientais, o debate sobre as causas de nossos maiores problemas tem sido permeado por negacionismos.

Muitos críticos afirmam que o “mercado” se tornou um Deus! Como se o mercado fosse um sujeito, com vida própria e com a capacidade de manipular toda a humanidade. Mas, então, o que é o mercado? Um sujeito ou um produto social? Se o mercado é um produto social, como ele é produzido? Mas ele é um produto dado? Sem margem de manobra? Quem dá as cartas neste processo de construção e de produção do(s) mercado(s)? É possível construir outros mercados, com maior protagonismo popular?

Partindo da ideia de que os mercados são produtos de um processo de construção social (e territorial), procuramos contribuir com esse debate. Além de apresentar o mercado enquanto instituição social e de, brevemente, discutir o atual sistema de mercado, este artigo aborda elementos da concepção de *construção socioterritorial de mercados*, tendo por base o potencial de protagonismo de camponeses que produzem e comercializam produtos agroecológicos.

62

Assim, o objetivo do artigo é argumentar que, apesar de os mercados serem construídos hegemonicamente sob a égide da acumulação ampliada do capital, por meio da agroecologia há margem para a estruturação de outras relações com os mercados, onde a reconexão ecológica, a maior autonomia relativa camponesa e os princípios da economia solidária podem se fazer presentes. Os mercados são produtos da territorialização das relações sociais de troca, de modo que podem existir “margens de manobra” nas “fissuras do capital” (Holloway, 2013), onde é possível valorizar o protagonismo e a auto-gestão de camponeses – e de outros sujeitos sociais – na construção desses mercados.

Para tanto, como será argumentado, anteriores ao ato da comercialização, várias relações sociais precisam ser institucionalizadas e territorializadas (nas esferas da produção, da certificação agroecológica, da organização coletiva, da cooperação logística etc.), como *conditio sine qua non* para que os camponeses possam galgar protagonismos em suas conexões com os mercados. Compreendemos, ainda, que a recuperação de sentidos mais radicais sobre o processo econômico e a economia substantiva podem

lançar luzes ao entendimento do campesinato como um modo de vida (economicamente) complexo, com condição de agir com certa autonomia, não se limitando apenas a funções exercidas no âmbito da reprodução ampliada do capital. A agroecologia, a flexibilidade camponesa e a organização coletiva são trunfos nesse sentido.

Certamente, gerenciar a produção, a certificação, o processamento, o transporte e a comercialização de alimentos agroecológicos não é uma tarefa fácil. Contudo, ao se lançarem neste desafio, os camponeses, organizados coletivamente, podem ampliar seu protagonismo na etapa de comercialização, que, geralmente, leva a uma apropriação por parte de atravessadores do ganho que deveria ser dos produtores.

Como se trata de um artigo teórico, os procedimentos metodológicos utilizados foram revisão bibliográfica e reflexões que temos feito com base em pesquisas e atividades colaborativas com camponeses que produzem alimentos orgânicos e que atuam na perspectiva da agroecologia. Tais atividades têm permitido a observação participante e o diálogo com esses sujeitos e suas organizações, sobretudo nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

O trabalho está estruturado em três seções. Inicialmente, aborda-se as relações econômicas, incluindo suas facetas mercantis, como produtos historicamente construídos. Nesses termos, o que hoje se denomina trivialmente por mercado consistia, antes da era industrial, no *lócus* de interações sociais diversas, referenciadas nos aspectos culturais e econômicos de cada sociedade. Entrementes, sob a égide do capitalismo, essa diversidade de interações envolvendo a troca, a compra, a venda, a partilha e a reciprocidade transformou-se em um sistema de mercado hegemônico, o qual sobrepujou as economias substantivas dos diversos povos e territórios. Na última seção, são realizadas considerações sobre o protagonismo que a agroecologia pode conferir aos camponeses em tempos atuais. Para tanto, consideram-se as práticas de reconexões ecológicas dos camponeses com seus territórios e a institucionalização de relações capazes de elevar a autonomia relativa desses sujeitos frente ao sistema de mercado, em especial, e por intermédio da promoção de estratégias de construção socioterritorial de mercados.

1. Apontamentos sobre o atual sistema de mercado

O que denominamos hoje, correntemente e de maneira muito trivial, como economia de mercado, é uma forma moderna e confusamente percebida de relação social delineada através do funcionamento do sistema econômico-social hegemônico. Diz-se mercado, indiscriminadamente, para se referir desde a uma simples venda física de bairro, como para fazer menção a algo abstrato como o universo das finanças e das ações. No entanto, existe pouca semelhança entre o mercado regulador contemporâneo e as relações de comércio intra e entre pessoas e lugares, realizadas desde tempos imemoriais e entranhadas nos tecidos social e cultural dos povos.

A economia de mercado em que se apoia a atual “sociedade econômica” (Heilbroner, 1980), tal qual nos familiarizamos com seus mecanismos, não é a evolução “natural” das relações econômicas do passado, mas o produto de transformações institucionais historicamente bem definidas.

64

Erroneamente, associa-se o funcionamento da moderna economia de mercado aos elementos mais aparentes das relações econômicas, como a geração de excedente, o comércio, a especulação e a circulação de dinheiro. E a tendência é a construção de uma narrativa que busca nesses elementos formais das relações econômicas a explicação para o ímpeto “natural” dos sujeitos, desde o alvorecer da nossa história, para a busca daquilo que define nosso *status quo* econômico-social contemporâneo: o lucro.

A troca, os mercados locais, o comércio mais longínquo e a circulação de dinheiro existem há milhares de anos, mas o sistema de oferta-demanda-preço, isto é, o “mercado” em sentido moderno, só existe e passa a desempenhar papel de regulação da atividade econômica em tempos mais recentes (Cangiani, 2012). Eis o principal produto da “grande transformação”, intensificada no século XIX, conforme apontado por Polanyi (1980): ao invés de a economia estar enraizada nas relações sociais, como sempre ocorreu, as relações sociais passaram a se enraizar no sistema econômico.

Por mais que a produção, o comércio, o mercado e a economia tenham adquirido uma fisionomia própria com o aprofundamento das relações econômico-sociais capitalistas, estas são dimensões da vida humana, com raízes históricas profundas e arraigadas na cultura e nas cosmovisões dos diferentes povos ao longo do tempo.

2. Da economia substantiva ao sistema de mercado

A definição de “economia substantiva” foi proposta por Polanyi (2012), sendo entendida como um processo instituído de interações que servem para satisfazer as necessidades materiais básicas, que são vitais para todo indivíduo e comunidade humana. “O significado substantivo provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver” (p. 63). “Sem uma economia nesse sentido, nenhuma sociedade poderia existir e perdurar” (p. 78).

65

A “economia substantiva” constitui-se em dois níveis complementares: 1) a interação entre os sujeitos e seus meios; 2) a institucionalização desse processo.

O nível de interação sujeitos-meios está associado aos processos de adaptação ativa, que, historicamente, as pessoas foram construindo com seus entornos geográficos e territoriais (conhecimento sobre as dinâmicas do meio físico e biológico, tecnologias sociais de desenvolvimento de bancos de germoplasmas apropriados às condições ambientais, diferentes formas de manejo do solo e de integração pecuária-agricultura-extrativismo, são alguns exemplos). Já a institucionalização dessas interações diz respeito à forma com que os grupos sociais produziram soluções coletivas para viabilizar seus processos econômicos substantivos ao longo do tempo (o respeito ao saber dos anciãos, consolidados em determinadas culturas; a observação atenta e reprodução dos conhecimentos assertivos experienciados pela comunidade quanto ao trabalho com as sementes; às práticas de reciprocidade manifestadas no apoio mútuo e na troca de dias de tra-

balho, são manifestações da institucionalização social de práticas que garantiram a reprodução social de distintos grupos). Os grupos sociais, nesses termos, institucionalizaram distintas formas de interação entre si e com o meio, como condição para a reprodução de seus modos de vida.

Há um equívoco em igualar a economia humana geral (substantiva) à sua forma de mercado. Com a consolidação do sistema econômico moderno, tornou-se quase impossível evitar a conclusão errônea, advertida por Polanyi (2012), de que, tal como o homem “econômico” era o homem “real”, o sistema econômico era “realmente” a sociedade. Um “significado formal” da economia, mais restrito, associado à relação meios-fins e à racionalidade da gestão de recursos escassos, movidos pelo desamparo, pela fome e pelo benefício individual, obscureceu, progressivamente, seu “significado substantivo” e ontológico. Do ponto de vista da “economia formal”, mercado e troca são coextensivos. A vida econômica é redutível a atos de troca, que estão encarnados nos mercados. Por isso, a troca é descrita como a relação econômica, enquanto o mercado é a instituição econômica (Polanyi, 2012).

Através do conceito de *economia substantiva* de Polanyi (2012), é possível compreender a adoção de estratégias para a intensificação das trocas, cujo efeito pretendido visou expandir o acesso a objetos voltados a garantir as condições materiais para a reprodução da vida. Nesse sentido, é possível afirmar que a economia é, sobretudo, produto de relações sociais e da interação com elementos da natureza e objetos técnicos, que compõem o espaço geográfico.

No período histórico em que a economia substantiva predominou, ou seja, entre os primórdios das interações sociais de troca (presentes já nas relações entre grupos pré-colombianos e entre civilizações da Idade Antiga) e a intensificação do capitalismo industrial (século XIX, sobretudo), as relações econômicas não se sobrepunham ao tecido social, mas estavam entranhadas nele, nas relações estabelecidas e institucionalizadas¹.

¹ Ao longo da história e com diferenças nas distintas regiões, diversos grupos sociais adotaram uma miríade de estratégias para garantir a satisfação de suas necessidades concretas. Essas ações dizem respeito ao enfrentamento do denominado “problema econômico” (Heilbroner, 1980). Imprescindíveis à reprodução dos grupos humanos, tais

O próprio capitalismo, a título de exemplo, não evoluiu como um modo de produção frontalmente radical às instituições do período medieval. A economia capitalista, mesmo na esteira da Idade Moderna, levou séculos para consolidar seu *modus operandi* e, assim, reorientar o conjunto das instituições sociais à lógica da acumulação e de seu sistema de mercado (Dobb, 1983). Um salto relevante no âmbito das relações econômicas se deu com o mercantilismo, iniciado no século XV. Os avanços técnicos na navegação e no conhecimento do planeta em termos de localização permitiram traçar rotas fundamentais para o expansionismo territorial e para a colonização. Consequentemente, foi possível ampliar a apropriação de riquezas naturais (rapina ambiental), a subjugação de seres humanos e, posteriormente, as trocas baseadas na especulação, que são marcas das relações comerciais modernas.

O comércio especulativo do mercantilismo (o adquirir barato e vender caro), não provocou mudanças substanciais em muitas facetas de sociedades pretéritas ao capitalismo, ainda arraigadas ao chamado antigo regime, incluindo as formas de produzir e de se relacionar com a terra, consolidadas culturalmente. A economia especulativa mercantilista convivia em paralelo com a economia substantiva das sociedades europeias. O movimento de desconstrução dessa unidade e, portanto, de suas instituições, mostrou-se lento e marcado por conflitos diversos, inclusive intra-burguesia (Dobb, 1983).

Bookchin (1995) também alerta que as economias de mercado existiam antes do capitalismo, coexistindo, inclusive, com o que denominou economias comunais. Todavia, em meados do século XVII, com a Revolução Inglesa de 1640, a aristocracia, a monarquia e a burguesia inglesa estabeleceram um compromisso político, que deu liberdade para a

ações foram sendo “institucionalizadas” (Polanyi, 2012) para garantir, justamente, sua manutenção a longo prazo. O uso coletivo da terra, o apoio mútuo nas relações de trabalho, o casamento, a ética da reciprocidade, o poder emanado das crenças religiosas, a valorização do conhecimento dos anciãos, os sistemas de proteção ao artesanato (como procedido junto às corporações de ofício medievais), entre outros, são exemplos de como as pessoas foram criando relações sociais institucionalizadas para poderem acessar condições necessárias à sua própria sobrevivência (terra, recursos comuns, objetos técnicos, trabalho coletivo, saberes consolidados pela tradição etc.). Nesses termos, a dimensão econômica da vida era um meio, e não um fim em si. Exemplos de relações sociais institucionalizadas pela tradição, embora não sejam mais a tônica da sociedade contemporânea, ainda podem ser apreendidos junto ao modo de vida de diversos povos originários, comunidades tradicionais e organizações da agricultura familiar e camponesa presentes no Brasil.

burguesia dirigir a economia. Desta forma, foi o avanço histórico do capitalismo na Inglaterra que deu supremacia à economia capitalista, inicialmente na escala nacional e, posteriormente, na global.

Foi através do avanço do capitalismo no seio da produção, deflagrado a partir do século XVIII, que se estabeleceram as bases para a criação de um sistema de mercado unificado. A eclosão das manufaturas, o fortalecimento da fração de classe da burguesia industrial e as mudanças que se consubstanciaram na própria agricultura (cercamentos, expropriação, *improvement* etc.) (Wood, 2000) foram importantes para este processo. Ao contrário da burguesia mercantil, que não estava disposta a romper com as instituições de sua época e, por consequência, perder seus privilégios, a burguesia industrial, ao se fortalecer e em disputa com o mercantilismo e o antigo regime, provocou alterações profundas, não somente nas formas de produzir, mas no conjunto da sociedade e de suas mediações institucionais. Acelera-se a “grande transformação”! (Polanyi, 2012).

Desta forma, é possível afirmar que a intensificação do sistema econômico e social capitalista, especialmente na esfera da produção, provocou a erosão e a gradual desconexão (social e espacial) das economias substantivas. Este processo, de forma conflitual, pavimentou a via pela qual o capital construiu novos nexos para seu “sistema-mundo” (Wallerstein, 2012). Com a consolidação desse sistema-mundo, concomitantemente, moderno e colonial (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006), passou a haver uma projeção da dimensão econômica sobre as demais dimensões da existência humana, biológica e ecológica. A economia se desenraiza (Polanyi, 2012) e se torna crescentemente abstrata, à imagem e semelhança do moderno sistema de mercado.

No compasso das mudanças econômicas oriundas da expansão do Modo de Produção Capitalista, uma técnica global adquire contornos cada vez mais claros, se capilariza e impacta na modelagem de uma nova Geografia mundial. O espaço, como um todo, é refuncionalizado em termos de um conjunto de recursos e de condições concretas à acumulação do capital. As relações dos indivíduos e grupos sociais com a natureza e o

espaço geográfico, historicamente mediadas por valores culturais e representações sociais, vão se transformando paulatinamente. Assim, a economia capitalista vai instaurando o *sistema de mercado*, com base em uma *Divisão Internacional e Territorial do Trabalho* (Santos, 1996), sob o controle de bancos, firmas, Estados-Nacionais e agências multilaterais.

No contexto da economia capitalista, há uma complexidade de situações e fases, que não serão discutidas neste artigo. Porém, cabe ressaltar a importância histórica do capitalismo industrial e a ascensão do capitalismo financeiro. Este último, hegemônico desde a década de 1970, é um dos pilares do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996).

O sistema de mercado, conforme Cangiani (2012), “[...] caracteriza-se pelo fato de que, tornando-se a troca a forma de integração prevalente, o mercado se transforma na instituição específica pela qual a economia se organiza socialmente” (p. 12). “A troca, como forma de integração, depende da presença de um sistema de mercado, um modelo institucional que, ao contrário das suposições comuns, não nasce de atos aleatórios de troca” (Polanyi, 2012, p. 86).

Apesar de esta transição ter sido complexa e ter envolvido disputas, conflitos e injustiças, pode-se afirmar que ela se deu a partir da iniciativa da sociedade ou de parte dela (elites político-econômicas). Historicamente, a hierarquia estabelecida entre os seres humanos há cerca de 10 mil anos (Bookchin, 1982) permitiu que fossem estabelecidas relações de exploração social e ambiental. Por sua vez, tais relações são preponderantes para a concentração do poder e da riqueza. Atualmente, o sistema de mercado reflete esta concentração, que permeia a sociedade de classes.

Mas como essas mudanças no contexto da trajetória das relações econômicas afetaram a dinâmica de vida dos camponeses? O que faz dos camponeses sujeitos diferenciados em termos de relações econômicas?

3. Transformações ocorridas na economia e na vida camponesa

Os camponeses, em cada tempo e sociedade, sempre vivenciaram a troca e as relações de comércio, a seu modo. Produziram excedentes para garantir a reprodução de seus modos de vida, os quais eram escoados como doação ou escambo, marcados por relações de reciprocidade (Sabourin, 2011). Produziram, igualmente, artigos (alimentos, artesanato, ferramentas etc.) para comercializar em lugares de encontro entre os que ofertavam e os que adquiriam.

Até o século XVIII, ou seja, anterior ao contexto da “grande transformação”, ocorrida no século XIX, nunca dantes esses sujeitos dependeram exclusivamente do mercado para sua sobrevivência (Kautsky, 1986), apesar de o mercado sempre se constituir como parte integrante nas sociedades camponesas (Pirenne, 1966). “Não se conheciam sociedades comerciais permanentes antes dos tempos modernos” (Polanyi, 2012, p. 317).

A própria questão agrária está associada à construção da lógica da economia de mercado capitalista, a qual provocou uma erosão da condição de reprodução camponesa, ao transformar a terra e o trabalho em mercadorias. Assim, a economia substantiva deu lugar ao sistema de mercado, que se tornou global a partir da Idade Moderna e, sobretudo, na Idade Contemporânea. Com isso, a natureza e os seres humanos, incluindo os camponeses, passaram a estar cada vez mais sujeitados à lógica da acumulação capitalista, pautada no lucro.

As formas em que as sociedades camponesas institucionalizaram suas relações econômicas estiveram atreladas, historicamente, à necessidade de autoproteção dos grupos frente a ameaças internas e externas. A esse respeito, A. Chayanov (1974 e 2017) dedicou uma extensa obra sobre a racionalidade econômica do campesinato. Ele tomou como base a análise do microcosmo da unidade de produção camponesa para fundamentar uma teoria que torna central as relações de cooperação entre membros de uma família camponesa, entre membros de uma comunidade e, destes, com a terra e a natureza. Ao compreender o camponês como um sujeito social diferenciado, Chayanov categorizou

o campesinato como um sistema econômico não capitalista, dada a complexidade de suas manifestações e a dificuldade em apreendê-las pelos elementos-chave da teoria capitalista. Essa complexidade derivava do fato de que a busca pelo equilíbrio econômico, para os camponeses, estava imbricada, de forma intensa, às demais dimensões de suas territorialidades, sejam elas a cultural, a política ou o que poderíamos chamar de ecológica.

O casamento, as relações intrafamiliares e de parentesco, o compadrio, a religiosidade, a socialização dos conhecimentos e das condições de produção (sementes, animais, um pedaço de terra para plantar, mutirões etc.), códigos de condutas morais, a co-operação, dentre outras, foram instituições, práticas e repertórios culturais que, historicamente, legaram a função de manter em equilíbrio as condições vitais de existência desses sujeitos.

Ainda hoje, tenhamos ou não consciência, em função de sua intangibilidade e enraizamento nas nossas ações diárias, a institucionalização de um importante conjunto de relações econômicas desempenha um papel relevante na organização social, seja no campo ou na cidade. Seria o sistema econômico moderno tão estruturado a ponto de renunciar ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado?

Em municípios do interior do Sul do Brasil, por exemplo, muitos jovens que migraram dos espaços rurais para as cidades dependem do aporte material dos familiares, que permaneceram no campo, para poderem estudar, trabalhar e viabilizar certo equilíbrio econômico. Esse aporte abarca o consumo de alimentos que são produzidos nas unidades camponesas de suas famílias, além de eventuais auxílios financeiros. Em contrapartida, alguns desses jovens retornam periodicamente para seus estabelecimentos para auxiliar no trabalho produtivo (“fazer a safra”).

Com isso, queremos enfatizar que a dimensão econômica da vida, ainda hoje, é mais complexa do que o sistema de mercado, principalmente entre os camponeses. Quando a “economia substantiva” de Polanyi (2012) ou o sentido do “processo econômico” de Heilbroner (1980) atrelam a definição de economia à forma pela qual os bens

essenciais para a vida são providos, faz-se necessário compreender como são construídas as mediações para viabilizar e institucionalizar as trocas.

A flexibilidade camponesa, destacada por Shanin (2008), apresenta-se factível, pois a vida desses sujeitos não se resume a um empreendimento econômico e à obtenção de lucro, como ocorre com uma firma. O aspecto econômico está presente na multidimensionalidade da vida. A qualidade de flexibilidade mostrar-se-á tão mais elevada quanto mais amplas e consistentes forem as interações que esses sujeitos mantêm para reproduzirem sua sobrevivência. E esta reprodução implica que os camponeses, de alguma forma, se conectem à exterioridade. E, no âmbito das trocas, suas relações perpassam os mercados.

Nesse sentido, os mercados acessados pelos camponeses costumam ser aqueles mais próximos, característicos da escala local. Entregas em domicílio e participação em feiras são formas de comercialização onde o agricultor se relaciona diretamente com os consumidores, exercendo o papel de vendedor. Além disso, seu vínculo com cooperativas municipais da agricultura familiar tem permitido o acesso a mercados institucionais locais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por outro lado, as vendas para estabelecimentos varejistas, seja através da negociação direta com essas empresas, seja por meio de atravessadores, é outro mercado local historicamente relevante para os camponeses. Estes são exemplos de cadeias curtas.

Ao se vincularem a cooperativas e empresas regionais, nacionais ou internacionais, os camponeses, mesmo que indiretamente, passam a estabelecer relações com mercados mais amplos e complexos, onde eles se tornam apenas uma pequena parte da cadeia. Apesar de cruciais, pelo fato de serem os produtores das mercadorias comercializadas, sua subordinação ao capital é crescente, devido aos contratos e normas rígidas impostos pelas empresas e pelo Estado. Assim, se tornam o “elo fraco” do agronegócio.

Portanto, acreditamos que o protagonismo dos camponeses no acesso e nas negociações com os mercados é fundamental para que eles possam entender as formas de

exploração por parte das empresas e reduzir sua subordinação ao capital. Através de um protagonismo consciente sobre as estratégias de apropriação de seu trabalho, os camponeses podem ser sujeitos ativos na construção de mercados, na escala local, regional, mas, também, em escalas mais amplas. Por isso, entendemos ser válido defender a ideia de uma *construção socioterritorial de mercados* por camponeses, principalmente aqueles organizados coletivamente.

Análises sobre como os camponeses têm estabelecido relações com os mercados são centrais no âmbito do debate sobre subordinação e autonomia. Predominam relações capitalistas ou não capitalistas entre os camponeses? Estabelecer relações capitalistas é um indicador de sua subordinação? É possível estabelecer outros tipos de trocas e relações comerciais? A perspectiva da construção socioterritorial de mercados pode contribuir para fortalecer a autonomia camponesa?

Para responder às questões, faz-se necessário identificar como os camponeses têm se relacionado com os mercados, ou seja, como têm comercializado seus produtos e estabelecido negociações com outros agentes econômicos (Estado, atravessadores, empresas varejistas, consumidores, entre outros). Buscando colaborar para esta tarefa, serão apresentadas reflexões sobre como os camponeses foram estabelecendo sistemas de trocas ao longo do tempo, considerando dois aspectos que marcam a atual situação camponesa com relação à subordinação ao capital: a *desterritorialização* e a *monopolização do território pelo capital* (Oliveira, 2001).

Por fim, o debate sobre a construção socioterritorial de mercados será pautado, com base no potencial de protagonismo de camponeses para tal construção, e na possibilidade de construção de mercados por camponeses que atuam com práticas espaciais pautadas na produção agroecológica, sobretudo por camponeses organizados coletivamente, haja vista que tal organização é fundamental para reduzir sua subordinação e fortalecer processos de autogestão.

4. Relações econômicas estabelecidas por camponeses

Nas regiões interioranas do Sul do Brasil, marcadas pela colonização no século XIX e primeira metade do século XX, os camponeses, denominados de colonos, já haviam se reterritorializado como pequenos produtores mercantis (Feres, 1990; Piran, 2001). Por mais que esses sujeitos reproduziam a lógica da economia substantiva em suas localidades de destino (a comunidade rural) como um fator de vínculo identitário e de reciprocidade, em momentos de vulnerabilidades mais acentuadas, a vinculação com o mercado fazia-se necessária, dado o imperativo de gerar divisas monetárias para garantir a permanência na terra (pagar pela terra, produzir para se tornarem “proprietários” fundiários, comprar o que não produziam etc.).

Mediações comunitárias paralelas à economia de mercado e, posteriormente, ao sistema de mercado não eram algo novo para as famílias de “colonos”. Embora importante, uma parcela significativa do esforço para a reprodução econômica desses sujeitos não dependia exclusivamente do mercado, mas das relações internas e de reciprocidade mantidas entre a família e a comunidade. Com o aprofundamento das conexões com o sistema de mercado, as demais mediações econômicas foram se subalternizando. E o efeito disso traduziu-se em desconexões, desequilíbrios e na inviabilização econômica de diversas famílias camponesas.

As transformações decorrentes do predomínio do sistema de mercado foram contundentes para os camponeses, estendendo-se da dissolução das formas históricas de acesso à terra às alterações nas práticas produtivas para atender à crescente “demanda de mercado”. Uma agricultura mais intensiva e artificializada foi substituindo práticas agrícolas conexas a seus “meios geográficos” (Santos, 1996).

Conforme a lógica do sistema de mercado (oferta-demanda-preços), calcada na especialização produtiva, na competitividade, na artificialização dos agroecossistemas e na *sujeição da renda da terra ao capital* (Martins, 2010), foi avançando nos territórios, o campesinato foi se distanciando das condições que, historicamente, lhe garantiram sua

viabilidade social e econômica. A desterritorialização e a transformação social das práticas desses sujeitos foram as tônicas desse movimento.

A expansão do sistema agroalimentar global, associada a uma “revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia verde” (Porto-Gonçalves, 2006), levada a cabo por atores hegemônicos da economia internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, intensificou a pressão sobre os territórios da agricultura camponesa e familiar. Essa expansão levou a dois fenômenos simultâneos: 1) a desterritorialização; 2) a monopolização do território pelo capital (Oliveira, 2001).

A desterritorialização é a substituição da agricultura camponesa por uma agricultura voltada exclusivamente à produção de mercadorias. Um processo que traz consigo não apenas mudanças nas práticas produtivas, mas a derrocada de um modo de vida, que se manifestava em territorialidades camponesas, paisagens, mediações ecológicas, racionalidades e instituições sociais diversas. A desterritorialização não se trata de um fenômeno recente. Lênin (1988), ao se referir aos cercamentos ingleses ocorridos entre os séculos XVI e XVIII – eventos que levaram à desterritorialização da agricultura camponesa e à territorialização da agricultura capitalista – chamou esse movimento de “limpeza para o capital”. As casas e estruturas eram destruídas para impossibilitar o retorno dessas famílias à terra. Tal expropriação significava, igualmente, a erosão de um patrimônio cultural secular. O elemento novo na desterritorialização é que se trata de um movimento articulado globalmente, intensificado a partir da década de 1950, e centralizado na comercialização de terras de camponeses por sujeitos diversos. A desterritorialização também tem se dado por meio de projetos públicos ou privados, com forte protagonismo do Estado, como a construção de usinas hidrelétricas.

No Brasil, milhares de camponeses foram desterritorializados a partir da década de 1960, desencadeando o famoso êxodo rural. Atraídos pelas promessas de uma vida melhor nas cidades, deixaram de viver em suas terras e de cultivá-las, para trabalhar em indústrias, na construção civil e em outras funções urbanas. E este processo de desterritorialização continua até hoje.

No fenômeno da monopolização do território pelo capital, com efeito, os agricultores permanecem com suas famílias no território, mas sujeitados a estruturas hierárquicas de controle, possíveis através do sistema de mercado, dos contratos de integração, da técnica global, do capital financeiro e do poder corporativo de grandes empresas do segmento. Um poder formal, marcado pela heteronomia, é a síntese dessa relação que os camponeses mantêm com seus territórios. Apesar disso, diferentemente da desterritorialização, o território permanece como trunfo ao campesinato, como um recurso possível de ser ativado.

No caso da maioria dos camponeses que ainda vivem em suas terras, a monopolização de seus territórios pelo capital faz com que sua autonomia produtiva seja perdida ou enfraquecida por meio da especialização produtiva e da adoção da lógica do agronegócio, que leva à subordinação aos ditames e interesses das empresas (agrícolas, pecuárias, silvícolas etc.). Ademais, o crescente fenômeno de arrendamentos de suas terras para terceiros tem transformado camponeses em meros espectadores de práticas espaciais dos arrendatários. Nessas situações, o território, per se, mesmo considerado como um trunfo, não é o suficiente para que sejam processadas mudanças importantes no contexto do poder heterônomo, caracterizado pela centralidade das relações capitalistas (Souza, 2006).

Todavia, acreditamos que o território, ainda, pode adquirir nova qualidade, quando as relações sociais e de poder, ou seja, quando as territorialidades são reorientadas para um projeto de construção de autonomia, seja, inicialmente, tensionando o Estado para garantir direitos e avanços em políticas públicas (*autonomia em sentido fraco* [Souza, 2006]), mas, principalmente, ampliando o protagonismo, a organização coletiva, a autogestão e a tomada de decisão pelos camponeses, que poderia contribuir para o fortalecimento da *autonomia em sentido forte* (Souza, 2006).

A autonomia em sentido forte é algo difícil de ser alcançado em um mundo constituído por feixes multidimensionais de poder heterônomo. Mas, é possível iniciar os passos rumo a um projeto de autonomia, com conquistas autônomas em sentido fraco, ou

com a ampliação de autonomias relativas, através de avanços nos processos de autogestão, com base na gestão coletiva e comunitária, e *autogoverno nas relações de poder* (Dematteis, 2008). Para isso, o território precisa ser ressignificado em termos de novas territorialidades, espelhando novas sínteses relacionais e reconexões estratégicas para tais fins.

Apesar da hegemonia do sistema de mercado e das relações capitalistas, acredita-se que seja possível explorar as fissuras do capital (Holloway, 2013) para se avançar na construção de estratégias que reduzam a subordinação e fortaleçam o árduo caminho rumo ao *projeto de autonomia* proposto por Castoriadis (Souza, 2006; 2017). Nesse sentido, a construção socioterritorial de mercados, que está relacionada à autogestão camponesa, pode ser uma destas possibilidades.

Como a agroecologia tem sido pautada como uma prática espacial camponesa, que pode contribuir para o fortalecimento de um processo de transformação social e da autonomia (Candiotto, 2020; Reinach; Fabrin, 2020), entendemos ser pertinente discutir a ideia de construção socioterritorial de mercados a partir da agroecologia.

5. A construção socioterritorial de mercados

Em Finatto e Eduardo (2021 e 2023) e Eduardo *et al.* (2023a e 2023b), a aproximação entre o conceito de território e a abordagem da construção social de mercados tem sido apreendida enquanto uma concepção, concomitantemente teórica e prática, ou seja, como uma forma de entendimento e de transformação das relações de troca e de distribuição de produtos, tendo por base a ação dos atores da agroecologia no enfrentamento ao sistema agroalimentar e de distribuição hegemônicos.

O conceito de território permite um olhar multiescalar aos processos de construção dos mercados, que abrange desde a unidade de produção ou Núcleo de Vida e Gestão

Familiar (nanoterritório²), a formação regional dos Sistemas Territoriais Agroecológicos (SiTAs³), os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC⁴) e os Circuitos Ampliados de Produção-Circulação-Consumo (CAPCC). Nessa concepção, mercados e territórios (e suas inerentes relações de poder constitutivas) são indissociáveis. Os elementos identitários-culturais dos camponeses, associam-se às condições concretas de produção e de circulação e aos distintos arranjos possíveis de projeção das Redes Agroalimentares Alternativas (RAA⁵).

Em cada contexto territorial e escala de apreensão das interações produção-consumo, há características e desafios específicos a serem considerados. Isso serve tanto para ampliar o entendimento dos atuais mercados para a Agroecologia, como para fomentar arranjos possíveis. Nestes termos, a ideia da construção socioterritorial de mercados é parte de um processo mais amplo e complexo protagonizado pelos atores da agroecologia na transformação do sistema agroalimentar.

A construção socioterritorial de mercados implica, ainda, em um processo no qual grupos sociais do campo e da cidade, entre eles camponeses, organizam-se coletivamente – através de associações, cooperativa ou grupos informais – para definir estratégias de comercialização de seus produtos, negociar com terceiros e reduzir sua subordinação ao capital, por meio de um maior protagonismo com relação às relações de trocas comerciais com outros sujeitos (sobretudo empresas privadas).

Por conseguinte, tal construção pode se dar em mercados diversos, onde os reais produtores buscam, através de um processo de negociação, reduzir o poder de atravessadores e empresas, que sempre atuam objetivando o lucro máximo na venda de merca-

² O conceito de escala nanoterritorial foi proposto por Souza (2013 e 2016), para se referir a um território muito pequeno, como a moradia e o local de trabalho ou lazer. Em um nanoterritório “as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, [...] em situação de copresença.” (SOUZA, 2016, p. 317). CandiOTTO (2020) associou o nanoterritório a uma unidade de produção camponesa. Como tal unidade não envolve somente a produção, mas, também, a vida da família camponesa, CandiOTTO tem usado o termo *Núcleo de Vida e Gestão Familiar* (NVGF).

³ Finatto e Eduardo (2021).

⁴ Darolt (2013).

⁵ Cassol e Schneider (2015).

dorias. Tais interações de mercado são embasadas por distintas motivações e concepções (cooperação, margem de ganho justa, redução da exploração do trabalho, equidade social, valorização de identidades etc.).

Os sujeitos construtores desses mercados, social e territorialmente, podem ser artesãos, camponeses, artistas, profissionais liberais, entre outros. Eles projetam espacialmente suas relações de poder e forjam dinâmicas territoriais, logísticas e de mercado nas mais variadas escalas, desde a local às escalas mais abrangentes (regional, nacional e até internacional), buscando explorar as possíveis fissuras do capitalismo (Holloway, 2013).

Estes sujeitos, envolvidos na construção socioterritorial de mercados, não possuem uma “*intencionalidade econômica capitalista*, em que o lucro e a acumulação são os objetivos principais, e onde predomina uma lógica de crescimento constante da produção e da empresa”, mas, sim, uma “*intencionalidade econômica básica*, cujo principal objetivo é a sobrevivência da família e sua qualidade de vida” (Candiotto; Meira, 2014, p. 169-170). Por estabelecerem relações com um sistema econômico-social capitalista, buscam obter algum ganho financeiro, porém, um ganho que lhes garanta sua sobrevivência, reprodução social e, quiçá, prosperidade. Não se trata de uma lógica que visa explorar outros sujeitos envolvidos nas relações comerciais, muito menos os consumidores finais.

Considerando que a construção socioterritorial de mercados envolve consciência, organização coletiva e protagonismo popular, refletir sobre como construir mercados que favoreçam o trabalho e os trabalhadores é de suma importância. Para tanto, a consciência individual e coletiva sobre as formas de exploração capitalista e de subordinação de trabalhadores aos interesses das firmas é a primeira etapa do processo. Assim, é fundamental conhecer as estratégias de negociação utilizadas por atravessadores, empresas, Estado e outros sujeitos, bem como as margens de lucro que se obtém dos trabalhadores, através dos preços que se paga ao trabalhador e dos preços cobrados pelos produtos ao consumidor final, entre outros fatores.

Na organização e nos debates coletivos, esta consciência, certamente, será reforçada entre os indivíduos, pois cada um possui suas experiências e percepções sobre como

se dão as relações comerciais que vivenciam. Em seguida, é preciso traçar as estratégias, estabelecer objetivos e ações para atingi-los. E é no contexto da organização coletiva que isso precisa ser feito. Para tanto, os valores da cooperação e da solidariedade devem ser centrais para se estabelecer relações de confiança e compromisso com as causas e os objetivos.

Por fim, o protagonismo popular é o que irá edificar a construção socioterritorial dos mercados. Nas negociações com outros sujeitos, locais e extra locais, sempre existirão impasses e discordâncias. Porém, se houver coesão entre os trabalhadores, o processo de negociação será fortalecido. Mas, como toda construção implica percalços e desafios, a mobilização, o diálogo e a união são aspectos fundamentais.

Sabendo da atual hegemonia do capitalismo, a consciência sobre os limites do protagonismo popular e da autogestão na construção socioterritorial de mercados também é imprescindível. Quanto mais estreitas forem as relações com os consumidores, maiores serão as possibilidades de avanço. Contudo, sobretudo em cadeias mais longas (regionais, nacionais e internacionais), a relação direta produtor-consumidor se torna muito difícil.

A construção socioterritorial dos mercados protagonizada por camponeses se efetiva, principalmente, nas “fissuras” de um sistema econômico-social aparentemente monolítico: o capitalismo. Como os mercados são produtos de relações sociais, e como as relações sociais são mediadas pelo espaço geográfico, a ideia de construção socioterritorial de mercados abarca os sujeitos sociais que atuam, direta e indiretamente, em determinado recorte territorial.

Na relação que os camponeses estabelecem com os mercados, a construção dos mercados começa com a produção social das mediações e das instituições que garantirão viabilidade às próprias inserções de mercado (família, vizinhos, grupo de camponeses, associações, cooperativas, outras instituições de representação camponesa, consumidores etc.). E esse processo contém um forte componente espacial. Nesse sentido, as relações territoriais que atuam no processo de construção socioterritorial de mercados são

multiescalares e dependem de uma *política de escalas* (Souza, 2017) construída pelos sujeitos (camponeses e trabalhadores urbanos) e suas organizações. Especificamente, no contexto dos camponeses, isso está vinculado aos seus territórios individuais e coletivos e às suas territorialidades para além dos territórios gerenciados por eles. A identificação destes territórios e territorialidades está ligada a algum tipo de projeção de relações de poder por parte dos camponeses.

No que diz respeito ao que estamos denominando territórios individuais, cabe relativizar esta ideia. Aqui, nos referimos aos estabelecimentos agropecuários (BRASIL, 2017), e, para além deste conceito centrado na dimensão produtiva, a um *Núcleo de Vida e Gestão Familiar (NVGF)* (Candiotto, 2020). Caso um estabelecimento rural ou NVGF seja de posse ou propriedade de somente um indivíduo, este será literalmente um território individual. Contudo, sabendo que a maior parte dos NVGF são ocupados e gerenciados por uma família, composta por dois indivíduos ou mais, um território individual corresponderia a um território familiar. Portanto,

[...] entende-se que um Núcleo de Vida e Gestão Familiar (NVGF) diz respeito a um recorte do espaço social, ou a um nanoterritório, envolvendo um substrato espacial material (aspectos da natureza e objetos técnicos), relações sociais e imaginários dos sujeitos (família e outras pessoas) que vivenciam esse NVGF. Nele, uma família é responsável por sua gestão e, geralmente, essa família reside ou vive parte de seu tempo de vida e de trabalho. [...] o NVGF seria a principal unidade espacial para se apreender a agroecologia, na escala nanoterritorial. (Candiotto, 2020, p. 64).

O NVGF seria o território do camponês. Nele, a família camponesa possui uma autonomia – mesmo que seja relativa e em sentido fraco – para definir o que produzir, como produzir, como manejar a área, enfim, como viver e reproduzir sua sobrevivência enquanto camponeses. No caso de uma família ser proprietária e ser responsável pela gestão do NVGF, ele será o mais importante território desta família. Diversas territorialidades estarão ali presentes, assim como lugaridades e sentidos de lugar.

Em um NVGF existirão agroecossistemas e ecossistemas caracterizados pelas áreas produtivas (agrícolas, pecuárias e silvícolas) e pelas áreas, total ou relativamente

preservadas (florestas primárias e secundárias, ecossistemas naturais ou áreas pouco alteradas), respectivamente. No NVGF, os membros da família camponesa desenvolvem práticas espaciais nanoterritoriais profundas, relacionadas ao uso de recursos naturais (águas, solos, lenha, matéria orgânica etc.), manejo destes recursos, produção de alimentos e de outros bens agropecuários, beneficiamento e processamento da produção. Em termos de lugaridades, diversas relações afetivas e identitárias se dão no NVGF.

As práticas produtivas no NVGF possuem íntima relação com a soberania alimentar da família (produção e consumo de alimentos) e com a comercialização desta produção. Portanto, a produção interage de forma dialética com a comercialização, sendo parte importante da construção socioterritorial de mercados.

A comercialização, por sua vez, é o elemento mais marcante do processo de construção socioterritorial de mercados. É por meio dela, que os produtos são vendidos e que ocorrem as negociações e trocas com sujeitos locais (empresas, cooperativas e associações, consumidores, espaços de comercialização, como feiras), regionais, nacionais e até internacionais. As formas de trocas são variadas e podem ser estabelecidas diretamente pelo camponês ou de forma coletiva, através de grupos informais ou de instituições, como associações e cooperativas.

Desta forma, o processo de construção socioterritorial de mercados advém da premissa de que, diferentemente da concepção que trata o mercado como um mecanismo abstrato, produto de uma “mão invisível”, os “mercados são espaços sociais concretos, erigidos pelas mãos visíveis de sujeitos sociais reais, portadores de interesses, mas também de valores, crenças e ideais” (Niederle; Perez-Cassarino, 2021, p. 260). Os mercados, prosseguem os autores, são demasiadamente importantes para serem deixados apenas aos economistas, sobretudo aqueles que não enxergam ali nada além de curvas de oferta e de demanda.

O mercado não é uma convenção puramente econômica, que dita as regras de funcionamento das trocas de mercadorias e as transações comerciais em geral. Os mercados, no bom plural, são um fenômeno sociológico que se caracteriza como um processo de interação social que mobiliza atores e agentes que possuem interesses em trocar e intercambiar bens,

produtos e mercadorias. Os mercados existem na medida em que estas interações sociais ocorrem. Portanto, os mercados podem e efetivamente são construídos por indivíduos e grupos sociais, tais como os agricultores familiares (Marques; Conterato; Schneider, 2016, p. 11).

Durante certo tempo, os mercados foram concebidos como um fenômeno exterior à ingerência dos camponeses, como uma faceta da realidade social intrincada ao capitalismo. Os teóricos clássicos da questão agrária concentraram suas análises no desvelamento e na crítica aos efeitos oriundos da dinâmica do mercado convencional, sem lançar luzes para a factibilidade de outras mediações mercantis. É comum que ainda haja um constrangimento para se debater o tema do mercado, por parte de entidades de assessoria, extensionistas e pesquisadores do campesinato/agricultura familiar, como se as famílias e organizações, ao estreitarem relações econômicas e com os mercados, estivessem, perigosamente, atravessando uma linha tênue entre uma forma de se portar, “politicamente desejável” e baseada na contra hegemonia, à outra, “corrompida” pelo capital.

Reiteramos nosso entendimento: o mercado e outras instituições econômicas orientam-se por relações sociais diversas, incluindo outras concepções possíveis sobre a geração de valor (políticas, ecológicas, éticas, identitárias etc.), que vão além do cálculo econômico.

Se considerarmos a economia como um conjunto de práticas organizadas em torno de processos de produção, consumo e troca com o propósito de gerar valor segundo certos critérios acerca do que é valioso, então o mercado e outras formas de instituição econômica não serão domínio exclusivo da acumulação de capital, mas sim a expressão de diferentes objetivos e projetos originários de seres humanos operando por si mesmos como sujeitos econômicos [...]. Esses contraprojetos podem ter origem em expressões coletivas de formas alternativas de valor ou de indivíduos autônomos organizando suas vidas e [...] suas práticas econômicas em torno dos seus próprios valores, fabricando assim seus procedimentos particulares de criação de valor (Banet-Waiser; Castells, 2019, p. 17-18).

Como é sabido, o capitalismo não é uma coisa, algo fragmentário, tal como, superficialmente, alguns o associam ao mercado ou ao ganho financeiro. O capitalismo é, ou-

trossim, uma relação social baseada na reprodução ampliada do capital. A questão central é que essa relação social, fundamentada no estímulo a um crescimento sempre em expansão, tende a se territorializar sob a égide de relações sociais e de produção de natureza socialmente exploratória e com repercussões ecológicas destrutivas.

Para se reproduzir, o capitalismo precisa transformar a natureza e o trabalho em mercadorias. Por sua vez, a comercialização das mercadorias se dá por meio do mercado, ou seja, das trocas. Por isso, insiste-se atualmente na necessidade de estarmos atentos aos hábitos de consumo e de pensá-lo, na medida do possível, de uma forma mais consciente, como um ato político.

É comum nos depararmos com campanhas de boicote a marcas ou a produtos de determinados países que não cumprem determinadas agendas (ambientais, de respeito às relações de trabalho etc.). O que isso quer dizer? Que o mercado, ainda que de maneira limitada, congrega um feixe de possibilidades. Portanto, o mercado pode se constituir como um espaço de ativismos capaz, inclusive, de reorientá-lo socialmente. É claro que a capacidade que os sujeitos possuem de impactar o mercado varia de acordo com o nível educacional e de renda dos consumidores distribuídos entre distintos países. Contudo, sabendo que a geração de lucro está vinculada à produção de mercadorias, e que sem consumo não há produção, refletir sobre a capacidade de protagonismo dos consumidores nos mercados é algo plausível.

Do ponto de vista dos camponeses, dos produtores familiares e de suas organizações, a abordagem da construção socioterritorial de mercados tem valorizado o papel destes sujeitos na definição de estratégias de interação com os mercados, ampliando seus escopos de atuação e trazendo à tona elementos que transbordam o simples cálculo econômico, para incorporar questões sociais, valores culturais, segurança ao consumidor e aspectos ecológicos aos produtos e serviços oferecidos.

No caso específico dos produtos orgânicos e agroecológicos, uma miríade de oportunidades e de novas conexões, na direção da construção socioterritorial dos mercados,

tem se apresentado no Brasil, sobretudo, nas duas últimas décadas, não obstante os diversos entraves ecológicos, técnicos, logísticos e políticos.

A demanda por produtos orgânicos tem crescido no Brasil e no mundo, ampliando as possibilidades de construção socioterritorial de mercados com base no protagonismo de camponeses adeptos aos princípios da agroecologia. Esses mercados se apresentam como fundamentais na tentativa de se reduzir a subordinação destes sujeitos à lógica produtivista e economicista do capital. Nesse sentido, o debate sobre a comercialização de produtos agroecológicos é importante para contribuir com a construção social e territorial de mercados com base na agroecologia.

6. A construção socioterritorial de mercados na agroecologia

As práticas e as ideias em prol de uma construção socioterritorial de mercados no âmbito da agroecologia implicam posições que se fundamentam na valorização e na defesa dos bens comuns provenientes da natureza, através da utilização prudente de ecossistemas e recursos naturais, como solos, águas e biodiversidade; da defesa da soberania alimentar e da autonomia camponesa, da valorização de representações sociais e culturais que marcam a vida camponesa, as práticas agroecológicas e a multidimensionalidade da agroecologia.

A luta contra relações de trabalho injustas e degradantes, contra relações de mando e obediência que conduzem a opressões; a busca de preservação de patrimônios culturais associados aos territórios; o resgate de práticas e valores culturais populares, entre outros aspectos, se sobrepõem à lógica simplista atrelada à racionalidade capitalista do cálculo do custo marginal. Racionalidade esta que agrupa como “externalidades” ao processo econômico temas altamente relevantes e diretamente associados à reprodução da vida na biosfera, como é o caso das ações de degradação ambiental e injustiça social.

Uma nova racionalidade, na direção do que Leff (2006) conceituou como “ambiental”, mais conectada aos meios geográficos e às suas bases de recursos ecológicos e cognitivos, torna-se premente. Incluso, uma nova racionalidade sobre o próprio processo econômico e, de maneira mais específica, sobre as formas de interação e de funcionamento dos mercados.

Apesar de o debate conceitual sobre agroecologia não ser objeto deste artigo, é preciso considerar que ela se propõe a ser algo mais amplo que a produção de alimentos orgânicos. CandiOTTO (2020) discute estas questões conceituais, deixando evidente que a agroecologia é muito mais complexa, pois é multidimensional, não estando limitada ao plano produtivo e econômico. Porém, questões como a aproximação entre agricultores e consumidores, relações de comercialização justas e maior disponibilidade de alimentos agroecológicos para o público em geral, não tornando o produto orgânico caro e elitizado, são partes da dimensão econômica da agroecologia.

Ao mostrar que o termo agroecologia tem sido usado por diversas firmas e sujeitos sociais, levando a diferentes interpretações e a disputas ideológicas vinculadas a uma tendência de cooptação do discurso da agroecologia – conforme apontado por Rosset e Altieri (2018) – CandiOTTO (2020) enfatiza a agroecologia como uma prática camponesa e com potencial para contribuir para um processo de transformação social, que valorize o protagonismo e a autonomia desses sujeitos e de suas organizações.

Há quem diga que a mudança agroecológica é algo, deveras, radical. A mudança veementemente radical, porém, esteve atrelada a outro evento, a saber: as sucessivas desconexões ecológicas, culturais e econômicas instauradas em escala global, pela agricultura capitalista, chamada moderna, em detrimento do legado milenar dos povos em prover seus meios de vida em seus territórios.

A agroecologia não propõe uma volta ao passado, mas a construção de mediações que reconectem os agroecossistemas às suas bases de interações ecológicas, que ajustem as tecnologias à diversidade dos meios geográficos e reconstruam os mercados com base em relações personificadas e horizontais. Reconexões que têm criado e proposto

inovações para uma transformação qualitativa da agricultura e da sociedade, imprescindível para o futuro da humanidade.

Se a desconexão promovida pela agricultura convencional hegemônica foi a condição pela qual a produção e o território foram subordinados ao controle externo, a reconexão agroecológica coloca-se como um projeto factível na construção das possibilidades para um agir mais autônomo e em sintonia com o território (base ecológica + conhecimentos + rede de interações + infraestruturas...). Subordinação e autonomia, por óbvio, percorrem objetivos e produzem territorialidades divergentes. Pelo seu caráter não hegemônico, a agroecologia trilha um caminho difícil, com descontinuidades. Porém, com criatividade e resiliência.

De forma geral, a agroecologia, seguindo a perspectiva polanyiana, se tornou expressão “[...] de um amplo “contramovimento” social ao modo como o capitalismo produziu um processo de “desenraizamento” da economia em relação ao conjunto de instituições, valores e crenças que organizam as sociedades” (Niederle; Perez-Cassarino, 2021, p. 259-260). Para estes autores, isso inclui a edificação de novos modelos de produção e de consumo e, conseqüentemente, a construção de mercados nos quais as relações econômicas não se fundamentem no interesse utilitário dos diversos agentes envolvidos.

No campo da agroecologia, a ideia de uma racionalidade camponesa e ambiental dista da racionalidade de uma empresa capitalista, em termos de relações econômicas e com os próprios mercados. No entanto, desafortunadamente, o grau de desarticulação social entre grande parte dos camponeses produtores de alimentos orgânicos/agroecológicos os coloca em posições subordinadas às empresas e ao sistema de mercado. Entendemos que o trabalho dos camponeses, que são os produtores dos alimentos orgânicos/agroecológicos, precisa ser valorizado. E não será por iniciativa de firmas ou de atravessadores que isso ocorrerá.

Conforme já salientado, os mercados são construções sociais e territoriais. As conexões entre os mercados e os aspectos espaciais são múltiplas e compreendem os mo-

mentos da produção, da circulação e do consumo. No caso da agroecologia, há uma vinculação direta entre a produção e as condições ecológicas existentes nos lugares. Eis a relação dialética entre espaço e economia. Eis a Geografia!

Os mercados são diretamente influenciados por essa relação dialética. As distintas sínteses oriundas da tríade espaço, relações sociais, psique (Souza, 2017) territorializam a economia. Assim, surgem várias possibilidades ou limitações que influenciarão nas dinâmicas de produção, processamento, transporte e consumo, levando a um processo de construção socioterritorial de mercados, que se dá desde a escala nanoterritorial até a global. Esta construção é influenciada pelas intencionalidades do Estado, de firmas e de outros sujeitos sociais.

Nos sistemas orgânicos e agroecológicos, o imperativo espacial se apresenta com mais veemência do que nas práticas produtivas convencionais. Nestas, a artificialização reinante em todas as etapas do processo produtivo e pós-produtivo garante certo controle da produção, sua conservação e homogeneização. Com isso, é possível reduzir a dependência das dinâmicas ambientais, obter maiores escalas de produção, armazenar e transportar produtos e matérias primas em longas distâncias, alargando, as opções de mercado, pela padronização ou pelo alcance logístico.

Já na agroecologia, o sistema produtivo está intimamente relacionado às dinâmicas dos ecossistemas e com as características edafoclimáticas, genéticas e “bioculturais” (Toledo; Barrera-Bassols, 2015) locais. O sentido se orienta para a promoção de uma forma de produzir em cooperação com a produtividade da natureza, ao invés de uma produtividade oriunda, simplesmente, da técnica e dos insumos artificiais. Disso decorre a construção de mosaicos agroecossistêmicos, cada qual assimilando potenciais e limitações produtivas. Entender esses limites e respeitá-los talvez seja um dos grandes legados da agroecologia à expansão da nossa consciência sobre o estar no mundo e viver de maneira mais integrada com a natureza.

Os desafios para a construção socioterritorial de mercados no contexto da agroecologia, se apresentam, por exemplo, em tais circunstâncias: 1) Os mosaicos produtivos

implicam, igualmente, em descontinuidades situacionais: locais de oferta – locais de demanda; 2) a ausência de químicos-sintéticos aumenta a perecibilidade e dificulta a padronização dos alimentos, influenciando a ampliação da escala de comercialização e desafiando a organização da logística de transporte; 3) a falta de pesquisas científicas direcionadas à agroecologia, sobretudo no âmbito produtivo e tecnológico, se comparadas às pesquisas voltadas à agricultura convencional; 4) incipiência de recursos financeiros e de políticas públicas que poderiam contemplar melhorias na produção, certificação e comercialização de alimentos agroecológicos; 5) a lógica convencional de mercado pressiona a produção para padrões estéticos e agregação de valor aos produtos, desconsiderando a sazonalidade de determinados alimentos, que é comum na agroecologia. Assim, os mercados para os produtos orgânicos e agroecológicos precisam ser construídos de maneira diferenciada, informando e sensibilizando os consumidores para suas especificidades.

Questões operacionais, relativamente simples na produção convencional, adquirem uma elevada complexidade nos sistemas orgânicos de produção. A fluidez da produção convencional contrasta com o expressivo conjunto de normas e sistemas de controle direcionado aos produtos orgânicos. Enquanto dificilmente conseguimos ter ciência de como foi produzido um produto convencional, os alimentos orgânicos possuem informações detalhadas da “semente até o cliente”. Muitos agricultores agroecológicos, inclusive, trabalham em todos esses âmbitos, da multiplicação das sementes à relação direta com os consumidores. Enquanto, na produção convencional, os sujeitos e empresas atuam, comumente, em posições específicas do processo produtivo (a empresa produz a semente, o agricultor o grão, a cerealista armazena, alguém transporta, outros distribuem/transformam/comercializam etc.).

As normas brasileiras para a produção e a comercialização de orgânicos (sobretudo, a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; o Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e as diversas Instruções Normativas do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA), levam a exigências de infraestruturas específicas (produção, processamento,

transporte e disposição nos espaços de comercialização), de mecanismos de certificação e rastreabilidade, entre outras.

Apesar de dificuldades que são específicas da produção e comercialização de alimentos agroecológicos, a abordagem da construção socioterritorial de mercados (nas escalas local e extra local) possui potencial para a análise dos processos de subordinação da agricultura agroecológica à lógica do mercado convencional capitalista e, doravante, para a definição de estratégias para a construção de protagonismos nas relações de comercialização.

Quanto mais próximos os camponeses estiverem dos consumidores finais, melhor para ambos. Por isso, o debate sobre cadeias curtas que permitam a aproximação entre agricultores e consumidores tem destaque no âmbito de mercados para produtos camponeses e na agroecologia (feiras, entregas em domicílio, cestas, CSA⁶ etc.). Além disso, o pagamento de percentuais maiores para produtos orgânicos em mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, também são elementos importantes para a ampliação e fortalecimento de mercados para camponeses adeptos da agroecologia. Contudo, quando as relações comerciais atingem outras escalas, em mercados regionais e distantes, esta aproximação acaba sendo reduzida, de modo que é crucial que outros sujeitos sociais (individuais e coletivos), guiados por uma lógica pautada no mercado justo e em benefícios para produtores e consumidores, entrem em cena.

Como exemplos da construção socioterritorial de mercados ao nível regional, destacamos a experiência do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos”, criado por diversas organizações ligadas à Rede Ecovida de Agroecologia⁷ e analisado por Eduardo, Klein e Gonçalves (2020); além do trabalho da Associação Regional de Cooperação e Agroecologia Ecoterra, sediada no município de Três Arroios/RS, que

⁶ Comunidade que Sustenta a Agricultura (Community Supported Agriculture).

⁷ <<https://www.ecovida.org.br>>

envolve produção, certificação, beneficiamento, transporte e comercialização de alimentos orgânicos para diversas cidades situadas em estados da região Sul e para a capital paulista⁸.

Por outro lado, nas cidades, existem instituições que têm procurado fazer essa ponte entre agricultores e consumidores, com base em princípios que não estão centrados em uma intencionalidade econômica capitalista. É o caso do Instituto Chão⁹, sediado na cidade de São Paulo, importante parceiro da Ecoterra.

Considerações finais

Problematizar e desmistificar a ideia de mercado constituiu um dos objetivos deste artigo. A problematização girou em torno de como os mercados foram historicamente construídos, até chegarmos ao atual sistema de mercado no contexto do capitalismo do século XXI, altamente hegemônico e concentrado nas mãos de firmas que se tornaram oligopólios. Porém, nesse percurso, e até hoje, existem outras formas de se construir trocas e mercados, que precisam ser analisadas e aperfeiçoadas¹⁰. A desmistificação diz respeito à ideia de que o mercado é um sujeito abstrato, desvinculado das intencionalidades dos capitalistas. Ao contrário, argumentamos que o(s) mercado(s) são constructos sociais, comandados pelos agentes hegemônicos do capitalismo, mas com participação de outros sujeitos, entre eles, camponeses.

No contexto da Geografia Agrária, debates e críticas sobre a existência de relações capitalistas envolvendo o campesinato têm sido centrais e causado muita controvérsia. A polarização entre aqueles que fazem “chacota” sobre a insignificância dos camponeses perante o capital (entendendo que a dimensão macroestrutural da economia capitalista

⁸ A atuação da Associação Ecoterra tem sido analisada pelos autores deste artigo.

⁹ <<https://www.institutochao.org/>>

¹⁰ Iniciativas envoltas a economia solidária, economia colaborativa e escambo são exemplos.

oculta qualquer tentativa de protagonismo camponês) e aqueles que minimizam a importância das trocas comerciais para os camponeses (condenando as relações com os mercados e enfatizando a dimensão microestrutural das decisões familiares camponesas na dinâmica econômica das unidades rurais familiares) é algo marcante, que, em nossa opinião, precisa ser superado.

Se as dicotomias e dogmas não são salutares, tal superação implica considerar a coexistência entre o macroestrutural e o microestrutural, a partir de uma perspectiva dialética e dialógica. Foi nesse sentido que procuramos discorrer sobre a relevância das decisões tomadas pelas famílias camponesas, considerando, sobretudo, que a posse da terra e a condição de produzir alimentos – que são fundamentais para a sobrevivência de qualquer ser humano – são elementos que podem reduzir a subordinação e, consequentemente, contribuir para avanços teóricos e empíricos em direção à autonomia camponesa.

Entretanto, não é, de forma alguma, plausível deixar de considerar a hegemonia das firmas e corporações transnacionais em uma dinâmica econômica regida pelo capitalismo, assim como de firmas menores associadas a elas. Ao acreditar que seja possível viabilizar e fortalecer o protagonismo de camponeses no contexto da comercialização de seus produtos, sobretudo através de sua organização coletiva, lançamos mão do conceito de construção socioterritorial de mercados, procurando caracterizar este processo e discutir como os camponeses podem ampliar seu protagonismo na estruturação de mercados para seus produtos.

Certamente, qualquer processo de construção de mercados implica estabelecer negociações com firmas e com sujeitos que se orientam pelo principal objetivo das relações capitalistas, que é o lucro crescente. E não devemos ser ingênuos em achar que os camponeses não devem ou não podem obter ganhos financeiros. Ao contrário, acreditamos que a ampliação de seus resultados econômicos é uma forma de valorização de seu trabalho produtivo e de toda a logística que envolve a comercialização (pós-colheita, processamento, transporte, venda etc.).

Se essa ampliação levará as empresas que comercializam o produto junto aos consumidores a aumentarem seus preços, é algo que os camponeses não podem controlar. Mas, ao entender que os camponeses são os principais sujeitos no processo de construção socioterritorial de mercados, queremos enfatizar que eles têm condições de conhecer as estratégias das empresas, todo o processo que envolve a comercialização de seus produtos, e, assim, estabelecer negociações que contribuam para garantir preços justos para seus produtos, reduzindo sua subordinação e exploração.

Apesar das “margens de manobra” terem seus limites, e das fissuras do capital serem poucas e estreitas, a consciência sobre a existência de possibilidades de construção socioterritorial de mercados é algo que deve fazer parte da agenda dos camponeses e de suas organizações coletivas, sobretudo daqueles que atuam sob a perspectiva da agroecologia.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos agricultores agroecológicos da Ecoterra e do Circuito Sul da Rede Ecovida de Agroecologia pela generosidade em compartilhar suas lutas e anseios.

Márcio F. Eduardo agradece ao CNPq e à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim/RS), pelo apoio à pesquisa. Um agradecimento especial, também, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE, campus Francisco Beltrão/PR, pela receptividade durante a realização do estágio pós-doutoral e, em especial, ao amigo Luciano Z. P. CandiOTTO, por acompanhar e contribuir com esse momento.

Luciano Z. P. CandiOTTO agradece ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa.

Referências

- BANET-WEISER, Sarah; CASTELLS, Manuel (orgs.). **Outra economia é possível: Cultura e economia em tempos de crise**. Zahar, Rio de Janeiro, 2019.
- BOOKCHIN, Murray. **The Ecology of Freedom**. Palo Alto, Califórnia: Cheshire Books, 1982.
- BOOKCHIN, Murray. **Refazendo a sociedade**. [S.l.]: Printleaks, 1995. Tradução de Ernesto Kramer.
- BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html>>. Acessado em 11/09/2024.
- CANDIOTTO, Luciano Z. P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, pp. 25-75, 2020. <https://doi.org/10.48075/amb.v1i2.23619>
- CANDIOTTO, Luciano Z. P.; MEIRA, S. G. Agricultura orgânica: Uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais. **Campo-Território**, Uberlândia/MG, v. 9, n. 19, pp. 149-176, 2014.
- CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CORREA, Walquíria K. Desenvolvimento Rural Sustentável: Algumas considerações sobre o discurso oficial do Governo Federal. **Geografia**, Rio Claro/SP, v. 29, n. 2, pp. 252-265, 2004.
- CANGIANI, Luiz M. A teoria institucional de Karl Polanyi: A sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In: Polanyi, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, pp. 11-44.
- CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sérgio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, <https://doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>, 2015, pp. 143-177.
- CHAYANOV, Alexander V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

- DAROLT, Moacir. Circuitos Curtos De Comercialização de Alimentos Ecológicos: Reconectando Produtores e Consumidores. In: NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane M. (orgs.). **Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Organizadores. Curitiba: Kairós, 2013, pp. 139-170.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): Um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 33-46.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- EDUARDO, Márcio F., KLEIN, Edson J.; GONÇALVES, Giovani J. A Ecoterra e seu constructo territorial de mercado: As experiências de venda direta como antecedentes do Circuito Sul de circulação e comercialização de produtos agroecológicos, criado no contexto da Rede Ecológica de Agroecologia. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, 2020, pp. 144-189.
- EDUARDO, Márcio F.; FINATTO, Roberto A.; KONRAD, Joice. A construção de redes no mercado de produtos orgânicos: O caso do Circuito Sul de Circulação e Comercialização da Rede Ecológica de Agroecologia. **Terra@ Plural**, v.17, pp. 1-16, 2023a.
- EDUARDO, Márcio F.; EDUARDO, Daiane C. B.; FINATTO, Roberto A. A construção territorial de mercados na Agroecologia: Uma análise sobre o Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecológica de Agroecologia. **Revista Mutirão - Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, v. 4, n. 3, 2023b, pp. 130-152
- FERES, João B. **Propriedade da terra, opressão e miséria: O meio rural na história social do Brasil**. Amsterdam, Holanda: CEDLA, 1990.
- FINATTO, Roberto A.; EDUARDO, Márcio F. Sistema Territorial Agroecológico (SiTA): Uma proposta teórico-metodológica para a análise e a construção da agroecologia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 41, n.1, pp.1-22, 2021.
- FINATTO, Roberto A.; EDUARDO, Márcio F. O Desenvolvimento Territorial Produzido e Apreendido por meio dos Sistemas Territoriais Agroecológicos (SiTAS). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.44, n. 145, pp.61-79, 2023.
- HAESBAERT, Rogério; Porto-Gonçalves, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

- HEILBRONER, Robert. **A construção da sociedade econômica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.
- LANG, Miriam *et al.* De los límites planetarios a los límites sociales: Un argumento a favor de la autolimitación definida colectivamente. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 6, n. 1, pp. 259-331, 2024.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- LENIN, Vladimir L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia** (volume I). In: Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARQUES, Flávia; CONTERATO, Marcelo; SCHNEIDER, Sergio. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- NIEDERLE, Paulo; PEREZ-CASSARINO, Julian. Construção Social de Mercados. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Alexandre P. Dias *et al.* (orgs.). São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, pp. 259-264.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PIRAN, Nédio. **Agricultura familiar**: Lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim, RS: Edifapes, 2001.
- PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1966.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- REINACH, Mariana H. M. FABRIN, Guilherme A. O potencial emancipatório da agroecologia em questão: Dos riscos de cooptação à construção da autonomia. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v.2, n. 2, pp. 76-105, 2020. <https://doi.org/10.48075/amb.v1i2.23619>
- RODRIGUES, Arlete M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, pp. 207-232.
- ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Ciência e política**. SOCLA, 2018.
- SABOURIN, Eric. **Organizações e sociedades camponesas: Uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Ed UFRGS, Série Estudos Rurais, 2011.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, pp. 23-47.
- SOUZA, Marcelo L. de. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SOUZA, Marcelo L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, Marcelo L. de. **A prisão e a ágora: Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- TOLEDO, Victor M., BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão popular, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: Vieira, P. A.; Lima Vieira, R.; Filomeno, F. A. (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico: Passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed, 2012, pp.17-28.
- WOOD, Ellen M. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n.10, 2000, pp. 12-29.

Márcio Freitas Eduardo é pós-doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, *campus* de Francisco Beltrão), doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP), *campus* de Presidente Prudente, e professor dos cursos de Graduação em Geografia (Licenciatura e bacharelado) e do curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* de Erechim/RS. **E-mail:** marcio.eduardo@uffs.edu.br.

Luciano Zanetti Pessoa CandiOTTO é pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Francisco Beltrão, e pesquisador nível 2 do CNPq. **E-mail:** luciano.candiOTTO@unioeste.br

Artigo enviado em 11/06/2024 e aprovado em 16/10/2024.

Artigo

Ecocídio no sertão carioca: Contradições entre o planejamento urbano institucional orientado para o mercado imobiliário e suas próprias diretrizes ambientais sobre as Vargens, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro

Ricardo Ramos Machado Bitencourt

99

Resumo

O presente artigo articula elementos de um universo teórico nos campos da Geografia Ambiental, da Ecologia Política e do Urbanismo para abordar o caso de referência que vem sendo investigado pelo autor: as contradições entre o planejamento urbano institucional orientado para o mercado imobiliário e suas próprias diretrizes ambientais nas Vargens, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Embora ancorados em um universo teórico ampliado, trabalhamos, portanto, com um recorte territorial bem delimitado nesses bairros. No centro desse movimento interdisciplinar, recorreremos à sobreposição da análise geológica da Bacia Sedimentar de Jacarepaguá, como base científica fundamental para o entendimento do recorte territorial, comparando-a com os planos institucionais propostos para esses bairros. Há dúvida se essa análise geológica é ignorada no planejamento institucional, desde as primeiras versões do Projeto de Estruturação Urbana das Vargens à atual legislação urbanística proposta no novo Plano Diretor da cidade, ou se os índices construtivos foram determinados para pagar os custos dessa adversidade estrutural. As contradições se manifestam em diferentes escalas de tempo e espaço. Além das primeiras, apontadas entre diretrizes e objetivos do novo Plano Diretor carioca (2024) e suas propostas, temos um embate explícito entre os sujeitos políticos constituídos nesse território e uma institucionalidade submissa ao mercado imobiliário. O caso das Vargens, embora territorialmente delimitado, é exemplar das violentas contradições postas na atualidade: trata-se de uma conjuntura ampliada e fatal de crise sistêmica, estrutural, política, econômica, cultural, e de perspectiva de luta em um contexto de colapso ambiental global.

Palavras-chave: Política; Ambiente; Conflito; Planejamento Urbano.

Ecocide in Rio's backlands: Contradictions between institutional urban planning oriented towards the real estate market and its own environmental guidelines in Vargens, West Zone of the city of Rio de Janeiro

Abstract

This article will seek to articulate elements of a theoretical universe in the fields of political ecology and urbanism to address the reference case that has been investigated by the author: the contradictions between institutional urban planning oriented towards the real estate market and its own environmental guidelines in the *Vargens* (districts of Vargem Grande and Vargem Pequena), West Zone of the city of Rio de Janeiro. Although anchored in an expanded theoretical universe, we work, therefore, with a well-defined territorial outline in these districts. At the center of this interdisciplinary movement, we will resort to the overlapping of the geological analysis of the Jacarepaguá sedimentary basin, as a fundamental scientific basis for understanding the territorial outline, comparing it with the institutional plans proposed for those districts. There is a doubt as to whether this geological analysis is ignored in institutional planning, from the first versions of the *Vargens*' Urban Structuring Project to the current urban legislation proposed in the context of the city's new Master Plan, or whether the construction indices were determined to pay the costs of this structural adversity. Contradictions manifest themselves on different scales of time and space. In addition to the first contradictions pointed out between the urban project and the environment, we have an explicit clash between the political subjects constituted in this territory and an institutionality submissive to the real estate market. The case of the *Vargens*, although territorially delimited, is an example of the violent contradictions present today. It is an expanded and fatal situation of systemic, structural, political, economic, cultural crisis, and perspective of struggle in a context of environmental collapse global.

100

Keywords: Politics; Environment; Conflict; Urban Planning.

Ecocidio en el interior de Rio: Contradicciones entre la planificación urbana institucional orientada al mercado inmobiliario y sus propias directrices ambientales en las Vargens, Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro

Resumen

Este artículo buscará articular elementos de un universo teórico en los campos de la Ecología Política y el Urbanismo para abordar el caso de referencia que ha sido investigado por el autor: las contradicciones entre la planificación urbana institucional orientada al mercado inmobiliario y sus propias directrices ambientales en las Vargens, Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro. Aunque anclados en un universo

teórico ampliado, trabalhamos, por tanto, com um contorno territorial bien definido en estos barrios. En el centro de este movimiento interdisciplinario, recurriremos a la superposición del análisis geológico de la cuenca sedimentaria de Jacarepaguá, como base científica fundamental para comprender el contorno territorial, comparándolo con los planes institucionales propuestos para estos barrios. Cabe duda de si este análisis geológico es ignorado en la planificación institucional, desde las primeras versiones del Proyecto de Estructuración Urbana de las Vargens hasta la actual legislación urbanística propuesta en el nuevo Plan Maestro de la ciudad, o si los índices de construcción fueron determinados para pagar los costos de esta adversidad estructural. Las contradicciones se manifiestan en diferentes escalas de tiempo y espacio. Además de las primeras contradicciones señaladas entre los lineamientos y objetivos del nuevo Plan Maestro de Río (2024) y sus propuestas, tenemos un choque explícito entre los sujetos políticos constituidos en este territorio y una institucionalidad sumisa al mercado inmobiliario. El caso de Vargens, aunque delimitado territorialmente, es un ejemplo de las contradicciones violentas presentes hoy. Se trata de una situación ampliada y fatal de crisis sistémica, estructural, política, económica, cultural y de perspectiva de lucha en un contexto de colapso ambiental global.

Palabras clave: Política; Medio Ambiente; Conflicto; Planificación Urbana.

Introdução

101

Este artigo articula um universo teórico nos campos da Geografia Ambiental e do Urbanismo com o caso de referência que vem sendo investigado pelo autor: as contradições no planejamento urbano institucional orientado para o mercado imobiliário entre suas próprias diretrizes ambientais e propostas urbanísticas para os bairros de Vargem Grande e Vargem Pequena, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Nossos estudos têm origem no campo da estruturação e morfologia urbanas,¹ mas procuramos relacionar este campo com uma crítica mais específica do, assim chamado, “planejamento urbano sustentável” na atualidade, e teremos na Ecologia Política uma fundamental contribuição crítica para nosso universo teórico ampliado. A presente articulação visa a essa contribuição.

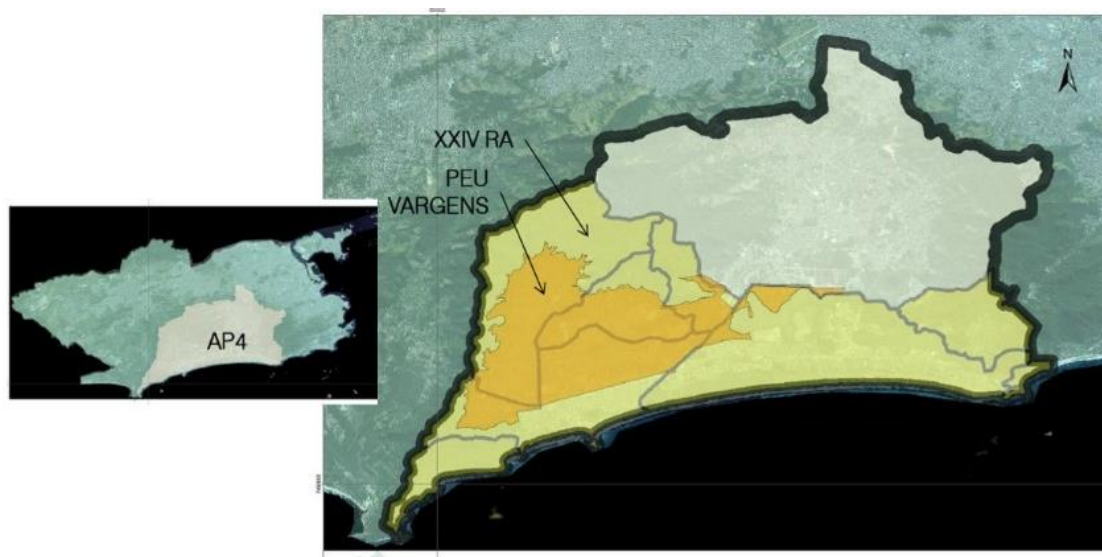
¹ Sobre Morfologia Urbana, encontramos uma definição bem sintetizada em Del Rio (1990, p. 71), que se refere a Samuels (1986), “como o estudo analítico da produção e modificação da forma urbana no tempo”. Dentre os vários significados do termo *estrutura* na língua portuguesa, destacamos o que entende como “disposição e ordem das partes em relação ao todo” (Buarque de Holanda, 1943) e que se aplica às estruturas de edifícios, às cidades como estruturas urbanas, mas também às estruturas ambientais, aos seres vivos e aos minerais, átomos e moléculas, obras literárias e até sistemas ou formas sociais, econômicas e políticas.

No que se refere à morfologia e estruturação urbanas, nos posicionamos junto ao campo crítico à cidade dispersa, à privatização e à condominialização radical do espaço urbano e suas consequências socioespaciais, mas também estruturais e ambientais, uma vez que a adição de objetos autônomos inseridos no espaço difuso sem um nexo de estruturação coletiva não conforma uma mínima estrutura urbana para mobilidade ativa, caminhabilidade e densidade adequada a uma relação menos desequilibrada com o ambiente. O *way of life* do subúrbio americano, que inspira a dispersão urbana em nossas cidades, é predatório, insustentável e patológico para humanos e para o ambiente. Entendendo espaço e relações socioeconômicas como uma unidade repleta de tensões e contradições, a análise da conjuntura de produção do espaço urbano e seus agentes produtores sobre um recorte territorial já encontraria um fundamental aporte teórico, por exemplo, nos campos da Geografia Urbana, Social e Política.

Mas as afinidades são ainda maiores trazendo a Geografia Ambiental e a Ecologia Política como referências fundamentais para o nosso universo teórico ampliado, onde relacionamos análises em diferentes escalas (de tempo e espaço) sobre o recorte territorial da pesquisa, as Vargens na Zona Oeste do Rio de Janeiro (**Imagens 1 e 2**).

Analizamos nessas pesquisas as contradições internas entre as diretrizes e as propostas do planejamento urbano institucional em aspectos ambientais (PEU-Vargens 2009 e Plano Diretor 2024, sancionado em janeiro do corrente), expressadas na incompatibilidade entre zoneamento urbano e a matriz geoecológica de formação da Bacia Sedimentar de Jacarepaguá, onde há ocorrência do solo turfoso. Nessas análises, as escalas de tempo geológico e tempo histórico se aproximam e interagem, o que é raro, dada a insignificância em geral do tempo histórico em relação ao tempo geológico. Quando adicionamos a esse debate as questões atuais sobre mudança climática associada a um socio-metabolismo incontrolável de produção e reprodução ampliada de valor, ele adquire muita relevância na atualidade.

Imagem 1 – Localização da área de abrangência do PEU-Vargens 2009 na AP4 do município do Rio de Janeiro, e desta em relação ao município.



Fonte: Prefeitura-RJ, PEU Vargens, 2015.

Imagem 2 – Delimitação e identificação dos bairros que compõem a região.

103



Fonte: Arte do autor sobre imagem de satélite do Google Earth.

A urbanística atual fala em sustentabilidade, em “urbanismo sustentável” (Farr, 2013),² e as questões que emergem são: sustentável para quê? Para quem? Para sustentar que tipo de sociometabolismo de relação econômica e social, com os recursos finitos do planeta (água potável, minerais e petróleo, por exemplo) e com o ambiente?³ Existe conciliação entre esse sociometabolismo e a dimensão ampliada da vida no planeta? Parece-nos que não, daí a importância da Ecologia Política para o campo do Urbanismo e para uma crítica mais lúcida do planejamento urbano institucional enviesado para o mercado.

1. Características geoecológicas e culturais das Vargens e as contradições entre as diretrizes e propostas do planejamento institucional

Para apontar as contradições mencionadas no título, precisamos percorrer um caminho geo-histórico, geoecológico, mas também de história fundiária, a partir de pesquisa bibliográfica – levando nossos leitores a uma aproximação com o território abordado em nosso caso de referência –, para depois analisar as propostas institucionais e suas contradições inerentes; estas, por sua vez, implicam em conflitos socioambientais

² Entendemos que esse “urbanismo sustentável” tem filiação direta no “New Urbanism”, da crítica ao subúrbio rodoviário disperso americano e do resgate de discursos críticos antimodernos como o de Jane Jacobs, assim como se apoia também em contribuições como as de Christopher Alexander e Ian McHarg. Segundo o próprio autor o termo é extremamente ambíguo, por isso propõe um escopo objetivo que “usa conhecimentos dos sistemas humanos e naturais para integrar o urbanismo que prioriza o pedestre o transporte público com edificações e infraestruturas de alto desempenho” (p. 55). Importante também diferenciarmos o *Urbanismo* como campo de conhecimento e o *Planejamento Urbano* como prática, seja institucional público ou empresarial privado. O título da obra em questão fala em *Urbanismo*, mas trata de *projeto e planejamento urbano* dentro desse campo. Entendemos, apoiados em Souza (2001), que essa expressão de um “desenvolvimento urbano sustentável” tem problemas de baixa densidade reflexiva do ponto de vista de crítica social e não rompe com a lógica do crescimento econômico capitalista. Assim como o próprio “New Urbanism” tem um forte viés formalista expresso em apresentações de casos de referência de projetos formatados para um “mercado imobiliário verde”, estes casos exemplares são contextualizados em realidades socioeconômicas de países ricos do norte global muito diferentes das do sul global periférico. Devemos adicionar a essa crítica que características ambientais, de latitude, climáticas e culturais são sobredeterminações regionais e locais, e que determinados padrões construtivos e urbanísticos não podem simplesmente serem exportados, transplantados ou copiados para outros países.

³ Utilizaremos nesse texto o termo “ambiente”, que adquire assim sentido ampliado de natureza mais sociedade, ao invés do usual “meio ambiente”, que utiliza duas palavras para designar meio significado, porque a tendência é entendê-lo como natureza apartada do humano e do social, a ideia é usar apenas “ambiente” para todo o conjunto geobiofísico e humano, portanto também histórico e socialmente produzido, conforme sugere o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2019) em seus artigos sobre geografia ambiental e ecologia política.

com preexistências e culturas locais, especialmente no modo de se relacionar com a natureza de seu território.

1.1. O Sertão Carioca

Armando Magalhães Correia descreve o sertão carioca nos anos 1930 como uma área rural com um raio muito maior, que hoje incluiria do bairro de Realengo à Campo Grande e Santa Cruz, ficando mais preservado o recanto oeste da Baixada de Jacarepaguá (Vargens) devido ao seu isolamento geográfico:

A vasta zona de terra denominada Planície de Jacarepaguá (vale dos jacarés), compreendida entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, é constituída pelos vales dos tributários das lagoas da Tijuca e Camorim e de Marapendi (mar limpo), na Restinga de Itapeba, pelos Campos de Sernambetiba e pela Restinga de Jacarepaguá, com suas dunas, a qual é o anteparo do Oceano Atlântico.

[...]

A constituição geológica desses contrafortes, Tijuca e Pedra Branca, é formada por gnaisses graníticos associados à rocha quartzosa, com o qual está estratificado. Mas a composição de suas rochas é de origem idêntica, pois se acham separados pelos lençóis aluvionares. Segundo os geólogos, na era terciária os atuais maciços formavam ilhas independentes, resultado de um movimento crostal de depressão do continente que submergiu a parte oriental do Brasil, que no período quaternário seguiu-se de uma lenta elevação, fazendo surgir fundos de mares, hoje em dia planícies e mesmo ilhas. Estes fenômenos e a erosão dos maciços são formadores da grande planície que constitui a baixada de Jacarepaguá (Corrêa, 2017, p. 55-56).

Além da descrição geográfica, o autor faz uma etnografia dos trabalhadores rurais, pescadores, machadeiros, oleiros, carvoeiros, esteireiras, cesteiros, bananeiros, caçadores, além dos agricultores e dos manobreiros de represas – incluindo desenhos do próprio

autor (**Figuras 1 a 4**), que era também escultor, naturalista, escritor e cursou Escola Nacional de Belas-Artes –,⁴ uma contribuição de relevância para a memória deste sertão.

Figuras 1 e 2 – Jacaré-verde (*Caiman latirostris*), à esquerda, e Igreja de S. Gonçalo do Amarante no Camorim, à direita. Ilustrações de Armando M. Correa.



Fonte: O sertão Carioca. (Corrêa, p. 212 e 85).

Figuras 3 e 4 – Ilustrações de Armando Magalhães Corrêa. À esquerda, a capa da primeira edição de “O sertão carioca” de 1936 e, à direita, o tendal das esteireiras.

106



Fonte: O Sertão Carioca. (Corrêa, p. 212 e 85).

⁴ Armando M. Corrêa (1889-1944) era escultor formado na Escola Nacional de Belas Artes, onde também lecionou e depois se tornou conservador na seção de História Natural do Museu Nacional. No início da década de 1930, mudou-se com a família para um sítio em Jacarepaguá onde escreveu uma série de reportagens sobre o estado do patrimônio natural local remanescente da Mata Atlântica. Publicadas no *Correio da Manhã* entre 1932 e 1933, as reportagens tornaram-se o livro *O Sertão Carioca*, lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e republicado em extraordinária reedição pela editora Contracapa, com apoio da FAPERJ, em 2017.

Maria do Carmo Corrêa Galvão⁵ também se dedica à caracterização da região de Vargem Grande como “uma planície de piemonte⁶ onde se situa o núcleo rural de Vargem Grande e uma baixada turfosa ou brejo, também chamada de campos de Sernambetiba” (Galvão, 2009, p. 192). Comenta que, na planície, a estabilidade do povoamento e a posse da terra são confirmados com habitações sólidas de tijolo e árvores frutíferas de produção tardia como mangueiras, jaqueiras e abacateiros. Os bananais ocupam os lavradores, que são brasileiros de origem, duas a três vezes por ano, e as roças lhe dão trabalho o ano inteiro: são cultivados chuchu, aipim, batata-doce, entre outros.

Uma paisagem totalmente diversa é encontrada no brejo. Segundo a autora, nele não há nenhuma instalação permanente e nenhum indício de vinculação do homem à terra. Cultivam-se plantas de curto ciclo vegetativo que permitam uma rotatividade e uso ininterrupto do solo. Aos poucos, os lavradores brasileiros foram substituídos por lavradores portugueses nessas áreas conquistadas duramente sobre os pântanos com obras de drenagem. Na ocasião das pesquisas (1963), os portugueses representavam 90% da população nos brejos; suas casas eram de material leve e provisório adequado ao solo em turfa.

107

Já era identificada, pela autora, uma inicial especulação imobiliária da terra nessa época, tanto nas planícies como nos brejos, onde grandes áreas já vinham sendo loteadas e vendidas para proprietários, que as arrendavam a agricultores por um período determinado de modo a aguardar a valorização fundiária.

⁵ O livro **Percursos Geográficos** (2009), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGG-UFRJ, traz uma coletânea de textos de Maria do Carmo Corrêa Galvão, entre eles o artigo “Aspectos da Geografia Agrária do Sertão Carioca”, produzido em 1963, no Centro de Pesquisas Geográficas do Brasil (CPGB) da Universidade do Brasil.

⁶ Piemonte é a segunda maior região italiana. É cercada nos três lados pelos Alpes, e faz fronteira com a França e a Suíça. Na Geografia, um *piemonte* é uma vasta planície, às vezes pontilhada de colinas, e localizada no sopé de uma cordilheira. É constituída por aluviões (cascalhos, areias, argilas etc.) provenientes da erosão das montanhas e formados pela coalescência dos cones aluviais dos vários rios que descem das montanhas, transportando e depositando os produtos fluviais da erosão.

1.2. A controvertida história da propriedade da terra nas Vargens

A história da propriedade da terra nas Vargens se apresenta como uma síntese desse aspecto do Brasil, onde as relações entre propriedade fundiária, escravidão, trabalho alienado e espoliação são constituintes da estrutura de classes sociais brasileira. Todas as terras que hoje vão do Camorim, Vargens e Recreio dos Bandeirantes à Grumari e Guaratiba pertenciam à Dona Vitória de Sá, herdeira direta do governador da cidade Salvador Corrêa de Sá. Sem herdeiros diretos, ela deixa tudo para o Mosteiro de São Bento em 1667, “em troca de um lugar no céu”; os padres permaneceram por dois séculos com a propriedade das terras, registrando-as na “Lei de Terras” de 1850, até sua revenda, logo após a República.

As terras no Brasil colonial só poderiam ser escrituradas pelo rei ou pela Igreja e seus representantes diretos escolhidos: afinal, quem confirma o poder divino da coroa é a Igreja. Fania Fridman (1999) aborda historicamente a questão da propriedade do solo, reconstituindo sua origem, e entende que o território é resultado do poder político exercido pelas classes sociais, onde “a forma urbana reflete os processos de acumulação e de parcelamento fundiário” (Fridman, 1999, p. 13). Concordamos, e acrescentamos que o território não é apenas resultado, mas é também meio, instrumento e mecanismo de acumulação e reprodução de capital, despossessão e segregação espacial, além de ser determinante na reprodução social.

Mas os fatos que despertam curiosidade sobre essas sesmarias são as sucessivas vendas em 1891, dois anos após a proclamação da República. Desde sua herança, em 1667, essas terras ficaram com o Mosteiro de São Bento por 224 anos. Em 5 de Janeiro de 1891, o Mosteiro vende as três Fazendas ao Engenho de Jacarepaguá por 250 contos de réis. Esse dinheiro ficou depositado em juízo devido a dívidas dos beneditinos com a Fazenda Nacional. Em 3 de fevereiro do mesmo ano, menos de um mês depois, o Engenho de Jacarepaguá revende as três fazendas ao Banco de Crédito Móvel (seu próprio credor) pelo

valor de mil contos de réis, quatro vezes o valor da venda anterior (Aguiar, 2001, p. 95).⁷ Adiante, vamos recordar a dinâmica de produção do espaço do vetor litorâneo oeste da cidade e seus agentes produtores.

1.3. O vetor litorâneo oeste de expansão urbana: investimento público, lucro privado e conflito socioambiental

Milton Santos comenta que as formas hoje impostas à natureza são muito mais complexas. O Rio de Janeiro é um emblemático exemplo disso: dessecamento de brejos e aterros; solo criado sobre o mar; tuneis; pontes – e até a sua floresta tropical, a da Tijuca, que foi replantada. Essas “verdadeiras próteses urbanas” (Santos, 1988, p. 88) determinaram os caminhos de expansão da cidade e representam um acúmulo extraordinário de capital fixo no espaço urbano, concentrado nas áreas centrais e em suas interligações através das montanhas (túneis, viadutos, autoestradas e metrô). Também é característico do Rio de Janeiro o empenho localizado de vultosos recursos públicos para viabilizar acesso às terras de propriedade particular,⁸ produzindo um mais valor extraordinário; por outro lado, estes maciços de gnaisses graníticos monumentais que simbolizam a cidade abrigam a classe trabalhadora em sua porção mais densa e contígua, implicando em riscos ambientais e contrastes sociais abissais.

Já nas áreas de expansão urbana, como a Baixada de Jacarepaguá, na luta de classes por localização urbana, a classe trabalhadora ocupa áreas vulneráveis como bordas de rios e lagoas, ou áreas ambientalmente sensíveis e vetadas ao mercado formal.

⁷ No livro *O céu é para os anjos*. A história das três fazendas: Camorim Vargem Pequena e Grande, Delfim Aguiar traz, além das histórias das três fazendas, as transcrições das escrituras de compra e venda dessas terras, e uma narrativa que mistura história dos bairros e de sua propriedade fundiária com relatos jornalísticos de fatos e personalidades locais.

⁸ Basta recordar a história da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, onde a construção de gigantesca infraestrutura de viadutos e túneis nos anos 70, durante a ditadura, viabilizou um eldorado imobiliário em terras que pertenciam em grande parte a quatro grandes proprietários: Pasquale Mauro, Carvalho Hosken, Tjong Hiong e Múcio Athayde (Rolnik, 2015).

O vetor litorâneo oeste de expansão é cada vez mais preferido pelas classes privilegiadas, e se relaciona com a valorização da borda litorânea e com os novos hábitos praianos. Nessas dinâmicas, as classes sociais excluídas da possibilidade de localização com acesso às amenidades naturais e benfeitorias urbanas têm que conquistá-la à duras penas sobre territórios onde a indefinição e a insegurança jurídica são ameaças permanentes de sua remoção para áreas periféricas (**Fotografia 1**).

Fotografia 1 – Remoção de moradores na Vila Autódromo, área de ocupação residencial contígua ao Parque Olímpico Rio 2016 em Jacarepaguá – Rio de Janeiro.



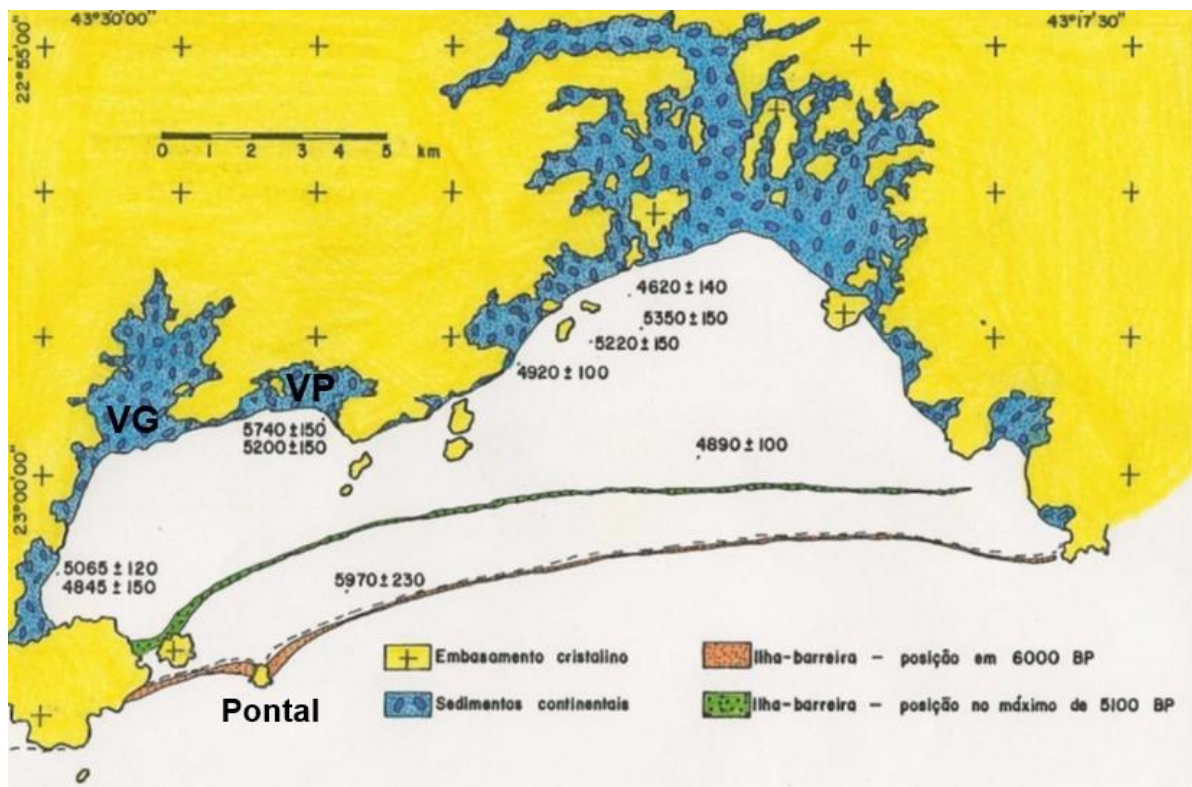
Foto: Kátia Carvalho. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/02/01/vila-autodromo-convida-ocupacao-pela-renomeacao-de-brt-e-cumprimento-de-promessas-da-prefeitura/>>.

Somam-se a esses os perigos inerentes à precariedade de condições e riscos ambientais. Em Paris, capital da modernidade, David Harvey, ao analisar o deslocamento da classe trabalhadora para as periferias dessa cidade durante o Segundo Império (1852-1870), atribui à Engels o famoso argumento de que a burguesia só tinha uma maneira de resolver a questão habitacional: deslocando-a (Harvey, 2003, p. 267). Mike Davis, por sua vez, em um capítulo de *Planeta Favela*, intitulado “Haussmann nos trópicos”, lembra que os Jogos Olímpicos “têm uma história especialmente sinistra” (2006, p. 112) de remoções violentas por onde passam. No Rio de Janeiro, não foi diferente.

1.4. A estrutura geológica da Bacia Sedimentar de Jacarepaguá

As Vargens apresentam particularidades na sua estrutura geológica, que são explicadas pela formação da Bacia Sedimentar de Jacarepaguá.⁹ O mar cobriu toda a Baixada de Jacarepaguá, chegando a 7m acima do nível atual, quando duas restingas se formaram, respectivamente, há 6 mil e 5 mil anos (**Mapa 1**).

Mapa 1 – Estrutura geológica há 6 mil anos.

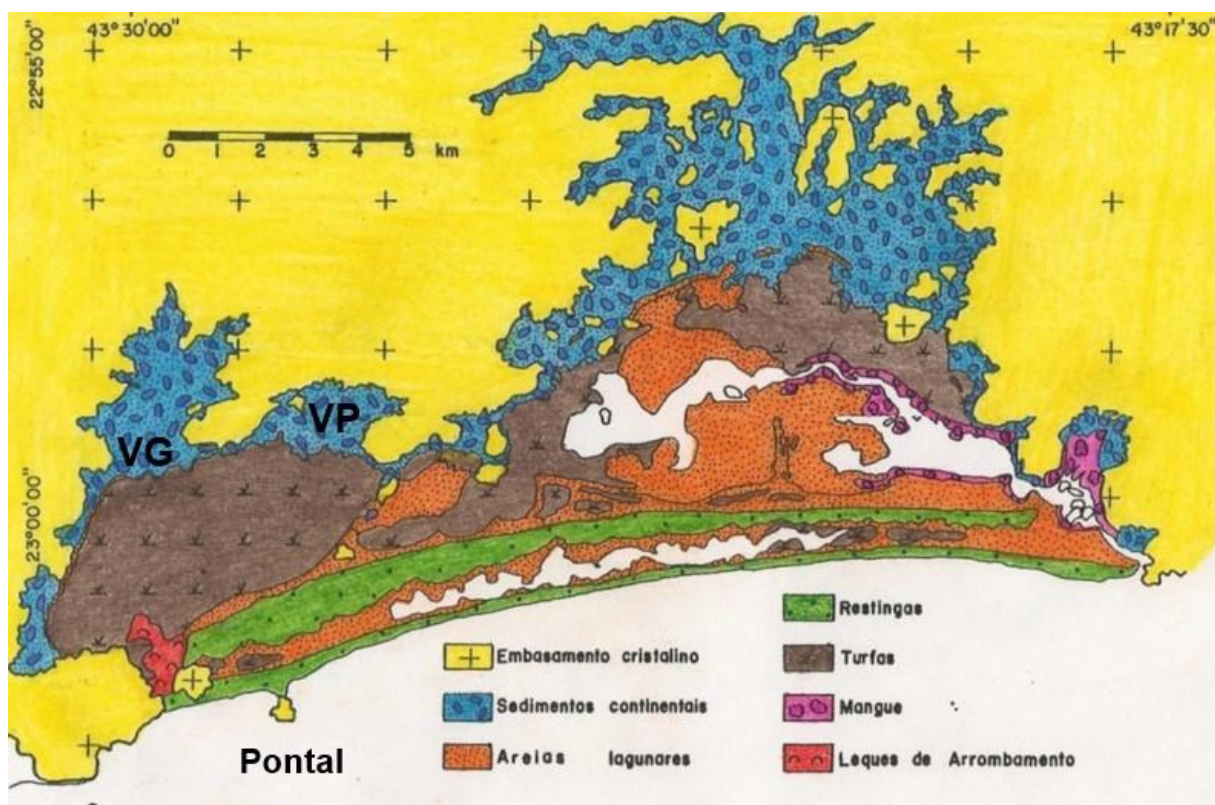


Fonte: Maia et al. Evolução holocênica da planície costeira de Jacarepaguá (RJ). p. 105-118.

⁹ Ao final da última era glacial (15 a 7 mil anos) – transição das épocas pleistocênica para holocênica do período quaternário –, o mar subiu com o reaquecimento do planeta, ultrapassando aproximadamente 7m acima do nível atual, indo até a base dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca (Maia et al., 1984). O mar cobria, portanto, toda a Baixada de Jacarepaguá. Duas bancadas de restinga se formaram cerca de 6 e 5 mil anos atrás; respectivamente, sobre essas bancadas de restinga, estão assentadas as atuais Av. das Américas (antiga BR-101) e Av. Lúcio Costa, na praia. Dos últimos 3.500 anos até a atualidade, o mar recuou em sucessivos movimentos de ida e vinda, deixando camadas de sedimentos continentais e oceânicos intercaladas. De acordo com Roncarati e Neves (1976), as regiões paludiais, onde existe a comunicação com o mar, formam depósitos de mangue e turfa, pela colmatagem (decantação) das lagunas e por detritos de vegetais que crescem em locais de baixa salinidade das águas. A turfa é um tipo de solo inadequado para ocupação urbana. Publicações mais recentes da faculdade de Geologia da UERJ ainda se apoiam em Maia et al. (1984) como fonte primária.

O centro da bacia sedimentar tem áreas de solo turfoso (**Mapa 2**) inadequado para ocupação urbana. Os planos institucionais insistem na permissão da ocupação dessa área, inclusive com altos gabaritos (até 06 pavimentos), o que aponta a negligência da legislação em relação a natureza do terreno; ou ainda, seu uso enviesado pelo mercado imobiliário, já prevendo volumetrias que “paguem” as estacas rotativas (fundações profundas) e elevadores. A atual proposta do Plano Diretor (2024) para as Vargens insiste nesse erro do PEU-Vargens (Projeto de Estruturação Urbana das Vargens 2009), que propunha a ocupação do brejo onde o solo é turfoso. Nossa análise entende a matriz natural como sobredeterminante: é a partir de seu entendimento que deveria se projetar a cidade,¹⁰ o que não ocorre na prática institucional orientada para o mercado.

Mapa 2 – Estrutura geológica. Construção da segunda zona de progradação durante a regressão de 3.500 anos atrás até o presente.



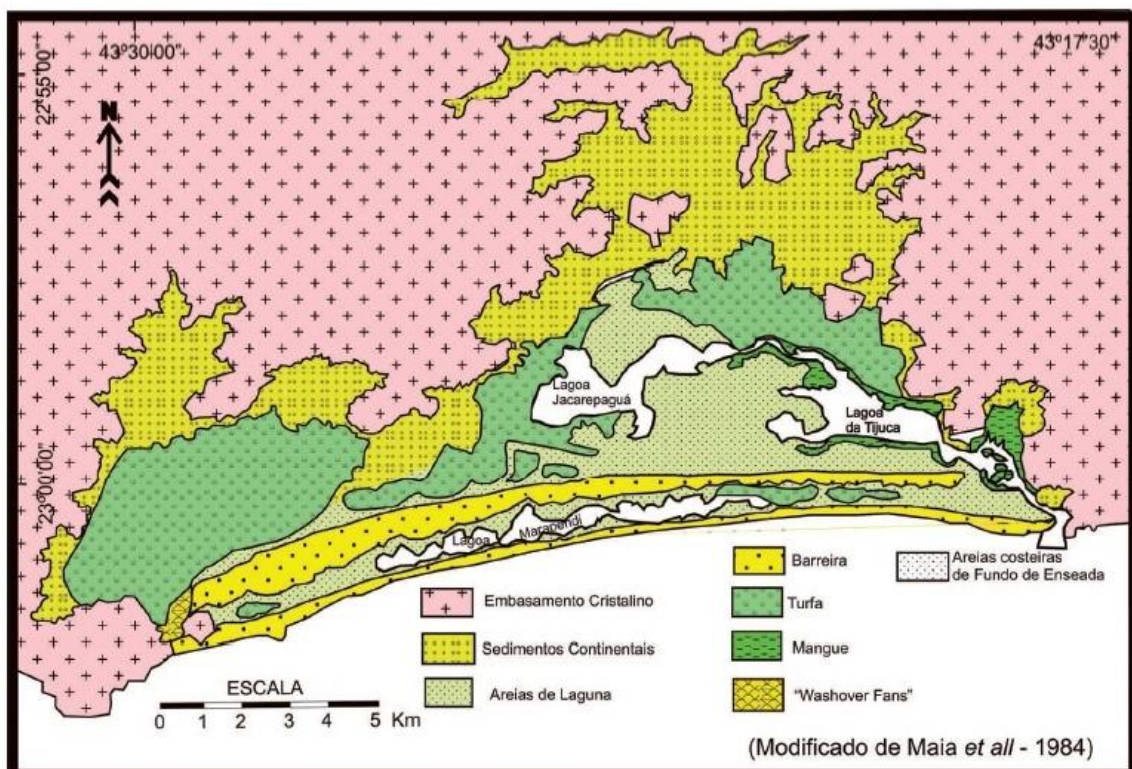
Fonte: Maia et al. Evolução holocênica da planície costeira de Jacarepaguá (RJ). p. 105-118.

¹⁰ Essa reflexão está em sintonia com as ideias de Ian McHarg (1969) em *Design with nature*, onde ele determina as áreas urbanizáveis por exclusão das áreas ambientalmente frágeis ou inadequadas para ocupação. Quando falamos em sobredeterminações naturais, estamos enfatizando esse limite que não deve ser ultrapassado; a matriz natural é quem determina as possibilidades.

As áreas em marrom representam o solo turfoso, em laranja o solo arenoso, ambos estiveram submersos e emergiram com o recuo do mar, as duas bancadas de restingas remanescentes estão em verde (atuais Av. das Américas e Av. Lúcio Costa), apenas estas restingas estavam de fora há 5 mil anos, o mar cobria tudo até o início do sedimento cristalino (em azul) e dos maciços de gnaisses da Tijuca e Pedra Branca (em amarelo).

Pesquisas mais recentes (**Mapa 3**) utilizam ainda as mesmas fontes primárias, confirmando a análise de Maia *et al.* (1984).

Mapa 3 – Esboço paleográfico publicado em 2012 por geólogos da UERJ.



Fonte: Egberto Pereira *et al.* Baía de Sepetiba.

Um ponto a ser observado é que o tempo geológico tem uma outra escala, na qual nossa existência histórica é, em geral, insignificante. Mas, no caso das dinâmicas recentes de formação da Baixada Litorânea de Jacarepaguá, são poucos milhares de anos, e o tempo de assoreamento de uma lagoa costeira nesse sistema pode ser de séculos; com

a ação antrópica, pode ser ainda menor. Somam-se a isso o dado real e concreto da mudança climática e as previsões de elevação do nível do mar, que pode chegar entre 2 a 3 metros até o final do século XXI,¹¹ o que levou milhares de anos para variar – pela dinâmica endógena do planeta, após a última era glacial, como vimos – pode variar em apenas um século pela ação antrópica. O nível do mar variou (baixou) 7 metros em 3.500 anos, conforme as pesquisas geológicas, o que dá uma média de 2 metros a cada mil anos; agora, essa elevação está prevista para ocorrer em um século, 10 vezes mais rápido, o que nos remete a um cenário de aceleração distópico.

1.5. Planejamento institucional e plano popular: Evidenciando as contradições entre diretrizes e propostas do Plano Diretor para as Vargens – RJ

Partindo de um acúmulo de pesquisas centradas em morfologia e estruturação urbanas anteriores, analisamos o conflito entre o PEU-Vargens 2009,¹² e o Plano Popular das Vargens 2017,¹³ e características geoecológicas nesta área, especialmente na sua particularidade geológica. O Plano Popular (**Mapa 4**) propunha uma reserva dos campos alagados onde o diagnóstico geológico aponta a mancha de solo turfoso, o que revela sua correta sensibilidade ambiental, embora ignorado pela institucionalidade municipal.

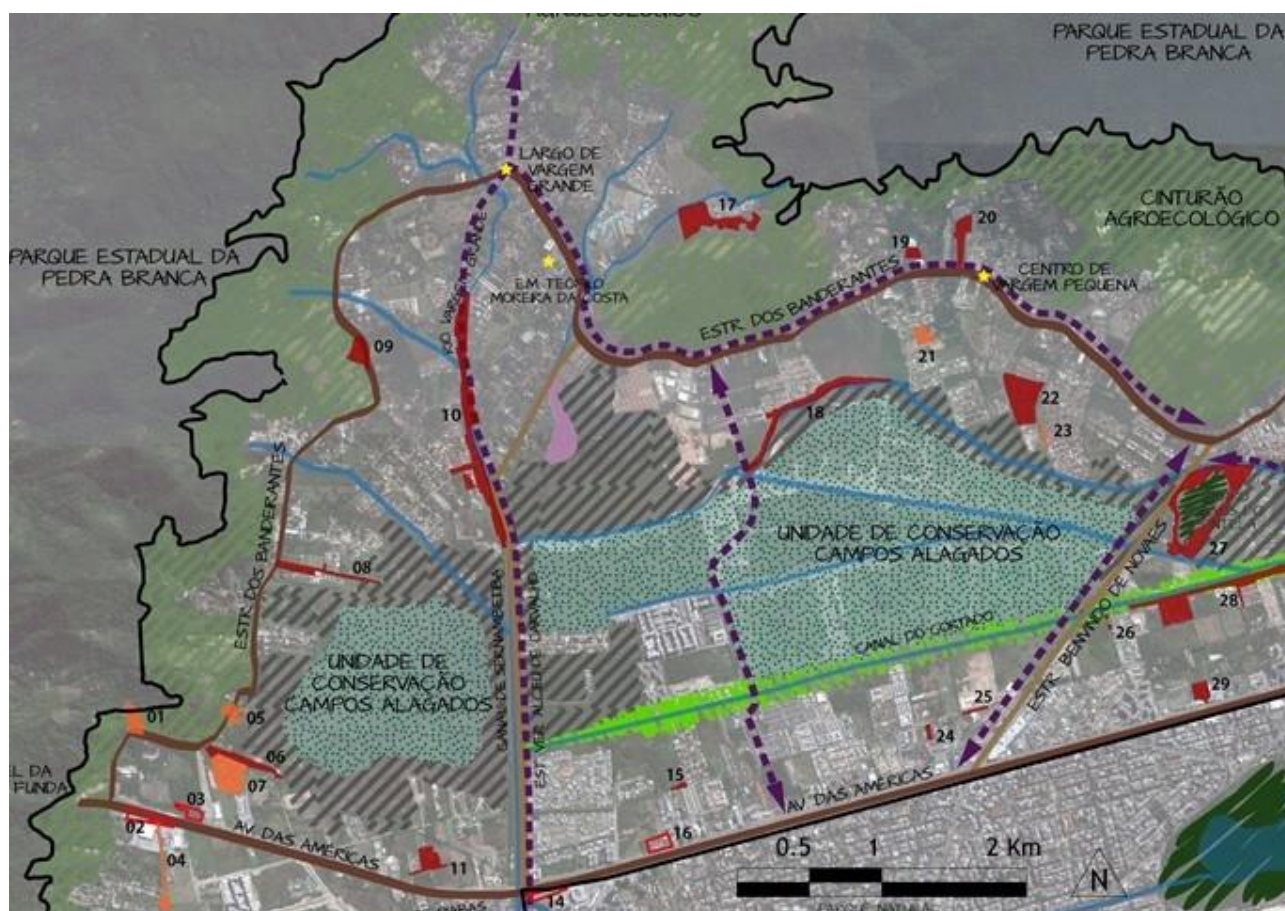
No mapa destacamos as unidades de conservação (campos alagados, que coincide com mancha de turfa na geologia da Baixada de Jacarepaguá), a identificação de comunidades (em vermelho no mapa) e áreas de consenso sobre possibilidade de ocupação (hachuras cinzas).

¹¹ Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) publicado em 20 de março de 2023, confirma o aumento de 1,1 °C e aponta que um cenário de aumento de 2 a 3°C pode implicar em uma elevação do nível do mar entre 2 a 3m até o ano 2.100.

¹² Os Projetos de Estruturação Urbana (PEUs), previstos desde o Plano Urbanístico Básico, PUB-Rio (1977), têm por premissa básica o reconhecimento das diversidades locais nos diferentes bairros e a possibilidade da participação dos cidadãos. Mas o PEU-Vargens ignorou participação popular.

¹³ O Plano Popular das Vargens (PPV-2017) é resultado de encontros promovidos pela Articulação Plano Popular das Vargens (APP) em 2016 e do Curso de Extensão “Formação de Planejadores Populares: Construindo o “Plano Popular das Vargens”, organizado pela APP (Articulação do Plano Popular) em conjunto com o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC) do ETTERN/IPPUR/UFRJ.

Mapa 4 – Recorte e ampliação do Mapa Síntese do Plano Popular das Vargens (PPV- 2017), com inserção de norte e escala gráfica pelo autor.



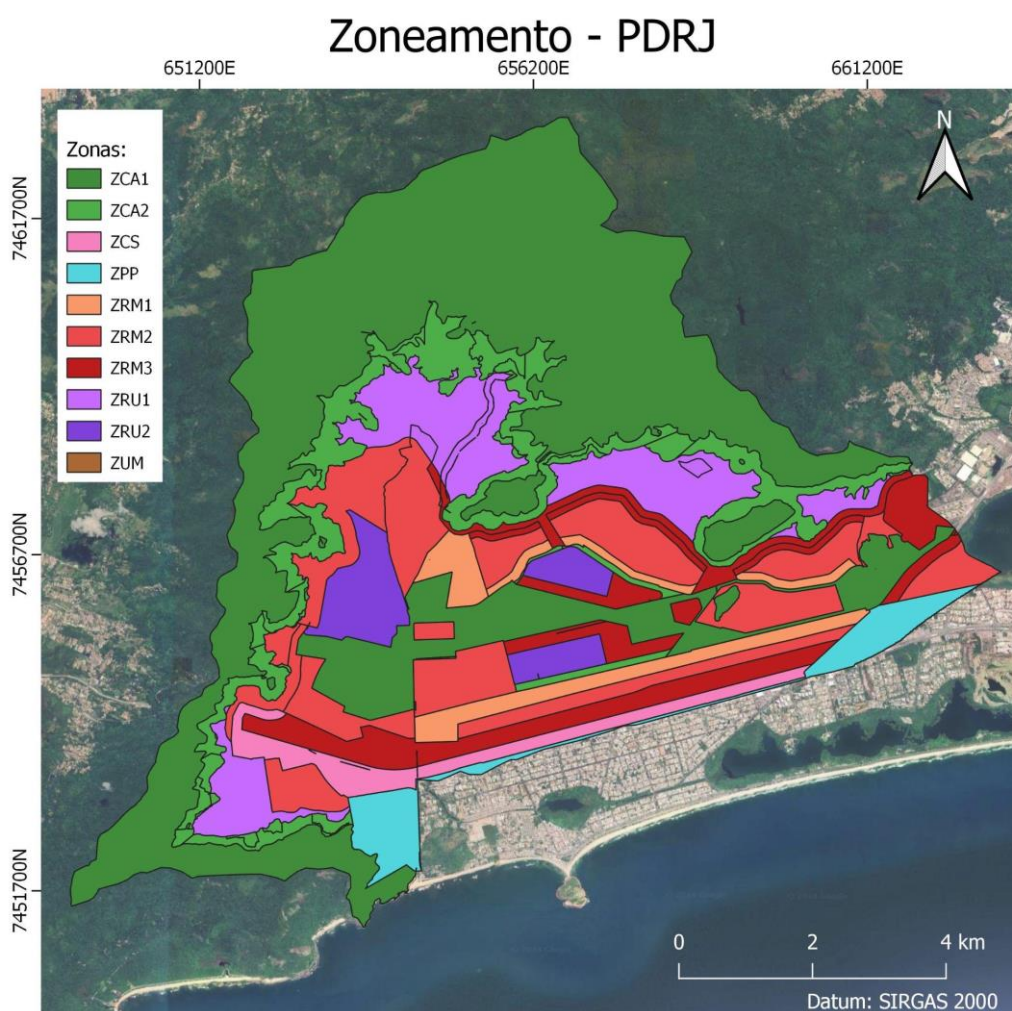
Fonte: Plano Popular das Vargens.

A história se repete no novo “Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável”, como veremos no mapa seguinte (**Mapa 5** e em maior detalhe no **Mapa 6**). Donde conclui-se que o PDRJ insiste nos mesmos erros do PEU-Vargens porque é orientado pelo e para o mercado imobiliário.

Temos acompanhado as audiências públicas e participado de debates de grupos de trabalho e pesquisa para apresentar propostas de emendas, mas a conjuntura aponta para sermos atropelados por um empreendimento “padrão AlphaVille” no meio do brejo, sobre a área turfosa. Os projetos deste conglomerado imobiliário, produtor de cidades

privadas, já estavam prontos,¹⁴ sobre a mesma matriz de zoneamento (que nem teria sido ainda votada na Câmara Municipal). As áreas de brejo do manancial hídrico serão ocupadas com a redução da reserva (usos e formas preexistentes de ocupação), assim como populações vulneráveis serão diretamente impactados. Há, nas Vargens, um sujeito político coletivo forte e atuante nas audiências públicas (**Fotografias 2 e 3**), que defende a não ocupação do brejo: isso está documentado nas atas públicas, mas é solenemente ignorado nas propostas de zoneamento.

Mapa 5 – Zoneamento do Plano Diretor 2024 para área do anterior PEU-Vargens 2009.



¹⁴ O conglomerado empresarial AlphaVille apresentou o referido projeto no hotel e-Suites Recreio em 27 de julho de 2023, para área da antiga Granja Calábria (fazenda de criação de búfalos), de propriedade anterior dos herdeiros de Pasquale Mauro. Uma área de 4 milhões de m² (400Ha), onde serão vendidos 2.700 novos lotes entre unifamiliares e multifamiliares, com verticalização de até 12 pavimentos; o VGV chega a 2,3 bilhões de reais, conforme comunicado da própria AlphaVille S.A. ao mercado, em 2021.

Fotografias 2 e 3 – A militância política nas Vargens é marcada pela participação das mulheres.



Fonte: À esquerda, foto de Gustavo Poeys (2017); à direita, foto do autor.

Acima vemos fotos de dois momentos de debates públicos na AMAVAG: a esquerda a articulação do Plano Popular em 2017, como resposta ao PEU-Vargens 2009 e LC de 2015 (apresentado às vésperas da Olimpíada Rio-2016). E à direita protesto feito com faixa durante a audiência pública do Plano Diretor (2023) no mesmo local (na audiência do PDRJ-2023 nas Vargens).¹⁵

A título de exposição das contradições mencionadas, extraímos alguns trechos do segundo capítulo do PDRJ-2024 (p. 4-6):

CAPÍTULO II - Dos princípios, objetivos e diretrizes da política urbana.

Seção I – Dos Princípios:

II – proteção e valorização do meio ambiente e da paisagem promovendo o enfrentamento das mudanças climáticas e a preservação dos aspectos e valores naturais e culturais da cidade;

VII – preservação e ampliação de atividades agrícola, de criação de animais e pesca, contribuindo para a segurança alimentar da população;

Seção II – Dos Objetivos:

IV – garantir a proteção do patrimônio natural da cidade, entendido como áreas de preservação permanente, unidades de conservação da natureza, áreas de proteção dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos e da biodiversidade, condicionando a ocupação urbana à preservação:

a) dos maciços da Tijuca, da Pedra Branca e Gericinó Mendanha e seus morros;

d) dos corpos hídricos e áreas alagáveis de brejo, complexos lagunares e suas faixas marginais;

Seção III – Das Diretrizes:

¹⁵ Vídeo da audiência disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3tvuFOmmXyM>>.

VI – a preparação da cidade à mudança do clima, a partir da adoção de medidas capazes de mitigar ou evitar a interferência antrópica perigosa no sistema climático;

XI - o estímulo à agricultura urbana e à atividade pesqueira, por suas importâncias econômicas e de autonomia e segurança alimentar, [...] conforme estabelecido no Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, do qual o Município do Rio de Janeiro é signatário;

XVIII – o aprimoramento de parâmetros edilícios e de desenho urbano para incentivar a eficiência energética, hídrica e da drenagem e a implantação de infraestrutura que não sobrecarregue os serviços públicos e o meio ambiente;

Como podemos observar, há coerência entre princípios, objetivos e diretrizes sobre uma política urbana sensível à proteção ambiental; mas, quando analisamos o zoneamento proposto para as Vargens, vemos que há contradição entre essas diretrizes e as propostas de zoneamento (**Mapa 6**).

No Mapa, vemos o zoneamento atual proposto pelo Plano Diretor para revisão do PEU-Vargens. As áreas em verde são as de preservação com proibição de ocupação: em verde, no alto do mapa, são o Parque Estadual da Pedra Branca e a reserva florestal de mata atlântica. As áreas em verde abaixo no mapa, com formato poligonal irregular, são as áreas de reserva sobre o brejo onde o solo é turfoso.

Essa reserva foi extremamente reduzida, por meio de decreto do Executivo, em relação à proposta do Plano Popular e do REVIS (Refúgio de Vida Silvestre). No mapa acima, ela é identificada como ZCA-1 (Zona de Conservação Ambiental - 1). Essa classificação implica, segundo o próprio Plano Diretor, nos termos que seguem, conforme o capítulo 5 do PDRJ-2024:

CAPÍTULO V - Das condições de ocupação.

Subseção II - Das Disposições para as ZCA

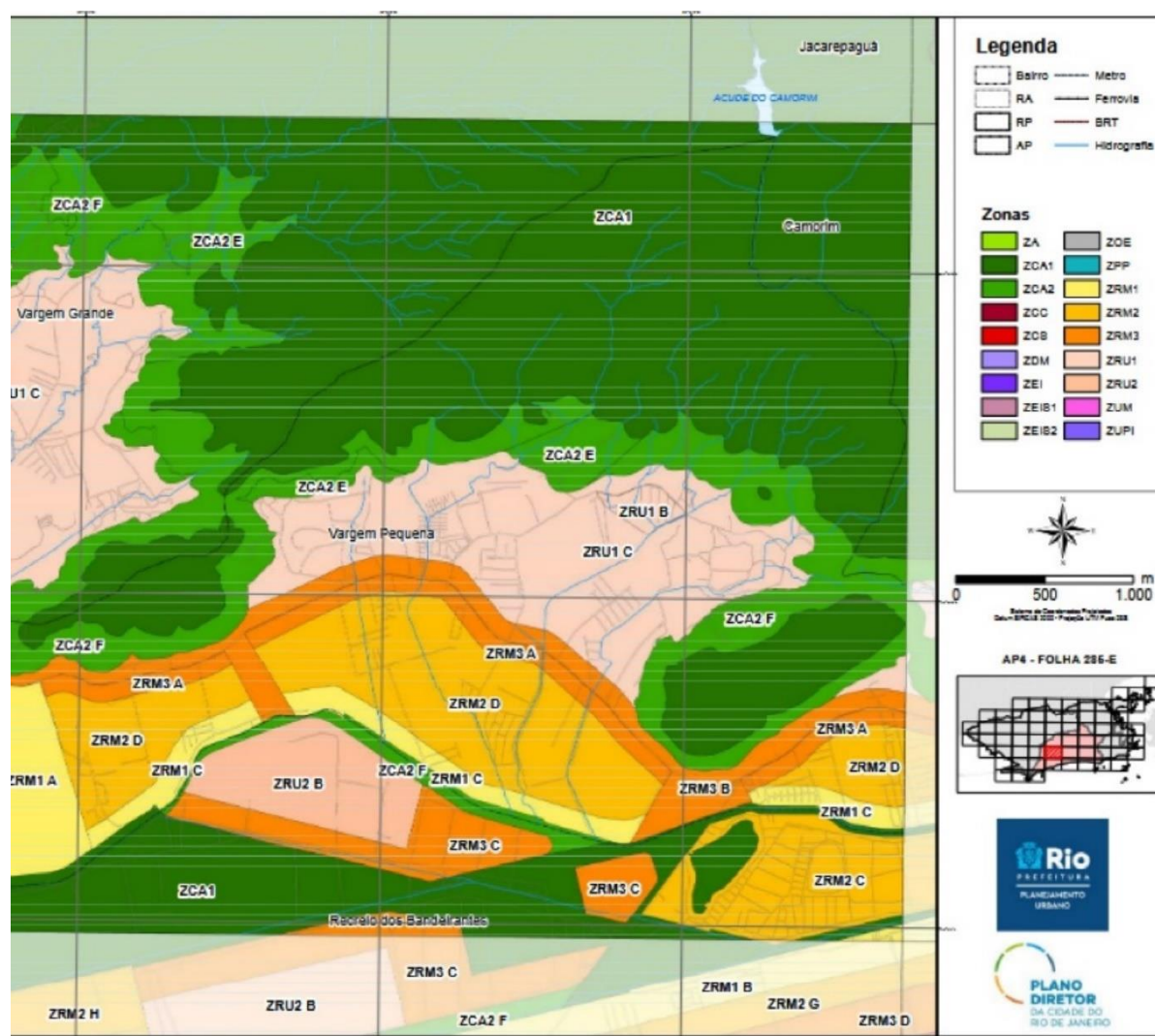
Art. 386. A Zona de Conservação Ambiental compreende as áreas naturais, protegidas ou de interesse para a preservação ambiental, consideradas como áreas de reserva ambiental, independentemente de sua definição como Unidade de Conservação da Natureza.

Art. 387. As áreas classificadas como Zona de Conservação Ambiental 1 – ZCA-1, são constituídas por:

I - Unidades de Conservação da Natureza, do grupo de proteção integral, onde a ocupação é restrita às atividades de proteção e controle ambiental em como àquelas de apoio à gestão das referidas Unidades de Conservação, de acordo com as determinações de seus respectivos Planos de Manejo; e

II - Zonas das Unidades de Conservação da Natureza, do grupo Uso Sustentável, cuja ocupação seja restrita a atividades de apoio, proteção, controle e gestão ambiental, conforme estabelecido em Plano de Manejo ou em Ato Legal que regule o seu Zoneamento (p. 72).

Mapa 6 – Recorte e ampliação de mapa do novo zoneamento proposto para região das Varigens-RJ, apresentado em audiência pública do Plano Diretor do Rio de Janeiro.



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. Plano Diretor 2024 – recorte e ampliação sobre Vargem Pequena e parte dos Campos Alagados de Sernambetiba.

O que surpreende são as faixas laranja (ZRM3 – zona residencial multifamiliar com permissão de uso misto e comercial) nas bordas dessa reserva reduzida do REVIS, que pretendem liberar até 6 pavimentos, com possibilidade de venda de potencial construtivo adicional, em cima da turfa. O que criticamos aqui não é o uso, mas sim a localização desse uso e a intensidade do potencial construtivo em área ambientalmente sensível e estruturalmente adversa. Por isso, falamos anteriormente em uso enviesado da lei para o mercado, e não em negligência ambiental: as volumetrias precisam pagar os custos da adversidade de implantação. Todas as outras cores são coeficientes e gabaritos para a ocupação urbana.

Seguem alguns dos maiores índices construtivos permitidos na área do mapa anterior,¹⁶ nas referidas ZRM3 em Vargem Pequena (**Quadro 1**):

Quadro 1 – Alguns índices construtivos do zoneamento proposto para as Vargens e outras áreas da Baixada de Jacarepaguá que também estão sobre turfa (ZRM3).

ANEXO XXII - PARÂMETROS ÁREA DE PLANEJAMENTO 4						
ZONA	SUBZONA	CAM	TO (%)	LOTE MIN	GABARITO	AFAST. FRONT.
ZRM3	A	1	50	600	6 PAV	5M
ZRM3	B	1	50	600	3 PAV	3M
ZRM3	C	1,2	50	360	6 PAV	5M
ZRM3	D	1,5	50	360	6 PAV	3M
ZRM3	E	1,5	40	1000	12 PAV	5M

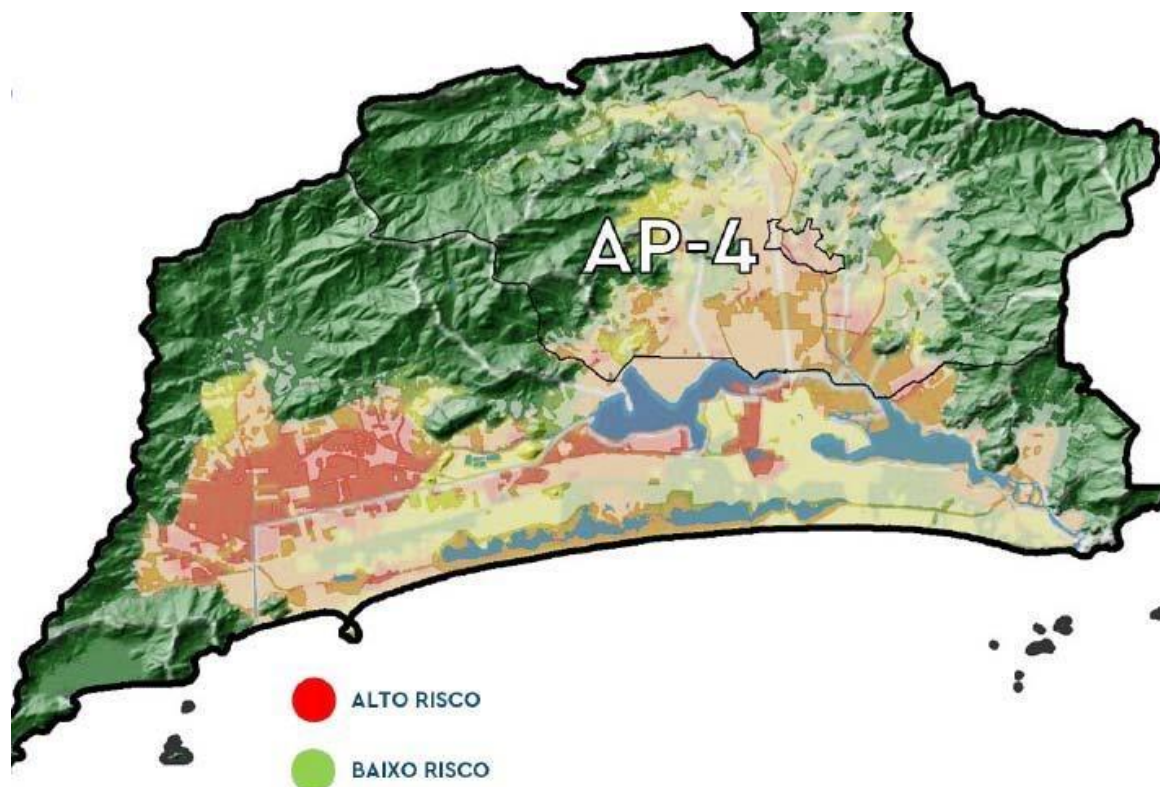
Fonte: Prefeitura-RJ. Extraído do ANEXO XXII do Plano Diretor do Rio de Janeiro (2024).

¹⁶ O antigo índice IAA (Índice de Aproveitamento de área), um coeficiente multiplicador da área do terreno que dá como resultado a ATE (Área Total Construída) máxima, passa agora a ser chamado pela nova legislação de CAB e CAM (respectivamente Coeficientes Básico e Máximo permitidos), sendo a utilização do coeficiente máximo mediante pagamento de contrapartida, como praticado na assim chamada “mais valia”, para ampliações de imóveis e coberturas além das áreas permitidas pela própria lei.

As ZRM₃ D e E estão fora do recorte das Vargens, mas foram citadas como exemplos de parâmetros urbanísticos. A ZRM₃D é uma faixa paralela à Avenida das Américas, apenas um pequeno trecho dela aparece no canto inferior direito do mapa anterior (Mapa 6), mas aparece inteira no Mapa 5, essa faixa se estende entre a Avenida e o Canal do Cortado ao longo de todo trecho do Recreio dos Bandeirantes, também está sobre área turfosa e alagável, mas está fora de nosso recorte mais detalhado de análise, que se detém nas Vargens. Já a ZRM₃E está no extremo leste da Baixada de Jacarepaguá, na margem norte da Lagoa da Tijuca (também fora do recorte) e é uma conhecida área da cidade com problemas graves de afundamento em solo turfoso onde estão a comunidade Rio das Pedras e o conjunto Delfim, abandonado com problemas estruturais e o fim do BNH nos anos 80, nesta subzona os gabaritos chegam a 12 pavimentos, mas também está fora de nosso recorte de análise, sendo citada aqui como caso semelhante na região.

Além dos riscos ambientais ao manancial hídrico das Vargens e da incompatibilidade estrutural (além da comunidade Rio das Pedras, em Jacarepaguá, afundando na turfa, podemos lembrar a Vila do Pan também com afundamentos e problemas de recalque estrutural), temos o fato de que essa área do brejo – entre as Vargens e o Recreio dos Bandeirantes – tem a cota mais baixa em toda a área urbana da cidade em relação ao nível do mar; como visto acima (nota 11 - IPCC, 2023), a previsão é de subida do nível do mar; portanto, também por mais essa justificativa a localidade não deveria ser ocupada, como mostra a apresentação feita pela própria Prefeitura em audiência pública na AMA-VAG (**Imagem 3**).

Na imagem nota-se que a mancha vermelha (cota baixa - risco de alagamento) também coincide com a área de turfa no mapa geológico. A conjuntura ampliada de conflito ambiental, por sua vez, inclui os conflitos diretos entre os novos empreendimentos e as permanências e preexistências, que tendem a ser expulsas do território ou alagadas por consequência desses novos e grandes vizinhos (como, por exemplo, a comunidade Santa Luzia ou o caso do museu Casa do Pontal, alagados por empreendimentos de condomínios vizinhos, grandes enclaves privados).

Imagem 3 – Imagem ilustrativa da própria Prefeitura-RJ.

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, apresentação do Plano Diretor 2023 para a AP-4 do município.

No novo zoneamento, não haverá espaço para antigas formas de cultura, produção de alimentos e agroecologia. A tendência, que se expressa na estrutura urbana, é de falta de estrutura pública e carência de logradouros públicos para mobilidade ativa intra-bairro, uma vez que os enclaves privados (como condomínios fechados), pendurados como cachos (Alexander, 1965; Portas, 2012) nessa estrutura deficitária e produzidos nos marcos legais e institucionais atuais, incorporam glebas inteiras de antigas fazendas sem produzir e entregar ao conjunto da cidade uma estrutura mínima de logradouros públicos. Soma-se ao problema da estrutura urbana deficitária o problema da defasagem de infraestrutura: segundo o Data Rio,¹⁷ em Vargem Grande, por exemplo, onde a drenagem

¹⁷ Disponível em: <<https://www.data.rio/documents/%C3%ADndice-de-desenvolvimento-social-ids-por-%C3%A1reas-de-planejamento-ap-regi%C3%B5es-de-planejamento-rp-regi%C3%B5es-administrativas-ra-bairros-e-favelas-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-2010/about>>.

é precária, apenas 29% das residências têm esgoto recolhido. Lembremos que vargem, várzea ou várzea significa “área baixa e alagável à beira dos mananciais hídricos de planícies”. Trata-se, aqui, de uma conjuntura e de sua expressão espacial: a espacialidade neoliberal e seus conflitos com o “direito à cidade”.¹⁸

2. Dois casos de referência exemplares de conflitos entre empreendimentos imobiliários e preexistências culturais e socioambientais: Museu Casa do Pontal e Comunidade Santa Luzia

Antes de concluirmos, apresentaremos brevemente esses dois casos, que são exemplares de uma “violência” empreendedora amparada em arcabouços legais “mercadófilos” (Souza, 2001).¹⁹ Ambos são de empreendimentos imobiliários de grande porte, que implicam em grandes operações de movimento de terra com elevação de nível e que provocam alagamentos em seus vizinhos.

123

Podemos ver as localizações dos dois casos na **Imagem 4**. O museu Casa do Pontal, um espaço cultural dedicado à cultura nordestina brasileira, abrigava a coleção de arte popular de Jaques Van de Beuque,²⁰ especialmente esculturas de barro feitas por artistas e artesãos de Recife-PE. Jaques reuniu o maior e mais completo acervo artístico dessa cultura popular. Além do acesso ao seu acervo, o museu estabelecia fortes laços com a

¹⁸ (Lefebvre, 1968). Encontramos uma síntese e atualização desse conceito em Cavallazzi, que considera o direito à cidade como os diversos direitos sociais e fundamentais de um sistema composto por um feixe de direitos, incluindo o direito à moradia (implícita a regularização fundiária); à educação; ao trabalho; à saúde; aos serviços públicos (implícito o saneamento); ao lazer; à segurança; ao transporte público; à preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico; e aos meios ambientes natural e construído equilibrados (implícita a garantia do direito à cidades sustentáveis). Concepção que, portanto, “não estabelece qualquer hierarquia entre os direitos” (Cavallazzi, 2008). E que, como entendemos, reforça, amplia e atualiza a concepção original lefebvriana do direito à cidade.

¹⁹ Cf. Cap. 4 da Parte II: As perspectivas mercadófilas: os ataques conservadores contra o planejamento regulatório.

²⁰ A história do museu de arte popular Casa do Pontal é representada a partir da trajetória de vida de Jaques Van de Beuque, pintor e artista plástico francês, que vem ao Rio de Janeiro em 1946, no pós-guerra, com intenção de passar poucos meses. Seguiu uma sugestão do também pintor e amigo Cândido Portinari, para conhecer a beleza da cidade tropical, suas cores e cultura. Ao chegar, começou a trabalhar colorindo projetos de Roberto Burle Marx. A viagem mudaria os rumos de sua vida: Jaques se casa e constitui família no Brasil, e em sua trajetória faz um percurso que contribui determinantemente para a valorização da arte popular brasileira (Mascelani, 1999).

produção cultural local das Vargens e do Pontal do Recreio, promovendo eventos em que recebia e divulgava essas manifestações e interações.

Imagem 4 – Imagem de satélite com indicação das localizações.



Fonte: arte do autor sobre imagem de satélite Google Earth.

Essa história conheceria seu momento trágico a partir da construção de um grande condomínio de prédios residenciais no terreno vizinho ao museu, que durante as obras já demonstrava que provocaria distúrbios, problemas de recalque de solo e inundações gravíssimos. As obras prosseguiram em meio às denúncias, e o empreendimento nos moldes dos grandes condomínios da Barra da Tijuca, com sete prédios de oito pavimentos cada e subsolos para garagem, foi viabilizado com as mudanças na legislação pelo PEU-Vargens.

Após sucessivos alagamentos em dias de chuva (**Mosaico de Fotos 1**), colocando em risco o acervo delicado e precioso do museu – que tem muitos exemplares feitos de

materiais simples e frágeis, como madeira ou até papel e pano, como bonecos e fantoches de papel marchê –, em 2017 a Prefeitura do Rio de Janeiro reconheceu o erro e propôs ajudar a construir uma nova sede para o museu, na Barra da Tijuca, o que se concretizou em 2021.²¹

Mosaico de fotos 1 – Acima a localização do museu e do condomínio vizinho sobre foto da Prefeitura - RJ e abaixo os alagamentos.



125



Fonte: Acima, arte do autor sobre imagem da prefeitura; abaixo, fotos do Jornal O Globo.

Já o caso da comunidade Santa Luzia vem expor dinâmicas semelhantes na origem do desastre ambiental – a implantação de um grande empreendimento imobiliário –, mas

²¹ Uma série de inundações, de 2010 a 2020, colocou em grande risco o acervo do Museu do Pontal, e a inauguração de sua nova sede é o resultado de um longo caminho de lutas, com grande solidariedade e apoio de pessoas, empresas e da mídia. Em abril de 2019, ocorreu a sexta e mais grave inundação, e um grande volume de água barrenta tomou os corredores do Museu. O evento só não pôs fim ao acervo por conta da rapidez de funcionários e ex-funcionários, que conseguiram retirar as obras que estavam prestes a ser atingidas pelo alagamento. <https://www.archdaily.com.br/br/970090/museu-do-pontal-inaugura-sua-nova-sede-no-rio-de-janeiro>

revela diferenças marcantes nas formas institucionais de resposta ao desastre. Sua origem remete a ocupações à beira do Canal do Portelo, em Vargem Pequena, nos anos 1950, por trabalhadores migrantes do Nordeste, e, antes dela, conforme vimos em Galvão (1963, ver nota 5), por agricultores portugueses. Mais recentemente, com o avanço da urbanização da Baixada de Jacarepaguá, a comunidade cresce em extensão ao longo da borda norte do canal²², assim como outras comunidades, localizadas em áreas de borda de rios e canais nas Vargens, áreas de afastamento dos corpos hídricos vetadas legalmente ao mercado.

Desde os Jogos Panamericanos de 2007 especulava-se sobre a ocupação do brejo. Cesar Maia, o então prefeito, se referia a um projeto nessa área intitulado “Veneza Carioca”, que transformaria todos os rios e canais das Vargens em navegáveis, e onde seriam licenciados resorts e condomínios, promessas que estão nos planos institucionais até hoje e cuja viabilidade é questionável: para se realizar, as comunidades no brejo seriam condenadas à remoção imediata. Isso de fato aconteceu em Santa Luzia, com uma tentativa de remoção em plena Pandemia de Covid em julho de 2020, quando técnicos da Prefeitura, escoltados pela Guarda Municipal, entregaram notificações para desocupação alegando que a comunidade estava em área sensível. Uma reedição do conflito, que fora às vias de fato na Vila Autódromo às vésperas da Olimpíada Rio 2016.

No caso de Santa Luzia, não houve remoção e nenhuma outra ação ou proposição institucional, mas também não foram feitas melhorias, como esgoto, saneamento básico e drenagem, e nem novas avaliações de risco. É importante registrar que a comunidade participou da elaboração do Plano Popular das Vargens em 2017 e consta entre mais de 40 AEIS da região (Áreas de Especial Interesse Social).

²² Somente nos anos 1980, através de um morador que era bombeiro (CBMERJ), o Sr. Aroldo, foi criada a identidade da comunidade atual, se instituindo juridicamente como uma associação de moradores, e um CNPJ, sendo realizadas eleições resultando na votação do Sr. Aroldo como primeiro presidente da Associação de Moradores de Santa Luzia. A comunidade Santa Luzia está registrada no ITERJ, processo: E-281000311/92, desde 1992, pedindo sempre estudo para fins fundiários, legalização e saneamento básico, conforme informações fornecidas pelo atual presidente da associação de moradores.

O conflito recente ao qual nos referimos aqui se dá com a implantação de um grande condomínio em Vargem Pequena (**Mosaico de Fotos 2**). As obras se iniciaram em 2020, também durante a pandemia de Covid, com uma movimentação abissal de terra (cerca 100 caminhões/dia para aterro) e elevação do nível do terreno: o material utilizado foi proveniente do desmonte de um pequeno morro argiloso que existia próximo ao Rio-Centro e à nova Vila Olímpica (que foi completamente desmontado e transportado por caminhões, algo absurdamente insustentável e predatório como processo). Conforme nossa investigação feita no local para pesquisas anteriores, as fundações dessa obra foram em estaca rotativa, o que indica que o solo é instável e que houve necessidade de fundações muito profundas. O impacto para a comunidade Santa Luzia foi imediato, entre recalques e acomodações de solo e, principalmente, em inundações.

Mosaico de Fotos 2 – Imagem de satélite da área e fotos de campo.



Fonte: Imagem de satélite Google Earth e demais fotos do autor, 2021.

Na imagem de satélite acima vemos a implantação do primeiro de 4 condomínios já executado e a comunidade linear de Santa Luzia na parte inferior da imagem. Nas fotos de campo vemos a drenagem deficitária (à esquerda) e padrão construtivo, elevação de nível e impermeabilização de solo (à direita).

Conclusão e questões para debate colocadas pelo artigo

Os estudos geoecológicos contribuem substancialmente para um entendimento do ambiente como categoria ampliada, na forma como nos propomos a trabalhar as escalas de espaço e tempo geo-históricas. A Geologia recente do final do Holoceno e, especialmente, as dinâmicas de variação do nível do mar após a última glaciação (de 7 metros em apenas três mil e quinhentos anos, como vimos) nos ajudam a entender a natureza do Rio de Janeiro. Embora seus contrafortes de gnaisses graníticos, que simbolizam a cidade, tenham cerca de quinhentos milhões de anos, segundo os geólogos, eles emergiram antes até da última deriva continental (de 350 milhões de anos para cá). As escalas de tempo e espaço dão outro salto exponencial, quando consideramos as previsões do IPCC de nova elevação do nível do mar de 2 a 3 metros até o final do século XXI: dez vezes mais rápido do que o ritmo da dinâmica endógena do planeta. Uma aceleração distópica, segundo as previsões científicas consensuais atuais.

No caso das Vargens, na Baixada Litorânea de Jacarepaguá, essas dinâmicas recentes de formação são determinantes na configuração da planície costeira e de seus complexos hidrológicos e lagunares, e suas escalas espaço-temporais aproximam o tempo geológico e histórico. A Geografia Ambiental vai construir essa ponte entre os estudos geoecológicos e os estudos urbanos, e a Ecologia Política, por sua vez, nos fornece um aporte crítico interdisciplinar para abordar questões complexas que constituem o ambiente como categoria ampliada em uma perspectiva histórica.

Essa análise, ampliada e abordada pela interdisciplinaridade da Ecologia Política, nos permite, por um lado, fazer uma crítica mais elaborada e profunda ao planejamento institucional orientado para o mercado e, por outro, propor uma ênfase na dimensão da justiça socioambiental, especialmente porque esse planejamento se apresenta sob o crivo de “sustentável”. A partir daí, colocamos algumas questões: sustentável para quê? Para quem? E como?

Explorar as contradições entre princípios objetivos e diretrizes em face das próprias propostas urbanísticas institucionais nos levou a supor que esse planejamento institucional ignorava a natureza geológica da Baixada de Jacarepaguá e das Vargens. Mas, ao constatar que os maiores índices e gabaritos construtivos estão no centro da bacia sedimentar, onde, supostamente, a camada de turfa será mais profunda, somos levados a questionar se essa suposição está correta ou se os índices foram dimensionados para cobrir custos de construção e fundações em área estruturalmente adversa (como se essa ocupação da área dos Campos Alagados de Sernambetiba se resumisse a uma equação financeira/estrutural).

129

Pelo contrário: a área dos Campos Alagados de Sernambetiba é um complexo ecossistema, que inclui diferentes subsistemas ecológicos entre a floresta de Mata Atlântica e o brejo, com sua função de esponja no ciclo hidrológico da região. Os riscos ambientais são evidentes, dada a complexidade da questão urbano-ambiental, pois esse frágil e complexo ecossistema abriga, em toda região das Vargens, mais de quarenta comunidades, segundo o Plano Popular, muitas delas em situação de risco, como a de Santa Luzia.

A ocupação urbana em grandes enclaves privados, que utilizam gigantescos volumes de aterro, é predatória sob vários aspectos. A começar pela radical alteração exterminadora da biomassa original em toda a área incorporada e seus altos índices construtivos e de impermeabilização de solo. Além de serem licenciadas pela Prefeitura em uma área que, como o próprio nome diz, é uma várzea, várgea ou vargem (isto é, áreas de

planícies baixas, hidrologicamente capilarizadas e alagáveis). Para piorar, sem infraestrutura adequada de drenagem e saneamento (apenas 29% têm esgoto recolhido em Vargem Grande, segundo o Data Rio), e com viabilidade técnica duvidosa, dadas as características geológicas pesquisadas.

Por fim, reforçamos aqui que os conflitos ambientais têm dimensões e expressões variadas: o avanço do “complexo imobiliário financeiro” (Rolnik, 2015) sobre as Vargens colide com formas preexistentes de relações socioambientais, culturais, quilombolas, agroecológicas e de produção de alimentos que deveriam ser protegidas pelos objetivos do novo Plano Diretor. Em uma análise objetiva, o que o mercado quer “vender” nas Vargens é uma “natureza” que ele mesmo destrói a passos largos – e, junto com ela, sua cultura simbiote. O caso do museu da Casa do Pontal é emblemático da violência e da ignorância em relação à cultura e sua territorialidade. E com as comunidades em situação vulnerável? Nestas, as dinâmicas de conflito são ainda mais violentas, com ameaças de remoção e sem promessas de nova localização próxima.

130

Neste fechamento, frisamos que a conjuntura exposta neste artigo, institucionalmente planejada, está em marcha, mas ainda não realizou por completo a catástrofe. Portanto, há um futuro até então possível e indeterminado, embora já desenhado. A “loucura da razão econômica”, usando uma expressão de Harvey (2018), consiste em alienar, financeirizar, vender títulos e promessas futuras de pagamento em mercados de dívidas, antes que tudo afunde na lama. Nosso objetivo, portanto, foi divulgar conhecimento científico sobre essas questões, tornando públicas as informações e as críticas relevantes para o enfrentamento dessa conjuntura adversa que se apresenta e buscar sua superação, modificando a perspectiva de um ecocídio institucionalmente orientado pelo e para o mercado imobiliário nas Vargens.

Agradecimentos

Agradeço à UFRJ, aos programas de pesquisa PROURB (Urbanismo) e PPGG (Geografia), aos editores e revisores da revista **AMBIENTES** pela atenção cuidadosa com este artigo e ao CNPq pelo fundamental incentivo à pesquisa. Muito Obrigado.

Referências

- AGUIAR, Delfim. **O céu é para os anjos**. A história das três fazendas: Camorim, Vargem Pequena e Grande. Rio de Janeiro: Editora MSSG, 2001.
- ALEXANDER, Christopher. A cidade não é uma árvore. **Revista Architectural Forum**, v. 122, nº 1, 1965, pp. 58-62 (Parte I) e vol. 122, nº 2, 1965, pp. 58-62 (Parte II).
- CABRAL, Sérgio. **Mapeamento geológico-geotécnico da baixada de Jacarepaguá e maciços circunvizinhos**. Dissertação. (Mestrado em Geologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1979.
- CAVALLAZZI, Rosângela; FAUTH, Gabriela. **Cidades standard e novas vulnerabilidades**. Rio de Janeiro: PROURB, 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CORRÊA, Armando Magalhães. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2017 [1936].
- FARR, Douglas, **Urbanismo sustentável**. Desenho urbano com a natureza. Porto Alegre, Bookman, 2013.
- FRIDMAN, Fania. **Os donos do Rio em nome do Rei**: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ; Garamond, 1999.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. “Aspectos da geografia agrária do sertão carioca (1963)”. In: PIRES DO RIO, Gisela Aquino; COELHO, M. Célia Nunes (orgs.). **Percurso geográficos**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009, pp. 181-202.

- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no sec. XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1968. São Paulo: Centauro Editora, 2011.
- MCHARG, Ian. **Proyectar com la naturaleza**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, S.L. 2000.
- MAIA, Márcia do Carmo et al. Evolução holocênica da planície costeira de Jacarepaguá (RJ). In: Congresso Brasileiro de Geologia, 33, 1984. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Geologia, pp.105-118.
- MASCELANI, Ângela. A Casa do Pontal e suas coleções de arte popular brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 28, pp. 120-155, 1999.
- Plano Diretor do Rio de Janeiro - PDRJ 2023**. Disponível em: <<http://www.camara.rio/plano-diretor>>. Acesso em 10/11/2023.
- Plano Popular das Vargens (PPV)**. Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC) do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) – IPPUR-UFRJ. Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM), Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande (AMAVAG) e Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa. Rio de Janeiro, 2017.
- POEYS, Gustavo. **O lugar dentro das ideias**: O Plano Popular das Vargens. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- PORTAS, Nuno. **Políticas urbanas II**. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.
- Projeto de Estruturação urbana das Vargens (PEU-Vargens 2009)**. PREFEITURA-RJ. Projeto de Lei Complementar nº 140/2015 que substituiu a Lei Complementar anterior nº 104/2009. Rio de Janeiro, 2015.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RONCARATI, Hélio; NEVES, Luiz Eduardo. **Estudo preliminar dos sedimentos recentes superficiais da Baixada de Jacarepaguá - Município do Rio de Janeiro**. Projeto Jacarepaguá, Rio de Janeiro, CENPES/Petrobrás, 1976, pp. 89. (Relatório).
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 1988. São Paulo: EDUSP 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v.1, nº1, pp. 14-37, 2019.

Ricardo Ramos Machado Bitencourt é doutorando pelo PROURB da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **E-mail:** ricardo.bitencourt@fau.ufrj.br

Artigo enviado em 31/03/2024 e aprovado em 28/09/2024.

Artigo

Análise socioambiental da “restinga” na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, Rio Grande do Norte

Marlene Yara Tenório Soares

Rodrigo Guimarães de Carvalho

Francisco Davy Braz Rabelo

134

Resumo

As restingas são ecossistemas frágeis situados no litoral, protegidos pela legislação ambiental brasileira e com ampla variação conceitual na literatura científica. Dado o crescente uso e ocupação da zona costeira, esses ambientes estão em iminente risco e, em alguns casos, já bastante degradados. No estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente no litoral setentrional, existe uma unidade de conservação criada em 2003, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). Sua criação está associada a luta de populações tradicionais na década de 1990 contra a ocupação da restinga por um resort e, posteriormente, por empreendimentos de carcinicultura. O objetivo principal da pesquisa foi compreender a importância sociocultural e ambiental da “restinga” para as comunidades tradicionais da RDSEPT e o prognóstico de uso e ocupação da área. Foram feitos levantamentos e análise de documentos e da legislação ambiental referente ao tema. O conceito de restinga foi examinado por meio da literatura científica e correlacionado com a realidade da restinga da RDSEPT. Entrevistas e aplicação de formulários ajudaram a compreender a percepção dos moradores sobre o espaço da restinga. Constatou-se que a restinga da RDSEPT apresenta aspectos ambientais conforme descrito na literatura científica, assim como deve ser considerada Área de Preservação Permanente enquanto protetora de dunas e estabilizadora de mangues. Os entrevistados indicam a importância histórica e cultural da restinga, com uso majoritariamente ligado as atividades de pesca e lazer e a existência de conflitos em relação a instalação de parque eólico e interesses divergentes relacionados ao uso turístico.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Restinga; Proteção Ambiental.

Social and environmental analysis of the “restinga” in the Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve – Rio Grande do Norte, Brazil

Abstract

Restingas are fragile ecosystems located on the coast, protected by Brazilian environmental legislation and with wide conceptual variation in the scientific literature. Given the increasing use and occupation of the coastal zone, these environments are at imminent risk and, in some cases, already quite degraded. In the state of Rio Grande do Norte, more specifically on the northern coast, there is a conservation unit created in 2003 called the Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve (RDSEPT). Its creation is associated with the struggle of traditional populations in the 1990s against the occupation of the *restinga* by a resort and, later, by shrimp farming enterprises. The main objective of the research was to understand the sociocultural and environmental importance of the “restinga” for the traditional communities of the RDSEPT and the prognosis of use and occupation of the area. Surveys and analysis of documents and environmental legislation related to the subject were carried out. The *restinga* concept was examined through the scientific literature and correlated with the reality of the RDSEPT *restinga*. Interviews helped to understand the perception of residents about the *restinga* space. It was found that the RDSEPT *restinga* presents environmental aspects as described in the scientific literature, and it should be regarded as a Permanent Preservation Area due to its role in terms of protection of dunes and stabilization of mangroves. The interviewees indicate the historical and cultural importance of the *restinga*, with use mostly linked to fishing and leisure activities and the existence of conflicts in relation to the installation of a wind farm and divergent interests related to tourist use.

135

Keywords: Socio-environmental Conflicts; Sustainable Development Reserve; *Restinga*; Environmental Protection.

Análisis social ambiental de la “restinga” en la Reserva Estatal de Desarrollo Sostenible Ponta do Tubarão – Rio Grande do Norte, Brasil

Resumen

Las restingas son ecosistemas frágiles ubicados en la costa, protegidos por la legislación ambiental brasileña y con amplia variación conceptual en la literatura científica. Dado el creciente uso y ocupación de la zona costera, estos ambientes se encuentran en riesgo inminente y, en algunos casos, ya bastante degradados. En el estado de Rio Grande do Norte, más específicamente en la costa norte, existe una unidad de conservación creada en 2003 denominada Reserva Estatal de Desarrollo Sostenible Ponta do Tubarão

(RDSEPT). Su creación está asociada a la lucha de las poblaciones tradicionales en la década de 1990 contra la ocupación de la restinga por un balneario y, posteriormente, por empresas camaroneras. El objetivo principal de la investigación fue comprender la importancia sociocultural y ambiental de la “restinga” para las comunidades tradicionales de la RDSEPT y el pronóstico de uso y ocupación del área. Se realizaron levantamientos y análisis de documentos y legislación ambiental relacionada con el tema. El concepto de restinga fue examinado a través de la literatura científica y correlacionado con la realidad de la restinga del RDSEPT. La entrevista y la aplicación de formularios ayudaron a comprender la percepción de los residentes sobre el espacio de descanso. Se encontró que la restinga RDSEPT presenta aspectos ambientales descritos en la literatura científica, así como, debe ser considerada un Área de Preservación Permanente como protectora de dunas y estabilizadora de manglares. Los entrevistados señalan la importancia histórica y cultural de la restinga, con un uso mayoritariamente ligado a actividades pesqueras y de ocio y la existencia de conflictos en relación a la instalación de un parque eólico e intereses divergentes en relación al uso turístico.

Palabras clave: Conflictos socioambientales; Reserva de Desarrollo Sostenible; Restinga; Protección del medio ambiente.

Introdução

136

O ambiente e seus componentes não representam apenas quantidades de matéria e energia, mas são marcados por aspectos culturais e históricos, de modo que, os objetos do ambiente interagem e conectam-se materialmente e socialmente (Acselrad, 2004). Assim, a territorialização das sociedades humanas a partir da interação com ambientes do planeta, forjaram práticas materiais e percepções culturais ligadas ao mundo natural, o que estabelece a importância da história ambiental (Pádua, 2010) para a compreensão das relações entre sociedade e natureza, inclusive, para a análise dos conflitos socioambientais (Vargas, 2007) que se desenvolvem em diferentes ambientes.

Já o enfoque da geografia ambiental e da ecologia política, conforme discutidos por Souza (2019), possibilitam a adoção de ferramentas metodológicas e interpretativas para o estudo de conflitos socioambientais, pautados no diálogo de saberes no âmbito da geografia, na interdisciplinaridade e na politização da problemática ambiental.

Como campo empírico de pesquisa, os ambientes litorâneos do Brasil, associados a ocupação histórica de populações tradicionais em determinados territórios comunitá-

rios, exemplificam bem a apropriação material e cultural da natureza a partir da construção de um significado social para determinadas paisagens. Assim, um aspecto que emerge na contemporaneidade é o acirramento de conflitos socioambientais que revelam a disputa por ambientes litorâneos e seus recursos. Essa disputa, geralmente desigual, é marcada por injustiças sociais e ambientais e aponta para o racismo ambiental enquanto um processo que afeta inexoravelmente os grupos étnicos vulnerabilizados (Brandão; Damasco, 2002).

O litoral brasileiro é composto por diferentes paisagens, alternando-se de acordo com as variações climáticas, geológicas, geomorfológicas e oceanográficas, constituindo-se em mangues, dunas, falésias, costões rochosos, enseadas, baías e restingas. A restinga, de acordo com a Resolução CONAMA 303/2002, pode ser definida como:

Depósito arenoso paralelo a linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, também consideradas comunidades edáficas por dependerem mais da natureza do substrato do que do clima. A cobertura vegetal nas restingas ocorrem mosaico, e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivos e arbóreo, este último mais interiorizado (Brasil, 2002, p. 02).

Por serem de grande importância ambiental, as restingas são espaços legalmente protegidos e, dessa forma, possuem restrições quanto ao uso e ocupação, sendo classificadas como Áreas de Preservação Permanente (APPs). Com relação a isso, a Resolução CONAMA 303/2002 descreve essa modalidade de APP: “IX - nas restingas: a) em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima; b) em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues”.

Em que pese tenha havido uma extensa polêmica de âmbito nacional em 2020, quando o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) revogou a Resolução 303/2002, o que já foi reparado pelo Superior Tribunal Federal em novembro de 2020 de-

vido a inconstitucionalidade da ação, a própria Lei Federal 12.651 de 2012 do Código Florestal já resguardava esse tipo de ambiente como APP, desde que exerçam a função fixadora de dunas e estabilizadora de mangues.

Um dos principais desafios da legislação ambiental brasileira é a delimitação de alguns tipos de ambientes protegidos, as restingas representam bem essa dificuldade. Até mesmo sob o ponto de vista conceitual, na literatura científica, não se tem um consenso sobre os limites de uma área de restinga. O que temos são definições elaboradas de forma direcionada a ramos científicos como as ciências biológicas, a ecologia, a geologia, a geografia e as definições existentes em normas legais.

Nas áreas dos municípios de Guamaré e Macau (litoral setentrional do Rio Grande do Norte), foi instituída uma unidade de conservação estadual, definida como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). Criada pela Lei 8.349, de 18 de julho de 2003, possui uma área de 12.940,07 ha, constituída por ecossistemas formados por mar, estuário, restinga, manguezal, dunas e caatinga, que são, há décadas, base para subsistência das comunidades, antes mesmo da definição da área como unidade de conservação.

A restinga da RDSEPT é também denominada como “costa” por moradores das comunidades, constituindo uma faixa de 13 km de extensão onde não há nenhuma habitação permanente. Um dos primeiros questionamentos que levaram a elaboração desta pesquisa é se o termo “restinga” é realmente adequado para a área. Surgiram outros questionamentos: Como se dá a relação sociocultural e ambiental da comunidade com a área da “restinga”? Qual a importância da “restinga” para os modos de vida tradicionais e para a conservação ambiental na RDS? Quais os tipos de uso da “restinga” ao longo do tempo?

Tais questionamentos foram o meio para a análise de como as comunidades de Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, pertencentes ao município de Macau, compreen-

dem a área de “restinga” e como se dá a interação com ela, refletindo sobre a importância em suas vidas, inclusive verificando as possibilidades de usos futuros de acordo com o plano de manejo e o zoneamento da RDSEPT.

Definiu-se como objetivo principal da pesquisa, compreender a importância socio-cultural e ambiental da “restinga” para as comunidades tradicionais existentes na RDSEPT e o prognóstico de uso e ocupação da área.

1. Materiais e métodos

1.1 Caracterização da área de estudo

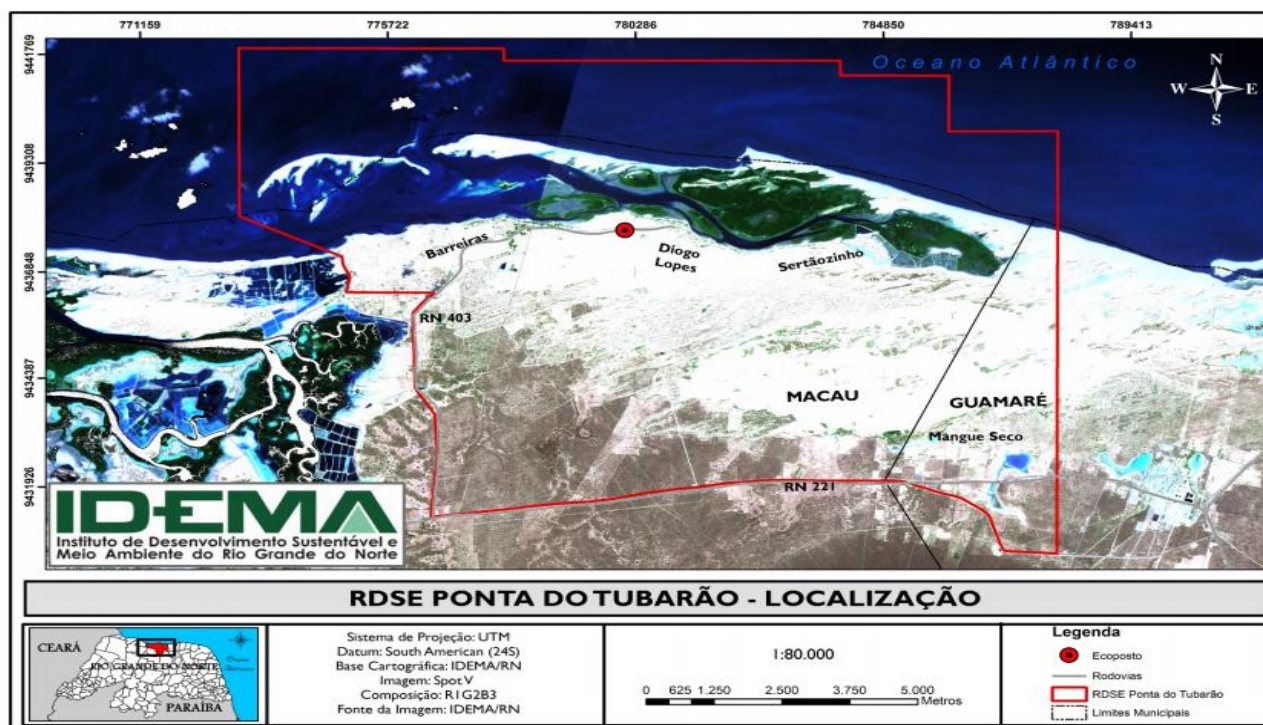
A RDSEPT (**Imagem 1**) representa uma iniciativa de importância significativa para a preservação dos ecossistemas costeiros (manguezais, dunas, restinga) e para a proteção dos modos de vida das populações tradicionais (Idema, 2018). Entre 2003 e 2018 (2018 foi o ano de criação da Área de Proteção Ambiental das Dunas do Rosado entre os municípios de Areia Branca e Guamaré), a RDSEPT era a única UC em uma extensão de 240 km contínuo de litoral do Rio Grande do Norte, conhecido também como litoral setentrional, que tem como característica marcante a semiaridez e o desenvolvimento de um conjunto de atividades industriais relacionadas ao petróleo (poços em terra, plataformas em mar, gasodutos, oleodutos, refinaria), ao polo salineiro, a carcinicultura e atualmente com a expansão de projetos de energias renováveis (eólica e solar).

A RDSEPT abrange 12 comunidades tradicionais sendo as maiores: as comunidades pesqueiras de Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho, pertencentes a Macau e as comunidades agrícolas de Mangue Seco I e II e Lagoa Doce, pertencentes a Guamaré. Possui clima semiárido, com altas taxas de evaporação e baixo índice pluviométrico (Guedes, 2016).

A reserva encontra-se situada entre do bioma caatinga e o bioma marinho, apresentando unidades geoecológicas tradicionalmente ocupadas e/ou utilizadas por comunidades pesqueiras, entre elas, praias, planície de maré com manguezal, dunas, tabuleiro costeiro com mata de caatinga, além do próprio ambiente marinho (Idema, 2018; Nobre, 2005).

A região da RDSEPT foi definida como área prioritária para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira pelo Ministério do Meio Ambiente em 2003/2004, apresentada como área de prioridade extremamente alta para a conservação (Idema, 2018).

Imagem 1 – Localização e limites da RDS Estadual Ponta do Tubarão.



Fonte: IDEMA (2018).

1.2 Caracterização da pesquisa e coleta de dados

Objetivando a sistematização de ideias da pesquisa e a coleta dos dados durante os anos de 2020 e 2021, este tópico traz a classificação da pesquisa e descreve os procedimentos metodológicos e técnicas utilizadas para obtenção dos dados.

A pesquisa classifica-se como qualitativa onde, segundo Creswell (2007), o pesquisador procura estabelecer o significado de determinado fenômeno a partir do ponto de vista dos participantes. Para isso, é preciso que seja identificado um grupo que compartilhou aqueles acontecimentos e estudar como estes integrantes viveram os fenômenos em questão.

Se desenvolve como um estudo de caso, em que se busca compreender e interpretar o objeto de estudo com base no ponto de vista e percepção dos participantes das comunidades tradicionais inseridas dentro dos limites da RDSEPT, especialmente as que tem uma maior relação com a pesca e, portanto, com o ambiente da “restinga”.

A pesquisa bibliográfica se baseia em materiais já elaborados e analisados, contribuições científicas constituídas, principalmente, de livros, teses, dissertações e artigos científicos com uma importância singular por possuir um vasto número de informações analisadas e tratadas, reunindo informações pertinentes a temática a partir da perspectiva de outros autores (Fonseca, 2002; Gil, 2002). Foram levantadas e analisadas publicações sobre os temas centrais, como, por exemplo: ambientes litorâneos (Amaral *et al.*, 2016; Widmer, 2009; Diegues, 2008; Barra *et al.*, 2018), a restinga e UC's (Pereira, Souza, Vieira, 2011; Fink, 2015; Filgueira, Tubelis, 2019; Souza *et al.*, 2008), as comunidades tradicionais (Macedo, 2015; Santos *et al.*, 2014) e a própria RDSEPT (Guedes, 2016; Nobre, 2005; Idema, 2018).

Pode ser enquadrada como pesquisa descritiva, pois busca descrever os conceitos já existentes sobre o termo “restinga”, como também, identificar a importância da “restinga” para os moradores locais. Segundo Silva (2001, p.21), a pesquisa descritiva visa retratar as características de determinada população ou fenômeno com o estabelecimento de relações entre variáveis. Assim, a coleta de dados ocorre por meio de entrevistas semiestruturadas (15), uma entrevista aberta e observação sistemática.

A pesquisa também tem caráter documental visto que analisou legislações costeiras e de Unidades de Conservação, além de documentos relacionados a RDSEPT, principalmente o Plano de Manejo. A análise das legislações de proteção para as restingas, serviu para fundamentar a discussão a respeito da importância das mesmas.

A coleta de dados primários partiu da definição do público-alvo da pesquisa, que são integrantes da comunidade de Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, pertencentes ao município de Macau (RN) que estivessem entre a faixa etária de 18 a 70 anos, especialmente os moradores nativos que têm contato direto com a área de estudo, bem como, com um dos líderes comunitários que esteve presente em todo o processo de definição da área como Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Os levantamentos e coletas de dados secundários foram realizados por meio de pesquisas em órgãos e instituições públicas, como, por exemplo, o banco de dados online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA); da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Macau (SISMUMA) e do plano de manejo da RDSEPT.

A entrada no campo se deu por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), a partir de solicitação para realizar as entrevistas e o desenvolvimento da pesquisa. É importante salientar que o projeto de pesquisa foi enviado e apresentado ao órgão ambiental e ao conselho gestor local e obteve parecer favorável e autorização. A pesquisa de campo ocorreu no ano de 2021, de acordo com as possibilidades e protocolos da pandemia da COVID 19.

Para as atividades de campo se elaborou os roteiros de entrevista semiestruturadas e observação, entrevista aberta, registro e levantamento fotográfico. Matos e Pessoa (2013) apontam a observação como uma técnica que permite ao pesquisador o contato e a proximidade com a realidade pesquisada.

Sobre as entrevistas, se optou por uma entrevista aberta e o restante foram entrevistas semiestruturadas, pois, se constituem por meio de perguntas previamente formuladas, possibilitando ao entrevistado, a possibilidade de discorrer sobre o assunto de forma mais aberta, o que possibilita a obtenção de mais informações. As entrevistas foram realizadas com os sujeitos sociais envolvidos diretamente com a realidade da área de pesquisa: os pescadores, marisqueiras, líderes de associação, filhos de pescadores e marisqueiras. Dessa forma, seguindo as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) compreendendo dados do trabalho como, por exemplo, seus objetivos, os riscos envolvidos com a pesquisa e outras informações para que os entrevistados, entendessem como a pesquisa iria ocorrer, bem como, a justificativa e sua relevância social. O termo de autorização de uso e imagem e gravações também foi editado e apresentado para autorização do uso das fotografias e áudios coletados durante os encontros.

Para o registro de relatos, foram utilizados gravador de voz que permitiu a captura de informações orais dos entrevistados. Outro instrumento metodológico adotado foi o registro fotográfico do território que serão utilizados no decorrer da pesquisa como meio para auxiliar a escrita, integralizando e ilustrando não apenas o texto com a imagem, mas também, auxiliando a interpretação de mapas.

2. Resultados e Discussões

2.1. Conceitos de restinga na literatura científica: Comparativo com as características da “restinga” da RDSEPT

Observa-se que o conceito de restinga tem sido discutido em diferentes áreas da ciência, apresentando uma variedade de significados e percepções no texto de autores que trazem abordagens distintas a respeito de como deve ser a estrutura e a dinâmica de

uma restinga. Isso cria uma dificuldade em relação a redação de leis que busquem proteger esse tipo de ambiente. Assim como ocorre em outras feições dos ambientes litorâneos, a exemplo dos campos de dunas móveis, a legislação brasileira da área ambiental carece de uma melhor descrição e do reconhecimento do caráter permanentemente dinâmico e diversificado desses ambientes.

Scarano (2002) apresenta o conceito de restinga sob a perspectiva ecológica, sendo caracterizada por vegetações herbáceas, arbustivas e arbóreas que se localizam na planície litorânea arenosa com idade quaternária. Em contrapartida, Suguio e Martin (1990) apresentam o termo na perspectiva geomorfológica, sendo variados tipos de depósitos arenosos costeiros que abrangem as praias, barreiras, barras, esporões e tómbolos.

Souza *et al.* (2008), apresentam um dossiê de significados para o termo restinga a partir de autores nacionais e internacionais, atribuindo grande importância à compreensão do conceito a partir de várias abordagens. Em análise do termo nos dicionários de línguas espanhola e portuguesa, os autores concluem que as definições remetem o leitor especializado a supor que se trata de feições dos tipos: rocha de praia; parcel; pontal rochoso; esporão ou pontal arenoso; baixio (Souza *et al.*, 2008).

Já no Brasil, o termo se tornou polissêmico. É perceptível que, nessas diferentes perspectivas, ocorram confusões de conceitos e de aplicação do termo, usado tanto para se referir a comunidades vegetais diversas, como a ambientes físicos, ou o todo, sobre os quais essas vegetações se desenvolvem.

Souza *et al.* (2008) trazem à discussão Oliveira (1983) que conceitua restinga como ilha alongada ou faixa de areia, depositada paralelamente ao litoral, devido ao dinamismo destrutivo ou construtivo das ondas (o mesmo que flecha litorânea).

Sampaio *et al.* (2005) definem como o termo usual para designar o ecossistema que ocupa as planícies do litoral do Brasil, formadas por sedimentos de origem marinha e que apresenta um conjunto diverso de vegetações, que reflete a influência das condições do solo e do grau de exposição às brisas marinhas e ao sol.

Já Santos (2016) apresenta o uso do termo restinga para designar tanto a paisagem formada pela faixa arenosa que segue ao longo do litoral do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte quanto ao complexo de vegetação que nela ocorre.

De acordo com o Plano de Manejo da RDS Estadual Ponta do Tubarão (Idema, 2018), a restinga na comunidade é reconhecida, também, como a área da costa. Como pode ser visualizado na **Figura 1**, a “restinga ou costa” representa em sua fisionomia mais a Leste um esporão arenoso ligado as terras continentais e sua parte mais a oeste pode ser caracterizada como uma ilha barreira formada a partir da abertura da “Barra” em 2010, que representa o resultado da dinâmica sedimentar que ao longo do processo de transporte de sedimentos pela deriva litorânea e pelo trabalho eólico abre e fecha canais de maré. Apesar de estar sempre mudando sua fisionomia, a abertura atual do canal de maré permanece até o ano 2022 no mesmo local.

Figura 1 – Esquema da “restinga” da RDSEPT e dos ecossistemas associados e interdependentes.



Fonte: Elaboração pelos autores.

O esquema da **Figura 1** também permite perceber a importância da “restinga” para a proteção do ecossistema manguezal que, no caso, é bem atípico, pois não está associ-

ado a um estuário fluvial, dependendo fundamentalmente do fluxo de água doce proveniente das dunas que fluem pelo meio subterrâneo e afloram em nascentes que desagüam diretamente na planície de maré, conforme pode ser visualizado na **Figura 2**.

A “restinga” evita o avanço direto das águas marinhas sobre a planície de maré, o que poderia ser prejudicial ao manguezal devido a elevação da salinidade, portanto, pode-se caracterizar essa “restinga” como estabilizadora de mangues, sendo portanto, uma área de preservação permanente.

Figura 2 – Esquema da “restinga” da RDSEPT e dos principais fluxos litorâneos a partir de uma fotografia aérea de 2006 onde a “barra” ou o canal de maré estava posicionado mais a Leste.



Fonte: Adaptado de IDEMA (2018).

Partindo do conceito de restinga sob a perspectiva ecológica, como já citado anteriormente, reconhecida como vegetação fixadora de dunas, observando a análise morfológica das vegetações típica de dunas, comparando com as apresentadas no Plano de

Manejo da RDSEPT, percebe-se que são variadas e adaptadas às condições extremas de temperatura, salinidade, ventos e solos pouco férteis (**Fotografia 1**).

Fotografia 1 – Vista de parte da vegetação da “restinga” da RDSEPT.



Fonte: Autores, 2018.

As vegetações registradas no Plano de Manejo da RDSEPT, relacionadas a “restinga” são os “brejos da praia” (*Sesuvium portulacastrum*), o “pirrixiu” (*Blutaparon portulacoides*), além da “salsa da praia” (*Ipomoea pes-caprae*), o “xibiu-de-nega” (*Canavalia obtusifolia*) e o “fedegoso” (*Heliotropium lanceolatum*) (Idema, 2018).

Ao comparar as características geológicas apresentadas na literatura científica com as características da RDSEPT apresentadas em seu plano de manejo, observa-se que na reserva, o contexto geológico atual apresenta uma primazia de depósitos eólicos litorâneos com e sem vegetação, o que vai significar diferentes estágios evolutivos, conside-

rando a disponibilidade e transporte desses sedimentos e a edafização. A restinga presente na reserva também é formada por sedimentos areno-quartzosos de diferentes calibres, mas com grande participação de areias finas, que recobrem parte da costa e podem ser facilmente mobilizadas pelo vento (Idema, 2018).

Com base nos conceitos discutidos, nos reconhecimentos de campo e na análise das características apresentadas no Plano de Manejo da reserva, conclui-se que a região da costa se constitui em uma restinga, reforçando a necessidade de proteção desse ambiente por completo. Se difere de outros ambientes de restinga brasileiros, especialmente os situados no litoral sudeste, basicamente em função das condições climáticas, estando condicionada a um pequeno trecho do litoral brasileiro sob o domínio da semiaridez e de ventos alísios fortes e constantes durante quase todo o ano, o que vai dificultar a evolução de estágios vegetacionais de médio e grande portes.

2.2. História ambiental da restinga da RDSEPT

A partir das informações obtidos por meio de entrevista aberta com uma liderança comunitária, que esteve presente em todo o processo histórico de instituição da área como Reserva de Desenvolvimento Sustentável, observou-se que nas décadas de 1940 e 1950, o acesso ao alto mar, bem como o retorno, para as embarcações chegarem ao distrito de Diogo Lopes, era bastante difícil, até mesmo pela utilização principal de embarcações a vela. Em razão disto, os pescadores passaram a utilizar a restinga como ponto de apoio a pesca, onde passavam temporadas de até seis meses em moradias temporárias, simples, construídas com palhas e com paredes improvisadas, também conhecidos como ranchos, que eram a alternativa mais viável para a resolução das dificuldades de acesso ao alto mar e a otimização do trabalho em períodos de safra.

Apesar de ainda existirem e, inclusive, de ter sido ampliada a quantidade de ranchos nos últimos anos, o uso como moradia temporária (**Fotografia 2**) já não acontece, predominando o uso voltado para o lazer.

Na restinga eram realizadas atividades como, por exemplo, a pesca em alto mar e de tresmalho caracterizado pelo arrasto das redes na praia (**Fotografia 3**), pesca da tai-nha, dos mariscos, o beneficiamento dos pescados (todo o processo de eviscerar, salgar e secar) e também era feito o trabalho de pilagem/moinho de sal. Após todo o trata-mento, os peixes eram levados a cidade para serem comercializados.

Fotografia 2 – Cotidiano dos moradores em seus ranchos, 2013.



Fonte: Arlete Oliveira do Nascimento Melo, 2013.

Fotografia 3 – Pesca do tresmalho na restinga da RDSEPT.



Fonte: Nobre, 2004.

Depois da década de 1960, ninguém mais fazia estadias longas na restinga para desenvolver seus trabalhos devido ao aprimoramento dos barcos e a abertura de barras na restinga, ou aberturas feitas pelos pescadores, que facilitavam o acesso ao mar.

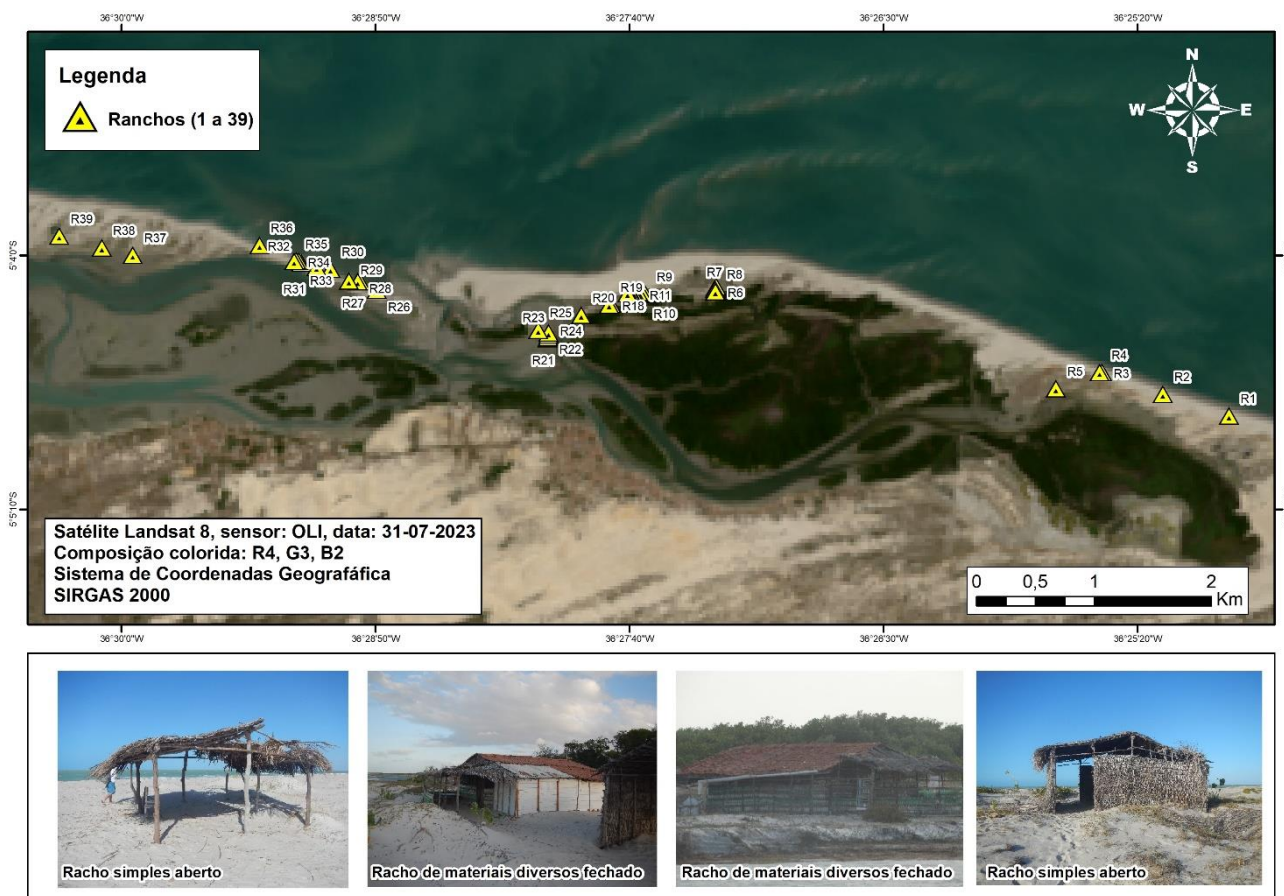
Em 1978, houve uma abertura natural de uma barra, no alinhamento de Diogo Lopes, o que se explica devido a dinâmica sedimentar e instabilidade desses ambientes. O pescador Chagas Gaspar foi o primeiro a tentar atravessar e chegar ao mar e conseguiu. Logo após, os moradores passaram a fazer a manutenção da barra para continuar tendo acesso facilitado ao mar.

É fundamental entender a importância da restinga para o movimento social de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pois foi justamente nesse ambiente que, nos anos de 1995 e 1999, houve a tentativa de construção de um resort e de implementação da carcinicultura, respectivamente. A ameaça de ocupação da restinga por empreendimentos exógenos provocou uma forte reação comunitária em defesa do território tradicional que recebeu apoio de entidades ligadas a igreja católica, a universidades e organizações da sociedade civil.

A mobilização social da comunidade conseguiu evitar que as atividades se instalassem e culminou na criação, em 2003, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. Todo esse processo, examinado sob o aporte teórico da ecologia política (Leff, 2003; Paul, 2012; Souza, 2019; Matos, 2023), revela a disputa e o conflito socioambiental relacionado ao acesso a recursos naturais e ambientais, colocando em questão o modelo econômico e de valores hegemônico e o modelo contra hegemônico representado pelo uso tradicional dos recursos. Assim, a criação de espaços especialmente protegidos, instrumento que visa atender a necessidade de enfrentamento da crise ambiental, é utilizado como meio de solucionar a disputa territorial em benefício das populações tradicionais, utilizando a categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Nas últimas décadas, os ranchos construídos na restinga passaram a ganhar outra funcionalidade: o uso para lazer nos finais de semana, inicialmente, com pouca frequência. Com a melhoria da economia, houve uma expansão do uso da restinga para entretenimento comunitário e familiar. Outra mudança importante foi o aumento de ranchos individuais em detrimento ao modelo inicial que primava pelo uso coletivo. Em 2018, os estudos para o plano de manejo (Idema, 2018) identificaram 30 ranchos de pesca distribuídos na restinga, já em levantamento atualizado, foram identificados 39 ranchos (**Imagem 2**). Os ranchos tradicionais eram feitos de madeira e palha, contudo, existem atualmente, ranchos de alvenaria, com cobertura de telha, feitos com auxílio de garrafas pet, entre outros materiais.

Imagem 2 – Distribuição dos ranchos de pesca na RDSEPT em 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Conforme IDEMA (2018), os ranchos construídos na restinga da RDSEPT de um modo geral, não representam um risco a qualidade ambiental, pois trata-se de uma área muito grande e os ranchos pouco influenciam na dinâmica costeira. Contudo, no processo participativo de elaboração do plano de manejo, foram realizados debates e planejadas ações para que a expansão dos ranchos na restinga não evolua para ocupações permanentes, com especulação imobiliária e degradação ambiental. Outra preocupação se refere ao cenário de aquecimento global e mudanças climáticas que pode acelerar as mudanças na sedimentação e hidrodinâmica na restinga, afetando os ranchos.

Outra forma de uso da restinga é como ponto de apoio ao turismo, atividade que passou a ser desenvolvida com a criação do Grupo de Turismo da RDSEPT em 2004. Cabe destacar que o modelo de turismo adotado com a criação da reserva é o turismo comunitário, que visa valorizar a cultura local e requer o engajamento direto das comunidades receptoras. Entre as atividades ligadas ao turismo comunitário, as trilhas terrestres e aquáticas, conduzidas por guias locais, funcionam como atrativos fundamentais para a geração de renda para jovens das comunidades. As trilhas aquáticas, especificamente, utilizam a restinga como ponto de apoio, onde os turistas desembarcam e realizam pequenos percursos sob a explanação dos guias.

Em relação aos usos da restinga, estes devem gerar um retorno positivo para as comunidades impactando minimamente ao meio ambiente. Algumas ações são desencorajadas quando se utiliza a área, como por exemplo, levar animais domésticos ou de criação para a restinga, circular com veículos motorizados, uma vez que na área há reprodução de tartarugas marinhas, utilizar som veicular produzindo ruídos e prejudicando a biota local, atear fogo, construir mecanismos artesanais de contenção de sedimentos eólicos como barreiras e anteparos de palha de coqueiros.

Vital (2004), advertiu que qualquer alteração antrópica na restinga da RDSEPT precisa ser cuidadosamente planejada para que os efeitos provocados por esta intervenção

não venham a modificar de forma indesejada o ambiente. E complementa: “Este ambiente é uma região de mudança, no qual o mar atua alterando a forma e a configuração do continente” (Vital, 2004, p. 1).

As restingas desempenham relevantes funções de purificação e armazenamento de água, proteção contra tempestades, estabilização das condições climáticas locais, recarga e descarga de aquíferos, retenção de contaminantes, fornecimento de bases da pesca, recursos de flora e fauna, turismo e recreação. Logo, essas áreas apresentam grande importância devido à concentração de intensa atividade biológica e paisagística (Pinto Sobrinho, 2012).

Corroborando a importância ambiental da restinga, a liderança entrevistada relata que “a restinga sem o mangue não existe, porque o vento e a água já teriam levado a restinga, e o mangue não resiste sem a restinga porque o mar já teria acabado com ele. A duna capta a água já que ao longo da faixa de praia; principalmente no período do inverno, é possível perceber a água brotando e doce, o que possibilita a existência do mangue”.

É importante também destacar a instalação de aerogeradores de energia eólica, em 2012, no lado leste da restinga (**Fotografia 4**).

Fotografia 4 – Aerogeradores situados no setor leste da restinga da RDSEPT.



Fonte: Autores, 2018.

De acordo com Meireles *et al.* (2013), os principais impactos ambientais gerados a partir da instalação de energia eólica nas planícies costeiras são: a remoção da vegetação das dunas fixas para a construção de vias de acesso e operação de terraplanagem, equipamentos e veículos auxiliares; enterro de dunas fixas ou móveis para nivelar o terrenos para instalação das turbinas, causando um déficit de areia para os sistemas fluviolacustres; em alguns casos, a instalação dos parques de energia eólica também impossibilita o acesso aos ambientes locais utilizados para atividades tradicionais de subsistência, alterando o estilo de vida tradicional das comunidades locais.

Loureiro, Gorayeb e Brannstrom (2015) também citam grandes impactos e alterações na paisagem a partir da implantação dos parques, visto que, segundo eles: “os ambientes de dunas e praia, vislumbrados pela atividade turística, tornam-se artificializados com a presença das torres eólicas” (Loureiro; Gorayeb; Brannstrom, 2015, p. 11).

Gê *et al.*, (2022), verificou que a entrada do parque eólico na restinga da RDSEPT não foi pacífica no âmbito do conselho gestor deliberativo. Apesar da atividade de geração eólica não ter sofrido uma forte oposição comunitária como aconteceu com os empreendimentos do resort e da carcinicultura, os conselheiros não chegaram a deliberar favoravelmente ao empreendimento e solicitaram mais tempo para entender os possíveis impactos socioambientais. Contudo, enquanto as discussões aconteciam em agendas de reuniões do conselho gestor, o empreendimento já havia sido autorizado pelo órgão ambiental do estado e, com isso, iniciava o processo de instalação.

2.3. A percepção comunitária sobre a restinga da RDSEPT

Foram realizadas 15 entrevistas com moradores das comunidades de Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, com idades entre 25 e 72 anos, dentre eles aposentados, empresários, marisqueiras, pescadores, artesãos e estudantes com a finalidade de observar a percepção e a relação sociocultural com restinga.

A respeito da localização da restinga da RDSEPT, dez entrevistados não sabiam onde estava localizada a restinga da reserva. Sete dos entrevistados não sabiam o que é restinga, enquanto outros seis responderam: “é onde a lagosta ou o peixe se encosta”; “é a costa”; como também “restinga é um ecótono, encontro da caatinga com a região costeira. É onde abriga uma grande biodiversidade de fauna e flora”; “a parte que fica em volta do mar”; “faz parte da praia”; “restinga faz parte da divisão da costa com braço de mar que chamam de rio e é onde o pessoal da comunidade final de semana usam muito para banho e passar o dia”.

Tais respostas chamam a atenção, uma vez que a proteção e preservação desses ambientes torna-se mais fácil quando as comunidades os conhecem. Para que haja uma mudança na convivência e compreensão do meio ambiente onde as comunidades estão inseridas, é necessária que seja traçada uma estratégia para implementação de programas capazes de promover a educação ambiental e a sensibilização das comunidades.

Quando questionados a respeito do grau e tipo de interação que têm com a restinga, compreendida por eles como costa, foi perceptível que grande parte teve e/ou mantém contato com a restinga, seja como suporte para pesca (08 Entrevistados) ou como ambiente propício para lazer (07 Entrevistados), justificando às respostas a respeito da importância dada à restinga, onde responderam que são atribuídas, além da importância ambiental, também a importância econômica (por meio da pesca) e social (por meio do lazer).

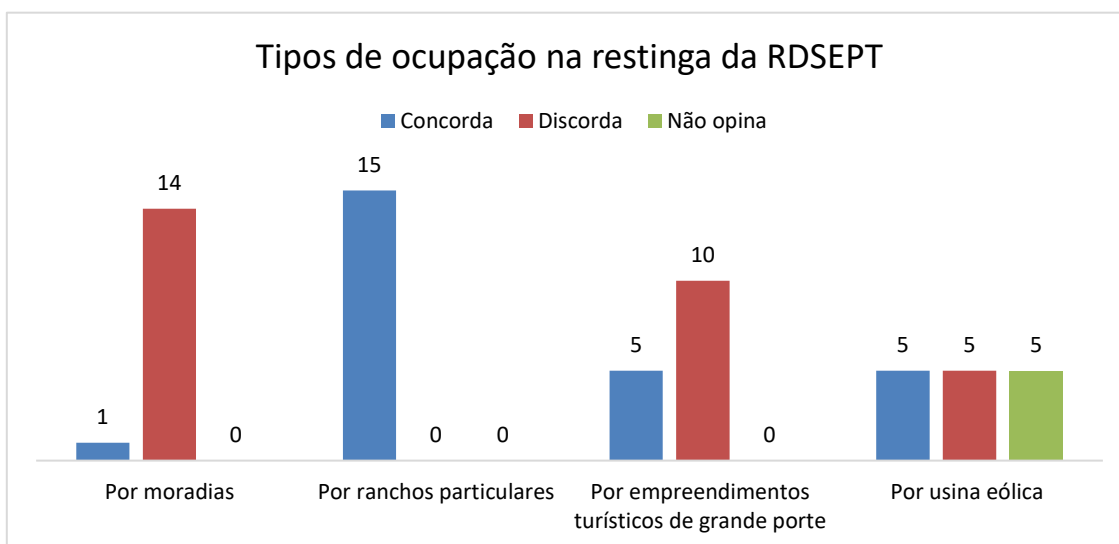
Quando questionados sobre como deve ser o uso da restinga pelos moradores da reserva, se para a conservação, se ampliada a ocupação, se mantidos os ranchos de pesca e lazer ou proibida a ocupação, sete entrevistados responderam que devem ser mantidos os ranchos de pesca, aliados a conservação e preservação, com afirmações como: “deve ser conservado. Deve manter os ranchos que servem como abrigo”; “manter os ranchos de pesca, não pode construir outras coisas porque **prejudica**”; “deve manter os ranchos de lazer pro povo continuar pescando”; “**deve manter a conservação** e manter os ranchos de pesca, proibir a ocupação de ranchos de alvenaria”; “devem manter os ranchos

de pesca e lazer e a preservação do ambiente”; “deveriam manter os ranchos de pesca, mas quem fosse pra lá **não poluísse nem desmatasse o mangue**.”

Oito dos entrevistados responderam que a relação com a restinga deve ser de conservação: “o uso da costa deve ser de **conservação**”; “a costa deve ser preservada”; “o importante é preservar e conservar”; “**o uso é centenário**, precisa manter e preservar é muito importante, não deixam lixo”.

Os entrevistados foram questionados se a ocupação e os usos deveriam ser por moradias, por ranchos particulares, por empreendimentos turísticos de grande porte ou por usina eólica (**Gráfico 1**).

Gráfico 1 – Tipos de ocupação que devem ocorrer na restinga da RDSEPT.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Quatorze dos quinze entrevistados discordam da ocupação da restinga por moradias permanentes de alvenaria, alguns justificaram pelo fato da dinâmica marinha, ou seja, das ondas e do transporte de sedimentos. Algumas das respostas foram: “porque o mar derruba as casas. Tem que ser como na natureza, com madeira de mangue, carnaúba”; “não acho certo e a natureza cobra, ela destrói já que o espaço é dela”; “o mar

avança”. Outros justificam pela possibilidade de ocupação para fins ilegais: “Não concordo por causa do aumento da violência e drogas por ser difícil chegar lá”. Bruns (2013) destaca a expansão urbana como responsável pela impermeabilização da linha de costa, alterando a dinâmica natural e dos movimentos de maré, os quais aumentam o risco de inundação, com consequências negativas à economia e ao bem-estar da população.

Em relação aos ranchos particulares, os entrevistados se mostraram favoráveis já que são utilizados pelas comunidades como suporte tanto para atividades de pesca, quanto para abrigo quando vão à lazer: “os ranchos particulares, se existirem a consciência de manter o ambiente preservado e limpo, tudo bem. É até vantagem”; “muitos vão e passam o final de semana, aí ficam nos ranchos”; “o uso não é diário e não impede tráfego de navegação nem nada”. Entretanto deve-se haver o controle com a quantidade de ranchos, como afirma uma entrevistada: “não concordo sendo gente de fora da comunidade, mas também não concordo com cada um construindo um porque vai aglomerar”. E, a respeito de vários ranchos passarem a ser fechados com cadeados, com acesso limitado, devido aos vandalismos e à poluição que passaram a existir por parte de alguns: “algumas pessoas vão e bagunçam ranchos que servem para os pescadores se manterem para suas atividades. Antes era aberto, mas o pessoal vai e bagunça, por isso muita gente fecha os ranchos”.

Em relação a ocupação por empreendimentos turísticos de grande porte como hotéis e resorts, dez dos entrevistados se mostraram contrários e justificaram: “porque é a comunidade que tem que se unir e ir atrás do progresso. Se for coisa maior, ia desmatar muito e seria um problema já que é ela (a costa) que protege do avanço do mar”; “se vai construir algo entre a praia e o mar vai prejudicar quem trabalha na pesca”; “vai ser perda de dinheiro porque o mar avança e vai acabar com tudo”. Os outros cinco que se posicionaram a favor, justificaram, pois, haveria a geração de renda e empregos na comunidade, como afirma um dos entrevistados: “é uma necessidade”.

A respeito da usina eólica localizada na restinga, cinco dos entrevistados se posicionaram a favor: “é uma fonte de emprego”; “é uma energia limpa, então é bom”. Entretanto, a chegada desse novo modo de energia não trará aumento significativo da oferta de empregos, como cita Silva (2014), por se tratar de uma tecnologia muito nova e específica, os parques eólicos requerem uma mão-de-obra qualificada para sua execução. Apenas nas fases iniciais, que requerem trabalho braçal e não especializados que disponibilizam vagas temporárias, utilizando-se de uma mão de obra local, barata e mais concentrada. Os outros cinco, se posicionaram contrários pois: “eles impedem a passagem entre as comunidades, inclusive a pesca foi prejudicada, tanto pelo barulho das turbinas que assusta os peixes e também a área que ficou limitada o acesso”; “gera emprego e a renda, mas pra gente que é de fora, pra comunidade local, o lugar é privado, eles barram a passagem”; “não traz benefícios pra nós, apenas para os donos. Deveria ser tudo preservado, mas infelizmente é o dinheiro que manda ‘né?’”; “apesar de muitas pessoas serem a favor, não usam nada dessa energia, e se vier os royalties deveria ser desenvolvido programas sociais, destruíram muitas partes da restinga e secaram lagoas. Foram devastadas algumas partes da restinga e algumas plantas também foram destruídas”. As respostas apontam para um conflito socioambiental (Vargas, 2007) em um território tradicional e onde incidem legislações de proteção enquanto área de uso comum (praias) e área de preservação permanente (restinga), conforme relatado no estudo de Gê et al., (2021).

Como forma de se apropriarem cada vez mais da restinga e gerar renda para a comunidade nos serviços de hospedagens e alimentação, como também, para os guias turísticos, as comunidades podem desenvolver atividades de turismo comunitário. Sobre a atividade turística na restinga, destacam-se as opiniões dos entrevistados: “a população deve desenvolver atividades turísticas já que vai gerar emprego e todo mundo tendo a sua renda. Todo mundo tendo sua canoazinha, para transportar o pessoal e ganhando renda fazendo passeios”; “sim, é adequado o turismo sustentável. Os guias turísticos desenvolvendo e garantindo uma renda e divulgando a reserva. Com uma lancha, fazendo passeio, mostrando os pontos turísticos, os braços de mangue, uma exploração até o

ponto onde pode explorar, sustentável”; “sim, deve desenvolver o turismo de forma sustentável, com passeios de caiaque e pranchas”. Um deles se mostrou contrário ao turismo devido ao aumento do fluxo e, conseqüentemente, o aumento do risco a segurança da comunidade: “não concordo por conta do aumento da violência e maldade”.

O turismo sustentável, conforme os entrevistados: “é uma solução de como preservar tudo”; “se quer ser cartão postal para o turismo, é necessário que haja a conservação”; “tudo que seja sustentável é bom, é um dever nosso”. A participação da comunidade é um fator crucial e para isto, elas precisam ser cada vez mais estimuladas, incluídas e informadas a fazer parte e conhecer os processos da reserva. Entretanto, um dos entrevistados chama a atenção que: “a gente é mal-informado pelos órgãos que deveriam abrir os olhos da gente e mostrar as vantagens no lugar e o que pode ser feito para melhorar, mas não chega as informações que precisamos”.

As limitações legais e a governança local por meio do conselho gestor é compreendida, por parte dos entrevistados, como impedimento de geração de emprego e renda na comunidade, bem como limitação ao desenvolvimento e progresso: “a reserva só veio para atrapalhar. Não pode ter posto de gasolina, um hotel. Só pode pousada comunitária”; “não quero que a reserva acabe, mas que possa produzir na reserva”; “que não haja uma proibição para o progresso. O pessoal é ciente. Deve ter sustentabilidade, mas também o progresso”.

A educação ambiental e a participação da comunidade em peso nas reuniões realizadas pelo conselho gestor são formas de serem reduzidas ou sanadas as incompreensões a respeito das finalidades da reserva de desenvolvimento sustentável, ao qual fazem parte e das atividades que podem ser desenvolvidas. Uma entrevistada afirmou ser notificada das reuniões, seja por meio das redes sociais ou por meio de carro de som nas ruas da comunidade, entretanto, nunca decidiu participar: “nunca fui a uma reunião, apesar de passar carro de som avisando e pela internet”.

Em razão disto, a participação das comunidades tradicionais das unidades de conservação nas discussões e gestão dos recursos naturais, tem se tornado um princípio importante e necessário, uma vez que a criação dessas áreas, em diferentes regiões no mundo, muitas vezes resulta em ceticismo, resistência e até mesmo rejeição dos atores sociais envolvidos. Tais percepções negativas são muitas vezes resultantes da falta de compreensão e esclarecimento dos objetivos das áreas protegidas (Kellermann; Steenbock; Ott, 2020).

De acordo com o IBASE (2006), se a sociedade não estiver integrada à gestão da unidade de conservação ao qual faz parte, a mesma enxergará o estabelecimento apenas como uma área com restrição ao uso, desenvolvendo assim uma percepção negativa e se ausentará dos processos de proteção ambiental.

Dessa forma, é fundamental a ampliação da comunicação interna e a existência de uma política de conscientização e educação ambiental a fim de facilitar a compreensão do processo de governança local, das possibilidades de uso e das limitações existentes em função das características dos sistemas ambientais e de normas legais que restringem o uso de ambientes como praias e dunas.

Considerações finais

A restinga da RDSEPT pode ser enquadrada como uma área de preservação permanente já que exerce a função fixadora de dunas e estabilizadora de mangues. Do ponto de vista da importância sociocultural para as populações tradicionais, observou-se uma utilização histórica da restinga como espaço comunitário de apoio a atividade da pesca e, mais recentemente, um redirecionamento do uso enquanto espaço voltado ao lazer das famílias. Nesse aspecto, é importante destacar o aumento na quantidade de ranchos, especialmente, os de uso particular.

A defesa do ambiente da restinga enquanto um espaço de uso comunitário ensejou a criação da RDS Ponta do Tubarão, fato que estabeleceu uma maior segurança em relação a manutenção do território tradicional diante das tentativas de instalação de empreendimentos provenientes de capital externo que ameaçavam as comunidades. Como exceção, houve a instalação de um parque eólico na restinga, fato que gerou um conflito interno envolvendo o conselho gestor e o órgão ambiental, pois, não houve tempo suficiente para discussão e nem uma deliberação favorável por parte dos conselheiros.

Malgrado os avanços em relação a manutenção dos modos de vida tradicionais e a conservação ambiental na restinga da RDSEPT, é preciso que haja um processo permanente de planejamento participativo, envolvendo o monitoramento ambiental, a fiscalização de usos indevidos e a geração de renda a partir de ações de uso indireto dos recursos ambientais por meio da visitação pública. Deve-se evitar a tendência de ampliação descontrolada de ranchos de pesca e a possível transição para moradias permanentes, assim como, a entrada de grandes empreendimentos que possam gerar impactos socioambientais e alterações na paisagem da restinga, a exemplo do parque eólico que foi instalado em 2012.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais – A atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, pp. 1-11.
- BRANDÃO, Caroline Martins; DAMASCO, Fernando Souza. Conflitos territoriais, desterritorialização e racismo ambiental no Rio de Janeiro (2009-2016). **Revista Brasileira de Geografia**, v. 67, nº 2, pp. 114-142, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm>. Acesso em 29/06/2020.

BRASIL. **Resolução Conama nº 303**, de 20 de março de 2002. Disponível em: <<http://mma.gov.br/>>. Acesso em 29/06/2020.

BRUNS, Antje. The Environmental Impacts of Megacities in the Coast. In: PELLING, M.; BLACKBURN, S. **Megacities and the Coast**. Routledge, Taylor & Francis Group, London and New York, 2013, pp. 22-69.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, Dayane Raquel da Cruz. Diversidade de ecossistemas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Macau-RN). **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, nº 1, pp. 18-27, 2016.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. 2006. **Gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro, Programa Petrobras Ambiental, julho de 2006. Disponível em: <https://ibase.br/userimages/ap_ibase_gestao_01c.pdf>. Acesso em 25/06/2021.

IDEMA – **Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão**. 2018. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000043675.PDF>>. Acesso em 29/06/2020.

IDEMA – **Plano de Manejo da RDS Estadual Ponta do Tubarão**: diagnóstico da reserva de desenvolvimento sustentável estadual ponta do tubarão. Natal: IDEMA, 2018.

KELLERMANN, Aline, STEENBOCK, Walter, OTT, Paulo Henrique. Management board of the Ilha dos Lobos Wildlife Refuge: Building a new relationship with its territory. **Revista Costas**, v. 2, nº 2, pp. 107-134, 2020.

LEFF, Enrique. **La Ecología Política en América Latina: Un campo en construcción**. Polis [En línea], 5, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/xf8jDCswFkPF9zS4s4vyfLP/abstract/?lang=es>>. Acesso em 08/10/2023.

- LOUREIRO, Caroline Victor; GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian. Implantação de energia eólica e estimativa das perdas ambientais em um setor do litoral oeste do Ceará, Brasil. **Revista Geosaberes**, v. 6, nº1, pp. 24-38, 2015.
- MATOS, Lucas Ramos de. Ecologia Política e movimentos sociais contemporâneos: Reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 5, nº 1, pp. 265-293, 2023.
- MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera Lucia Salazar. As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa. In: MARAFON, Glauco J. et al. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em Geografia: Reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, pp. 151-171.
- MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; GORAYEB, Adryane; SILVA, Débora Raquel Freitas; LIMA, Gledson Santos de. Socio-environmental impacts of wind farms on the traditional communities of the western coast of Ceará, in the Brazilian Northeast. **Journal of Coastal Research**, n. 65, pp. 81-86, 2013.
- NOBRE, Itamar de Moraes. **Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, nº 68, pp. 81-101, 2010.
- PAUL, Robbins. Ecología política: Hacia un mejor entendimiento de los problemas socio-territoriales. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 13, nº 42, pp. 561-569, 2013.
- PINTO SOBRINHO, Felipe de Araujo. **Diversidade florística e estrutura vegetacional das tipologias florestais ocorrentes em diferentes sub-biomas de planície costeira e baixa encosta de bertioga (SP)**. Tese (Doutorado em Geografia Física). Universidade de São Paulo, 2012.
- RIO GRANDE DO NORTE. Lei Estadual nº 8.349 de 18 de julho de 2003. **Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão**. Natal: Palácio de Despachos de Lagoa Nova, 2003. Disponível: <<https://uc.socioambiental.org/arp/4817>>. Acesso em 20/07/2020.
- SAMPAIO, Daniela; SOUZA, Vinícius Castro; PAULA-SOUZA, Juliana; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro. **Árvores da Restinga. Guia Ilustrado para a identificação das espécies da Ilha do Cardoso**. São Paulo: Editora Neotrópica, 2005.

- SANTOS, Mariane Nardi; CUNHA, Helenilza Ferreira Albuquerque; LIRA-GUEDES, Ana Cláudia; GOMES, Suellen Cristina Pantoja; GUEDES, Marcelino Carneiro. Saberes tradicionais em uma unidade de conservação localizada em ambiente periurbano de várzea: etnobiologia da andirobeira (carapa guianensis aublet). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 9, nº 1, pp. 93-108, 2014.
- SCARANO, Fabio R. Structure, Function and Floristic Relationships of Plant Communities in Stressful Habitats Marginal to the Brazilian Atlantic Rainforest. **Annals of Botany**, v. 90, nº 4, pp. 517-524, 2002.
- SILVA, Sando Meneses. **Diagnóstico das restingas do Brasil: metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Departamento de botânica, Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. 30 p. Disponível em: <http://www.rmpceciologia.com/atlas/literatura/ART/Art_63.pdf>. Acesso em 25/06/2020.
- SILVA, Débora Raquel Freitas da. **Ventos de discórdia: território, energia eólica e conflitos socioambientais na zona costeira do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- SOUZA, Celia Regina de Gouveia; HIRUMA, Silvio T.; SALLUN, Alethéa Ernandes Martins; RIBEIRO, Rogério Rodrigues; SOBRINHO, J. M. A. **“Restinga”**: Conceitos e Emprego do Termo no Brasil e Implicações na Legislação Ambiental. São Paulo: Instituto Geológico, Secretaria do Meio Ambiente, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, nº 1, pp. 14-37, 2019.
- SUGUIO, Kenitiro; MARTIN, L. Geomorfologia das restingas. In: Simpósio de Ecossistemas da Costa Sul-Sudeste Brasileira, 2, Águas de Lindóia. **Publicação ACIESP**, v. 3, nº 71, pp. 185-205, 1990.
- VARGAS, Gloria Maria. Conflitos sociais e sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, v. 19, nº 2, pp. 191-203, 2007.
- VITAL, Helenice. A Boca da Barra. **Revista do IV Encontro Ecológico da Rds Estadual Ponta do Tubarão**: Comunidade e Reserva de mãos dadas, Rds Estadual Ponta do Tubarão, Ano II, v. 1, 1 ed., jul. 2004.

Marlene Yara Tenório Soares é gestora ambiental, mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal Rural do Semiárido. **E-mail:** marleneyara.ys@gmail.com

Rodrigo Guimarães de Carvalho é mestre em Geologia Ambiental e Doutor em Geografia e Pós-doutor pela Universidade Federal do Ceará. Docente permanente e orientador do Programa de Doutorado em Rede do PRODEMA pela UFERSA e Professor Classe III nível 8 da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, atuando junto ao curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, Mestrado em Ciências Naturais e Mestrado em Geografia. **E-mail:** rodrigocarvalho@uern.br

Francisco Davy Braz Rabelo é mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). **E-mail:** davyrabelo@yahoo.com.br

Artigo enviado em 23/10/2023 e aprovado em 09/05/2024.

Artigo

Reservas extrativistas pós-SNUC: Uma revisão de problemáticas decorrentes

Anselmo Gonçalves da Silva

Resumo

A resistência histórica dos seringueiros na Amazônia brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, resultou na proposição da Reserva Extrativista. O Decreto Nº 98.897/1990 a estabeleceu, enfrentando o desafio de transpor um conceito do movimento social para uma instituição em um Estado moderno. Após uma década, a Lei Nº 9.985/2000 reformulou o conceito, a modelagem e a gestão das Reservas Extrativistas, integrando-as no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A partir de então, críticas relacionadas ao processo de institucionalização das Reservas Extrativistas têm surgido, tanto entre os residentes locais quanto na literatura. Nesse contexto, conduzi uma revisão de literatura com o objetivo de sistematizar as problemáticas decorrentes da inserção das Reservas Extrativistas no SNUC. Os resultados, apresentados na forma de um ensaio, argumentam a falta de homologia entre a concepção do movimento seringueiro e a sua implementação pelo “sistema SNUC”. Defendo, por coerência, a necessidade de identificar os pressupostos, princípios, diretrizes e objetivos originais das Reservas Extrativistas – resgatando sua versão inicial. Nesse sentido, é crucial impulsionar a construção de um campo teórico-político-ideológico e de uma modelagem institucional-organizacional particulares ao projeto Reserva Extrativista, considerando que este é onto-epistemologicamente específico, diferenciando-se fundamentalmente do campo das áreas protegidas e da conservação da biodiversidade executados no âmbito do SNUC, onde as Reservas Extrativistas estão atualmente situadas.

Palavras-chave: Amazônia; Movimentos sociais; Unidades de conservação; Autonomia; Onto-epistemologia.

Reservas extrativistas after SNUC: An analysis of arising problems

Abstract

The historical resistance of rubber tappers in the Brazilian Amazon in the 1970s and 1980s, led to the proposition of the *Reservas Extrativistas* (a kind of protected area for gatherers and traditional

communities). Decree No. 98,897/1990 established it, facing the challenge of translating a concept developed by a social movement into an institution of a modern state apparatus. After a decade, Law No. 9,985/2000 reformulated the concept, modeling, and management of *Reservas Extrativistas*, integrating them into the National System of Conservation Units (SNUC). Since then, criticisms related to the institutionalization process of *Reservas Extrativistas* have emerged, both among local residents and in the literature. In this context, I conducted a literature review aiming at a systematization of the issues arising from the integration of *Reservas Extrativistas* into the SNUC. The results, presented in an essayistic manner, argue for the lack of homology between the conceptualization of the rubber tapper movement and its implementation within the framework of SNUC. Therefore, I argue for the need to identify the original assumptions, principles, guidelines, and objectives of the *Reservas Extrativistas* – rescuing their initial version. In this sense, it is crucial to drive the construction of a theoretical-political-ideological field and an institutional-organizational modeling specific to the *Reservas Extrativistas* project, considering that it is ontologically and epistemologically distinct, fundamentally different from the field of protected areas and biodiversity conservation implemented in the context of the SNUC, where *Reservas Extrativistas* are currently placed.

Keywords: Amazon; Social movements; Protected areas; Autonomy; Onto-epistemology.

Reservas extrativistas después del SNUC: Una revisión de los problemas surgidos

167

Resumen

La resistencia histórica de los recolectores de caucho en la Amazonía brasileña, en las décadas de 1970 y 1980, resultó en la propuesta de la *Reserva Extrativista* (tipo de área protegida para recolectores y comunidades tradicionales). El Decreto N° 98.897/1990 la estableció, enfrentando el desafío de trasladar un concepto del movimiento social a una institución en un Estado moderno. Una década después, la Ley N° 9.985/2000 reformuló el concepto, la modelación y la gestión de las *Reservas Extrativistas*, integrándolas en el Sistema Nacional de Unidades de Conservación de la Naturaleza (SNUC). Desde entonces, han surgido críticas relacionadas con el proceso de institucionalización de las *Reservas Extrativistas*, tanto entre los residentes locales como en la literatura. En este contexto, realicé una revisión de literatura con el objetivo de sistematizar las problemáticas derivadas de la inserción de las *Reservas Extrativistas* en el SNUC. Los resultados, presentados de manera ensayística, argumentan la falta de homología entre la conceptualización del movimiento de recolectores de caucho y su implementación por el “sistema SNUC”. Defiendo, por coherencia, la necesidad de identificar los supuestos, principios, directrices y objetivos originales de las *Reservas Extrativistas*, rescatando su versión inicial. En este sentido, es crucial impulsar la construcción de un campo teórico-político-ideológico y de una modelización institucional-organizacional particulares al proyecto de la *Reserva Extrativista*, considerando que este es ontológica y epistemológicamente específico, diferenciándose fundamentalmente del campo de las áreas protegidas y de la conservación de la biodiversidad ejecutados en el ámbito del SNUC, donde las *Reservas Extrativistas* están actualmente ubicadas.

Palabras clave: Amazonía; Movimientos sociales; Áreas protegidas; Autonomía; Onto-epistemología.

Introdução

Queríamos a floresta em pé, mas com os seringueiros morando nela [...]. Para isso elaboramos a proposta de criação das Reservas Extrativistas, como uma forma de reforma agrária adaptada às necessidades dos povos da floresta, inspirada também na luta dos indígenas pela demarcação de seus territórios. Participei de todo esse processo, estive diante do presidente José Sarney quando ele assinou o decreto de criação da RESEX Chico Mendes. Foi uma vitória do nosso movimento. Tínhamos nosso pedaço de terra e autonomia pra decidir como usá-lo, de acordo com o plano de utilização feito com nossa participação, conforme nossas tradições e necessidades. Mas o tempo passou e perdemos essa autonomia. Quando foi criada a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o controle da RESEX passou para um Conselho Deliberativo onde opinam muitos técnicos e outras pessoas que não vivem na Reserva e, ao que parece, não enxergam com bons olhos nossa permanência na floresta. A sobrevivência do seringueiro, do trabalhador extrativista, não é mais a preocupação central (Rodrigues, 2012, n.p).

Ao longo dos anos 2000, dois atos normativos federais alteraram, paradigmaticamente, o conceito e a modelagem do instituto Reserva Extrativista. O primeiro deles foi a Lei nº 9.985/2000, que incorporou-o ao recém-criado Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). E, no ano de 2002, o Decreto nº 4.340 regulamentou aspectos do SNUC, afetando-o também. Essas mudanças impactaram, sobretudo, a vida dos moradores das 35 Reservas Extrativistas criadas antes do SNUC, sob princípios e projeto distintos, como relatou Osmarino Amâncio Rodrigues¹ na citação anterior – gerando conflitos e críticas.

A inclusão das Reservas Extrativistas no SNUC não foi consensual – ocorreu em meio a um debate polarizado entre duas vertentes do ambientalismo: conservacionistas e socioambientalistas (Creado; Ferreira, 2011). Dos consensos, quiçá forçosos, dos acordos e abdições, nasceu o SNUC – como contencioso. No processo legislativo da Lei nº 9.985/2000, a entidade Reserva Extrativista foi manejada, predominantemente, sob a perspectiva crítica de “conservacionistas” (Barreto-Filho, 2006). Segundo Almeida,

¹ Osmarino Amâncio Rodrigues é uma liderança histórica do movimento seringueiro (Silva; Rodrigues; Costa, 2024).

Allegretti e Postigo (2018, p. 26), esse grupo, desde a institucionalização da Reserva Extrativista, criticava-a nos seus termos originais; viam nela o “risco da erosão de florestas e de biodiversidade”, e “desconfiam da capacidade de povos tradicionais para governar no futuro territórios que conservaram no passado”.

Foi um contexto político, ideológico e teórico que – pelo/no SNUC – possibilitou a atores e sujeitos sociais do campo da conservação da biodiversidade “expandirem” o seu “mundo” (Heidegger, 2005, p. 40) sobre o “projeto” das Reservas Extrativistas – dominando-o e (re)modelando-o como uma “Unidade de Conservação da Natureza” num sentido *stricto sensu* (Porto-Gonçalves, 2016). Com isso, a proposta inicial das Reservas Extrativistas “foi substituída, sem consulta aos interessados, do campo semântico de ‘territórios de interesse social e ecológico’ para o campo das ‘unidades de conservação’” (Almeida; Allegretti; Postigo, 2018, p. 45).

Alego que tais mudanças não podem ser observadas como adaptatividade, aprimoramento ou bricolagem (Prado; Seixas; Futemma, 2021); pois, assim, ignorar-se-ia a verificação da necessária homologia entre as formas institucionais (no caso, a Reserva Extrativista institucionalizada no SNUC) e os fundamentos filosóficos das “entidades”² conceituais que evocam (no caso, a entidade Reserva Extrativista conforme conceptualização originada no bojo do *movimento seringueiro*³). Nisto, transparece o que acredito ser uma chave interpretativa para muitas das problemáticas enfrentadas pelas Reservas Extrativistas pós-SNUC: as dissemelhanças entre as onto-espitemologias⁴ *madres* da Reserva Extrativista e àquelas que organizam e promovem o SNUC.

² Entidade é um termo adotado sob a perspectiva de Heidegger (2005), por meio do qual refiro-me ao que “é” para uma “pre-sença”, como uma existência determinada, disposta em seu “mundo”. Nesse contexto, considero que a Reserva Extrativista assume uma existência ontológica original, no âmbito do movimento seringueiro, configurada entre 1985 e 1989, bem descrita em Allegretti (2002).

³ Movimento seringueiro foi um movimento social que surgiu na Amazônia, composto por trabalhadores e extrativistas de extração de látex que estavam sendo expulsos das áreas onde viviam, especialmente a partir da década de 1970 - deu origem as Reservas Extrativistas (Allegretti, 2002).

⁴ Seguindo a abordagem de Perez e Saavedra (2017), ao referir-me simultaneamente ao conjugado de um “mundo” existente (ontologia) e aos “modos” como os seus sujeitos produzem conhecimentos (epistemologia), optei por utilizar a fusão dos dois termos, na forma de onto-epistemologia.

Nesta discussão, chamo à atenção que a conceptualização original de Reserva Extrativista carrega o *design* ontológico do “mundo” que a gerou, do movimento seringueiro, com a finalidade de continuá-lo (Allegretti, 2002; Heidegger, 2005; Escobar, 2016; Silva, 2024b). Como o conjunto onto-epistemológico do “movimento seringueiro” é distinto daquele do “mundo” convencional das Unidades de Conservação da Natureza, há um profundo conflito ontológico, motivado pela “contenção” da entidade original Reserva Extrativista no “sistema SNUC”⁵ (para existir pelos seus termos e estatutos).

Argumento, ainda, que a permanência da entidade Reserva Extrativista no SNUC promove o seu *establishment*, tolhendo-lhe a vanguarda e o destino originais. Resultando em sua “retomada” do seio das transições emergentes de “novos” sociais (Escobar, 2016), pelo Estado e pela hegemonia, a fim de exercerem “controle” por meio de suas próprias lógicas (Prost, 2018, p. 333). Há neste contexto um grande risco, de que o termo Reserva Extrativista persista, mas se extingam as suas propriedades onto-epistemológicas originais no dispositivo institucional que o representa-implementa.

170

Nesse contexto, considero importante proceder a uma revisão de literatura mediada pela seguinte questão: Quais problemáticas nas Reservas Extrativistas resultam de sua incorporação ao SNUC e das condições decorrentes? Selecionei como objeto apenas as problemáticas associadas a aspectos do conceito, da modelagem institucional e do sistema de implementação das Reservas Extrativistas.

É relevante mencionar que uma problemática se configura no âmbito de um sujeito, mediada por seus pressupostos ontológicos, epistemológicos, teóricos e ideológicos, assim como pelo seu modo de afetar-se em relação ao objeto (Nunes, 1994), e pelo seu “projeto”, ontológico, do que seria uma Reserva Extrativista ideada (Escobar, 2016). Considerando isso, busquei incluir, principalmente, as problemáticas formuladas como disfunções do que seria uma versão original da Reserva Extrativista – ora entendida pelos

⁵ Por sistema SNUC refiro-me ao conglomerado de existências ancoradas na figura institucional do SNUC, que engloba: um conjunto filosófico, ideológico e cultural dominante e dirigente; um conjunto teórico hegemônico, com teses correspondentes a soluções para problemas sociais contemporâneos; um *corpus* de legislações e normatizações; uma estrutura organizacional estatal de execução; e, um *corpus* de sujeitos/atores sociais e organizações – ideológico, teórico, político e organizacional.

autores como a versão institucional que estava em vigor pelo Decreto nº 98.897/1990, ora percebida como uma versão conceitual indeterminada conforme concebida no bojo do movimento seringueiro (Allegretti, 2002; Silva, 2024b).

Com este escopo, revisei a literatura presente na rede de citações de três textos essenciais para o estudo das Reservas Extrativistas (Porto-Gonçalves, 1999; Almeida, 2004; Allegretti, 2008); e, as citações dos seus textos posteriores, em que criticam modificações que a lei do SNUC impôs às Reservas Extrativistas (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018).

Submeti os registros à seguinte processualidade de seleção: análise do título, seguida do resumo e, posteriormente, do sumário (quando disponível). Foram examinados os textos que indicavam a possibilidade de conter elementos como os descritos nos parágrafos imediatamente anteriores. Na análise, utilizando a técnica de conteúdo (Bardin, 2004), busquei identificar categorias de significado atribuídas pelos autores às problemáticas. Porções significativas do texto foram alocadas em uma tabela e categorizadas de forma provisória. Ao final, identifiquei 370 fragmentos de interesse.

No decorrer da revisão, as categorias foram sendo (re)construídas, e, ao fim, obteve-se macro-tipos categóricos de problemáticas. Estes foram organizados como seções e subseções, numa ordem narrativo-descritiva, na qual está organizado este texto. Observo que, nestes fragmentos, houve numerosos registros de problemáticas atribuíveis à modelagem organizacional e às práticas de gestão estatais. Devido à densidade e diversidade desses registros, e considerando as limitações de espaço para publicações em revistas, esses resultados serão apresentados em um próximo artigo.

Informo também que, embora esse texto se baseie em fontes bibliográficas manejadas na forma de uma revisão, apresentei os resultados num modo ensaístico, argumentando que a Reserva Extrativista institucional difere essencialmente da concebida pelo movimento seringueiro. Esta dimensão analítico-opinativa origina-se da minha vivência profissional como analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no período entre 2009 e 2018.

Gostaria de apontar o que penso serem limitações deste ensaio. A diversidade de tecidos socioculturais, territorialidades, contextos regionais, histórias, processualidades e atores participantes das implementações, podem conformar formas positivas de reagir e assumir o conceito, a modelagem e o modo de implementação de uma Reserva Extrativista nos termos do SNUC – há, por exemplo, conselhos de sucesso, parcerias bem-sucedidas entre moradores e equipes do órgão gestor, dentre outros. Digo nisto que o papel do ensaio ao focar nas problemáticas emergentes é trazê-las à tona para a discussão, não afigurar que o descrito é termo geral para as Reservas Extrativistas.

O texto está organizado em oito seções, onde apresento e discuto as problemáticas decorrentes da revisão de literatura. Na seção 1, abordo as “propriedades das pessoas” em uma RESEX pós-SNUC. Na seção 2, as “propriedades” da “Natureza”. Na seção 3, os “direitos territoriais e de cidadania”. Na seção 4, a “modelagem institucional e gestonária”. Na seção 5, as “epistemes locais” e as “assimetrias” entre “mundos”. Na seção 6, a “economia”. Na seção 7, as condições de vida das pessoas em uma RESEX pós-SNUC. Por fim, apresento as considerações finais e algumas recomendações.

1. Sujeitos humanos das Reservas Extrativistas pós-SNUC – propriedades das “pessoas”

Numa Reserva Extrativista, após o SNUC, as propriedades do “ser” devem ser delimitadas por termos categórico-descritivos que permitam reconhecer os sujeitos de práxis como cumpridores de alguma noção teórica de “população tradicional” não étnica. Essa perspectiva, pouco consensual, foi amplamente utilizada no SNUC com o propósito de conceber as “pessoas de direito” de uma Reserva Extrativista e organizar uma teoria-ideologia específica para a presença de populações humanas em “Unidades de Conservação da Natureza” no Brasil (Barreto-Filho, 2006). Nessa conjuntura, as conceptualizações do que seria uma “população tradicional” foram “extraídas” de sua condição teórica e

colocadas para funcionar como um “objeto político-administrativo” (Guerrero, 2012, p. 315).

Assim, pós-SNUC, o termo “populações tradicionais” passa a qualificar as mediações entre o Estado/sociedade nacional e as pessoas em Reservas Extrativistas, assumindo dois novos modos de existência: a) *filosófico-conceitual*, como signo do “ser” e justificante da entidade Reserva Extrativista (parte da sua função existencial e de projeção de futuros); e, b) *normativa*, como propriedade dirigente na configuração de artefatos normativo-legais e de presunções e expectativas ético-morais que estabelecem variados tipos de controles impostos às pessoas em Reservas Extrativistas.

Observando a primeira, em termos filosófico-conceituais, parece que, no SNUC, a noção de população tradicional entrelaça toda a estrutura da entidade de revés – ou seja, a partir de sua formatação institucional no SNUC, não de sua conceptualização original no movimento seringueiro. Nisto, aparenta como se ela fosse nativa do conceito original de Reserva Extrativista (Allegretti, 2002; Silva, 2024b), quando não o é – ela foi incutida no processo de implementação (Cunha, 2010) e pelo SNUC (Barreto-Filho, 2006). No SNUC, esta noção passou a funcionar como parte do núcleo conceitual – como amálgama e dirigente – configurando o conceito de Reserva Extrativista daquela legislação. Como resultado, ao ser entronizada como governante da filosofia do “ser” em Reserva Extrativista, passou a ser, por conseguinte, diretora deste projeto-dispositivo. Dessa maneira, se em determinado período do tempo futuro os sujeitos de práxis não corresponderem aos sujeitos da categoria teórico-descritiva – conforme esta for definida na sua qualidade normativa – não seria possível existir a RESEX⁶ nos termos do SNUC (como entidade coerente).

Do pressuposto filosófico-conceitual de que as pessoas das RESEX são populações tradicionais *ad infinitum*, repercute a necessidade (requerida) da normatividade estrutural do “ser” e dos seus “fazeres” como requisito existencial da Reserva Extrativista do

⁶ RESEX é uma sigla para Reserva Extrativista instituída formalmente no âmbito do SNUC.

SNUC (com reflexos em sua implementação, regulamentação de seus aspectos e na sua gestão). A ansiedade de realização existencial dessa Reserva Extrativista pela burocracia estatal “ambiental” vai produzir um conjunto de artefatos, estratégias, políticas, ideologias, cultura, que do seio do Estado e de ONGs esforçar-se-ão, despercebidamente, para conservar uma forma-cultura tradicional enquadrável em alguma conceituação que lhes pareça aceitável – quiçá legislada ou subjetiva – associada à alguma noção de população tradicional (Barreto-Filho, 2006). A análise de Guerrero (2012, p. 134) sobre a RESEX Quilombo do Frechal embasa essa visão – de acordo com a autora, o órgão estatal procura uma definição operacional para o termo, adotando uma

presunção errônea [...] de que o conceito de população tradicional deve ser substancializado, manualizado. Como se fosse possível definir o amplo leque de povos e comunidades tradicionais com uma só lista de atributos, e, por meio disso, torná-las alvo de controle, para que não se “modifiquem”, não se afastem dessa lista. É ainda a noção biologizada que aparece em alguns discursos, ofícios e fóruns.

Um exemplo da excepcionalidade normativa do “ser” é a Instrução Normativa nº 35/2013, emitida pelo “órgão gestor” federal, o ICMBio. Nela foram estabelecidos procedimentos para elaboração e “homologação” do que seria um “perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais”. Na prática, cada RESEX federal deve elaborar e aprovar, de forma “participativa” e sob a condução do “órgão gestor”, uma definição específica de “família beneficiária” (“tradicional”). Essa definição deve ser analisada pelo ICMBio, e uma versão final será instituída por portaria. A partir desse momento, todas as pessoas residentes nas Reservas Extrativistas que concluíram esse processo estarão sujeitas às normas e controles decorrentes do “perfil” válido para a sua Reserva.

Araújo e Nicolau (2018), ao examinarem o processo de definição do “perfil de família beneficiária” na RESEX Marinha de Arraial do Cabo, destacaram a inadequação dessa abordagem. Segundo esses autores, essa tentativa representa uma “transposição mecâ-

nica de uma perspectiva analítica que tenta encaixar artificialmente a pujança do fenómeno social a uma tipificação ou classificação estéril” (Araújo; Nicolau, 2018, p. 300). Além disso, afirmam que

a portaria não explicita claramente como se caracteriza a tradicionalidade, promovendo indeterminações conceituais e abrindo espaço para interpretações múltiplas e, muitas vezes, ambíguas acerca dos critérios de inclusão e exclusão. Dessa forma, a própria categorização cria fissuras que podem favorecer o desvirtuamento da proposta inicial alicerçada na independência e autonomia. Estamos entendendo que a categorização substantiva o processo identitário, subjugando-o à colonialidade, já que circunscreve, controla e tutela a interação social (Araujo; Nicolau, 2018, p. 314-315).

A análise de Arnaud (2019) sobre a RESEX Verdes para Sempre reforça essa crítica. O autor argumenta que, no contexto do SNUC, o termo “tradicional” desempenha um papel fundamental na negociação da permanência de populações locais específicas “em uma área que já ocupavam”, diante das exigências estabelecidas pelo Estado. Nesse sentido, a categoria de “população”/“comunidade” “tradicional” é empregada com o propósito de mediar os termos do acordo entre as partes, num “processo de transformação e/ou inserção do que seja uma “comunidade tradicional” dentro de uma unidade de conservação” (Arnaud, 2019, p. 202). Assim, percebe-se que o “ser”-“real” local é subjugado e forçado a conformar-se a um molde de lógica externamente construída.

2. Os sujeitos não-humanos – propriedades da “Natureza”

A “Mata”, “Floresta” ou “Natureza” podem, também, ser consideradas sujeitos da entidade Reserva Extrativista. No entanto, a conceptualização desses termos pelos membros do movimento seringueiro nem sempre se alinha com suas acepções modernas (Porto-Gonçalves, 1989; 2016). Segundo Porto-Gonçalves (1989, p. 23), “toda sociedade,

toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza”, indicando que o “conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído”. Essa variabilidade e distinção de concepções podem influenciar significativamente o entendimento das Reservas Extrativistas, resultando potencialmente em “sujeitos” distintos e até mesmo em aplicações e perspectivas antagônicas.

Nesse sentido, a Reserva Extrativista delineava um novo “paradigma de relação sociedade-natureza”, emergido da perspectiva seringueira (Porto-Gonçalves, 2016, p. 126). Ela representava um ponto de vista relacional entre humanos e não-humanos, forjado pelos “trabalhadores da floresta”, que aprenderam a “ler” a “Mata” como herança de povos autóctones amazônicos, ao mesmo tempo em que dependiam dela para sobreviver (Allegretti, 2002; Almeida, 2004). Os seringueiros, em sua visão de “Mata”, formavam (e formam) uma cultura sincrética – relacional – com potencial para reparar a separação que a modernidade operou entre os humanos e o que conceituou como um conglomerado de objetos, mercadorias e inexistências, representado pelo termo “natureza” (Porto-Gonçalves, 1989; 2016). Assim, a “Mata”/”Floresta”/”Natureza” – não moderna – na/pela Reserva Extrativista, é-seria uma inovação cultural para a sociedade nacional hegemônica.

Transmutar essa entidade ontológica seringueira para fazê-la existir numa versão institucional-objetiva cravada no seio do Estado brasileiro seria um desafio. Produzir, a partir dela, desenvolvimentos e aplicações, gerando novos conceitos, políticas públicas, normatizações, modelagens organizacionais e modelos de gestão territorial em convívio com o diferente da modernidade hegemônica, seria uma conquista civilizacional. Esse sonho-intenção de novas perspectivas civilizacionais de “natureza” por meio das Reservas Extrativistas foi frustrado pelo SNUC, que incutiu a perspectiva moderno-hegemônica de “natureza” na sua Reserva Extrativista (Porto-Gonçalves, 2016).

O problema da perspectiva moderna de “natureza”, extensamente debatido na literatura, reside na sua propensão a separar os seres humanos da complexa teia relacional da vida, categorizando as formas de vida não-humanas em coletivos

genericamente objetificados, como biodiversidade, florestas, espécies e recursos naturais (Porto-Gonçalves, 1989; Kröger, 2022). Tal abordagem é essencialmente antropocêntrica, conferindo aos humanos um alto grau de poder e superioridade sobre as outras formas de existência, permitindo que assumam controle absoluto sobre as vidas não-humanas – decidindo, dominando, violentando, mercantilizando, extinguindo, redistribuindo e gerindo essas vidas em função de seus próprios interesses (Porto-Gonçalves, 1989; Kröger, 2022). Porto-Gonçalves (2016, p. 114) argumenta, quase solitário entre os autores, que esse “paradigma eurocêntrico que separa a natureza da sociedade”, amplamente adotado no SNUC, está em desacordo com o propósito original das Reservas Extrativistas.

Porto-Gonçalves (2016) discute como, ao longo da história das RESEXs, outras perspectivas conseguiram aglutinar “em torno de si um conjunto de atores e instituições em tensão com/contra os movimentos sociais e sua cultura política de direitos e de participação protagônica” (p. 126). O autor aponta que, já em 1987, no contexto do Acre, quando se fundava a Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), “se instaurava uma distinção de projetos políticos de modo bem claro” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 120) em redor das Reservas Extrativistas. Desde então, essa racionalidade técnico-científica cresceu em hegemonia e protagonismo na definição dos rumos do movimento em torno das RESEXs – processo consolidado no SNUC (Porto-Gonçalves, 2016).

Na perspectiva do sistema SNUC, o(s) sujeito(s) “Mata”/“Floresta”/“Natureza” tornam-se objetos de uso racional. Porto-Gonçalves (2016) considera que essa visão é “quase sinônimo do uso que os engenheiros florestais formulam, como se o uso que os seringueiros e os povos indígenas fazem da floresta fosse desprovido de racionalidade” (p. 120), privilegiando “o debate político no campo técnico” (p. 126). Assim, a “natureza” é assumida como um recurso com um “viés econômico mercantil”, levando a uma disposição de *establishment* (Porto-Gonçalves, 2016, p. 119). Nesse *métier*, o Estado assume-se como guardião estratégico da “natureza” e gestor-controlador dos recursos. Essa ótica

orienta as ações estatais na implementação das Reservas Extrativistas, justificando seus amplos poderes de “gestor” territorial.

Um exemplo emblemático desta discussão é a Instrução Normativa ICMBio nº 16/2011, que estabelece as normas para o manejo florestal comunitário nessas áreas (extração de madeira, entre outros). Esta normativa reflete uma visão “puramente” moderna desses sujeitos, concebendo-os como meros recursos a serem utilizados de maneira técnica. O mesmo padrão se repete em outras práticas, como os planos de manejo, os programas de monitoramento da biodiversidade e as iniciativas de educação ambiental. Nenhuma dessas aplicações ou instrumentos reflete a visão ontológica da “Mata”/“Floresta”/“Natureza” dos seringueiros amazônicos. Em vez disso, todas adotam uma concepção moderna derivada do campo hegemônico das áreas protegidas e da conservação da biodiversidade na perspectiva internacional.

3. Direitos territoriais e de cidadania

Na Reserva Extrativista pós-SNUC, os “instrumentos legais” que reconhecem direitos territoriais aos moradores são frágeis (Almeida; Rezende, 2013, p. 189), se comparados àqueles utilizados em Terras Indígenas, por exemplo (Almeida; Rezende, 2013) – em parte, também o eram na 1ª versão institucional, de 1990. Segundo Camely (2009, p. 217 *apud* Cunha, 2010), a criação da Reserva Extrativista não garantiu a propriedade da terra a populações que a autora nomeia de “camponesas”. Em vez disso, colocou-os sob regimes diferenciados, regulados por “regras ambientais impostas [...] estranhas ao seu modo de vida e produção” (Camely, 2009, p. 217 *apud* Cunha, 2010, p. 110). Para a autora, a Reserva Extrativista atual acabou configurando-se como um latifúndio estatal, já que o Estado mantém, de fato, a propriedade e o controle das áreas – o que frustra a ideia de que uma “reforma agrária da Amazônia” foi efetivada (Camely, 2011, p. 22). É uma conjuntura que, junto com a “usurpação dos direitos ao autogoverno” (p. 44), conflita com

o pleno “reconhecimento dos direitos de comunidades locais sobre territórios tradicionalmente habitados”, furtando os direitos de cidadania dessas pessoas (Almeida; Allegretti; Postigo, 2018, p. 45).

Nesse ínterim, na construção dos sentidos estatais, os direitos territoriais passam a basear-se em noções arbitrárias de “família e de ocupação” (Guerrero, 2020, p. 109). Seguindo a perspectiva do SNUC, novos termos/concepções que atribuem propriedades ao que seriam os direitos territoriais dos moradores passam a ser empregados, tais como: beneficiários (Brasil, 2002, art. 2º, II; ICMBio, 2013, art. 2º, IV); utilizadores/usuários (Brasil, 2000, art. 18º; ICMBio, 2013, art. 2º, V); concessionários (Brasil, 2000, art. 23); ocupantes (ICMBio, 2019, p. 7); benfeitores (aqueles que realizam benfeitorias em propriedades da União, e que devem ser por estas indenizados no caso de rescisão do CCDRU) (ICMBio, 2019, p. 18-19) – todos são termos/concepções etimologicamente e epistemologicamente representativos da parcialidade e condicionalidade dos direitos de apropriação territorial previstos. O estudo de Castro (2013) sobre a RESEX Rio Xingu exemplifica essa situação, no qual é evidenciada a inquietação dos moradores por não possuírem um documento “em mãos” que lhes pareça credível para assegurar direitos territoriais seguros e estáveis. Segundo a autora, “famílias aguardam ansiosas pelo recebimento da documentação do INCRA que valida a posse das terras, embora tenham seus direitos de uso formalizados no contrato de concessão de direito real de uso disposto no Plano de Manejo da Unidade” (Castro, 2013, p.116).

O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) utilizado desde antes do SNUC, é o principal instrumento jurídico-administrativo que organiza os direitos territoriais em Reservas Extrativistas, buscando gerir uma suposta colisão entre os direitos das populações locais e os da “natureza” (Benatti, 1999). No entanto, o principal problema associado ao CCDRU é que, embora tenha sido concebido para possibilitar a autogestão das Reservas Extrativistas por seus moradores e organizações – também devido à ausência de definição legislativa deste aspecto no Decreto nº 98.897/1990 –, ele foi gradualmente utilizado para vincular direitos territoriais a condições ambientais,

parcializando-os. Esse ponto foi destacado por Castro (2013), que, referindo-se a Benatti (1999, p. 117), menciona que

o contrato de concessão de direito real de uso garante o usufruto da terra somente até o momento em que estiverem assegurados os direitos ambientais da sociedade, isto é, se houver o uso inadequado da área, o desrespeito ao uso acordado ou a mudança de finalidade prevista contratualmente, esse contrato rescindirá e a terra será revertida para a Administração Pública. Diante disso, percebe-se que longe de ser uma área protegida que visa em primeiro lugar, a manutenção das características culturais das populações locais, as RESEXs acabam fugindo desse objetivo, se assemelhando as Unidades de Proteção Integral, uma vez que o estabelecimento do contrato de concessão de direito real de uso preza, prioritariamente, pela preservação dos direitos ambientais.

Na proeminência de tal “colisão de direitos” (Bennati, 1999), é possível observar uma disposição assimétrica dos moradores das Reservas Extrativistas em relação a outras populações rurais do país no que diz respeito ao reconhecimento de direitos territoriais. Como se tal colisão não fosse de legítima evocação para (re)formatar simetricamente quaisquer outros institutos de ordenamento da ocupação humana no Brasil. A consolidação da Reserva Extrativista numa área protegida *stricto sensu*, pós-SNUC, é que possibilitou essa condição. Relato que, quando os moradores expressam preocupações com essa assimetria, frequentemente recebem uma justificativa icônica – um simulacro –, por diferentes atores sociais, resumida em frases como: “*Aqui é uma Unidade de Conservação da Natureza!*”.

Estudando a RESEX Chico Mendes, Perez (2018) destacou o desaparecimento do ponto de vista agrário e fundiário no âmbito da sua gestão, o que está em linha com a ausência da categoria trabalhador (rural/da floresta) e a desvinculação de componentes do “mundo” dos sindicatos rurais – nicho político-ideológico e teórico historicamente associado às Reservas Extrativistas (Cunha, 2010). Ambas as ausências na RESEX pós-SNUC não necessariamente indicam que “ganhou-se a terra”, embora também possa ser o caso. Mas, por meio delas, pode-se perceber um outro fenômeno: a desacoplagem de uma perspectiva social crítica e de um projeto societal autônomo associado. Cenário no

qual se vê a substituição da discussão sobre direitos territoriais plenos e autogestão (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Silva, 2024b) pelos termos do SNUC: “populações tradicionais” “concessionárias” do “uso” e “ocupação” de uma “Unidades de Conservação da Natureza” (com direitos territoriais condicionados e parciais).

4. Modelagem institucional e gestonária – instrumentos de gestão/ “cogestão”

O SNUC atua como uma legislação guarda-chuva, da qual derivam, em conformidade legal e epistemológica (geralmente), um sistema de existências – termos-conceitos, organizações, regulamentos, manuais, práticas, técnicas e metodologias, bem como os chamados “instrumentos de gestão”. Esses foram sendo desenhados pelo Estado como política pública, para operar a implementação do SNUC; e logo, de seus dispositivos, como a Reserva Extrativista.

181

Segundo Tebet e Casagrande (2022), os principais instrumentos de gestão incluem o próprio decreto de criação da Unidade de Conservação (UC), as normativas de uso, o licenciamento ambiental [ou dinâmica de contenção do poder de autorizar], o CCDRU, o perfil de família beneficiária, o cadastro de moradores e o conselho. Na visão desses autores, o “aprimoramento e criação de diferentes instrumentos de gestão ambiental” contribuem para o avanço da institucionalização das Reservas Extrativistas. Assim, “esses instrumentos correspondem a tipos específicos de instituições que estruturam, dão materialidade e operacionalizam as políticas públicas”, e “atuam nas definições sobre quais recursos podem ser usados e por quem, objetivando estabilizar a ação coletiva” (Tebet; Casagrande, 2022, p. 45). Até aqui, não se discorda da pertinência de instrumentos de gestão para a operacionalização da Reserva Extrativista. No entanto, percebe-se que problematizações podem ser elaborados por duas vertentes:

Primeiramente, pelo caráter onto-epistemológico dos usos e fins pretendidos. De acordo com Tebet e Casagrande (2022, p. 46), os instrumentos existem para uma gestão pública que é “um espaço de conflitos de interesses entre atores e organizações sempre supervisionados pelo Estado, um ator que assume especial protagonismo”. A esta visão, adiciona-se o caráter de bem público atribuído à “natureza” que vive no interior das Reservas Extrativistas – nota-se que se desfoca a “natureza” exterior em favor de uma interior, pela condição territorial legalmente estabelecida de UC. O resultado da organização destes dois elementos (Estado mediador e território/ “natureza” como bem público), posiciona, além do Estado, toda a sociedade nacional interessada e suas organizações como possíveis partes de uma negociação dinâmica com os moradores, cujo objeto é o território que lhes é “tradicional” – e, os direitos sobre ele, relativizando-os e fragilizando-os. Funciona como um bloco político jurídico-administrativo de “cogestão”, vigilância moral, controle e sanção das populações residentes. Neste ínterim, o uso pretendido dos instrumentos de cogestão é de artefatos operacionalizadores das mediações estatais nos termos aqui descritos – o que decorre numa realidade de várias assimetrias de poderes entre residentes e externos (incluindo o Estado). Destaco que, esta não era a opção-projeto original do movimento seringueiro (Porto-Gonçalves, 2016) – também, não é a única organização de ideias possível (é, apenas, a teoria-ideologia estabelecida por meio do SNUC). Originalmente, os instrumentos de gestão, como o plano de utilização, o CCDRU, e o próprio dispositivo Reserva Extrativista, tinham como uso pretendido a mediação de elementos interiores ao território, para a sua autonomia e autogestão pelos moradores – a continuidade do seringal pelas “mãos” dos seringueiros (Allegretti, 2002).

Em segundo lugar, deve-se problematizar a “genética” de colonialidade do Estado brasileiro, que permeia esses instrumentos e lhes atribui propriedades desiguais, de controle, tutelares, entre outras (Quijano, 2005). Essas características são justificadas como por um embuste, por vezes sincero e despercebido, na forma positivada do que seria uma “cogestão” “participativa”. Assim, distraidamente, esses “instrumentos” cooperam para

perdurar antigas assimetrias e colonialidades típicas da modernidade ocidental, por meio das quais essas próprias populações amazônicas foram forjadas, em processos de violências, colonizações, controles e modernizações (Quijano, 2005; Fraser, 2018). A partir dessas problematizações, vamos abordar alguns desses instrumentos, frequentemente enunciados como de “cogestão”.

4.1. CCDRU

O CCDRU foi pensado pelos/pelas “seringueiros/as através do CNS e seus/suas assessores/as” para reconhecer o “protagonismo” daqueles/las que “inventaram através deste instrumento jurídico [...] a prerrogativa de gestão – autogestão – das populações tradicionais com seu notório saber” – é o que informa Porto-Gonçalves (2016, p. 130), autor que acompanhou a gênese da entidade Reserva Extrativista. Percebe-se, no entanto, que o CCDRU foi “esvaziado” da sua finalidade original: a “autogestão” territorial pelos moradores (Porto-Gonçalves, 2016).

Mesmo antes do SNUC, na modelagem da 1ª versão institucional de Reserva Extrativista, uma característica do uso do CCDRU é a ausência deste seu significado no Decreto Nº 98.897/1990 – há nesta legislação uma indeterminação conceitual-filosófica quanto a aplicação deste dispositivo neste caso. A perspectiva de “autogestão” está, apenas, presumida pelos atores e sujeitos sociais envolvidos no processo – o que autoriza “hermenêuticas distintas e, conseqüentemente, outorga o poder de enunciação à resultante de correlação de forças” (Araújo; Nicolau, 2018, p. 311) (o que habitualmente desfavorece os moradores). Segundo Araújo e Nicolau (2018, p. 305), o “enquadramento e ordenamento [atual] das reservas extrativistas via CCDRU”, indicam uma virada de mesa; ou seja, uma aplicação antagônica ao que parece ser o sentido original do uso do CCDRU para as Reservas Extrativistas. Para eles,

na proposta seringueira, o Estado deveria garantir, num modelo de concessão de uso de terrenos públicos, a proteção do ambiente, principalmente contra interesses madeiros e pecuaristas, a permanência das populações no seu território de origem e sua reprodução social, além de observar o cumprimento de regras estabelecidas autônoma e coletivamente pelos extrativistas, sem impor sua cartilha colonial, baseada na tutela de espaços e pessoas (Araújo; Nicolau, 2018, p. 305).

Para Tenório (2018, p. 17), que é uma liderança do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), o uso atual da CCDRU é uma “concessão distorcida, haja vista que vai da perda da autonomia da comunidade, recém-saída das ‘garras de um patrão’ à tutela do Estado”. Para Andrade (2019, p. 251), o “contrato, responsável pela regularização fundiária da Resex, representa uma coerção estrutural e uma sanção negativa, por ser um fator que possibilita e ao mesmo tempo limita as opções de ação dos moradores”. Como efeito geral, o CCDRU configurou-se, a sério, numa “concessão de território pelo Estado para o Estado” (Dumith, 2018, p. 389). A partir dele, o Estado exerce de fato a sua propriedade estatal [como um vulgo cabresto] – em contencioso com as percepções dos moradores sobre o que seriam seus modos de apropriação e direitos territoriais. O movimento social extrativista parece ter clareza de que o Estado, na figura do seu órgão gestor, não é “dono das RESEXs”, mas sim as comunidades (Tenório, 2018, p. 87). Embora não se observe proposições para a equalização destas distorções. Há um panorama complicado, de conflitos que se percebem crescentes (Silva, 2024a).

O Estado, como proprietário *stricto sensu* das RESEXs (no-pelo SNUC), é uma diretiz velada, que organiza as entidades e a cultura organizacional de todo o arcabouço de modelagem, implementação e gestão das Reservas Extrativistas – legitimado pelo CCDRU e pela falseada narrativa de “cogestão”. Há, portanto, a emanção-realização de um *ethos* de proprietário pelo Estado; e, como o objeto da intenção/justificação desse modo peculiar de apropriação do território tradicional são as entidades “ambientais”, esse *ethos* passa a mediar a relação entre o Estado (e seus agentes) e os moradores, transmutando-se em um *ethos* proprietário-guardião, imanente, sobretudo, na figura do

agente estatal “ambiental”, que se configura como um “guerreiro” que protege a “natureza” e sua UC, sobremodo dos próprios moradores.

4.2. Associações concessionárias

Outro dos desfechos pós-SNUC é que as associações concessionárias perderam o controle dos territórios, não tendo mais “nenhuma instância de gestão própria da RESEX” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 130). Com esse esvaziamento de poder, “deixou de existir [...] respeito a autoridades locais” (Almeida; Rezende, 2013, p. 192). Na forma pré-SNUC, de acordo com Araújo e Nicolau (2018), havia uma estrutura de governação horizontal, em que essas associações recepcionavam o CCDRU, em cujos termos administravam o território. Após o SNUC, essas associações ficam subjugadas a novas figuras hierárquicas na estrutura de gestão: o chefe, o conselho e o órgão “gestor” – perdendo para estes muitos poderes de deliberação e ação, o que as enfraqueceu.

185

Outro problema é que, para operar a “cogestão” nos termos do sistema SNUC, essas associações e seus membros deparam-se com o desafio do modelo de racionalidade técnico-moderna, jurídico-formal, burocrático-regulamentar que foi passando a reger as RESEXs. É uma condição que lhes exige o domínio dos códigos epistemológicos, culturais e tangíveis, próprios da sociedade exterior hegemônica. Sem dominar este “mundo”, os “tradicionais”-“extrativistas” incluem-se na esfera de gestão estatal pela periferia da governança, ou como “governados”. Isso é ressaltado por Arnaud (2019, p. 208), segundo ele, “grau elevado de despreparo” dos agentes das associações, resultado de um problema de educação formal nesse tipo de área, é característico dessas associações. Embora isso possa parecer uma eventualidade que precise ser resolvida, uma sina de um desenvolvimento desigual, não é a única forma de se perceber. Porque o modo pensado de governo pelas associações era a partir das epistemes e modos de prática locais (como discutirei na seção 5) – sendo as configurações assentadas sobre as associações concessionárias incompatíveis com a

entidade original Reserva Extrativista (Allegretti, 2002; Porto-Gonçalves, 2016; Silva, 2024b).

Allegretti (2022) relata um ponto de vista que me parece adequado, pois denota que não há condições para a “cogestão” adequada das RESEXs pós-SNUC. Segundo ela:

Os moradores são vinculados à associação, que tem o poder de dizer que você não se ajusta às regras da reserva. Porém, isso não vem acontecendo porque as associações são muito frágeis, o que é um absurdo. As associações são o equivalente ao ICMBio diante da reserva. Representam os moradores. Só que não têm dinheiro, não têm sede, não têm computadores. Não têm nada. O que é isso? É uma política que cria uma unidade de conservação e não coloca as condições para ela se organizar. É claro que os moradores não vão bancar tudo o que uma associação precisa para fazer a cogestão (Allegretti, 2022, n.p).

Diante dessa problemática, destaco que a concepção e o *modus* de operar os direitos e papéis das associações no CCDRU são criações-interpretações situadas num conjunto onto-epistemológico específico – determinações não unívocas, escolhas entre alternativas. Assim, o reconhecimento parcial e condicional dos direitos de gestão territorial dos moradores... A ideia, implícita, incutida no enquadramento dado ao CCDRU, de se exigir dos moradores contrapartidas-“responsabilidades” por um pressuposto benefício “especial” de concessão de direitos de uso e ocupação de uma propriedade pública que seria “abundante” em recursos... São determinações emanadas da ação-poder de sujeitos e atores sociais dominantes, vinculados ao ambientalismo, conservacionismo, socioambientalismo e à hegemonia liberal-ocidental (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Silva, 2024b).

Por contrapartida, refiro-me às obrigações contratuais do CCDRU, excepcionais, impostas às associações concessionárias, para que exerçam um papel oneroso na “cogestão” dos territórios, extensos e complexos (ou seja, de alto custo logístico). Essa interpretação e composição do que seria “cogestão” não é patente, é também uma eleição (ainda que despercebidamente por seus autores). É determinada por mundividências que diri-

gem a concepção dessas associações numa posição de objetos-mecanismos que não necessitam de estipêndio, mas que devem operar instrumentalmente a conservação da biodiversidade a título gratuito, num *modus* que é-lhes exterior, na forma de obrigação-responsabilidade contratada como “cogestão”. Percebe-se nisto expressão da colonialidade no Brasil (Quijano, 2005), transvestida de liberalismo, vigente numa sociedade nacional na qual, em décadas anteriormente próximas e talvez no presente, “empregadas domésticas” e “caseiros” trabalhavam pela subsistência de ter onde morar e o que comer (à semelhança disso, concebe-se no SNUC, pelo CCDRU, os moradores e suas associações). É dessa filosofia colonial da qual se pode falar; que passou a moldar os caminhos que as Reservas Extrativistas têm seguido, formatando-as à sua maneira no SNUC, quase imperceptivelmente.

Nesses termos, as fragilidades das associações concessionárias relatadas por Silva (2018), Arnaud (2019) e Allegretti (2022), defronte das obrigações que lhes são (im)postas, não devem ser problematizadas pela sua condição frágil – o que geraria soluções tais como “fortalecer as associações” – mas, devem ser problematizadas pelo seu *sēdēre*⁷ na modelagem institucional das Reservas Extrativistas, pela forma-“*design*” ontológico que assumem no-pelo SNUC e pela filosofia que assim as faz-sustenta (Escobar, 2016; Silva, 2024b). Estruturar o órgão estatal, pagando funcionários (que, quase em sua totalidade, são pessoas estranhas aos territórios), provendo estruturas físicas e equipamentos, aportando recursos públicos e de fundos internacionais para operacionalização de ações, enquanto pede-se que às associações concessionárias exerçam um papel equivalente, de “cogestoras”, por meio da “cota” entre lideranças, das mensalidades dos sócios, do trabalho voluntário e da dependência subserviente e escambatória das estruturas (sobretudo logísticas) do órgão “gestor” – sob a pecha da lógica de contrapartida, de que recebem a título gratuito o uso dos seus territórios tradicionais – é um atentado velado

⁷ *Sēdēre* é um termo em latim do qual originou-se o verbo “ser” na língua portuguesa, relativo a “estar sentado”. Por ele refiro-me às propriedades ontológicas com as quais as associações concessionárias foram modeladas e as-sentes na Reserva Extrativista (re)institucionalizada no SNUC.

à possibilidade real de que as Reservas Extrativistas tornem-se realização dos sonhos que tiveram as lideranças históricas do movimento seringueiro. É ignorar a história das populações amazônicas. É ignorar a possibilidade de novas alternativas civilizacionais, emancipatórias. O que seria legítimo é reconceber o *sédere* das associações concessionárias com propriedades homólogas à concepção da entidade Reserva Extrativista do movimento seringueiro (Allegretti, 2002; Silva, 2024b) – devendo caber ao Estado, à título de reparação histórica e pagamento por serviços ambientais, o seu integral financiamento.

4.3. Plano de manejo

Vale ressaltar que chegou-se a este documento mediante um longo processo educativo, primeiro de esclarecimento junto à maioria dos moradores, do que era a reserva, quais suas vantagens, e segundo, de motivação para que participassem nas reuniões e debates para elaboração e aprovação do Plano; este trabalho durou mais de um ano e pode ser considerado como o primeiro aprendizado no processo de gerenciamento da reserva. Um regulamento feito e aprovado pelos próprios moradores têm mais possibilidades de ser respeitado, do que algo trazido de fora (Rueda, 1998, p. 5).

188

A citação acima é de uma publicação do CNPT/IBAMA de 1998, intitulada “Gestão participativa em Reservas Extrativistas”. Este trecho comunica a perspectiva que se tinha dos planos de utilização na época do início da implementação das Reservas Extrativistas (Lobão; Loto, 2012). O SNUC, ao criar um instrumento novo, o plano de manejo, incorporou nele as funções de ordenamento do território antes exercidas pelo plano de utilização – assim, abarcou-o como uma das suas partes, com o nome de “acordo de gestão” (termo estabelecido na IN ICMBio nº 29/2012). Embora se pudesse considerar as semelhanças entre os instrumentos, na prática as distinções destacam-se.

Percebe-se que os termos “manejo” e “acordo” simbolizam o processo de mudanças onto-epistemológica pós-SNC – pois, deslocou-se a centralidade – de significação, de sentido e de poder – da esfera do local-comunitário, das sociedades

tradicionais, e do emergente como crítica e mudança social; para um *locus* exterior, das sociedades modernas hegemônicas, da colonialidade, e do “governo” do campo da conservação da biodiversidade e das áreas protegidas (como filosofia, teoria-ideologia, finalidades, técnica e cultura) (Lobão; Loto, 2012; Prost, 2018). As propriedades do instrumento plano de manejo vinculam-se à sua origem – gerada no *métier* da gestão de áreas protegidas em perspectiva internacional, com objetivo nuclear de “manejo” da/para a conservação da biodiversidade. Com o SNUC, essa lógica é importada e implantada *stricto sensu* nas Reservas Extrativistas, sendo aplicada às pessoas e aos seus modos de vida, que passam a ser “manejados” – automaticamente – com fins de conservação da biodiversidade.

É uma perspectiva e instrumentos estranhos à entidade Reserva Extrativista (Allegratti, 2002; Silva, 2024b). No Brasil, é comum a incorporação de modelos técnico-metodológicos importados, concebidos para objetos e fins estrangeiros. O “Roteiro metodológico para revisão e elaboração de planos de manejo de Unidades de Conservação federais” do ICMBio, publicado em 2018, é um exemplo disso. No seu texto de apresentação, é afirmada a sua inspiração no modelo de plano utilizado pelo Serviço de Parques Norte Americano (ICMBio, 2018). É este roteiro para “Parques”, onto-epistemologicamente “estrangeiro”, que se aplica às Reservas Extrativistas de fato, como confirma o seguinte trecho da introdução do Plano de Manejo da RESEX Renascer:

Para a elaboração do Plano de Manejo [...] foi utilizada uma abordagem metodológica baseada no guia de elaboração de Planos de Manejo denominado Foundation Document (FD) do National Park Service (NPS) dos Estados Unidos da América (ICMBio, 2020, p. 10).

Neste enredo, o plano de manejo é, sobretudo, um instrumento da técnica moderna, e, como “documento técnico muito sofisticado, o roteiro para a elaboração não pode ser feito pelos moradores somente, ele deve ser feito por pesquisadores e técnicos” (Lobão; Loto, 2012, p. 12) – isso desfuncionaliza na “RESEX” os “acordos de gestão”

como realizadores similares aos planos de utilização – em princípios, formas, processualidade e finalidade. Neste contexto, Guerrero (2012, p. 329) percebe que “o plano de manejo, ainda que participativo e de uma Resex, é reforçadamente um ‘documento técnico’, e a ele é creditado o dever de se apresentar-se como ‘neutro’, ‘objetivo’, ‘imparcial’”; e, calca-se na filosofia dominante no órgão que o administra e nas contradições da própria política ambiental relativas às “RESEX”s.

Em termos da implementação, percebe-se que as qualidades dos métodos de elaboração comumente utilizados, junto às comunidades, nem sempre são capazes de possibilitar a participação/inclusão consciente dos sujeitos (Castro, 2013). Esses métodos, nomeados de “participativos”, incluindo os de comunicação, ao não alcançarem o engajamento consciente dos participantes, fragilizam a legitimidade e função dos planos. Pois, se as pessoas não chegam a entender o processo, ou participam com passividade – não prescrita por eles, mas pelas condições postas (epistemológicas e comunicacionais), como verificou Castro (2013) na RESEX do Xingu –, todo o resultado será de frágil legitimidade. Contudo, apesar de serem nomeados de participativos, os métodos recorrentemente utilizados podem legitimar a exclusão social e cultural de sujeitos de outras lógicas, linguagens e interesses. Essas pessoas, como os moradores do Xingu, na prática, estariam sendo silenciadas, pois possuem outro universo simbólico daqueles que dominam a produção dos planos, o que resulta em um consenso, por vezes, forçado e pouco legítimo (Guerrero, 2020).

Ainda, como efeito colateral, percebe-se que as demandas, da agenda própria dos moradores – do que lhes parece pertinente na dimensão coletiva – não logra a ser “incorporada de forma plena [nos planos e acordos]” (Prost, 2018, p. 337) – o que acontece também nos conselhos, como veremos a seguir. Com isso, os planos de manejo, conforme estabelecidos, têm baixa capacidade de apreciarem as alterações normativas propostas dinamicamente pelos moradores (Araújo; Nicolau, 2018). Não logram, portanto, realizar o ciclo de “gestão adaptativa” que preconizam (ICMBio, 2018, p. 24) – sendo

engessados pela normatividade e técnica das exigências dos processos de revisão de planos de manejo (Araújo; Nicolau, 2018) – terminando em morosidade e estática, que coopera para o crescimento de conflitos não tratados (Benatti; Oliveira, 2018).

Por fim, junto com o reposicionamento do CCDRU, a substituição da perspectiva “de autogestão pelas epistemes locais” do plano de utilização pela de “manejo para a conservação” do plano de manejo serviu, na prática – sutilmente –, para “retirar” do governo das Reservas Extrativistas seus sujeitos e redirecionar os seus destinos-objetivos originais (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018). Extinguiu-se, assim, a possibilidade de a Reserva Extrativista seguir se desenvolvendo nas suas próprias bases onto-epistemológicas, criando e aprimorando seus instrumentos, modelagens de gestão, categorias, cultura organizacional, entre outros, pelos seus próprios moradores. Para o que cooperou também a criação dos conselhos deliberativos.

4.4. Conselho deliberativo

O conselho deliberativo foi uma das novidades do SNUC, sendo instituído como órgão máximo de decisão numa Reserva Extrativista. Através dele, a autogestão territorial dos moradores – preconizada na concepção original das Reservas –, foi transformada em participação (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018). A figura dos conselhos ganha legitimidade com a ideia da ampliação da participação social na administração pública, ocorrida no Brasil sobretudo após a redemocratização, nos anos de 1990. “Participação” é um termo/ideia aparentemente positiva, *per se*. No entanto, foi utilizado contraditoriamente no campo das Reservas Extrativistas, distanciando-as de um tipo democrático mais profundo: a “perspectiva autônoma e autogestionária proposta pelos seringueiros” (Araújo; Nicolau, 2018, p. 306). Na mode-

lagem e práxis atual, os conselhos deliberativos funcionam como reforço ao controle estatal, aparentando participação (que não necessariamente é democrática) (Araújo; Nicolau, 2018).

A partir deste instrumento, pós-SNUC, a gestão territorial passou a ser também negociada com “atores presentes na região onde se localiza a RESEX” (Prost, 2018, p. 333). Com isso, os conselhos inscrevem-se nas RESEX como “instâncias oficiais de decisão onde partes diferentes, ou até antagônicas, sentem em mesa de negociação na busca de resolução de conflitos” (Prost, 2018, p. 333). Na prática, “os de fora” – que podem representar objetivos estranhos às pautas dos moradores – passam a ter voz e voto, com poder de arbítrio sobre o território (Araújo; Nicolau, 2018). Isso diverge da perspectiva original das Reservas Extrativistas, de autogestão, fazendo-a irrealizável no atual formato. No contexto das Reservas Extrativistas, a concepção estatal dos conselhos pode ser observada na narrativa oficial. De acordo com o guia “Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais”, essa instância seria

um fórum de discussão, negociação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas. Ele é constituído formalmente e vinculado à estrutura de gestão da UC. A Lei do SNUC estabelece que as Unidades de Conservação sejam administradas em conjunto com os seus Conselhos gestores, proporcionando maior interação e participação da sociedade (Abirached, 2014, p. 28).

O modelo de composição dos conselhos é um dos núcleos da problemática – Almeida, Allegretti e Postigo (2018, p. 45) chamam-na de “heteróclita”. A composição depende do processo de regulamentação e formação que é conduzido pelo órgão gestor, portanto, é um poder que também se localiza na posse deste – não dos moradores ou associações (Araújo; Nicolau, 2018). Com a perspectiva de “participação da sociedade”, o conselho é um tipo de instrumento que, ao inserir “novos sujeitos”, como as ONGs, faz “com que novas pautas políticas e econômicas passassem a integrar o cotidiano [dos moradores]” (Perez, 2018, p. 30) – novas agendas e prioridades. Por aí, também, o controle

da Reserva Extrativista, e o poder inerente, vai escorrendo das mãos dos “de dentro” (Silveira, 2012). Por si, resulta que o conselho, como instância formal, ao definir-se como “participativa”, veste de legitimidade decisões que podem ser dos “de fora” sobre os “de dentro” – ou, da burocracia estatal. Há, entretanto, “uma tendência em se reproduzir nesses espaços de participação as desigualdades já encontradas nas localidades, a cultura política local, o patrimonialismo, o clientelismo político” (Araújo; Nicolau, 2018, p. 306-307).

Também, especialmente, o Estado, que se concebe como mediador da diversidade do conselho, não é neutro; pelo contrário, têm viés; ao gerir os interesses, consequentemente define-os – negocialmente –, geralmente nos termos de uma coalização de forças, exteriores, com ONGs e outras organizações (Araújo; Nicolau, 2018). De fato, o conselho, e seu fim último, as deliberações, depositam-se na autoridade do Estado, do órgão gestor, não nos moradores, como principiava a Reserva Extrativista nos seus primórdios. Disto resulta um “autoritarismo burocrático” (Almeida; Allegretti; Postigo, 2018, p. 44); no qual, as soluções para os problemas, por vezes, são produzidas como imposições de normas deliberadas (Choma, 2018). Também surge como problema a dependência desta instância do órgão gestor e do seu presidente (cargo que só pode ser ocupado pelo chefe da RESEX, nomeado pelo Estado, segundo o Decreto 4340/2002 art. 9º, §2º). Assim, o perfil, democratizante e/ou arbitrário do uso deste instrumento resta dependente da subjetividade de uma pessoa, não de uma modelagem organizacional desenhada para o exercício democrático pleno (Nascimento, 2021).

Uma outra face do autoritarismo está na definição das pautas e da própria decisão sobre se o conselho realizará ou não reuniões, uma vez que é comum os conselhos ficarem inativos na Amazônia. O fato de o conselho não funcionar ou as prioridades para os moradores não entrarem nas pautas das reuniões são travas democráticas. Além disso, é importante destacar que as deliberações estão subjugadas às estruturas organizacionais de análise, inclusive jurídica, do próprio órgão gestor (Araújo; Nicolau, 2018) – o que faz com que, nem tudo que “é acordado por votação nas reuniões [seja] aprovado pelo

ICMBio” (Dumith, 2018, p. 384). Em outras palavras, o conselho, ao ser conselho da UC, não o é autonomamente, pois está contido na estrutura do próprio órgão gestor estatal.

Em termos operacionais, o formato do conselho não logra realizar, com organicidade, fluxos participativos efetivos em territórios de dimensões geográficas extensas, complexos e com população numerosa e esparsa (Arnaud, 2019). Para Almeida, Allegretti e Postigo (2018, p. 44), “os Conselhos dificilmente podem atuar de verdade como órgão de gestão, dada a dificuldade de reuniões para uma população dispersa na floresta”. Também, no formato do conselho, o número e a distribuição de cadeiras, geralmente, não possibilitam a representação qualificada da diversidade de comunidades e configurações de modos de ocupação presentes numa Reserva Extrativista (algumas com mais de dez mil moradores, como a RESEX Chico Mendes) (Araújo; Nicolau, 2018). Nessa Reserva, uma das associações concessionárias (AMOPREBE), que tem uma cadeira no conselho, propôs em assembleia que todas as comunidades, na forma de núcleos de base, façam parte do conselho – são 78 (Choma, 2018). A justificativa é que dessa forma seria possível “retomar a organização popular dentro da Reserva, reativar e fortalecer as organizações comunitárias” (Choma, 2018, p. 201). Observando a dinâmica de funcionamento deste instrumento, pesquisadores têm destacado aspectos negativos associados a centralização (Perez, 2018), baixa efetividade das ações planejadas (Dumith, 2018), descontinuidade (Amaral, 2016) e baixa publicização e/ou baixo conhecimento dos moradores das deliberações (Choma, 2018) – sendo comum o amplo desconhecimento entre os moradores da existência do próprio conselho. Embora existam conselhos com resultados positivos (Teisserenc, 2016), isso não neutraliza as críticas ao instrumento.

Em suma, a implantação dos conselhos deliberativos elimina “qualquer autoridade de Associações ou outros coletivos locais” (Almeida; Rezende, 2013, p. 191) e, ao viabilizar a gestão do território com forte influência dos “de fora” e dos “do Estado”, retira a “autonomia das comunidades de decidir” (Tenório, 2018, p. 52) – portanto, enfraqueceram as organizações e lideranças comunitárias. Os conselhos deliberativos, juntamente com o CCDRU e o papel das associações concessionárias na sua configuração

atual, o plano de manejo, as figuras do chefe da RESEX e do órgão gestor, conformaram-se como “instrumentos de gestão” para a colonização, com usos e fins de controle, tutela, e subjugação de populações amazônicas historicamente subalternizadas, representando uma corrupção onto-epistemológica da Reserva Extrativista institucional em relação àquela do movimento seringueiro.

5. Epistemes locais e dialogicidade assimétrica de “mundos”

Um problema transversal, entre o SNUC e a entidade Reserva Extrativista, é o contraste entre as onto-epistemologias geradoras das propriedades de ambos os projetos – sendo que o segundo é declaradamente fundado para existir dirigido pelo saber-fazer local-tradicional (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Prost 2018). Essa orientação é decorrente da natureza político-ideológica da Reserva Extrativista, considerada por Porto-Gonçalves (2016) não apenas uma entidade técnica, mas um conceito “político-cultural” (p. 126), almejando ser uma expressão institucional das epistemes de populações amazônicas historicamente subalternas, desempenhando assim uma função “epistêmico-política” (p. 123).

Neste contexto, o projeto conceitual da Reserva Extrativista propõe que o Estado e a sociedade nacional hegemônica reconheçam “um conhecimento notório derivado de outras matrizes de racionalidades, de outras epistemes, de saberes outros, de outras gentes, de outros lugares” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 130). Segundo Prost (2018, p. 332), o “notório saber” das populações tradicionais é um “argumento central na criação” das Reservas Extrativistas; no entanto, essa concepção foi “praticamente abolida com a instituição do SNUC” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 130). Sua expressão proeminente é “a prerrogativa de gestão – autogestão – das populações tradicionais” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 130). E, nesta expectativa, ao liderar o dispositivo Reserva Extrativista, essa emanção

político-epistêmica do nível local se desdobraria, se reproduziria, gerando cotidianamente um tipo de “desenvolvimento comunitário endógeno e sustentável” (Silva; Simonian, 2015, p. 171).

O SNUC, além de desconsiderar o *locus* original do “notório saber” na modelagem da Reserva Extrativista que institucionalizou, alçou substitutivamente as epistemes do “mundo” das “áreas protegidas” ao seu fundamento ontológico. É crucial notar que esse domínio – de matriz ambientalista – contribuiu na ecologia de saberes que emergiu no bojo do movimento seringueiro, dando origem à própria Reserva Extrativista (Allegretti, 2002). No entanto, ele não detinha primazia, mas sim uma contribuição numa configuração capitaneada pelas subjetividades das lideranças seringueiras da época. No SNUC, esse conhecimento-poder externo engendrou-se de maneira abrangente nas estruturas que pretendiam ser inerentes à Reserva Extrativista. A desvantagem das epistemes marginais, como as daqueles seringueiros, é que elas não possuem um *corpus* estruturado de organizações, atores políticos, entidades e artefatos teóricos-técnicos-metodológicos comparáveis aos encontrados no campo das “áreas protegidas”. Isso resultou em uma afetação político-teórica-ideológica que minou a permanência da essência-filosofia original na Reserva Extrativista institucional (Silva, 2024b).

Através das epistemes SNUCianas, as populações de Reservas Extrativistas são conduzidas a participarem de um “processo civilizatório promovido pelo próprio Estado” (Araújo; Nicolau, 2008, p. 311). A Reserva Extrativista pós-SNUC torna-se, assim, um instrumento de modernização de populações tradicionais não étnicas, sobretudo amazônicas, inserindo-as no “assoalho” da sociedade nacional (Silva; Simonian, 2015, p. 168). Ao contrário do “mundo” dos seringueiros, do qual as Reservas Extrativistas surgem organicamente, o “mundo” estatalmente estabelecido é regido pela “ética das relações formais”, por princípios previamente estabelecidos por marcos legais, pela razão-legislação e razão-técnico-ciência modernas, por uma burocracia administrativa técnico-jurídica (Silva; Simonian, 2015, p. 168). Este sistema estabelece os cânones do cenário que enquadra as populações locais sob a “condição de RESEX” (Andrade, 2019) – assim, a regência torna-

se a do previamente estipulado em lei (Silva; Simonian, 2015). Nesta cena, os estatutos exteriores são atribuídos com presunção de legitimidade, e passam a ajuizar a conduta dos locais (Silva; Simonian, 2015) – são figuras instrumentais, como o conselho, o chefe da Reserva, o cadastro de moradores, o perfil de família beneficiária, as INs de regulamentação do uso da floresta, dentre outros. Para integrar-se a esse cenário, os moradores e organizações “deveriam” conformar-se às “regras do jogo” (Silva; Simonian, 2015).

Como repercussão do aqui discutido, “os conhecimentos naturalísticos das populações tradicionais, que orientariam o co-manejo da Reserva, foram submetidos ao conhecimento científico” (Lobão; Loto, 2012, p. 10). Esse autor exemplifica isso com o “Roteiro Metodológico das RESEX de 2004” (p. 10), um artefato gerado durante a virada paradigmática que impactou as Reservas Extrativistas (a instituição do SNUC). A substituição do plano de utilização, de abordagem popular, por um plano de manejo produzido por especialistas do campo técnico-científico (mediante suas epistemes) – como vimos anteriormente –, é apontada como a principal evidência da anulação da primazia do “notório saber” na Reserva Extrativista institucional (Lobão; Loto, 2012; Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Prost, 2018; Araújo; Nicolau, 2018; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018). Segundo (Prost, 2018, p. 332), no contexto do SNUC, o “notório saber” torna-se sujeito à “avaliação de um saber considerado mais válido, o saber científico”. A legitimidade hegemônica do saber-técnico científico possibilita que uma gama diversificada de agentes externos articule discursos e assumam “posições a partir de interesses dessas populações, mas não são populações tradicionais” (Silva; Simonian, 2015, p. 171).

Além disso, nota-se, comumente, a desvinculação dos discursos das “bases” populares – moradores –, e os de seus representantes – “lideranças comunitárias” –, os quais passam a assimilar e reproduzir estruturas de ideias e modos narrativos próprios de agentes discursivos exteriores (estatais, de ONGs, pesquisadores, entre outros). Esse fenômeno evidencia a descaracterização – metodológica e epistemológica – do modo de cooperação-interconhecimento entre “mundos”, tal como expresso na ecologia de saberes (Santos, 2019) que moldou a Reserva Extrativista. Ademais, no contexto do SNUC, o

conhecimento crítico produzido por moradores passou a ser bloqueado e deslegitimado, uma vez que passou a ser avaliado pelas epistemes do movimento conservacionista internacional, de ONGs socioambientais e dos *métiers* epistêmicos que dominam os órgãos estatais relacionados. Dessa forma, pode-se afirmar que há uma “ocupação ontológica” da Reserva Extrativista (Escobar, 2016), a qual anula a voz-poder do notório-saber local e de seus sujeitos, além de apagar seus fundamentos e sentidos-destinos originais (Silva, 2024b).

6. Economia no território e com a “natureza”

O SNUC realizou uma releitura do perfil econômico para-das Reservas Extrativistas; assim como dos aspectos teórico-práticos relacionados ao que seria a sua “exploração auto-sustentável” (Brasil, 1990, art. 1º). Com isso, a proposta econômica original das Reservas Extrativistas – de “extrativismo”, “exploração autossustentável” e de “atividades complementares” – foi capturada pela teoria-ideologia de uma economia de “práticas tradicionais” de “subsistência” associadas à um “modo de vida” “tradicional” – cultura –, que deveria ser protegido em prol da conservação da biodiversidade (Barreto-Filho, 2006). Esse conjunto teórico-ideológico emergiu no contexto internacional de áreas protegidas, sendo a sua aplicação no Brasil alvo de uma crítica substancial por parte de Barreto-Filho (2006), que evidenciou a sua inadequação.

No-pelo SNUC, por essa abordagem, promoveu-se um *modus* econômico esperado e controlado pelos termos do que seriam práticas pressupostas para-de “populações tradicionais” (Barreto-Filho, 2006; Lobão; Loto, 2012). Ressalto o caráter arbitrário destas determinações sobre os principais impactados por elas: os moradores. No cenário da crise ambiental e civilizatória planetária, essa perspectiva de economia “tradicional” (de teoria-ideologia conservacionista), perante a opinião pública, científica e do espectro crítico da política (incluindo movimentos sociais), tornou-se incontestado,

legitimada, subsumindo as ambiguidades e contradições inerentes. Lobão e Loto (2012) apresentam alguns indícios que nos auxiliam a entender essas mudanças sutis, mas paradigmáticas, promovidas pelo SNUC para a economia das Reservas Extrativistas. Segundo eles,

em 2004 o IBAMA publicou o roteiro metodológico para a implementação das RESEX Marinhas, se evidenciou a mudança sobre a forma em que deveria ser manejada uma reserva extrativista. Nenhum dos princípios nele especificados faziam parte dos princípios explicitados pelos seringueiros da Floresta Amazônica no início da trajetória das Reservas Extrativistas. Também não estavam presentes na chegada da reserva extrativista ao mar, pois tanto o Plano de utilização da RESEX de Pirajubaé, como o de Arraial do Cabo (as primeiras RESEX marinhas) foram elaborados a partir de princípios totalmente distintos (Lobão; Loto, 2012, p. 11).

Percebe-se que as terminologias anteriores foram substituídas, sendo o termo “exploração auto-sustentável” – associado à ideia de produção econômica pelos “trabalhadores da floresta” –, substituído pela expressão “manejo” do campo das áreas protegidas (como já evidenciado antes neste texto). Essa alteração representa a necessidade de que toda intervenção humana e de exploração econômica seja validada por critérios técnico-científicos do campo da conservação da biodiversidade (Barreto-Filho, 2006; Lobão; Loto, 2012). Junto deste cenário, o SNUC instituiu na conceituação de Reserva Extrativista que um dos seus objetivos é de “proteger” a “cultura” das populações, o que inclui modos de vida e de práticas (economia). Com isso, a economia da “exploração autossustentável” original foi cerceada pela teoria-ideologia mencionada, requerendo elevada regulação e controle externos, a fim de conservar duas configurações: a) o modo de vida e de práticas semelhantes ao momento da criação das Reservas; b) o grau mínimo de impacto das intervenções humanas nos sistemas ecológicos. Embora essas aspirações possam, à primeira vista, parecer semelhantes às ideias do movimento seringueiro, são-lhes estranhas nas suas onto-epistemologias geradoras, implicando resultados com propriedades e efeitos distintos daqueles esperados.

No SNUC, em resumo, a economia da/na Reserva Extrativista deve focar-se: **a)** na perspectiva de “utilização”, como filosofia de apropriação do espaço concessionado; **b)** no “extrativismo”, como prática-cultura (tradicional) primaz para a economia; **c)** na “sustentabilidade dos recursos naturais”, como objetivo condicional **d)** na ideia de “subsistência”, como caracterizadora e limitadora da economia; **e)** na regulamentação técnico-científica pela perspectiva da conservação da biodiversidade (BRASIL, 2000); e, **f)** na proibição ou excesso (inviabilizador) de controles para atividades que coloquem em risco a perspectiva de “RESEX” elaborada no-pelo SNUC – como é o caso da proibição do que seriam animais de grande porte.

Na “RESEX” do SNUC, o extrativismo de coleta assume uma centralidade quase exclusiva na economia. Nesse sentido, Medina (2016, p. 84) descreve a “RESEX” institucional contemporânea como um “culto” ao extrativismo, excluindo qualquer possibilidade de mudanças que permitam o desenvolvimento de uma produção de base agrícola. Até mesmo “atividades produtivas tradicionais [...] quando não estão previstas em lei ou não seguem as normas estabelecidas pelo órgão gestor, [são] desestimuladas” – indicando que “não há o reconhecimento dos sistemas tradicionais”. Benatti e Oliveira (2018, p. 51) compartilham uma perspectiva semelhante, observando que nas Reservas Extrativistas “não é permitido uso que não seja tradicional por população extrativista”; e o “uso tradicional compreende o extrativismo (definido no art. 2º, XII, da Lei 9.985/2000) e complementarmente, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte”. Seguindo esta abordagem, uma outra herança do SNUC é a ideia – limitadora – de que a economia das Reservas Extrativistas deva ser caracterizada pela “subsistência”. Embora essa legislação não forneça uma definição formal para o termo, a economia de subsistência pode ser entendida como um “sistema econômico baseado em atividades rudimentares que existem com o único objetivo da autossuficiência, produzindo apenas o necessário para o consumo imediato” (Economia de subsistência, 2023, n.p.). Não era essa a perspectiva econômica original do movimento seringueiro, aberta a mudanças, diversificação e adoção de tecnologias (Allegretti, 2002; Silva, 2024b).

A proibição da presença de bovinos é um outro problema derivado. No artigo 18º da lei 9.985/2000, ao instituir a permissão de “animais de pequeno porte”, proíbe o seu contraste, ou seja, o que seriam animais de grande porte – no caso, principalmente bovinos-gado. Os efeitos dessa modificação impactaram os territórios onde a atividade já era praticada por mais de uma geração. O tema é sensível em Reservas Extrativistas como Chico Mendes, Alto Juruá, Cazumbá-Iracema, Verdes para Sempre, Tapajós-Arapiuns, entre outras. Observa-se que não se discute a criação de regras para o “manejo” da atividade, mas sim sua proibição, do que decorrem ambiguidades e conflitos crescentes (Silva, Da Silva; Yamada, 2018). Arnaud (2019, p. 206), ao abordar o caso da criação de búfalos na RESEX Verdes para Sempre, destaca que a questão principal dos moradores é se os búfalos permanecerão ou serão retirados. Segundo ele, “é unânime o posicionamento dos comunitários para que a atividade permaneça para garantir o básico, o sustento”. No contexto dessa Reserva, Arnaud (2019) relata que, mesmo após várias reuniões entre moradores e ICMBio sobre a questão do gado/búfalos, o órgão quer a retirada dos animais – com vistas a fazer cumprir o SNUC. No entanto, os comunitários afirmaram que “não irão abolir a atividade” (p. 207), no que não há acordo. A postura adotada pelo Estado a respeito da proibição de gado, por meio do órgão gestor, tem feito com que moradores passem a vincular essa problemática à própria existência da instituição Reserva Extrativista, levando-os, por vezes, a uma oposição contra a mesma. No entanto, o problema real – vê-se –, é a “vestimenta” que o SNUC deu para esse instituto, ao refazer sua forma institucional com outras bases filosóficas (Lobão; Loto, 2012; Silva, 2024b). Nesse contexto, um problema fundamental é que, como já dito, muitas Reservas Extrativistas foram criadas antes do SNUC, e em muitos casos, a demanda pela criação, estudos prévios e discussões comunitárias ocorreram também antes do SNUC. Nessas ocasiões, a possibilidade de proibir o gado não estava presente. Isso é evidenciado na RESEX Tapajós-Arapiuns, conforme relatado por Andrade (2019): no Plano de Utilização (de 1999), a única restrição feita à criação de gado seria quanto ao limite de animais por criador, estipulado em 50 cabeças. No Plano de Manejo da Resex,

documento que foi elaborado no transcurso dos anos 2008 a 2014, não havia limitação de quantidade máxima para criação de gado (p. 221).

Diante disso, é importante ressaltar que nem na conceptualização no âmbito do movimento seringueiro (Allegretti, 2002), nem na primeira versão institucional das Reservas Extrativistas, a criação de gado era uma atividade excluída (IBAMA, 1995). Pelo contrário, era posicionada como complementar e condicionada aos termos estabelecidos pelos moradores nos planos de utilização. No Alto Acre, por exemplo, – região núcleo da emergência do movimento seringueiro, onde se criou a Reserva Extrativista Chico Mendes –, uma expressão comum é: “ter de tudo, mas bem organizado”. Esta última palavra refere-se a bem pensado, bem-planejado, com limites – uma abordagem que foi incorporada na previsão inicial de atividades como a pecuária e o desmatamento para uso do solo no plano de utilização de uma das primeiras Reservas Extrativistas, a Chico Mendes, publicado em 19 de abril de 1995 (IBAMA, 1995). Nesse plano, no seu artigo 15º, estabelecia-se a possibilidade de que os moradores desmatassem até 10% da área das suas colocações para usos nomeados de “complementares”, tais como: “agricultura, criação de pequenos animais, piscicultura, pecuária, agrossilvicultura” (n.p.). O mesmo artigo citava a criação de animais como “porcos, gado e ovelhas” (n.p.). De acordo com o artigo 17º, a pecuária era permitida, podendo ocupar até o limite máximo de “50% da área da colocação destinada para atividades complementares” (n.p.) – ou seja, 5% das colocações. Assim, observa-se que a concepção original da Reserva Extrativista era incoerente com a proibição do gado e com uma economia de “subsistência” – o aplicado pelo SNUC. Embora a pecuária seja, sobretudo no contexto amazônico, um dos principais impulsores do desmatamento, proibi-la de maneira simples – alterando o projeto Reserva Extrativista –, é inconsistente com os fundamentos originais desse modelo, pois retira a prerrogativa de discussão e decisão dos sujeitos que detêm direitos territoriais sobre essas áreas. Nessa conjuntura, torna-se cada vez mais necessário debater a “pecuária como atividade produtiva” nas Reservas Extrativistas (Nascimento, 2021, p. 147).

7. Caráter da vida humana na “condição de RESEX” (pós-SNUC)

A expressão “condição de RESEX”, utilizada por Andrade (2019, p. 204-205), parece ser apropriada para o tema abordado neste texto. De acordo com o autor, seria o

conjunto de relações sociais instituídas com a criação da UC e que incidem sobre modos de organização social, interesses, valores e visões de mundo, que envolve a delegação de direitos e deveres, elementos constrangedores ou mecanismos preconizados como instrumentos de gestão – Acordo de Gestão, Plano de Manejo, “chefe” da Resex, Conselho Deliberativo.

Percebe-se que, um indivíduo em uma “condição de RESEX” (nos termos pós-SNUC), é um sujeito cujas múltiplas dimensões da sua vida estão submetidas a normatizações, controles e sanções, em termos diferenciados relativamente a outras populações rurais, indígenas e florestais/das águas – para o que se utiliza de um pretexto ambiental e de um discurso de participação e autodeterminação coletiva (o que, de fato, não ocorre em termos de práxis). É o estabelecimento de uma ordenação estatal-exterior dos sujeitos, que funciona de maneira análoga ao conceito de Estado penal (Wacquant, 2002) no campo ambiental. Ao analisar essa problemática, Lima-Gomes (2022) introduz a noção de “cativeiro ambiental” para enquadrar conflitos ambientais emergentes na Amazônia brasileira, resultantes de uma condição de “ambientalização” jurídica do território de populações locais, observando que,

no Brasil, diversos grupos sociais têm obtido conquistas de cunho territorial com base em instrumentos jurídico-ambientais ao “ambientalizarem” suas lutas [...] Contudo, a depender das normatizações criadas, há graves restrições às atividades que garantem a sua reprodução socioeconômica (p. 115).

O conceito de “Estado penal” para Wacquant (2002), envolve o aumento do Estado penal em detrimento do social, e o foco está em disciplinar os sujeitos da classe trabalhadora [neste caso, os da “floresta”], utilizando a culpabilização por instrumentos

jurídicos que ativam a agência policial do Estado. É o que ocorreu pós-SNUC com as Reservas Extrativistas, quando se retirou dos “trabalhadores da floresta” a sua perspectiva autonômica; se lhes pôs um administrador com poderes de executivo-legislativo-judiciário (o “órgão gestor”); e se podou dos seus institutos emancipatórios quaisquer possibilidades de instrumentos acoplados que pudessem possibilitar a autogestão-autonomia. Esta lógica, despercebidamente, instalou-se com o SNUC nas Reservas Extrativistas. A partir de então, ela passou a disciplinar e ressignificar a territorialização tradicional, promovendo “a incorporação de normas e procedimentos que passaram a estruturar as condutas [...], adicionando elementos”; o que, imperceptivelmente, finda na tentativa de se produzir um “novo território”, com propriedades *stricto sensu* de uma Unidade de Conservação da Natureza (Costa, 2016, p. 209). O descrito é uma das consequências indesejáveis do modelo de área protegida implantada para populações locais-extrativistas brasileiras, ao espelho de um padrão internacional, inadequado e (des)contextual (Castro, 2013), que “veste” de si o território ao invés de expressá-lo (como o pensado na-pela Reserva Extrativista).

Nesse cenário, um problema adicional é a ampla abertura para estabelecer uma modelagem de ordenamento territorial diferenciada. Isso envolve uma discricionariedade alargada e consequente imprevisibilidade. Essa ótica-prática é inerente à cultura do campo da conservação da biodiversidade e aos instrumentos técnico-ideológicos vinculados, que concede ao agente que maneja, a modelagem do próprio manejo – no que, agora, inclui as Reservas Extrativistas e os moradores. Ao “manejar”, com foco na conservação ambiental, o aparelho burocrático estatal tende a criar regulamentações de controle incidentes na vida cotidiana, no que repercute em penalizações justificadas pela figura da “RESEX” – é o que parece estar no centro da “geração de conflitos entre gestores e comunidades” (Castro, 2013, p. 122). Essa ampla flexibilidade para ordenar diferenciadamente, no caso das Reservas Extrativistas, era presente e assumida na concepção original como positiva – legitimada por uma perspectiva de aplicação distinta: a autonomia-

autogestão. Geralmente, essa abertura para ordenar é utilizada por grupos político-ideológicos – geralmente conservacionistas –, que alcançam o domínio do aparato burocrático-estatal de gestão de Reservas Extrativistas, podendo produzir configurações que, embora narradas como participativas, possam ser ordinárias e arbitrárias (Guerrero, 2012; Tenório, 2018). Essa observação encontra respaldo em Lobão e Loto (2012, p. 10), que sustentam que as Reservas Extrativistas, “foram enredadas em uma nova cosmologia política” que evoca o império da conservação da biodiversidade, no que os “grupos locais” foram acondicionados numa “posição tutelada ou subalterna” a este conteúdo.

O caráter desse controle exterior, segundo Choma (2018, p. 18), estudando a Reserva Extrativista Chico Mendes, advém da “permanência do neomito conservacionista da ‘natureza intocável’” nas instituições de controle e gestão das “RESEX”s, orientando a prescrição conceitual do humano “em abstrato” como “um elemento perturbador da homeostase dos sistemas ecológicos”. Para Perez (2018, p. 31), em referência à mesma área, “a vida cotidiana na RESEX passou a ser permeada por normas específicas, ameaças e criminalização às práticas agroextrativistas, [...] como resultado é imposto uma série de barreiras para a (re)produção da vida, como o impedimento da abertura de novas áreas de roçados, multas e ameaças às famílias”. Tenório (2018, p. 81), estudando a RESEX Terra Grande Pracuúba, destaca que “há uma inversão”, pois as normas, “ao invés de garantir a sustentabilidade”, tornam-se “um processo de comando e controle” que disciplina as ações do dia a dia das comunidades. Castro (2013, p. 122) destaca que “atos corriqueiros [...] estabelecidos ao longo de gerações [...] podem passar a ser criminalizados”. Para ilustrar esta condição, a autora menciona a exigência de autorização do órgão gestor para permitir a entrada de pessoas que residem fora da UC e desejam visitar parentes, como descrito a seguir:

ao explicarem [os moradores] a regra que define como necessário o pedido de autorização para a entrada de filhos e outros parentes, que após análise, pode ou não ser aprovada, as famílias expõem achar esta regra inconveniente, uma vez que sempre receberam parentes a passeio sem que houvesse a necessidade da autorização.

Castro (2013, p. 130) apresenta mais um exemplo:

[Quanto às] regras a respeito do retorno de antigos moradores à RESEX. Do mesmo modo, estes necessitam passar por um processo que inicia-se com o pedido de autorização, especificando os motivos do retorno para posterior análise do Conselho Deliberativo e moradores. Quando realizada a pesquisa, uma família que havia feito o pedido de retorno e tinha sido autorizada a voltar, enfatizou a sua contrariedade em relação a esta regra, destacando as dificuldades e empecilhos para aprovação de sua volta (p. 130).

Essas normas, em diversos casos, tornam-se impossíveis de serem operacionalizadas, e até mesmo pelo Estado (com os recursos de gestão que disponibiliza), como exemplificado por Castro (2013) a respeito da emissão de autorizações para uso de madeira morta ou caída – uma prática cotidiana, que na forma da sua normatização, tornou-se quase inviável. Segundo a autora,

há a necessidade que o ribeirinho entre em contato com o ICMBio e informe sobre a existência da árvore, para que posteriormente um profissional se desloque para a área para mapear o ponto com GPS, analisar as causas da queda ou morte para somente após emitir a autorização de uso. A insatisfação com esta norma está relacionada à dificuldade de deslocamento para a cidade de Altamira, bem como, para solicitar a vistoria por meio dos rádios que existem na RESEX. [...] [O] deslocamento até a cidade compromete as atividades de subsistência e, consequentemente, afetam a renda mensal, uma vez que, geralmente, as viagens são realizadas nos barcos dos regatões, que fazem o trajeto em no mínimo três dias, que são contabilizados como perdidos, visto que não são trabalhados (Castro, 2013, p. 131).

Como resultado, o que vem ocorrendo é que, em muitos contextos e Reservas Extrativistas, regras não aceitas como adequadas e/ou não operacionalizáveis são descumpridas ou ignoradas pelos moradores – no que ficam sujeitos a sanções e enquadramentos administrativos e até criminais (Castro, 2013). Isso ocorre num cenário em que a percepção das famílias é, claramente, de estarem “imersas em um ambiente de sujeição, re-

gado de normas, que segundo eles foram fortemente influenciadas por decisões externas” (Castro, 2013, p. 139). Percebe-se que a normatização do cotidiano é usual nas Reservas Extrativistas Amazônicas. Andrade (2019, p. 217) retrata a sensação de impotência e revolta de uma senhora moradora, conforme apresento a seguir, baseando-me no conteúdo da sua entrevista.

Olha, tem hora que eu até estranho eles dizerem que a Reserva é nossa, que a gente pode fazer o que quiser. Isso eles só falam da boca para fora. Porque você já pensou? Anteontem eu estava dizendo assim: - Se um morrer aqui, será que ainda vai ser preciso ir tirar uma autorização lá no ICMBio para tirar a madeira para fazer o meu caixão? Aonde está aquele parágrafo que eles colocaram que é nosso? Porque para você tirar uma madeira você tem que pedir permissão. Isso e muitas coisas eu não gostei! Não vou mentir para você não. A gente criou uma Reserva, mas ficou menos liberto entre nós aqui (Moradora da comunidade Boim, 65 anos, agricultora aposentada, 2017).

Além do foco no controle das práticas, percebe-se uma necessidade/intenção estatal (por vezes, implícita) de normatizar e controlar o “ser” por aspectos culturais determinados por sentenças objetivas (como foi tratado na seção 1) – é também esta uma característica da “condição de RESEX”. No contexto abordado, observamos a atuação do Estado por meio do “órgão gestor” emanando um *ethos* proprietário-guardião das Reservas Extrativistas. E, ainda, ao adotar uma perspectiva excepcional de normatização, controle e punição em relação aos moradores, o Estado perpetua uma estrutura sócio-política de sujeição dessas populações – o que me permite dizer que há um *ethos* que podemos representar como colonial-colonizador, similar àquele da época dos “patrões”. Então, temos na “condição de RESEX” pós-SNUC (Andrade, 2019), um vulgo “cabresto” na forma de um “cativeiro ambiental” (Lima-Gomes, 2022), estabelecido-estabilizado por um *ethos* proprietário-guardião-patrão que emana pelo Estado, disfarçado-impregnado em entidades do campo da conservação da biodiversidade e das áreas protegidas.

Um desafio atual: algumas considerações

Na sequência, organizo as considerações finais em seis tópicos.

1) A questão de pesquisa

No início desse texto, propus fornecer respostas à seguinte questão: “Quais problemáticas nas Reservas Extrativistas resultam de sua incorporação ao SNUC e das condições decorrentes?”. Como síntese dos resultados, apresento o **Quadro 1**.

Quadro 1 – Síntese das principais problemáticas das Reserva Extrativista decorrentes do SNUC.

Problemas gerais
1º A circunscrição dos moradores a existirem como enquadrados, <i>ad infinitum</i> , em alguma categoria teórico-normativa de população tradicional descrita objetivamente.
2º O uso <i>stricto sensu</i> da concepção moderno-ocidental “natureza”.
3º O pleno exercício da propriedade pelo Estado, o que parcializa e condiciona o reconhecimento dos direitos territoriais e de cidadania dos moradores.
4º A transformação da perspectiva e de instrumentos de autogestão territorial em uma “cogestão” discursiva que, de fato, se realiza como governo do Estado.
5º Anulação do “notório saber” das epistemes locais, que deveriam dirigir a modelagem institucional e do sistema de implementação-gestão das Reservas Extrativistas.
6º Resignificação da economia da “exploração auto-sustentável”, do extrativismo e das atividades complementares diversificadas (incluindo agropastoris), convertendo-as em uma economia de subsistência fundamentada na conservação dos modos de vida e das práticas tradicionais, com ênfase na mitigação dos riscos para a biodiversidade.
7º A base onto-epistemológica para a modelagem e implementação das Reservas Extrativistas passou a ser fundamentada no campo da conservação da biodiversidade e das áreas protegidas, substituindo a estabelecida pelo movimento seringueiro entre 1985 e 1989. Nesta última, destacavam-se uma crítica social estrutural e das relações entre humanos e natureza dentro do paradigma moderno-capitalista, aliada a uma perspectiva autônoma de democracia profunda e autogoverno.
8º A regulação diferenciada da vida cotidiana dos moradores das Reservas Extrativistas por meio de um amplo conjunto de dispositivos de normatização, regulação, controle e punição especiais.

Fonte: elaborado pelo autor.

2) O argumento ensaístico

Apesar de o texto basear-se em uma revisão de literatura, os resultados foram apresentados em formato ensaístico, sustentando o argumento de que as “problemáticas” evidenciadas no tópico anterior (1) derivam do seguinte problema geral: a Reserva Extrativista institucionalizada no-pelo SNUC difere essencialmente da concebida pelo movimento Seringueiro em relação aos seus fundamentos e projeto onto-epistemológico.

3) Legado positivo do SNUC e o campo descontinuado das Reservas Extrativistas

Embora este texto critique a institucionalização das Reservas Extrativistas no-pelo SNUC, é evidente que esse arranjo potencializou o reconhecimento de direitos territoriais, tanto de vidas humanas quanto não humanas. Atualmente, existem 96 Reservas Extrativistas no Brasil, abrangendo uma área de 156.930,32 km² (MMA, 2023) – superior a área de países como Portugal ou Coreia do Sul, por exemplo. Após a implementação do SNUC, o número de Reservas Extrativistas cresceu 174%. Em parte, esse legado foi alcançado graças à direção no sentido da política ambiental e de áreas protegidas, que as Reservas Extrativistas foram tomando ao longo de sua história. Esse movimento pode ser considerado um desdobramento ocasional, como um dos muitos “caminho imprevistos” (Almeida, 2004, p. 48) da história, do qual dá-se conta só num percurso um pouco adiantado – quando alguém, geralmente dos mais velhos, alerta a “turma”: “Estamos indo no rumo errado!” (Rodrigues, 2012; Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018).

Também é claro que o conceito-projeto Reserva Extrativista não é *stricto sensu* uma Unidade de Conservação da Natureza, tampouco se enquadraria na forma de um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária. Trata-se de um campo específico e novo, que não encontra representação no conjunto das institucionalidades estatais do Brasil, e acabou sendo descontinuado – talvez o regimento do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) tenha sido o instituto formal mais

próximo do seu reflexo. Esse campo, que não é plenamente representado pelo-no socio-ambientalismo, precisa ser resgatado e continuado, dado o seu potencial para contribuir com soluções à crise civilizacional.

4) Uma agenda de pesquisa

Parece-me fundamental:

I. Avançar no conhecimento e descrição do que seria o campo ideológico-teórico-político-institucional das Reservas Extrativistas. Embora o socioambientalismo reivindicasse esse *locus*, observa-se que ele afastou as Reservas Extrativistas de uma propriedade que é-lhe fundamental: a crítica social estrutural; e, vinculou-a ao ambientalismo conservador do campo da conservação da biodiversidade e das áreas protegidas a nível global – do que ocorreu a sua descaracterização. Quiçá seria bem-vindo um campo novo, ou uma reconcepção profunda do que se compreende por socioambientalismo no contexto das Reservas Extrativistas (com a ressalva de que essa última opção pode implicar um elevado risco de continuidade da situação atual).

II. Avançar na recuperação da que seria a filosofia e desenho ontológico originais da entidade Reserva Extrativista, principalmente a partir das emanções que ocorreram no período de 1985 a 1989, focando na sua descrição configuracional e preterindo definições sintético-objetivas. É necessário descrevê-la como um conglomerado de pressupostos, princípios, diretrizes e objetivos, que juntos configuram uma filosofia de “desenvolvimento” – sobretudo amazônica – específica e inaugural de novos sociais.

III. A partir do *corpus* ontológico dessa Reserva Extrativista original, referido no item “II”, deve-se desenvolver proposições de reformulação da Reserva Extrativista institucional – presente no/pelo SNUC – e do sistema de entes-artefatos vinculados à sua implementação-gestão.

5) Recomendações para o Estado e movimento social “extrativista”

Ante a problemática discutida neste texto, é possível alinhar-se à seguinte perspectiva de Almeida e Rezende (2013, p. 194):

Uma real mudança de política exigiria a devolução dos sistemas de cogestão comunitária nos Territórios Tradicionais e a criação de um órgão similar à FUNAI para agrupar políticas destinadas a esses territórios, fora do âmbito do ICMBio, bem como a reformulação do SNUC de modo a reconhecer de direito o papel dos Povos e Comunidades Tradicionais para a proteção e uso sustentável dos territórios que ocupam tradicionalmente.

Em termos pragmáticos, por razões políticas, nem sempre é possível idealizar uma “utopia” e transportá-la para mundos “habitados” por muitos outros “mundos”. Levando em conta os riscos de uma revisão do SNUC – um fator frequentemente ressaltado ao se propor alterações nesta legislação –, sugere-se que os esforços para recuperar a Reserva Extrativista original desdobrem-se em dois planos: o ideal e o pragmático.

No plano ideal, é necessário ter clareza de como seria uma Reserva Extrativista institucional plenamente coerente com a idealizada pelo movimento seringueiro, abrangendo seu sistema de implementação-gestão. Nesta perspectiva, seria necessário o desmembramento do SNUC em dois: um sistema focado na conservação da biodiversidade, que deve continuar seus desenvolvimentos a partir de sua tradição e onto-epistemologia (das áreas protegidas no mundo); e outro, focado no “desenvolvimento” autogestionado de “territórios tradicionais” abundantemente habitados por populações não-humanas.

Este segundo deve seguir a perspectiva das Reservas Extrativistas, construindo seus próprios caminhos e destinos, elaborando os seus conceitos e categorias, a modelagem organizacional de gestão e o desenho de cargos funcionais para os seus fins, suas próprias normas e regulamentos, seus instrumentos, seus modelos de gestão, seus modos democráticos, entre outras inovações particulares. Assim, deslocar-se-iam os territórios tradicionais acolhidos atualmente no SNUC do enquadramento de “UC”, passando a

comporem uma outra tipologia territorial, a ser nomeada, pertencente a um novo campo ideológico-político-teórico-prático-organizacional (continuação da história e expressão da filosofia original da Reserva Extrativista).

No plano pragmático, é crucial identificar e promover as possibilidades de realização da filosofia original da Reserva Extrativista, com a permanência do SNUC, a partir do interior do próprio “sistema SNUC”.

6) *Uma emanção de afeto*

“Utopias têm um lugar concreto num mundo onde não existem concretamente, sendo por isso sonhadas e projetadas enquanto utopias” (Porto-Gonçalves, 1989, p. 23).

À memória presente de *Carlos Walter Porto-Gonçalves*.

À presença memorial de *Osmarino Amâncio Rodrigues*.

Referências

ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade et al. **Conselhos gestores de unidades de conservação federais**: Um guia para gestores e conselheiros. Brasília: ICMBio, 2014.

ALEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 18, pp. 39-59, 2008.

ALLEGRETTI, Mary Helena. O ICMBio não expressa a herança de Chico Mendes, diz Mary Allegretti. **O Eco**, 22 dez. 2022. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/o-icmbio-nao-expressa-a-heranca-de-chico-mendes-diz-mary-allegretti/>>. Acesso em: 09/11/2023.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa; REZENDE, Roberto. Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação. **RURIS – Revista do Centro de Estudos**

Rurais, v. 7, nº 2, pp. 185-196, 2013.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: Êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 48, pp. 25-55, 2019.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, nº 55, pp. 34-53, 2004.

AMARAL, Vanessa Silva do. **Instrumentos do Estado e dos Atores Sociais no uso sustentável da Reserva Extrativista Mapuá-Marajó**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

ANDRADE, Marcelo Moraes de. **Organização social na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: sistemas sociais em mudança**. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

ARAÚJO, Valéria Penchel; NICOLAU, Omar Souza. Participação social na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: uma análise dos instrumentos de gestão sob a ótica da decolonialidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, pp. 299-320, 2018.

ARNAUD, Mário Júnior de Carvalho. **As ações do Estado e dos movimentos socioterritoriais em conflitos na reserva extrativista “Verde para Sempre” em Porto de Moz, estado do Pará**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO-FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: Modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2006, pp.109-143

BENATTI, José Helder. Unidades de Conservação e as populações tradicionais - uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, pp. 107-126, 1999.

BENATTI, José Heder; OLIVEIRA, Jeferson Almeida. Sobreposição de parque estadual a assentamento agroextrativista na Amazônia brasileira. **Revista de Direitos**

Difusos, v. 70, nº 2, s.p., 2018.

BRASIL. 2000. **Lei 9985/2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 09/11/2023. Acesso em 09/11/2023.

BRASIL. **Decreto nº 98.897/1990**. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm#:~:text=D+ECRETO%20No%2098.897%2C%20DE,extrativistas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em 09/11/2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985/ 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-norma-atualizada-pl.pdf>>. Acesso em 09/11/2023.

BRASIL. **Painel das Unidades de Conservação Brasileiras**. Ministério do Meio Ambiente. <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areas-protegidas/ecoturismo/plataforma-cnuc-1>>. Acesso em 09/11/2023.

214

CAMELY, Nazira Correia. Onguismo como nova geopolítica do imperialismo para a biodiversidade: um estudo sobre a Amazônia Brasileira. **Revista de Geopolítica**, v. 1, nº 2, pp. 4-23, 2011.

CASTRO, Roberta Rowsy Amorim de. **Comunidades tradicionais e unidades de conservação no Pará**: A influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos e vida das famílias locais. Dissertação (Mestrado em Agricul-turas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CHOMA, Jeferson Luiz. **Os saberes do camponês da floresta**: Modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na RESEX Chico Mendes (AC). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

COSTA, Gercilene Teixeira da. **As Reservas Extrativistas como ação pública local**: Comparando as experiências socioterritoriais de Frechal e Cururupu na Amazônia maranhense. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

- CREADO, Eliana dos Santos Junqueira; FERREIRA, Lúcia da Costa. O caleidoscópio conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. **Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, nº 1, pp. 1-20, 2011.
- CUNHA, Claudia Conceição. **Reservas Extrativistas**: Institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- DUMITH, Raquel de Carvalho. Dez anos de r-existência da Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): análise dos conflitos inerentes à reprodução social e política das suas comunidades tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, pp. 367-391, 2018.
- ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA. In: Infopédia. Porto: Porto editora, 2023. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/§economia-de-subsistencia>>. Acesso em 09/11/2023.
- ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca, 2016.
- FRASER, James Angus. Amazonian Struggles for Recognition. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 43, nº 4, pp. 718-732, 2018.
- GUERRERO, Natalia Ribas. **Em terra vestida**: Contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal (MA). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- GUERRERO, Natalia Ribas. Em termos alheios: Contradições da implementação de termos de compromisso em territórios tradicionalmente ocupados. **Anuário Antropológico**, v. 45, nº 1, pp. 97-116, 2020.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Brasília, 1995.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro Metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação federais**. Brasília, 2018.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo**

da Reserva Extrativista Renascer. Brasília, 2020.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa ICMBio nº 35, de 27 de dezembro de 2013.** Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=131489>>. Acesso em 09/11/2023.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) nas Unidades de Conservação Federais.** Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/o_contrato_de_concessao_de_direito_real_de_uso_ccdru_nas_ucsfederiais.pdf>. Acesso em 09/11/2023.

KRÖGER, Markus. **Extractivisms, Existences and Extinctions: Monoculture Plantations and Amazon Deforestation.** Taylor & Francis, 2022.

LIMA GOMES, Dérick. O “cativeiro ambiental”: Apresentando uma problemática (e ilustrando com dois exemplos amazônicos). **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, nº 2, pp. 115-148, 2022.

216

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira; LOTO, Luciana. Análise de dois casos de modelos de gestão compartilhada em pescarias artesanais: Reservas Extrativistas Marinhas (Brasil) vs. áreas de manejo e exploração de recursos bentônicos (Chile). **Confluências**, v. 14, nº 1, pp. 1-18, 2012.

MEDINA, Gabriel da Silva; BARBOSA, Claudio Wilson Soares Barbosa. A Questão produtiva nas reservas extrativistas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, nº 2, pp. 69-88, 2016.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br>>. Acesso em 09/11/2023.

NASCIMENTO, Josinaldo. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará.** Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NUNES, Adérito Sedas. **Questões preliminares sobre as ciências sociais.** 12ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 2005.

PÉREZ, Michelle Salazar; SAAVEDRA, Cinthya. A Call for Onto-Epistemological Diversity in Early Childhood Education and Care: Centering Global South Conceptualizations of Childhood/s. **Review of Research in Education**, v. 41, nº 1,

pp. 1-29, 2017.

PEREZ, Pietra Cepero Rua. **A produção da floresta “em pé”**: RESEX Chico Mendes (AC), do projeto à realização. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade seringueira - Geografia e movimento social. **GEographia**, v. 1, n° 2, pp. 67-88, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O difícil espelho: a originalidade teórico-política do movimento dos seringueiros e a “confluência perversa” no campo ambiental no Acre. In: HOCSMAN, Luis Daniel; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (orgs.). **Despojos y resistencias en América Latina**. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2016, pp. 107-140.

PRADO, Deborah Santos; SEIXAS, Cristiana Simão; FUTEMMA, Celia Regina Tomiko. From self-governance to shared governance: Institutional change and bricolage in Brazilian extractive reserves. **Environmental Science & Policy**, n° 123, pp. 106-113, 2021.

PROST, Catherine. Reservas extrativistas marinhas: Avanço ou retrocesso? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n° 48, pp. 321-342, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, pp. 107-130.

RODRIGUES, Osmarino Amâncio. Osmarino Amâncio se defende de acusação de extração ilegal de madeira na Reserva de Chico Mendes. **Língua Ferina**, 20/04/2012. Disponível em: <<https://candidoneto.blogspot.com/2012/04/osmarino-amancio-se-defende-de-acusacao.html>>. Acesso em 09/11/2023.

RUEDA, Rafael Pinzón. **Gestão participativa nas Reservas Extrativistas**. Brasília: IBAMA/CNPT, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Anselmo Gonçalves da; DA SILVA, Fátima Cristina; YAMADA, Thiago. Reprodução

social de populações tradicionais e pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes: reflexões a partir dos projetos de vida de jovens extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 52, pp. 235-260, 2019.

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**, v. 11, nº 24, e112418, 2024a.

SILVA, Anselmo Gonçalves da. **Que é Reserva Extrativista?** Uma homolo-crítica conceitual. Editora Dialética, 2024b. (no prelo).

SILVA, Anselmo Gonçalves da; RODRIGUES, Osmarino Amâncio; COSTA, Lailton dos Santos. Memórias do movimento social “seringueiro”: Wilson Pinheiro, Chico Mendes e Osmarino Amâncio. In: RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; MELO, Alan Dutra de (orgs.). **Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL**. 1ª Ed. Curitiba: CLAEC, 2024, pp. 73-83.

SILVA, José Bittencourt; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, pp. 163-175, 2015.

SILVEIRA, Dilermando Cattaneo. **Estratégias alternativas de re-apropriação da natureza**: Autonomia e autogestão territorial em áreas protegidas. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

TEBET, Guilherme; CASAGRANDE, Alana. O Papel dos Instrumentos de Gestão na Conservação Ambiental e na Proteção dos Modos de Vida Tradicionais: Reflexões a partir da trajetória da Reserva Extrativista Marinha Pirajubaé. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, nº 5, pp. 44-60, 2022.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas. **Cadernos CRH**, v. 29, nº 77, pp. 229-242, 2016.

TENÓRIO, Edel Nazaré de Moraes. **RESEX Terra Grande - Pracuúba**: (Re)conhecer saberes locais para a transgressão da gestão de unidade de conservação no cuidado do território de uso comum. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: A nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Anselmo Gonçalves da Silva é doutorando em Estudos Contemporâneos na Universidade de Coimbra e professor no Instituto Federal do Acre (IFAC). **E-mail:** anselmo.silva@ifac.edu.br

Artigo enviado em 18/04/2024 e aprovado em 28/08/2024.

Artigo

Autonomia territorial e soberania popular: Diferenças históricas, convergências políticas e diálogos na construção de alternativas e defesas territoriais na América Latina

Maíra Araújo Cândida

220

Peter Rosset

Lia Pinheiro Barbosa

Omar Giraldo

León Enrique Ávila Romero

Tádzio Coelho

Resumo

A construção da autonomia territorial e da soberania popular possuem origens ontológicas distintas, contudo compartilham a dimensão histórica das resistências latino-americanas e são parte do Paradigma Onto-Epistêmico do Campo, que envolve diferentes matrizes ontológicas, epistêmicas e políticas. Construídas por movimentos socioterritoriais, indígenas e camponeses, mobilizam as resistências e as lutas territoriais contra a exploração, a violência e as múltiplas formas de espoliação produzidas pela acumulação capitalista. São forças políticas produzidas das ações, práticas e saberes construídos pelos sujeitos

políticos coletivos organizados nos territórios e comunidades, e reflexo do acúmulo teórico dos movimentos socioterritoriais. Este artigo se propõe a realizar uma análise comparada entre estas forças políticas, destacando dois movimentos socioterritoriais emblemáticos da América Latina que as constroem, quais sejam, o Congresso Nacional Indígena-Conselho Indígena de Governo (CNI-CIG) no México, com sua luta pela autonomia dos povos indígenas e de seus territórios, e a Via Campesina Brasil, com a luta pela terra e território, reforma agrária e soberania popular. A análise e o debate teórico sobre a autonomia territorial e a soberania popular contribui para evidenciar as convergências políticas existentes, compreender as diferenças históricas e ampliar o diálogo entre as lutas territoriais construídas na América Latina.

Palavras-chave: América Latina; Autonomia Territorial; Defesa Territorial; Movimentos Socioterritoriais; Soberania Popular.

Territorial autonomy and popular sovereignty: Historical differences, political convergences and dialogues in the construction of alternatives and territorial defenses in Latin America

221

Abstract

The construction of territorial autonomy and popular sovereignty have different ontological origins, but they share the historical dimension of Latin American resistance and are part of the Onto-Epistemic Paradigm of the Countryside, which involves different ontological, epistemic and political matrices. Built by indigenous and peasant socio-territorial movements, they mobilize resistance and territorial struggles against exploitation, violence and the multiple forms of spoliation produced by capitalist accumulation. They are political forces produced from the actions, practices and knowledge built by collective political subjects organized in territories and communities, and reflect the theoretical accumulation of socio-territorial movements. This article proposes to analyze and contrast these political forces, highlighting two emblematic socio-territorial movements in Latin America that build them, the National Indigenous Congress-Indigenous Council of Government (CNI-CIG) in Mexico, with its struggle for the autonomy of indigenous peoples and their territories, and Via Campesina Brazil, with the struggle for land and territory, agrarian reform and popular sovereignty. The analysis and theoretical debate on territorial autonomy and popular sovereignty contribute to highlighting existing political convergences, understanding historical differences and broadening the dialogue between territorial struggles in Latin America.

Keywords: Latin America; Territorial Autonomy; Territorial Defense; Socio-territorial Movements; Popular Sovereignty.

Autonomía territorial y soberanía popular: Diferencias históricas, convergencias políticas y diálogos en la construcción de alternativas y defensas territoriales en América Latina

Resumen

La construcción de la autonomía territorial y la soberanía popular tienen orígenes ontológicos diferentes, pero comparten la dimensión histórica de las resistencias latinoamericanas y forman parte del Paradigma Onto-Epistémico del Campo, que comprende diferentes matrices ontológicas, epistémicas y políticas. Construidos por movimientos socio-territoriales indígenas y campesinos, movilizan resistencias y luchas territoriales contra la explotación, la violencia y las múltiples formas de expropiación producidas por la acumulación capitalista. Son fuerzas políticas producidas a partir de las acciones, prácticas y conocimientos construidos por sujetos políticos colectivos organizados en los territorios y comunidades, y reflejan la producción teórica de los movimientos socioterritoriales. Este artículo propone realizar un análisis contrastivo de estas fuerzas políticas, destacando dos movimientos socioterritoriales emblemáticos en América Latina que las construyen, el Congreso Nacional Indígena-Concejo Indígena de Gobierno (CNI-CIG) en México, con su lucha por la autonomía de los pueblos indígenas y sus territorios, y La Vía Campesina Brasil, con su lucha por la tierra y el territorio, la reforma agraria y la soberanía popular. El análisis y debate teórico sobre la autonomía territorial y la soberanía popular contribuye a destacar las convergencias políticas, comprender las diferencias históricas y ampliar el diálogo entre las luchas territoriales construidas en América Latina.

222

Palabras clave: América Latina; Autonomía Territorial; Defensa Territorial; Movimientos Socioterritoriales; Soberanía Popular.

Introdução

Em diferentes localidades da América Latina, os povos e comunidades do campo têm construído historicamente, e na atualidade, uma grande diversidade de lutas e processos de resistência para a defesa de seus modos de vida e de seus territórios, como forma de enfrentamento às cíclicas investidas do capital agrário e extrativista regulado pelo Estado. São diversas as experiências de defesa territorial e construção de alternativas impulsionadas por movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005) que resistem, mo-

bilizam, constroem e teorizam, a partir de suas próprias concepções sobre a vida nos territórios. São lutas que possuem elementos próprios, ao mesmo tempo que compartilham da dimensão histórica das resistências latino-americanas de caráter antagônico e de insubordinação social contra todas as formas de exploração, violência e submissão, no enfrentamento às múltiplas formas de espoliação produzidas pelas diferentes fases da acumulação capitalista (Ávila Romero, 2020; Barbosa, 2023).

As lutas territoriais e o processo organizativo dos movimentos socioterritoriais produzem o acúmulo teórico que reflete e orienta as ações políticas, práticas e saberes construídos pelos sujeitos políticos coletivos nos territórios e comunidades, que são diversos e heterogêneos. É dessa práxis que se alimenta a construção dos horizontes emancipatórios da autonomia territorial e da soberania popular, bandeiras de luta produzidas pelos movimentos socioterritoriais, indígenas e camponeses, com importantes referências nas lutas históricas na América Latina. Destacamos o Congresso Nacional Indígena-Conselho Indígena de Governo (CNI-CIG), no México, com sua luta pela autonomia e autogoverno dos povos indígenas e camponeses de seus territórios, e a Via Campesina Brasil, com a luta pela terra e território, reforma agrária e a soberania popular. Ambos os movimentos socioterritoriais que congregam organizações diversas e heterogêneas, que se articulam entorno das lutas, incentivam construções coletivas e projeto populares.

Fundado em 1996, o Congresso Nacional Indígena (CNI) se propõe a ser a “casa” de todos os povos indígenas do México, constituindo-se como um espaço de encontro, reflexão e solidariedade para o fortalecimento das distintas resistências, rebeldias e lutas por autonomias nos territórios. Como um tecido social, o CNI congrega cerca de 44¹ povos indígenas, nações e comunidades, presentes em toda a geografia nacional, e tem como espaço máximo de tomada de decisões a assembleia-geral reunida no congresso,

¹ Amuzgo, Binnizá, Chichimeca, Chinanteco, Chol, Chontal de Oaxaca, Chontal de Tabasco, Coca, Comcac, Cuicateco, Cucapá, Guarijío, Ikoots, Kumiai, Lacandón, Mam, Matlazinca, Maya, Mayo, Mazahua, Mazateco, Mixe, Mixteco, Nahua, Ñahñu/Ñajtho/Ñuhu, Náyeri, Popolucá, Purépecha, Rarámuri, Sayulteco, Tepehua, Tepehuano, Tlapaneco, Tohono Oódam, Tojolabal, Totonaco, Triqui, Tzeltal, Tzotzil, Wixárika, Yaqui, Zoque, Afromestizo y Mestizo.

sob o lema “somos uma assembleia quando estamos juntos e uma rede quando estamos separados” (CNI, s.d.; Matute; Moreno, 2021; Fuentes Sánchez, 2022).

O Conselho² Indígena de Governo (CIG) é uma construção que nasce do 5º Congresso Nacional, reunido o CNI e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 2016, que estabelece a proposta de criação de um conselho indígena formado por uma mulher e um homem de cada povo, nação e comunidade que faz parte do CNI, para o qual é nomeada uma mulher indígena como rosto e porta-voz das decisões coletivas que, além disso, percorreria o país para dialogar com diferentes povos e setores da sociedade, consolidando uma frente comum para uma candidatura independente³ para as eleições presidenciais (Matute, 2018; Navarro, 2018; Fuentes Sánchez, 2022).

A Via Campesina Brasil reúne movimentos socioterritoriais e organizações presentes em quase todo o território brasileiro, que apoiam diversas lutas e projetos políticos pautados na defesa dos territórios, na luta pela terra e pela reforma agrária, na reivindicação dos direitos das populações do campo e na construção de um projeto político democrático de soberania popular (Ribeiro, 2013; 2016). Fazem parte da Via Campesina Brasil o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), o Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM) e a Pastoral da Juventude

² “El nuevo salto en la estrategia indígena tiene como eje central la creación de un **Concejo (con C)** Indígena de Gobierno, como representante de los pueblos y las tribus del país.” (Navarro, 2018, p. 8, grifo nosso). O uso da letra “C” nesta palavra confere o significado de um espaço ou unidade administrativa de um território, que reúne seus membros em sessões para tomada de decisão, ou seja, um organismo deliberativo.

³ A candidatura independente de María de Jesús Patricio (Marichuy), promovida pelo CNI-CIG e EZLN, ocorreu na eleição presidencial do ano de 2018, para a qual foi criada a associação civil “*Llegó la Hora del Florecimiento de los Pueblos*”. Para registrar a candidatura independente, sem filiação a nenhum partido político, a lei eleitoral do México solicita 867 mil assinaturas, de origem de no mínimo 17 estados e que somem ao menos 1% do total de eleitores ativos de cada um destes estados. O registro da candidatura independente de Marichuy não foi possível, devido as imposições e práticas discriminatórias do Instituto Nacional Eleitoral (INE) (Navarro, 2018).

Rural (PJR). Estes também fazem parte da Via Campesina Internacional como organizações oficiais, contudo, existem outras organizações convidadas na Via Campesina Brasil que constroem processos conjuntos com os movimentos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) (Ribeiro, 2016).

A construção da autonomia territorial e da soberania popular possuem origens ontológicas distintas, contudo, compartilham da dimensão das lutas e resistências históricas e permanentes na região pela descolonização e contra a exploração e submissão aos interesses capitalistas (Rosset; Barbosa, 2021). São horizontes emancipatórios elaborados a partir da relação dialética entre a práxis política e a teoria dos movimentos socio-territoriais, que possuem diversas confluências no contexto latino-americano, resultantes do movimento dialético das resistências frente aos cíclicos avanços do capital no campo (Barbosa, 2021; 2022).

As confluências na construção do conhecimento, na teoria produzida e na práxis política dos movimentos camponeses e indígenas são o que evidenciam a conformação de um Paradigma Onto-Epistêmico do Campo na América Latina, produzido da articulação de diferentes matrizes ontológicas, epistêmicas e políticas presentes na sua *práxis* política (Barbosa, 2021; 2022; 2023) e do diálogo de saberes (Martínez Torres; Rosset, 2016; Rosset, 2018). Conforme a análise de Barbosa (2022), o Paradigma Onto-Epistêmico do Campo se baseia em três eixos centrais: **1)** A existência milenar de diferentes povos originários, que lhes permite reconfigurar permanentemente formas remanescentes de vida comunitária, lógicas de pensamento e posicionamento social intimamente ligados às suas cosmovisões e que atribuem referenciais próprios de um modo de ser, estar, pensar, sentir e viver, que não foram totalmente soterrados nos processos de homogeneização da ordem colonial, patriarcal e capitalista; **2)** Uma matriz linguística que nutre suas próprias filosofias e conceitos; **3)** Um pertencimento territorial que fortalece o *ethos* com o território, o enraizamento nas relações de coexistência neste território, incorporado nos processos de defesa territorial e dos bens comuns.

A elaboração da autonomia territorial e da soberania popular são compreendidas como produtos desta articulação e da construção de conhecimentos desde/com/para os movimentos, que fortalecem outras racionalidades que fundamentam as formas de pensar, de estar e de viver de seus territórios, resistem e existem a partir da forma de ser de seus povos (Barbosa, 2021; 2023). O Paradigma Onto-Epistêmico do Campo emerge historicamente na esfera da resistência, da memória, como categoria e caminho teórico-político e de uma práxis político-educativa que sustenta a construção da consciência crítica, ao tempo que é compreendido como esse processo de elaboração teórica dos movimentos, produto da relação dialética da práxis política, que nasce do contexto das lutas e resistências, que compõe o pensamento social e político agrário contemporâneo no contexto latino-americano (Barbosa, 2021; 2022) na confrontação do paradigma capitalista.

Nesse sentido, a compreensão, a análise e o debate sobre essas duas concepções teóricas – a autonomia territorial e a soberania popular - que orientam as lutas e as resistências construídas pelos movimentos socioterritoriais, indígenas e camponeses na América Latina, contribui para estimular convergências e encontros em apoio às lutas territoriais em curso e em construção na região.

O presente ensaio tem em vista situar estes dois movimentos socioterritoriais emblemáticos e suas lutas no processo histórico da América Latina,⁴ evidenciando a potência política e a teoria produzida através do exercício de construção da autonomia territorial e da soberania popular. Para isso, será analisado brevemente o caminhar de cada movimento em seu respectivo país, a evolução de suas lutas junto à elaboração teórica destas concepções que orientam seus respectivos horizontes emancipatórios, com suas principais vertentes, das autonomias e soberanias, que vão conformar a organização territorial, seus principais elementos, a construção de alternativas e a própria transformação dos sujeitos políticos organizados em luta. Dessa análise, tem-se como objetivo realizar a

⁴ Devido à grande diversidade presente em ambos os movimentos socioterritoriais, a análise proposta não pretende detalhar cada organização que os compõe, contudo, algumas organizações e movimentos possuem relevância para a análise da construção histórica dos respectivos movimentos socioterritoriais, e serão enfatizados com esse objetivo.

comparação entre estas duas construções territoriais para evidenciar as principais convergências políticas existentes, identificar as diferenças históricas, fruto da realidade particular de cada país, e ampliar o diálogo entre as resistências e das lutas territoriais na América Latina.

1. Movimentos socioterritoriais na construção histórica de resistências na América Latina

As lutas territoriais na América Latina conformaram importantes movimentos socioterritoriais que, como explica Bernardo Mançano Fernandes (2005), têm o território como essencial para sua existência, onde constroem espaços políticos, sociais, culturais e outros baseados na socialização política e proativa, das quais geram diversas práticas para a transformação de suas realidades e para atingir seus objetivos. Em outras palavras, os movimentos socioterritoriais geram territorialidades próprias. E, na construção de suas lutas, passam a orientar, organizar e criar diversas estratégias de atuação, dentre elas a incorporação de um enfoque de revalorização, reconstrução e reordenamento dos territórios e suas comunidades, desde uma perspectiva multidimensional e multiescalar para a defesa territorial diante dos interesses adversos do capital e do Estado (Escobar, 2014; Gasparello, 2021; Giraldo, 2022; Ule Muñoz; Rosset, 2022).

227

Nesse contexto, se destaca a construção histórica do movimento político dos povos indígenas da América Latina com sua luta pela autonomia de seus territórios, com um horizonte de descolonização que visa romper com o Colonialismo Interno (González Casanova, 1969) e reconstruir ao interior de cada povo indígena seu próprio processo de revalorização e reencontro com sua história (Burguete Cal y Mayor, 2010). Com processos emblemáticos, os povos indígenas levantam a autonomia como proposta de vida para

seus territórios, reivindicando seu reconhecimento e buscando exercê-la na vida comunitária, apesar das ações e intervenções do capital e do Estado (Escobar, 2016; Burguete Cal y Mayor, 2018; Rosset; Barbosa, 2021).

A análise sobre as autonomias, em plural, contribui no debate territorial e na compreensão sobre a diversidade de processos de resistência, organização e mobilização para a defesa dos territórios. São diferentes formas e níveis, com práticas e conteúdos variados, vinculados à perspectiva de mundo e à história local do povo indígena que a impulsiona e que tem, sobretudo, a dimensão da descolonização e da ruptura com as dependências (Burguete Cal y Mayor, 2010; 2018; López y Rivas, 2022).

Nas lutas territoriais, os movimentos camponeses também têm construído suas próprias consignas em diferentes processos em que reivindicam e defendem a terra como direito e como modo de vida. Com insurgências históricas e movimentos expressivos, têm erguido importantes bandeiras de luta e projetos políticos que vão desde a defesa da reforma agrária, a construção da soberania alimentar, a luta pela terra e pelo território (Martínez Torres; Rosset, 2016; Ribeiro, 2016; Via Campesina, 2016; Rosset, 2018), além de alianças populares que envolvem outros setores da sociedade, como a construção da soberania popular. A luta pela soberania popular mobiliza diversos movimentos na construção coletiva de um projeto político popular que possibilite a superação da exploração e da subordinação aos interesses do capital transnacional, o enfrentamento das desigualdades e injustiças historicamente perpetradas pelo Estado, e o respeito aos povos do campo junto ao reconhecimento do direito à terra e ao território (MST, 2007; 2014).

Dessas resistências históricas, ressalta-se a elaboração teórica produzida pelos movimentos socioterritoriais que orientam as lutas e as relações estabelecidas em e com seus territórios, que nutrem a formação política e de consciência, criam bases para a formulação de estratégias e estruturam diversos projetos políticos (Barbosa, 2016, 2019; 2023; Via Campesina, 2017). Por esta razão, interessa-nos analisar a autonomia territorial

e a soberania popular como elaborações produzidas pelas lutas históricas da América Latina, a partir de movimentos socioterritoriais que na construção de suas lutas e de sua práxis política retroalimentaram sua teoria.

Para essa análise, parte-se da perspectiva de que ambas as elaborações se inserem em um Paradigma Onto-Epistêmico do Campo (Barbosa, 2019; 2022; 2023), que articula diferentes matrizes ontológicas, epistêmicas e políticas inerentes a *práxis* dos movimentos socioterritoriais e sua concepção territorial, ao tempo que também articula uma unidade política no processo de resistência e ação em contextos de diversidade e heterogeneidade próprios dos territórios. Nesse sentido, argumentamos que reconhecer este Paradigma Onto-Epistêmico do Campo nos permite analisar como os movimentos indígenas e os movimentos camponeses constroem uma compreensão própria sobre o território, que é incorporada à produção de práticas diversas que contribuem nos processos de luta e resistência. Por outro lado, nos permite identificar não só a defesa do território como elemento comum dessas lutas, mas outras convergências entre a proposição da autonomia territorial (na perspectiva das lutas indígenas) e da soberania popular (na perspectiva das lutas camponesas) que orientam a construção de projetos políticos, alternativas territoriais e a defesa dos modos de vida no campo.

Nessa perspectiva, a autonomia territorial e a soberania popular vão se configurar como horizontes emancipatórios produzidos pelas lutas históricas, que retomam a força das resistências, fruto da práxis política e do acúmulo teórico dos movimentos socioterritoriais e dos sujeitos políticos coletivos organizados nos territórios e comunidades, que se inserem no Paradigma Onto-Epistêmico do Campo e representam diferentes projetos políticos de vida.

2. Forças políticas produzidas pelas lutas territoriais, suas expressões e referências na região

Identificamos diferentes ângulos de análise para compreender a construção das lutas e resistências produzidas pelos movimentos socioterritoriais: podem ser desenvolvidos desde um enfoque de disputa hegemônica com as forças políticas e os interesses do capital, com sua organização e estratégias para avançar com seus objetivos, ou desde um ângulo que permita analisar as lutas com um enfoque sobre a oposição a esse avanço dos interesses capitalistas sobre o campo, ressaltando as formas de resistência, contenção e respostas às pressões e estratégias impostas pelo capital.

É possível, ainda, um terceiro ângulo, o qual permite compreender e evidenciar que, ao resistir, também se produzem forças e práticas políticas orientadas por outros projetos políticos que alimentam as lutas, potencializam seus sujeitos e exercem pressão no sentido contrário ao que se está resistindo. Este último ângulo é o que interessa para a análise proposta, o que nos possibilita identificar a construção de um contrapoder que sintetiza uma potência própria que emana dos territórios em resistência, constrói outras territorialidades, fortalece os movimentos socioterritoriais e suas lutas construídas em diferentes escalas (Fernandes, 2005, 2021).

São diversas as forças políticas e interesses presentes nos territórios: **a)** os interesses capitalistas sobre o campo, com estratégias para a espoliação e apropriação territorial que ampliam os processos de desterritorialização e destruição de formas coletivas e comunitárias de organização social; **b)** a força reguladora do Estado que concede concessões, garante condições e projetos estruturais estratégicos à dinâmica do capitalismo; **c)** a presença de organizações criminosas com regimes de violência e controle com objetivos próprios, mas que podem ser acionados por outros interesses; e **d)** as forças políticas constituídas da existência de coletivos, comunidades, organizações e movimentos socioterritoriais que constroem projetos políticos baseados em outras relações sociais, econômicas, culturais e territoriais, que buscam romper com as lógicas de exploração,

marginalização e violência nos territórios (Rosset, 2009; Giraldo; Rosset, 2021; Barbosa, 2023).

Diante da complexidade existente nos territórios, com articulações entre os interesses do capital e do Estado e, em ocasiões, presença e participação de forças criminais, observa-se, paralelamente, a existência e resistência de projetos políticos coletivos mobilizados por comunidades e povos, muitas vezes vinculados aos movimentos socioterritoriais, para a construção de alternativas aos interesses hegemônicos. São nessas construções que se evidenciam muitas das potencialidades presentes nos territórios, que refletem a existência de saberes, conhecimentos e práticas que estabelecem outras socialidades e alimentam o acúmulo teórico produzido pelos movimentos socioterritoriais, que irá traçar coletivamente projetos políticos, possibilidades de vida e enunciar seus horizontes emancipatórios.

A construção de projetos políticos com enfoque de revalorização, reconstrução e reordenamento dos territórios, que produzem outras territorialidades, recobra força ao reaver a potência da organização social, reativando capacidades necessárias para a produção e a reprodução da vida, onde os sujeitos políticos coletivos organizados reconstroem suas capacidades de criar, construir e produzir a partir de outras relações que confrontam o sistema de valores capitalista (Ávila Romero, 2020; Giraldo; Rosset, 2021; Giraldo, 2022).

Na América Latina ressaltamos as experiências de construção da autonomia territorial e a soberania popular como concepções teórico-políticas produzidas pelas lutas históricas e pelo acúmulo dos movimentos socioterritoriais e dos sujeitos políticos coletivos organizados que tecem novos projetos políticos e horizontes emancipatórios, que recuperam suas capacidades e rompem com as dependências.

Ambas as experiências se inserem na conformação do Paradigma Onto-Epistêmico do Campo que se configura da confrontação ao Paradigma Onto-Epistêmico do capitalismo agrário e extrativista, cada qual vinculado às diferentes concepções sobre o terri-

tório que subsidia a organização, os interesses e os projetos produzidos por cada paradigma (Fernandes, 2008; Barbosa, 2019; 2023). O Paradigma Onto-Epistêmico do Campo congrega a diversidade de projetos políticos produzidos pelas diferentes matrizes ontológicas, epistêmicas e políticas dos povos do campo, que irão produzir diferentes formas, práticas e ações na resistência e na luta territorial.

Na experiência latino-americana, os movimentos socioterritoriais, indígenas, quilombolas/afrodescendentes e camponeses se destacam como sujeitos históricos que mobilizaram emblemáticas e expressivas lutas territoriais na região, enfrentando a espoliação territorial desde a colonização (Ávila Romero, 2020; Barbosa, 2021). E em tempos de neoliberalismo e neoextrativismo, os movimentos socioterritoriais indígenas e camponeses retomam a tônica sobre a defesa territorial desde uma perspectiva popular (Barbosa, 2023). Identificamos as experiências do CNI-CIG, no México, e a Via Campesina Brasil, como movimentos que têm construído, ao longo de sua história, significativas elaborações teóricas para a orientação das lutas e dos processos desenvolvidos por seus territórios, comunidades e sujeitos políticos coletivos organizados na sua base, que possuem caráter articulador, congregam uma diversidade de organizações e movimentos socioterritoriais, que não são homogêneos, mas conformam constelações (Martínez-Torres; Rosset, 2016; Rosset, 2018) que elevam o debate territorial às escalas nacional e transnacional (Martínez-Torres; Rosset, 2016; Rosset, 2018; Barbosa, 2023).

Nesse sentido, no interior do Paradigma Onto-Epistêmico do Campo existem onto-epistemes indígenas e onto-epistemes camponesas que, em um movimento dialético, se nutrem das lutas territoriais, contribuem ao acúmulo teórico de seus movimentos, orientam as ações e práticas territoriais. É com essa análise que elencamos o CNI-CIG no campo das onto-epistemes indígenas que constroem as autonomias desde seus territórios e em suas diferentes perspectivas, e a Via Campesina Brasil, como referência das onto-epistemes camponesas, que tem na construção da soberania popular a conjunção de várias lutas do campo, como a luta pela terra e território, a reforma agrária, a soberania alimentar,

a soberania energética e hídrica, a soberania popular na mineração e muitas outras (Martínez-Torres; Rosset, 2012, 2016; Rosset, 2018).

É no âmbito da práxis política que se dá a construção do conhecimento pelos movimentos, onde estes conceitos emergem e subsidiam, segundo Barbosa (2019, p. 285): “do ponto de vista teórico e epistêmico, os documentos, a concepção de projeto político sob a ótica da luta popular e as estratégias para o enfrentamento do capital transnacional”. Para compreender a autonomia territorial e a soberania popular, em suas múltiplas dimensões e escalas, propomos uma análise mediante a comparação destas, partindo do acúmulo político que os respectivos movimentos socioterritoriais possuem sobre sua teorização, e da relação que cada um estimula para a construção de estratégias multidimensionais que recobram a potência social, orientam as lutas, desenvolvem alternativas e fortalecem a defesa de seus territórios.

3. As autonomias na construção de projetos de vida, resistências e defesas territoriais na experiência do México

As experiências territoriais autônomas representam uma complexa diversidade de concepções construída por comunidades e territórios que apontam para múltiplas formas de vida comunitária que reivindicam as autonomias em cada prática, transformando-a de baixo para cima pelos sujeitos políticos coletivos que buscam construí-la (Pineda, 2021), em diferentes escalas e dimensões. Devido ao seu caráter polissêmico (Burguete Cal y Mayor, 2018; López y Rivas, 2020; 2022) e essa variedade complexa de experiências que permitem múltiplos significados, consideramos que:

[...] é necessário especificar alguns elementos definidores para esclarecer seu uso em um contexto histórico e sociopolítico específico: a luta dos povos indígenas das Américas pela preservação de seus territórios, recursos naturais, conhecimentos, identidades e formas de justiça e organização social por meio de autogovernos baseados na democracia direta e

participativa, em tempos de recolonização desses territórios por meio da acumulação capitalista militarizada-criminal e necropolítica (López y Rivas, 2022, p. 82, tradução livre).

A reivindicação da autonomia pelos povos e comunidades indígenas e camponesas na América Latina visa romper com a marginalização histórica, estruturada nas raízes coloniais e continuada de forma funcional na globalização neoliberal (Bárcenas, 2011; López y Rivas, 2020; Barbosa, 2020, 2021; Rosset; Barbosa, 2021). Expressa a resistência às sucessivas estratégias do Estado para a integração, assimilação e incorporação ao sistema de valores hegemônico, sob um processo de desindianização e descampenização (Burguete Cal y Mayor, 2010; López y Rivas, 2020; Barbosa, 2023). Nesse sentido, essas experiências compartilham de uma posição comum pela descolonização, com ações de revalorização de seus saberes, práticas e conhecimentos, de recuperação de seus territórios e da capacidade de decisão coletiva sobre este e sobre suas vidas, enfrentando a exploração, violência e marginalização produzidas historicamente pelo Estado e pelo capital (Burguete Cal y Mayor, 2010; Barbosa, 2019, 2020; Ávila Romero, 2020; López y Rivas, 2020).

Na região, as autonomias têm seu avanço na construção teórico-política no contexto do debate sobre a autodeterminação dos povos indígenas, que resultou no Artigo 169 da OIT (1989) e, posteriormente, na Carta das Nações Unidas sobre Direitos Indígenas (2007) (Burguete Cal y Mayor, 2010; Bárcenas, 2011). Esse ciclo histórico de lutas elevou as demandas por autonomia em diferentes países e por diversos sujeitos políticos, com importantes ações de movimentos indígenas, camponeses e populares, como a Campanha Continental pelo Autodescobrimento de Nossa América e a Campanha 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, que se tornaram um marco para a articulação regional de movimentos indígenas, camponeses, afrodescendentes e populares (Burguete Cal y Mayor, 2007; 2010; Barbosa, 2019; Rosset; Barbosa, 2021).

Esse período viu o surgimento de lutas e movimentos emblemáticos que orientaram muitos processos organizativos e territoriais da região, como a insurgência armada

do EZLN e a constituição do CNI no México, as múltiplas rebeliões indígenas no Equador e na Bolívia, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, a formação da Via Campesina Internacional (VC) e da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) (Baronnet et al., 2011; Rosset, 2018; Barbosa, 2019; Rosset; Barbosa, 2021).

A reivindicação das autonomias pelos povos indígenas incorpora a memória histórica na relação sociocultural e política com seus territórios, ao tempo que busca o reconhecimento de suas práticas e formas organizativas, como a manutenção dos sistemas normativos e instituições de governos próprios, que incidem para a defesa territorial e dão outros significados à luta social, elevando as autonomias a um projeto político de natureza histórica (Burguete Cal y Mayor, 2018; Barbosa, 2019).

Para a realidade mexicana essa reivindicação se expressa de diversas maneiras e passou por diferentes momentos históricos, como o Congresso Indígena (1974) realizado em San Cristóbal de Las Casas, o levante armado do EZLN (1994), a assinatura dos Acordos de San Andrés (1996),⁵ a constituição do CNI (1996), o não cumprimento dos Acordos pelo Estado com a aprovação da Lei Cocopa⁶ pelo senado, considerado uma “traição” pelos movimentos (2001), a formação do CIG (2016), e a atual construção de autonomias de fato nos territórios⁷, iniciado pelo EZLN a partir de 2003, com a criação dos Caracóis e

⁵ Os Acordos de San Andrés Larraínzar foram assinados no estado de Chiapas, pelo Governo Federal e o EZLN, em 16 de fevereiro de 1996, como primeiros acordos sobre os direitos indígenas no México. Os acordos reconhecem as demandas históricas dos povos indígenas e propõem modificações constitucionais em matéria de direito indígena, nos quais comprometia o Governo Federal mexicano a reconhecer a autonomia, a livre determinação e autogestão dos povos indígenas, contudo os Acordos de San Andrés não foram cumpridos pelo Governo Federal (Sámaro et al, 2000; Ornelas, 2004).

⁶ Em 1995, foi homologada uma Lei que criou a Comissão de Conciliação e Pacificação, conhecida como COCOPA, uma instância mediadora que levou a instauração de uma mesa de diálogo para conduzir o processo de reconciliação em Chiapas, após o levantamento armado do EZLN de 1994. A COCOPA, após a assinatura dos Acordos de San Andrés (1996), elaborou uma proposta de modificação de vários artigos da Constituição para reconhecer os direitos dos povos indígenas, contudo a proposta apresentada foi rejeitada pelo Governo Federal, que apresentou uma contraproposta, que em sua essência não cumpria com os Acordos assinados e implicava também o não cumprimento do convênio internacional 169 da OIT, ratificado pelo México (Sámaro et al, 2000).

⁷ A autonomia de fato do EZLN se refere ao exercício da autonomia por suas próprias vias, para construir e estimular, em seus territórios, processos autônomos regidos por seu autogoverno, dado o descumprimento por parte do governo Federal dos Acordos de San Andrés (Ornelas, 2004).

das Juntas de Bom Governo,⁸ devido à descrença e o distanciamento do diálogo com o Estado (Ornelas, 2004; López y Rivas, 2011; Matute; Moreno, 2021; Fuentes Sanchez, 2022).

Esse último processo, que culmina na construção de autonomias de fato, sustenta um projeto político que não disputa o poder dentro do Estado, mas, sim, luta *contra* o Estado, orientada por uma visão diferente de como as pessoas devem se autogovernar de forma coletiva e rotativa. Neste caso, se assume a construção de autônomias desde os territórios como forma de contrapoderes capazes de formar sujeitos políticos organizados com capacidade de decidir, administrar e construir um projeto de vida a partir de outras relações sociais, políticas, econômicas, educativas, de gênero, e outras dimensões que seguem orientando várias experiências territoriais no México. E que em 2023, toma um novo giro em sua estrutura autônoma em uma estratégia de ampliar a determinação das comunidades, com a dissolução dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) e das Juntas de Bom Governo, e com a construção de novas estruturas que são os Governos Autônomos Locais (GAL), os Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (CGAZ) e as Assembleias de Coletivos de Governos Autônomos Zapatistas (ACGAZ) que tem como sede os Caracóis.

236

O CNI se conforma como espaço de diversidade na construção das autonomias no México, em que do diálogo e da solidariedade se produzem reflexões e consensos para as lutas e resistências vinculadas às organizações e movimentos socioterritoriais que o compõe. Portanto, o CNI constitui esse espaço em que apresentam e discutem suas reivindicações e demandas coletivamente (CNI, s.d.). Com formas próprias de organização, representação e tomada de decisões, o CNI constrói uma luta histórica, em suas palavras:

[...] porque esse sangue, essas vidas, essas lutas, essa história são a essência de nossa resistência e da nossa rebeldia, que se fazem autonomias,

⁸ Em julho de 2003, “o Comando do EZLN anunciou a criação dos Caracóis e das Juntas de Bom Governo, expressões de uma fase superior de organização autônoma. Os Caracóis são a sede dos Conselhos de Bom Governo, novos órgãos de coordenação regional e locais de encontro das comunidades Zapatistas e da sociedade civil nacional e internacional” (Ornelas, 2004, p.77, tradução livre). São, portanto, órgãos autônomos que fortalecem o autogoverno promovido pelo EZLN.

reivindicações ancestrais de educação, segurança, justiça, espiritualidade, comunicação, autodefesa e autogoverno (CNI, s.d., online, tradução livre).

Com princípios próprios, consensuais e compartilhados entre todos os povos que formam o CNI, as decisões e reflexões coletivas são construídas na assembleia-geral reunida no Congresso que, ao longo de sua existência, impulsionou lutas importantes como a decisão pela reconstituição integral dos povos indígenas e a adesão à Consulta Nacional convocada pelo EZLN para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e o fim da guerra de extermínio (1998), a luta pelo reconhecimento constitucional dos direitos coletivos dos povos indígenas, e a participação na Marcha pela Dignidade Indígena (2001), a assinatura da Sexta Declaração da Selva Lacandona (2006), que se relaciona ao exercício das autonomias de fato, e a construção do Conselho Indígena de Governo (CIG) (2016), que integra um homem e uma mulher de cada povo indígena parte do CNI (CNI, 1998, 2001, 2006, 2017; Fuentes Sanchez, 2022).

237

Como um sujeito político coletivo autônomo, o CNI-CIG tem suas bases nas diversas comunidades e povos indígenas que o integram e desde suas realidades constroem diversos projetos de vida, e tem alcance e presença nacional e internacional, articulando diferentes escalas que carregam um caráter comunitário e nacional-popular (CNI, 1998; López y Rivas, 2011, 2022; Matute; Moreno, 2021; Fuentes Sanchez, 2022). Para compreender as autonomias, reconhecendo a diversidade existente nos territórios e suas escalas, é preciso analisar as práticas e ações propostas que se vinculam à capacidade criativa, organizativa e produtiva, junto ao acúmulo teórico do movimento, que orientam a reconstituição dos povos indígenas e o reconhecimento dos direitos coletivos.

Nesse sentido, focamos sobre os territórios dotados de comunidade que, em si, é uma das formas de autonomia,⁹ que junto aos conselhos comunitários, as assembleias e as formas de governo próprias, quando organizadas, tem a possibilidade de reconstituir e recuperar capacidades de decisão que dão sentido a um projeto político de autonomia

⁹ Embora reconheçamos que nem toda comunidade é autônoma.

do território (Barkin; Sánchez Jiménez, 2019). A proposta da autonomia territorial se configura como uma construção e uma decisão política que orienta diversas dimensões da vida a partir de práticas e ações cotidianas, que possuem o compromisso com outras sociabilidades, incidem sobre diferentes escalas, fortalecem os sujeitos políticos e os processos de defesa territorial (Rosset; Barbosa, 2021; Pineda, 2021).

Cada dimensão da autonomia territorial se constitui como uma vertente (Rosset; Barbosa, 2021), eixos na produção de novas territorialidades, as quais tomamos como categorias de análise que permitem compreender, na dinâmica de cada realidade, as diversas expressões e graus que podem desenvolver. São parte do universo de saberes, práticas e experiências dos modos de vida, relacionados às diferentes dimensões da organização comunitária elevada a outras escalas pelos movimentos socioterritoriais (Rosset; Barbosa, 2021). Evidenciamos, no **Quadro 1**, algumas ações, práticas e saberes que refletem as autonomias que são parte da construção histórica dos movimentos indígenas no México e formam base para a construção da autonomia territorial, em seus diferentes graus:

Quadro 1 – Vertentes das autonomias que são base e conformam a Autonomia Territorial.

Autonomia produtiva, agroecologia e autossuficiência alimentar	Essa dimensão baseia-se na experiência e nos saberes indígenas e camponeses para a produção de alimentos com conhecimentos ancestrais e populares contemporâneos, que permitem a produção sem o uso de agrotóxicos, sem a dependência de sementes transgênicas e respeitando a cultura local (agroecologia). Cria condições para a produção autônoma de alimentos, e garantem a condição básica de se alimentar sem dependência externa, com processos de autossuficiência, ainda que parcial ou relativa. Esse processo envolve o fortalecimento de cultivos autóctones, vinculados às práticas e saberes locais e comunitários, que vão desde a proteção, manejo e conservação das sementes nativas e dos recursos florestais e ambientais, passando pelo conhecimento da terra, dos tempos de cultivo, do uso de adubos orgânicos, do cuidado com a água e de vários outros saberes preservados pelos territórios, e se atualizam no processo da vida cotidiana (Ávila Romero, 2001; Giraldo, 2013; 2018; 2022; Rosset e Altieri, 2019; Rosset; Barbosa, 2021; López y Rivas, 2022).
	Os processos educativos e de socialização de uma educação autônoma reconhecem os saberes e conhecimentos produzidos historicamente pelos povos indígenas e seus territórios, onde a língua tem um papel central nos processos de ensino-aprendizagem, “que expressam uma dimensão epistêmica da cosmovisão indígena e do sentido comunitário”

Educação autônoma	(Barbosa, 2014, p. 24). A educação autônoma contribui na formação de sujeitos autônomos, na valorização dos saberes ancestrais e no reconhecimento de seus territórios como parte do que são como povos indígenas, em um processo educativo que não se restringe ao espaço escolar, mas que se articula à espacialidade de toda a vida comunitária e sociocultural em que estão inseridos os sujeitos (Barbosa, 2014). Com aprendizagens que rompem com as políticas e formas indigenistas, exercidas por séculos pelo Estado, com práticas paternalistas e clientelistas de controle e submissão dos povos indígenas (Baronnet, 2012; Solares, 2014; Barbosa, 2014, 2016; Cerda García, 2006).
Autonomia econômica	Se refere à ruptura com a economia capitalista neoliberal globalizada e a reconstrução de economias locais para romper com a dependência econômica promovida, através da construção de espaços autônomos que experimentam modelos alternativos de organização econômica e social (Stahler-Sholk, 2011). São possibilidades de inserção e construção de espaços de comercialização ao nível comunitário, local ou regional, que permitem um nível de independência em relação aos circuitos hegemônicos dominados pelas grandes empresas. A autonomia econômica, por meio dos mercados locais, regionais, feiras, cestas de produtos e outras experiências de economia solidária, visa promover a relação de solidariedade e união entre produtores e consumidores, que passam a ser apoiadores e fundamentais nos processos de construção da autonomia econômica. Também envolvem a recriação e o fortalecimento de sistemas de ajuda mútua, como a geração de projetos econômicos para benefício geral, cooperativas, bancos populares, comércio justo, moedas sociais, depósitos de suprimentos comunitários e eco-tecnologias (Ávila Romero, 2007; Stahler-Sholk, 2011; Ávila Romero, 2014; Rosset; Barbosa, 2021; López y Rivas, 2022).
Autodefesas	São os processos de cuidado e vigilância do território que permitem a criação de dinâmicas de autodefesa, a partir de códigos, práticas e instituições próprias que estruturam a vida social comunitária (Rodríguez, 2021). São autodefesas que, no marco do neoliberalismo, buscam fazer frente às várias violências praticadas por agentes externos, pelos narco-paramilitares, pelo capital e, em ocasiões, pelo Estado. A segurança se conjuga na capacidade de produzir autodefesas que não equivalem à função de vigilância do Estado, mas do exercício de processos próprios que podem constituir-se por rondas e polícias comunitárias, grupos de autodefesa e resguardo, defensores comunitários ou cargos inseridos no sistema normativo interno da comunidade, em suma, terão formas e organizações distintas conforme a comunidade que o institui (Hernández Navarro, 2014; Rodríguez, 2021; Gasparello, 2018; Rosset; Barbosa, 2021).
Autonomia na saúde	Essa dimensão refere-se à capacidade de recuperação dos conhecimentos e saberes da medicina popular e ancestral, como parte de um movimento pela autossuficiência comunitária, que busca a recuperação dos saberes das mulheres parteiras, raizeiras e conhecedoras das plantas medicinais, utilizando recursos naturais locais (Forbis, 2011). Com experiências que contam com a formação de promotores em saúde comunitária, a solidariedade e o apoio de agentes de saúde externos, a partir de redes de articulações. São processos de atenção e cuidado básico à saúde nos territórios, que não significa independência dos sistemas públicos de saúde, mas visa romper com a dependência excessiva e promover o cuidado permanente e preventivo da saúde comunitária (Cerda García, 2006; Forbis, 2011; Rosset; Barbosa, 2021).
	A autogestão está vinculada à capacidade de gestar recursos próprios, funcionando como um elemento orgânico da autonomia que pode ser exercido de várias maneiras nos territórios e implica um processo de tomada de decisões coletivas (Espinoza, 2007). A

Autogestão	autogestão se realiza em projetos econômicos cooperados, práticas de organização e divisão do trabalho comunitário e livre, produção coletiva, cuidados com os espaços coletivos e a proteção do território. São ações que contribuem para a recriação e o fortalecimento dos sistemas de ajuda mútua e cooperação, e dos espaços de decisão coletiva. Além disso, a autogestão possibilita estabelecer outras formas de economias não monetárias e de gestão do trabalho comunitário, baseadas em laços coletivos, como exemplo o tequio ¹⁰ , e outras formas tradicionais (Espinoza, 2007; López y Rivas, 2011, 2020; Pineda, 2021).
Luta das mulheres	A luta das mulheres visa situar o gênero como uma categoria a ser incorporada à crítica do neoliberalismo, ao mesmo tempo que evidencia as raízes históricas do patriarcado e anuncia um horizonte político de ruptura com os modelos tradicionais de submissão por etnia/raça, classe e gênero, e das relações predominantes de dominação, segregação e maltrato (BARBOSA, 2019a). Nesse processo, constroem a luta pela vida, através da defesa de seus territórios, e reivindicam o direito de inserção e participação política na tomada de decisões e na ocupação de cargos, produzindo uma rearticulação comunitária em que participam de maneira igualitária mulheres e homens como sujeitos políticos (Barbosa, 2019a; Marcos, 2021).
Justiça Autônoma	As justiças autônomas representam uma diversidade de concepções e práticas de justiça constituídas por mecanismos, dispositivos, formas e relações institucionais comunitárias, orientadas por um sistema judicial organizado pela estrutura social nas concepções de cada povo indígena. As justiças autônomas se refletem na capacidade de cada povo autogovernar-se, definindo suas leis e formas de justiça, como explica Gasparello (2018, p. 232): “As justiças indígenas incluem os âmbitos da produção de normas, de resoluções e de conflitos com a aplicação de sanções por violação das normas, assim como a regulação das autoridades, a administração territorial e dos assuntos civis”. Nesse sentido, as justiças autônomas não se referem à aplicação descentralizada de normas por servidores públicos, mas no reconhecimento de seus próprios governos, nos quais tenham direito de exercer um sistema próprio de normativas e de administração, sendo reconhecidos como sujeitos políticos de plenos direitos, que tem como jurisdição o próprio território autônomo (Bárcenas, 2011; Gasparello, 2018).
Autogoverno	Caracterizados pelo exercício de conselhos, assembleias ou comunas, estruturas político-administrativas, que conformam um conjunto de instituições tradicionais diversas, constituem sistemas de cargos que atravessam a vida política, econômica, religiosa, comunitária, que se diferencia em cada comunidade e povo indígena e, em alguns casos, podem ser denominados como sistemas normativos internos, que pode incluir cargos e espaços como as mayordomías ¹¹ , cabildos ¹² , conselho de anciãos, autoridades agrárias locais, entre outros. São espaços de tomada de decisão coletiva que permitem a organização de

¹⁰ Tequio deriva da palavra Nahuatl tequitl, que significa trabalho ou tributo, que se refere a um costume pré-hispânico de cooperação em espécie e trabalho por membros de uma região para construir, reparar e preservar seus arredores. Disponível em: <https://www.nacionmulticultural.unam.mx/100preguntas/pregunta.php?num_pre=24>. Acesso em 24/06/23.

¹¹ Mayordomía é um sistema de cargos religiosos, remanescente do sistema de governo pré-hispânico, que tem como função as celebrações como um elemento reprodutor da cultura e transmissor das tradições comunitárias. Durante as celebrações, os mayordomos representam a autoridade não oficial, com diversas funções sociais, como a elaboração e partilha dos alimentos para consumo coletivo. Disponível em: <https://patrimonioculturalyturismo.cultura.gob.mx/-cuadernos/cuaderno4_9_2.php>. Acesso em 24/06/23.

¹² Cabildo é uma entidade pública especial, em municípios com população majoritariamente indígena, cujos membros são parte da comunidade, eleitos e reconhecidos por ela com uma organização sociopolítica tradicional, cuja

	diferentes dimensões, como o habitar, os espaços e estruturas coletivas e comunitárias, o uso dos bens comuns e naturais do território, como a água, a terra, e até seu subsolo, com o debate sobre projetos de interesse da comunidade e outras questões que exigem autorregulação coletiva, como é o sistema de justiça próprio (Cerdeira Garcia, 2006; Bárcenas, 2011; López y Rivas, 2011, 2022; Pineda, 2021; Rosset; Barbosa, 2021).

Fonte: Elaborado pelas autoras e autores, 2023.

Essas são algumas das dimensões da autonomia territorial, que não se limitam aos elementos identificados; há outras como as festividades e a espiritualidade que são elementos que contribuem à coesão sociocultural e ao fortalecimento dos vínculos comunitários. A própria construção de outras sociabilidades, o enfrentamento às violências e as novas relações de gênero são elementos da autonomia territorial que buscam romper com as relações de exploração, de racismo e do patriarcado (Barbosa, 2021; López y Rivas, 2022).

Outra dimensão territorial presente na realidade mexicana são as formas de posse coletiva da terra compostas pelos *ejidos*¹³ e *comunidades agrarias*¹⁴, que constituem modalidades de propriedade coletiva da terra exclusivas do México, em realidade assentamentos de reforma agrária ao estilo mexicano, que possuem gestão coletiva da terra através dos cargos específicos de autoridades agrárias que se reúnem na assembleia-geral, na qual são tomadas as decisões coletivas e realizadas as consultas para autorização de qualquer uso, processo ou projeto em seus territórios (Morett-Sanchez; Cosío-Ruiz, 2017). No país, como produto da Revolução Mexicana (1910) e da Reforma Agrária, mais da metade das terras são *ejidos* e *comunidades agrarias*, o que significa que a maioria das terras mexicanas são propriedades sociais ou núcleos agrários (Morett-Sanchez; Cosío-Ruiz, 2017), o que conduziu a luta do movimento indígena, detentor de grande parte das

função é representar legalmente a comunidade, exercer autoridade e realizar as atividades que lhe são atribuídas pelas leis, seus usos, costumes e regulamentos internos (Burguete Cal y Mayor, 2008). Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172008000100006> acessado 24/06/23.

¹³ Os *ejidos* são uma modalidade de propriedade coletiva da terra fundada pelo Estado mexicano como resultado da Reforma Agrária no país (Morett-Sanchez; Cosío-Ruiz, 2017).

¹⁴ As *comunidades agrarias* foram criadas durante a colônia por meio de títulos concedidos pelo reino da Espanha, o qual outorgava terras a povos indígenas para o assentamento humano, para parcelas produtivas e terras coletivas de uso comum (Morett-Sanchez; Cosío-Ruiz, 2017).

propriedades sociais, a reivindicar a autodeterminação e a autonomia de seus territórios, ancestrais e recuperados com a revolução.

Nessa experiência, a construção de autonomies expressa a diversidade produzida por grupos heterogêneos em sua composição étnico-linguística e cultural (López y Rivas, 2011, 2020), mas que compartilham da dimensão territorial que os organiza e os articula regional e nacionalmente no CNI-CGI, em uma confluência que propicia a convivência política, o diálogo e a formação de consensos dentro do movimento indígena.

O exercício da autonomia territorial, ainda que parcial, frágil ou relativo, possui caráter dinâmico, transformador e gerador de territorialidades em suas várias dimensões, e enfrenta a ordem dominante e hegemônica do capital e do Estado—em suas diversas faces de espoliação e exploração dos territórios e dos povos indígenas—ao potencializar a defesa dos territórios formando sujeitos políticos coletivos organizados, que fortalecem seus vínculos comunitários, recobram suas capacidades produtivas e reprodutivas de forma coletiva e independente, recuperam saberes, práticas e conhecimentos autônomos e ancestrais, e reduzem as vulnerabilidades e dependências, que possam ser manipuladas por outros interesses alheios ao território.

242

A autonomia territorial se forma da relação entre sujeitos políticos coletivos autônomos-territórios-movimento socioterritorial,¹⁵ construída a partir da associação de diferentes práticas autônomas, com incidência em diferentes escalas. É uma força que evidencia a força política e a potência existente nos territórios, constituída de seus próprios elementos sociais, políticos, econômicos, culturais e organizativos, capazes de reestruturar as bases das lutas territoriais.

Dentro do Paradigma Onto-Epistêmico do Campo, a autonomia territorial construída na experiência latino-americana é alimentada por múltiplas onto-epistemes indígenas e camponesas que também se nutrem e dialogam com outras matrizes onto-epistêmicas

¹⁵ As autonomies nas lutas territoriais se constroem a partir da constituição de sujeitos políticos coletivos e da configuração de uma luta coletiva, principalmente no contexto das lutas indígenas. O indivíduo, nesse contexto, exerce seu papel político a partir das funções sociais, dos cargos e espaços que possa ocupar, em apoio à coletividade e que foram deliberadas nas instâncias coletivas.

do campo, com as quais vão constituir um projeto político de caráter popular, que na escala comunitária reflete os diferentes modos de vida e as alternativas traçadas pela heterogeneidade de realidades dos povos indígenas e do campo.

Na escala nacional, significa um projeto democrático de reconstituição dos povos promovido pelo movimento socioterritorial indígena, que não disputa o Estado, e sim o direito a seus territórios e as decisões sobre estes, em acordo a seus modos de vida.

4. Soberania popular: A construção de uma bandeira de luta e um projeto político para os movimentos camponeses do Brasil

A luta camponesa é uma das mais emblemáticas do mundo rural, com movimentos socioterritoriais e organizações históricas que enfrentam ao capitalismo e suas múltiplas formas de espoliação, exploração e violência no campo (Martínez Torres; Rosset, 2012). Isso se deve à natureza camponesa que existe e resiste dentro do capitalismo e que, ainda de forma marginalizada, preserva sua perspectiva de mundo e de vida que não é totalmente capturada pelo sistema de valores do capitalismo (Silva, 2014; Santiago et al., 2021). Isso permite que os camponeses construam formas alternativas de vida e desenvolvimento, com base em formas de produção que não estão totalmente cooptadas, bem como mantenham vínculos sociais e culturais que lhes permitam organizar suas vidas sob outras lógicas não capitalistas (Van Der Ploeg, 2015; Fernandes, 2021).

Segundo Martinez-Torres e Rosset (2012), a construção de movimentos camponeses cresceu, sobretudo, em resposta ao início da era neoliberal, com a formação de organizações e movimentos socioterritoriais em oposição aos processos de industrialização do campo e do antagonismo ao projeto capitalista agrário posto em marcha pela modernização capitalista (Fernandes, 2012; van der Ploeg, 2015; Rosset; Altieri, 2019). Esse antagonismo se expressa na luta e na resistência camponesa frente ao agronegócio, ao latifúndio, à monocultura e ao controle das sementes por empresas transnacionais que, na

modernização mais recente do capitalismo agrário, se expande para os projetos neoextrativistas da megamineração, do hidronegócio e outras formas de apropriação capitalista da natureza (Rosset, 2009; 2018), presentes também na atual economia verde.

No Brasil, a resistência camponesa foi determinada por um processo histórico de exploração (do trabalho) no campo, de violência, expulsão e expropriação das terras, vinculada a uma política de privilégios à agricultura capitalista em contraponto a uma condição de marginalização da agricultura camponesa na sociedade (Fernandes, 2012; Ribeiro, 2013, 2016). Dessa realidade, surgiram os movimentos camponeses de luta pela terra, pela reforma agrária, pelos seus direitos e pelos modos de vida no campo, que teve importantes referências como as Ligas Camponesas (1945). Contudo, as forças hegemônicas no país, de histórico colonialista e de autoritarismo, responderam com extrema violência e supressão das diversas resistências populares produzidas pelo campo (Tricontinental, 2020).

Com disputas que se acirraram no período da ditadura militar (1964-1985), dado os investimentos do regime na modernização capitalista do campo, teve-se o aumento da expulsão e expropriação de terras de camponeses (e indígenas), o que produziu condições para novos focos de resistência à ditadura e ao modelo agrícola que implantava, com significativo aumento das lutas populares (Fernandes, 2012). Como o surgimento do movimento social camponês, emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que nasce em 1984 e tem como principal referência histórica as ocupações de terras.

A luta pela terra e pela Reforma Agrária aumenta no marco das políticas neoliberais e, no contexto global, corrobora para a união internacional dos camponeses, agricultores e trabalhadores rurais que compõe a Via Campesina Internacional (1992), que se converte em “uma constelação global de organizações e movimentos sociais de famílias camponesas, agricultores familiares, povos indígenas, camponeses sem terra e trabalhadores do campo, mulheres rurais e jovens rurais” (Rosset, 2018, p. 194). No Brasil, o MST

é um dos movimentos que fundam a Via Campesina Internacional e, junto a outros movimentos socioterritoriais, criam a Via Campesina Brasil.

A Via Campesina se constitui como organização que defende, mobiliza e luta pelo reconhecimento dos modos de vida no campo em diversos territórios do mundo e, através do diálogo de saberes construído por meio de muito debate e profunda politização em diferentes níveis (Rosset, 2016), constroem importantes conceitos como o da soberania alimentar. Nesse contexto, eles exigem orçamentos do Estado, via políticas públicas, direcionados à agricultura camponesa e à produção de alimentos. A soberania alimentar é um conceito produzido do enfrentamento das políticas neoliberais no campo e da expansão da agricultura industrial, promovidas pelas grandes corporações e instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que aumentaram a dependência dos camponeses em todo o mundo junto às migrações massivas, o risco às dimensões culturais, ambientais e a perda de práticas agrícolas ancestrais (Via Campesina, 2003, 2013; Rosset, 2015).

Desse cenário culmina a defesa da soberania alimentar como força da resistência camponesa e como um projeto político amplo, que considera as diversas formas de produção de alimentos pelos camponeses (Martínez-Torres; Rosset, 2012; Rosset, 2018). Nas palavras da Via Campesina, a Soberania Alimentar:

Trata-se de uma mudança sistemática, na qual os seres humanos têm controle direto e democrático sobre os elementos mais importantes de sua sociedade, sobre como comemos e nos alimentamos, como usamos e mantemos a terra, a água e outros recursos em nosso ambiente para o benefício das gerações atuais e futuras e como interagimos com outros grupos, pessoas e culturas (Via Campesina, 2003, p.03, tradução livre).

A luta pela terra e pela soberania alimentar estão intrinsecamente vinculadas, uma vez que na terra está a própria existência camponesa, seu trabalho, moradia e produção (Fernandes, 2021), e a soberania alimentar só é possível com o controle camponês sobre os bens naturais necessários à produção e reprodução da vida no campo.

O debate sobre o controle direto e democrático dos bens naturais eleva e confere centralidade à dimensão territorial para os movimentos camponeses, como descreve Barbosa:

O debate político interno da Via Campesina se amplia ao incorporar a dimensão territorial como estratégia de enfrentamento global do capitalismo agrário em sua fase neoextrativista. Um ponto de partida para o reconhecimento estratégico emerge da própria concepção de soberania alimentar (Barbosa, 2023, p.391, tradução livre).

O que é reforçado no Fórum Terra, Território e Dignidade (2006), em Porto Alegre-Brasil (Via Campesina, 2006), no qual há “um chamado para reinventar a reforma agrária, a partir de uma perspectiva territorial” (Rosset 2019, p.200), tema reforçado em Marabá, em 2016, na Conferência Internacional da Reforma Agrária da Via Campesina (Via Campesina, 2016).

Ao agregar a dimensão territorial aos debates sobre a luta pela terra, reforma agrária e soberania alimentar, há um salto teórico sobre o papel dessas lutas no controle democrático e popular sobre os bens naturais nos territórios, que são alvos da privatização e apropriação pelo capitalismo agrário. É o que o marxista Henry Veltmeyer descreve como a face atual da luta de classes na América Latina, as comunidades em defesa do território:

[...] a dinâmica política da resistência no contexto atual do desenvolvimento capitalista em sua forma neoliberal e extrativista pode ser melhor entendida como uma nova modalidade da luta de classes, com referência ao que foi descrito como 'comunidades em luta' - particularmente aquelas que são impactadas negativamente pelas operações do capital extrativista [...] (Veltmeyer, 2019, p.1280, tradução livre).

O que eleva a necessidade de ampliar o debate para toda a sociedade sobre o papel social, econômico e cultural –dentre outros– dos bens naturais, é o fato de que estes bens possuem e devem estar sob controle popular. Com este entendimento, se criam as bases para a construção de um projeto político popular que vincula e incorpora as bandeiras

das lutas camponesas ao processo de transformação da sociedade, que só é possível com a aliança entre diversos setores sociais do campo e da cidade.

Nessa direção, tem-se em 2007 a realização do 5º Congresso Nacional do MST com o lema “REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!”, que agrega ao debate da Reforma Agrária a discussão sobre a soberania popular, e realiza o chamado ao conjunto da sociedade para a construção de um projeto popular que enfrente o neoliberalismo e o capital transnacional que avança sobre o campo e sobre todo o país (MST, 2007). Para o MST, a soberania popular se torna necessária para “Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país” e defende que “a terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo” (MST, 2007, s/p).

Nos anos seguintes, o debate avança na Via Campesina Internacional, que organiza a Conferência Internacional contra a apropriação de Terras (2011), em Nyéléni-Mali, na qual identifica o avanço não apenas do agronegócio, em sua fase (re)capitalizada, mas de outras atividades como a megamineração, a construção de represas, infraestruturas e o turismo, que passam a exercer pressão sobre terras e territórios dos povos do campo (Via Campesina, 2011). Isto inclui os projetos da economia verde e azul, promovidos pelo capital financeiro, transformando em mercadoria florestas, mares, rios, ar, expandindo outras formas de apropriação das terras e dos bens naturais, ampliando o processo de espoliação dos povos.

Na Via Campesina Brasil, devido a própria origem democrática dos movimentos que a compõem, o enfrentamento a essa atualização do capitalismo agrário e neoextrativista no campo só é possível com o conjunto da sociedade, articulando as classes populares do campo e da cidade na construção de um projeto político popular democrático (Ribeiro, 2016), de soberania popular. Do mesmo modo, é fundamental que se inclua o direito à terra e ao território, a realização da reforma agrária, o cuidado com os bens naturais geridos pela decisão e pelo controle soberano, popular e coletivo sobre estes (que inclui o subsolo), o respeito e a defesa dos direitos dos povos indígenas e do campo, em

sua diversidade, bem como o acesso e a democratização de serviços básicos como saúde e educação (MST, 2007; Trocate, 2015; Milanez; Trocate, 2015; Ribeiro, 2016).

Esta perspectiva de soberania visa romper com a captura da globalização neoliberal e, na atualidade, coloca em dúvida a concepção de soberania nacional, ao tempo que questiona a prática contemporânea político-institucional representativa, cada vez mais corrompida (Bringel, 2011). Assim que, o termo “popular” utilizado como sufixo da “soberania” proposta pela Via Campesina, definitivamente, não se vincula aos organismos constitucionais representativos, que se encontram em uma crise com uma descrença crescente e se distanciam da realidade dos povos, mas sim nas novas formas de ação coletiva e nos mecanismos de democracia direta (Bringel,2011).

A soberania popular proposta pela Via Campesina Brasil se refere a um projeto político popular democrático que reivindica, em diferentes escalas, “a necessidade de que as vozes dos camponeses e agricultores sejam ouvidas, questionando a soberania popular proveniente do liberalismo democrático”, e propõe uma soberania popular baseada na autodeterminação dos povos em relação à produção de seus alimentos e outras dimensões, “como a única maneira de garantir um futuro sustentável e socialmente justo para o mundo rural e para a própria humanidade” (Bringel, 2011, p. 95, tradução livre). Enumeramos no **Quadro 2** algumas soberanias construídas pelos movimentos socioterritoriais da Via Campesina Brasil que, desde seus territórios, erguem com ações, práticas e trabalhos as bases para a transformação social do campo e da sociedade brasileira.

Quadro 2 – Soberanias construídas pelos movimentos que formam a Via Campesina Brasil e que são base para a soberania popular.

Reforma Agrária Popular	Esse conceito substitui o de reforma agrária clássica e avança para além da dimensão do acesso à terra. A Reforma Agrária Popular propõe mudanças estruturais que incidem sobre o uso dos bens da natureza, que pertencem à toda sociedade, a organização da produção de alimentos saudáveis e na transformação das relações sociais no campo, adquirindo o caráter popular. É uma luta que deixa de ser apenas dos povos do campo e se torna de toda a sociedade, pois somente em conjunto é possível alterar a correlação de forças para reorganizar a estrutura fundiária. A luta pela Reforma Agrária Popular faz o

	enfrentamento do capital financeiro e transnacional e seu modelo de agricultura capitalista do agronegócio, levando a centralidade da luta pela terra para a disputa pelo modelo agrícola (MST, 2014, 2020, 2021).
Soberania energética e hídrica	A soberania energética e hídrica busca a construção de um novo modelo energético e hídrico, nos marcos de um projeto popular, que engloba as relações da energia com as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais. Com a proposta de um modelo que vai para além da questão tecnológica, mas rompe com o controle privado das fontes e dos meios de produção de energia, visa enfrentar a política energética neoliberal que privatiza e transforma em propriedade privada e em mercadorias a energia, as águas e os bens naturais (Zem; Ferreira, 2012). Na soberania energética e hídrica, os bens naturais, as águas e a energia são para a soberania do povo, com distribuição da riqueza e controle popular. É uma soberania que propõe a resistência aos projetos do capital financeiro e a construção de um projeto energético popular onde a “água e energia não são mercadorias”, e sim direitos essenciais à vida humana, que não podem ser mercantilizadas ou se tornarem <i>commodities</i> (MAB, s.d; Zem; Ferreira, 2012).
Soberania alimentar e agroecológica	É o direito dos povos, países ou Estados definir sua política agrária, que inclui o acesso à terra, à água, às sementes nativas e a créditos, de modo a priorizar a produção local de alimentos (Via Campesina, 2013). E que inclui outras dimensões, como a apropriação e gestão dos recursos ambientais, da terra e território, o comércio local e internacional, propor bases para um desenvolvimento sustentável, fortalecer a ação coletiva e a participação social, a agroecologia, o direito à alimentação saudável e de definir o modelo de produção de acordo a realidade local e aos modos de vida (Bringel, 2011). Para essa construção, a produção agroecológica é um componente essencial que permite, mais do que a produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas que geram poluição e dependência, o enfrentamento direto do capital no campo, com a transformação das relações sociais, de produção com a terra e o território (Avila Romero, 2001; Rosset; Barbosa, 2019). A produção agroecológica na construção da soberania alimentar compõe um projeto político de resistência e transformação, que configura um sujeito histórico-político camponês e indígena, com um processo de reconstrução da identidade e da cultura de resistência (Avila Romero, 2001; Ribeiro, 2013a; Rosset; Altieri, 2019; Rosset; Barbosa, 2019).
Soberania popular na mineração	Constrói uma perspectiva de soberania popular para o país, que inclui a discussão sobre o modelo e os ritmos de exploração da mineração, a participação do povo nas decisões e no controle dos recursos minerais e a definição de áreas livres de mineração, como forma de proteção dos biomas e das comunidades. A construção da soberania popular na mineração no Brasil tem 7 pontos: a luta por territórios livres de mineração, o controle do processo de exploração, os direitos dos trabalhadores da mineração, o respeito à decisão dos povos e comunidades sobre seus territórios, o processo de controle e transparência no processo de requerimento da exploração e na elaboração da declaração de impacto ambiental e a apresentação de planos efetivos para o cuidado do meio ambiente durante a exploração e o fechamento da mineração ao final da exploração (Milanez; Trocate, 2015; Trocate et al., 2015; Magno, 2017).
	A construção de uma saúde do campo implica evidenciar os riscos e impactos à saúde humana e ao ambiente causados pelo modelo de modernização agrícola da Revolução Verde (Rigotto et al., 2012). Nesse sentido, a construção da saúde do campo incorpora a ética do cuidado como estratégia de promoção, prevenção e atenção à saúde, que fortalece e valoriza as práticas populares, culturais e os saberes dos povos do campo (como

Saúde do campo	os conhecimentos em plantas medicinais, fitoterápicos, as raizeiras, as parteiras, benzeadeiras, e diversos conhecimentos daqueles que cuidam da saúde das famílias e das comunidades), ao mesmo tempo que denuncia o modelo de saúde capitalista expresso no complexo médico-industrial-farmacêutico e o agronegócio. Contudo, não se trata de negar os conhecimentos da medicina, tampouco a importância do acesso aos serviços públicos de saúde, mas construir o diálogo entre as diferentes racionalidades de cuidados em saúde (Carneiro; Búrigo; Dias, 2012). A saúde do campo ressignifica a saúde numa perspectiva popular e integral, na qual a garantia de saúde está vinculada à garantia das condições de vida digna, como terra, território, moradia, alimentação saudável e sem venenos, etc. (MST, 2007a; Carneiro; Búrigo; Dias, 2012).
Feminismo Camponês e Popular	O Feminismo Camponês e Popular envolve um debate de um feminismo vinculado à realidade do campo, que vincula a questão de gênero com as abordagens de classe, diversidade de gênero, relações de poder e luta contra o patriarcado. É um feminismo que se constrói com um projeto de transformação da sociedade, a partir de novas relações entre os seres humanos e com a natureza; que luta contra a exploração e as violências sobre as mulheres e a terra. Visa romper com as relações de hierarquia entre gêneros nos espaços organizativos, comunitários e com todas as relações desiguais produzidas pela sociedade patriarcal. (Via Campesina, 2018; Barbosa, 2019a, 2022).
Autossustentação econômica	A autossustentação se relaciona com a capacidade dos sujeitos políticos organizados de construir e conduzir projetos econômicos próprios, que podem ser cooperados ou coletivos, vinculados às realidades e que garantam a reprodução social da vida no campo. Ao mesmo tempo, não deixa de cobrar as políticas públicas necessárias e de dever do Estado para os territórios (Caldart; Pereira et al., 2012). Nas palavras do MST (2021, p.17) “tudo que nós planejarmos depende do nosso grau de autonomia econômica para realizar”, logo, é preciso uma organização para a autossustentação que possibilite a autonomia política.
Organização própria	Os movimentos socioterritoriais organizados na Via Campesina Brasil possuem formas próprias de organização, nas quais as decisões passam por reflexões e socializações em espaços coletivos e instâncias como as assembleias populares, núcleos de base, setores, coordenações e comissões. São espaços necessários para a condução da vida coletiva nas comunidades, territórios, assentamentos e acampamentos, que do diálogo constroem suas formas próprias de organização, na qual definem e atribuem tarefas, cargos rotativos e criam os regimentos internos.
Autogestão e cooperação	A autogestão é um instrumento de transformação social que envolve a organização e a gestão dos recursos e do trabalho nos territórios, que estão vinculados à diversas dimensões da vida comunitária. A autogestão é uma forma de organização da vida comunitária que promove a organicidade dos sujeitos políticos coletivos, através da organização do trabalho e das atividades, estimula a participação na vida social e política, e contribui na superação das desigualdades entre os sujeitos envolvidos no processo (Christoffoli, 2012). A cooperação é uma das formas de autogestão, como o trabalho coletivo, os dias de serviço, as roças comunitárias, os mutirões, os intercâmbios e outras formas e práticas de autogestão e ajuda mútua. (Christoffoli, 2012).
Educação do Campo	A Educação do Campo, na construção de um projeto popular, remete ao direito à educação <i>do, para e no</i> campo, vinculada à realidade sociocultural, política e econômica dos sujeitos do campo. Possibilita a formação de sujeitos políticos que se apropriam de sua história com consciência e capacidade de transformação social e política. Como projeto educacional-político-cultural, produz uma disputa por projetos educacionais para o

	campo, ao articular educação e políticas públicas que atuam na formação de educadores/as que contemplam as demandas do campo, no fortalecimento dos vínculos da escola com os territórios e seus sujeitos, e na valorização dos saberes, da cultura e dos modos de vida no campo (Caldart, 2003; Caldart et al., 2012; Barbosa, 2016).

Fonte: Elaborado pelas autoras e autores, 2023.

Nesta construção, as lutas e reivindicações dos movimentos socioterritoriais do campo e de aliados são elevadas a escala nacional (Ribeiro, 2016), que não está vinculada à soberania territorial do Estado, mas a uma tensão entre múltiplas territorialidades que expressam projetos contraditórios (Fernandes, 2005, 2021; Bringel, 2011). Nesse sentido, a escala nacional disputa a construção de um projeto político popular democrático constituído pela autodeterminação popular, que fará frente às territorialidades do capital. Para a Via Campesina Brasil, alguns dos eixos centrais dessa tensão é o enfrentamento da alta concentração de terras no país, produto do processo sócio-histórico que intensifica a luta no campo por terra, território e reforma agrária-e das diversas ofensivas do capitalismo agrário e neoextrativista sobre os territórios conquistados (territórios indígenas, quilombolas e assentamentos rurais) que, na atualidade, são cobiçados, principalmente, pela megamineração (Milanez; Trocate, 2015; Ribeiro, 2013, 2016; Fernandes, 2021).

251

Na escala dos territórios, que situam as comunidades, assentamentos e acampamentos, o projeto político da soberania popular se traduz na aliança entre diversas experiências e diferentes movimentos socio territoriais, organizações, coletivos e sujeitos políticos organizados (Bringel, 2011), que produzem práticas e saberes em várias dimensões para a manutenção e reprodução da vida no campo (e na cidade), performados em espaços de socialização e decisão coletiva em assembleias populares, núcleos de base e grupos de trabalho (Fernandes, 2021). Nessa escala, se materializam as diversas soberanias propostas, na construção no cotidiano, na execução das demandas e nas necessidades da vida.

Em síntese, a soberania popular na Via Campesina Brasil reúne o conjunto de lutas que mobilizam os movimentos socioterritoriais, organizações, grupos políticos e diversos

aliados, transformando-a em uma plataforma nacional, que reverbera o projeto político popular democrático produzido pela diversidade de povos camponeses, indígenas, trabalhadores do campo e da cidade, pescadores, quilombolas, e vários outros grupos e setores organizados no campo e na cidade.

5. Confluências e diálogos entre a autonomia territorial e soberania popular

Retomar os processos históricos de construção das resistências na América Latina, com grandes expressões na luta indígena e camponesa, possibilita reconhecer uma questão territorial comum na região que produziu diferentes processos, fruto da diversidade e da heterogeneidade de povos, e elevou o debate das várias formulações produzidas pelos movimentos socioterritoriais que contribuem na construção do pensamento social na América Latina desde outras racionalidades (Barbosa, 2019).

252

O Paradigma Onto-Epistêmico do Campo abriga essa diversidade constituída pelas resistências indígenas e camponesas, que no movimento dialético da história, produziu seus próprios projetos políticos e horizontes de vida com organização social e territorial orientados pelas matrizes onto-epistêmicas de que são constituídos (Barbosa, 2022). A autonomia territorial e a soberania popular são procedentes desse processo que, ao mesmo tempo que articula e produz a vida e novas territorialidades nos territórios, resiste e confronta a acumulação capitalista e suas sanhas sobre o campo, sustentando a defesa territorial a partir de diferentes dimensões (Fernandes, 2021).

A produção conceitual e teórica que subsidia a construção dos projetos políticos populares e dos horizontes de vida orientados pela autonomia territorial e a soberania popular, são fruto das práticas e saberes dos territórios, das estratégias produzidas no processo de defesa territorial e das lutas populares que possuem caráter antagônico, e

por isso anticapitalista, que estão articuladas em diferentes escalas para o enfrentamento ao capital agrário, neoextrativista e transnacional (Rosset, 2009; Barbosa, 2022; 2023; Gutiérrez, 2017; Ávila Romero, 2020; Fernandes, 2021; López y Rivas, 2022).

Dessa compreensão, a análise das confluências entre a autonomia territorial e a soberania popular parte de alguns elementos comuns compartilhados, de maneira mais ampla, entre o Congresso Nacional Indígena-Conselho Indígena de Governo (CNI-CIG) e a Via Campesina Brasil. São eles: **1)** Uma identidade política anticapitalista (Rosset, 2009) que se expressa em pautas antagônicas de enfrentamento à espoliação, à exploração e às violências sobre seus territórios (Ávila Romero et al., 2018; Giraldo, 2018); **2)** Regem-se por normativas próprias construídas coletivamente entre seus sujeitos políticos organizados (Ribeiro, 2013, 2016; Pineda, 2021; Lopez y Rivas, 2022); **3)** Buscam transformar as relações sociais e construir outras sociabilidades, principalmente outras relações de gênero, a partir do enfrentamento do patriarcado, machismo, racismo e outras expressões da violência (Barbosa, 2019a, 2022; Marcos, 2021); **4)** Enfrentam e lutam contra o colonialismo interno exercido pelos próprios estados nacionais, que reproduzem internamente a violência sobre seus povos indígenas, camponeses e grupos marginalizados, em ações para aplicar diferentes políticas internas de domesticação e controle, e promover os interesses do capital nacional e transnacional (Burguete Cal y Mayor, 2010; Fernandes, 2021; López y Rivas, 2022).

Identificados esses elementos comuns compartilhados, propomos uma análise a escalas, na qual identificamos a escala comunitária, onde são desenvolvidas as práticas, ações e os processos territorializadores de retomada de saberes, conhecimentos e vínculos necessários à sustentação das coletividades, das comunidades, dos assentamentos, acampamentos, quilombos e vilas (Gutiérrez, 2017; Fernandes, 2021). A escala regional reúne as coletividades que compartilham de um mesmo território, onde são construídas as articulações que potencializam as demandas e podem alcançar outras projeções. E a escala nacional, que promove o diálogo das diversas experiências, teoriza e projeta construções a um nível de constituição de um projeto político democrático de caráter nacional

popular, mas que terá suas especificidades e diferenças para cada contexto nacional (Gutiérrez, 2017; López y Rivas, 2022).

Na escala comunitária se organiza o corpo social, constituído pelos sujeitos políticos organizados que vão formar a unidade base das resistências-núcleos, coletivos, grupos, *ejidos*, comunidades, acampamentos, assentamentos, quilombos, vilas —, com capacidade de organização, mobilização e construção social, política e territorial. Nessa escala se constroem os processos e as estratégias de resistência, articuladas entre o corpo social e o movimento socioterritorial em que participam (Gutiérrez, 2017; Fernandes, 2008; 2021).

Nessa escala é possível encontrar confluências nas práticas e ações produzidas pela autonomia territorial e pela soberania popular, não necessariamente como uma equiparação direta, mas como propostas que compartilham de horizonte de emancipação e são parte das respostas concretas dos povos indígenas e camponeses da América Latina. Ambas buscam romper com as dependências, com a exploração e a marginalização histórica, e construir outras sociabilidades desde suas onto-epistemes, territorialidades e projetos de vida que partem da valorização e do reconhecimento de seus próprios elementos, reafirmando o antagonismo ao capitalismo agrário, extrativista e transnacional (Fernandes, 2021; Rosset; Barbosa, 2021; Lopez y Rivas, 2022; Barbosa et al., 2023).

A reconstituição integral dos povos indígenas proposta pelo CNI-CIG, com a reconstituição social, econômica, política, cultural e espiritual de seus povos e culturas, se inicia com a atuação nas escalas comunitária e regional, onde exercem as autonomias, em suas várias dimensões (Matute; Moreno, 2021; Lopez y Rivas, 2022). De forma parcial ou relativa, a autonomia territorial se exerce conjugando outras autonomias produzidas coletivamente pelas práticas e ações cotidianas em corresponsabilidade na realização da vida comunitária, que possibilitam o acúmulo de forças para a resistência e a defesa territorial, uma vez que rompem com parte das dependências externas e possibilitam a produção e reprodução da vida no território (Gutiérrez, 2017).

A soberania popular proposta pela Via Campesina Brasil se dá no exercício realizado pelos movimentos socioterritoriais que a constituem, em processos que emergem dos territórios, comunidades, assentamentos e acampamentos (Bringel, 2011; Ribeiro, 2016). Com diversidade de experiências, as soberanias são promovidas pelos territórios que, no diálogo de saberes realizado nos espaços de socialização da Via Campesina, possibilitam o aprendizado desde a experiência do outro, que pode ser assimilado dentro do próprio programa político ou assumido como aliado da luta (Martínez Torres; Rosset, 2016; Rosset, 2018), criando possibilidades de reprodução de ações e práticas nos diversos territórios dos movimentos socioterritoriais como um acúmulo de força coletivo, que fortalece e estimula a proposta da soberania popular, ainda que com ações descentralizadas.

Se entendemos que o território se constitui nas relações de poder, podemos analisar que as autonomias, que buscam construir a autonomia territorial, e as soberanias que sustentam a soberania popular, estão construindo outras relações que fazem frente ao poder hegemônico dos Estados e do capital, disputando o poder sobre seus próprios territórios ao construir resistências e defesas territoriais que, muitas vezes, alcançam impor derrotas a estes interesses sobre suas terras, suas águas, suas vidas e territórios (Fernandes, 2008, 2021).

Como eixos e vertentes das autonomias e soberanias, são evidentes os elementos em comum entre as experiências indígenas e camponesas que, ao promover esse debate, nos possibilita identificar estas semelhanças, confluências e paralelos, que visibilizam a dimensão política destas ações e práticas na condição de reprodutoras da vida material e simbólica, que edificam um horizonte comum de transformação, exercitado na escala comunitária. O **Quadro 3**, sintetiza as principais lutas, práticas e concepções produzidas pela autonomia territorial e pela soberania popular, em um exercício teórico de identificar e nomear ações, práticas e projetos que podem variar de acordo com o processo histórico, social, cultural e político de cada movimento, que estará ancorado às concepções

produzidas pelos territórios e, ainda que possam ser parciais ou relativos, possuem caráter dinâmico e transformador.

Quadro 3 – Análise contrastada entre a Autonomia Territorial e a Soberania Popular.

Autonomia Territorial	Soberania Popular
➤ Autonomia produtiva, agroecologia e autossuficiência alimentar local	➤ Soberania Alimentar, agroecologia
➤ Educação autônoma	➤ Educação do Campo
➤ Autogestão dos bens naturais no território	➤ Soberania energética e hídrica. Soberania territorial
➤ Autogovernos com sistemas normativos próprios e regimes jurídicos	➤ Assembleias, núcleos de base, coordenações de assentamentos, brigadas, regimentos internos
➤ Não à mineração	➤ Soberania popular na mineração
➤ Autonomia econômica	➤ Autossustentação e cooperação
➤ Autogestão e tequio	➤ Autogestão e mutirão
➤ Autonomia na saúde	➤ Saúde do campo
➤ Outras sociabilidades, enfrentamentos às violências e novas relações de gênero Luta das Mulheres	➤ Outras sociabilidades, enfrentamentos às violências e novas relações de gênero Feminismo Camponês e Popular
➤ Tenência coletiva da terra: Ejidos e comunidades	➤ Reforma Agrária Popular; assentamentos e acampamentos
➤ Rejeita o Estado Ocidental e constrói alternativas a ele; expressa oposição a partidos políticos eleitorais	➤ Luta pela inclusão no Estado Ocidental e pela transformação do mesmo; tem alianças com determinados partidos políticos institucionais

Fonte: Elaborado pelas autoras e autores, 2023.

São confluências presentes em muitas dimensões, embora não em todas, sobretudo na escala comunitária, com relação às práticas, os saberes e conhecimentos desenvolvidos no exercício e nas necessidades da vida cotidiana, como alimentação, saúde, educação, água, e nas formas organizativas próprias de cada realidade. Nesse âmbito, buscam coletivizar as decisões e a gestão da economia local, do trabalho, das tarefas e atribuições dos sujeitos políticos organizados que constroem a vida nos territórios. Também é nítida a convergência na construção e no exercício de outras formas de sociabilidades, que buscam romper com a marginalização e as violências do machismo, do racismo e construir novas relações de gênero.

Contudo, na escala nacional existem diferenças sócio-históricas que se relacionam com a questão agrária de cada país e com outros processos políticos, construídos através das lutas pela terra, pelo território e no direito de decisão sobre estes. Enquanto o México experimenta uma realidade com mais da metade do país com terras sociais indígenas e camponesas (Morett-Sanchez; Cosio-Ruiz, 2017), que lutam pela autonomia e autodeterminação dos povos sobre seus territórios, no Brasil a realidade se traduz em uma profunda concentração de terras, em que as lutas camponesas e indígenas se centram na reivindicação da reforma agrária, bem como na demarcação e titulação coletiva de territórios ancestrais. Em um paralelo à realidade mexicana, as terras que poderiam ser compreendidas como sociais no Brasil, como terras indígenas, quilombolas, assentamentos e outras formas de posse coletiva, representam uma parcela muito pequena diante do uso e da ocupação territorial do capitalismo agrário e neoextrativista.

Essa dimensão se diferencia também nas relações que serão desenvolvidas com a terra, o território e seus bens naturais, em que, para o CNI-CIG há uma resistência construída na negação da mega mineração e de todos os projetos neoextrativistas, com o predomínio da luta pela autodeterminação dos povos e seu direito de dizer não à mineração em seus territórios, e um rechaço total aos projetos de morte do capital agrário, neoextrativista e transnacional (Matute; Moreno, 2021). Enquanto na Via Campesina Brasil o debate sobre a mineração tem avançado e produzido outras vias e possibilidades, que também passam pela autodeterminação dos povos e comunidades sobre seus territórios e pela definição de territórios livres de mineração, mas incorpora outros elementos, como a regulação e o controle da atividade mineradora por instâncias populares, a garantia de direitos aos trabalhadores, a transparência da execução da atividade em todas as suas fases, da pesquisa, exploração e fechamento da atividade, e a construção de alternativas econômicas locais (Trocate et al., 2015; Coelho, 2017; Magno, 2017).

Nessa escala nacional, há ainda o compartilhamento de construção de um projeto político democrático de caráter nacional popular que possui diferenças fundamentais na

estratégia relacional com o Estado, resultado do processo histórico de cada país. No México, os povos indígenas se distanciaram do diálogo com o Estado, devido à omissão e o não cumprimento (traição) dos Acordos de San Andrés (1996), que culminou na descrença de qualquer possibilidade de negociação e construção junto ao Estado. E, também, porque veem o Estado ocidental como uma construção colonial, uma imposição ocidental, contra a qual vêm lutando há mais de 500 anos. Posteriormente, com o chamado pelo EZLN para a construção das autonomias, as ações, práticas e processos passaram a centrar-se nos territórios, ao mesmo tempo que evidenciaram a permanente e continuada violência exercida pelo Estado mexicano sobre seus povos (Lopez y Rivas, 2011; 2022; Matute; Moreno, 2021; Sanchez, 2022).

Como movimento, o CNI entende que seu processo não pode ser isolado ou reduzido ao local, nem limitado aos povos indígenas para construir um projeto democrático de outro México com caráter nacional-popular (López y Rivas, 2011; 2022). É necessário unir-se a toda a sociedade mexicana explorada, ação indicada no slogan “Nunca más un México sin nosotros” e na assinatura pelo CNI da Sexta Declaração da Selva Lacandona (2006), que aponta:

Porque, talvez, unidos a outros setores sociais que têm as mesmas deficiências que nós, seja possível alcançar o que precisamos e merecemos. Um novo passo à frente na luta indígena só será possível se os povos indígenas se unirem aos trabalhadores, camponeses, estudantes, professores, funcionários... em outras palavras, aos trabalhadores da cidade e do campo (EZLN, 2006, tradução livre).

Trata-se de um projeto político que visa mudar a realidade nacional, tecendo transformações desde os territórios, em alianças com diversos setores marginalizados da sociedade nacional e internacional, para construir forças transformadoras, por meio da ação direta com suas práticas autônomas, sem nenhuma pretensão de tomar o poder do Estado Ocidental, com rejeição aos partidos políticos eleitorais e seus políticos, evitando

qualquer relacionamento com eles, com uma proposta de construir outra forma de governar-se como país. Há nessa construção uma compreensão de que a institucionalidade captura a capacidade dos povos de reagir e resistir em seus territórios, uma vez que os projetos e programas podem incorporar as comunidades às estruturas hierárquicas de controle exercidas pelo Estado, levando à institucionalização de muitas dimensões da vida, que antes eram geridas comunitariamente e passam a estar vinculadas às agendas de governo, gerando dependências e inoperâncias comunitárias (Rosset; Barbosa, 2021; Giraldo; Rosset, 2021; Giraldo, 2022).

Em contraponto, no Brasil os movimentos socioterritoriais organizados na Via Campesina constroem o diálogo com o Estado, em uma relação de aproximação e disputa, principalmente, com relação à reivindicação de políticas públicas para o campo em diversas áreas que incidem sobre a vida no campo e que tem reverberações para toda sociedade brasileira, como a produção de alimentos pelos camponeses, pequenos produtores e agricultores, a educação e saúde do campo, a democratização da energia e outras áreas.

Na soberania popular, a construção de um projeto democrático de caráter nacional passa pela interlocução e pela disputa direta do Estado, muitas vezes em aliança com determinados partidos políticos, institucionais e políticos. Os movimentos socioterritoriais pertencentes à Via Campesina Brasil, em sua maioria, se organizam, mobilizam e participam da vida política, eleitoral e institucional nacional, e operam uma relação que altera conforme a correlação de forças, com relação às forças antagônicas-representadas pelos setores conservadores, empresariado e agronegócio—que disputam (e tomam) o poder do Estado, logo, podem se posicionar no enfrentamento, na negociação ou na construção.

Essa diferença proporciona singularidade a cada projeto político na esfera nacional, que mesmo sendo mobilizado por forças políticas que apresentam muitas semelhanças na escala comunitária, evidencia que as matrizes onto-epistêmicas indígenas e camponesas, no México e no Brasil, traçaram caminhos e estratégias diferentes na projeção

nacional. Contudo, a autonomia territorial e a soberania popular, como forças políticas constitutivas do Paradigma Onto-Epistêmico do Campo, seguem em diálogo e constante evolução do seu pensamento social e sua prática territorial, podendo retroalimentar-se cada um da experiência do outro desde o diálogo entre os diferentes sujeitos políticos organizados, movimentos socioterritoriais e das próprias alianças que traçam.

Considerações finais

O exercício da autonomia territorial e a construção da soberania popular são a evidência de construções territoriais que partem de outras racionalidades no campo, que estão inseridas no processo sócio-histórico latino-americano de lutas e resistências territoriais frente as cíclicas investidas do capitalismo na região. Produzidas por diferentes onto-epistemes indígenas, camponesas e de toda a diversidade que habita o campo, são parte do Paradigma Onto-Epistêmico do Campo e expressam uma variedade de experiências em um conjunto amplo de elaborações, projetos políticos e horizontes de vida que geram outras territorialidades.

Como forças políticas, a autonomia territorial e a soberania popular possuem a capacidade de elevar os processos de resistências a outra perspectiva de luta, onde geram alternativas e possibilidades de vida nos territórios, que estão orientados a partir de projetos políticos populares e democráticos, que buscam estabelecer outras sociabilidades, romper com as relações históricas de exclusão, marginalização e de exploração, e propor alternativas. Aliás, mais que alternativas, são parte do processo de revalorização e recuperação de formas de criar, produzir, construir, sanar, alimentar, educar etc., que fazem parte das várias dimensões da reprodução da vida nos territórios.

Nesse cenário, o CNI-CIG no México e a Via Campesina Brasil são espaços de articulação e solidariedade, nos quais os povos indígenas, camponeses e povos do campo

criam as lutas e resistências de seus territórios, alcançando elevar a outras escalas demandas históricas indígenas e camponesas. Onde o processo organizativo, as ações e as práticas e a construção de alternativas produzidas pelos sujeitos políticos coletivos organizados nos movimentos socioterritoriais avançam com as transformações sociais, produzem diálogos de saberes, intercâmbios de aprendizagem, e alianças e solidariedade de classe.

As autonomias e soberanias são exercícios, processos e resistências cultivadas nos territórios que, projetadas pelos movimentos socioterritoriais, atingem diferentes escalas e elevam a capacidade de luta das comunidades e territórios, que ampliam suas possibilidades de resistir e produzir vida frente as adversidades e os interesses do capitalismo agrário neoextrativista e transnacional apoiado pelo Estado. Nesse sentido, construir autonomias e soberanias fortalece essas territorialidades que resistem e se constituem como contrapoderes que expressam a força política e a capacidade dos territórios de produzirem outro nível de disputa simbólica.

Finalmente, são experiências estimuladas desde diferentes localidades da América Latina, que possuem muitas confluências, que na escala comunitária se expressam na busca de recuperar saberes, práticas e conhecimentos ancestrais de seus territórios ao se opor às imposições de uma racionalidade capitalista, mesmo que parcialmente. São evidências de uma resistência permanente dos povos, na luta por emancipação e descolonização, com semelhanças visíveis nas formas como organizam, constroem e decidem coletivamente sobre seus territórios. E que possuem singularidades, particularidades e elementos próprios de cada onto-epistemes, que se vinculam ao processo sócio-histórico de cada país, e com o projeto político que vão constituir, produzindo formas relacionais distintas em várias dimensões. A autonomia territorial e a soberania popular se constituem como projetos políticos que terão na escala nacional um caráter democrático e popular. Ainda que tenham divergências e não disputem o poder, buscam construir uma democracia real, direta e autodeterminada pelos povos do campo (e da cidade).

Referências

- ÁVILA ROMERO, León Henrique. **La agroecología en resistencia: Poder, autonomía y diálogo en la formación de promotores comunitarios en el noreste de Chiapas**. Dissertação (Mestrado em Ciencias en Recursos Naturales y Desarrollo Rural). El Colegio de la Frontera Sur, San Cristóbal de Las Casas, 2001.
- ÁVILA ROMERO, León Henrique. Logros y límites de las estrategias sustentables de desarrollo autónomo en el norte de Chiapas, México. **Revista de Sociedad, Cultura y Desarrollo Sustentable-Ra Ximhai**, v. 3, n° 2, pp. 509-549, 2007.
- ÁVILA ROMERO, León Henrique. **Alternativas al colapso socioambiental desde América Latina**. Guadalajara: Calas-Maria Sibylla Merian Center, 2020.
- ÁVILA ROMERO, Agustín; OLIVEIRA, Adriano; ÁVILA ROMERO, León Henrique. Acumulación de capital, despojo y disputas de espacios agrarios en Brasil y México. **Boletim Goiano Geografia**, v. 38, n° 2, pp. 297-316, 2018.
- BARKIN, David; SÁNCHEZ JIMÉNEZ, Alejandra. Sujeto revolucionario comunitario: fortaleciendo sociedades post-capitalistas. **Revista Ideias**, v.10, pp. 01-41, 2019.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Educación y lucha autonómica en la Voz Zapatista: Aportes de la Pedagogía del Sentir-Ser, Sentir-Pensar y Sentir-Saber. **Revista Educación y Cultura**, n° 105, pp. 21-27, 2014.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Educación, resistencia y conocimiento en América Latina: Por una teoría desde los movimientos sociales. **De Raíz diversa**, v. 3, n° 6, pp. 45-79, 2016.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Mulheres Zapatistas e a Pedagogia da Palavra no tecer da outra educação. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia. (orgs.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. São Paulo: Liber Ars Etc., 2018, pp. 25-48.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Paradigma epistêmico do campo e a construção do conhecimento na perspectiva dos Movimentos Indígenas e Camponeses na América Latina. In: SANTOS, Arlete R; COELHO, Livia A.; OLIVEIRA, Júlia Maria S. (orgs.). **Educação e Movimentos sociais**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019, pp. 279-299, 2019.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v.7, n° 11, pp. 197-231, 2019a.

- BARBOSA, Lia Pinheiro. Povos do campo, memória e Patrimônio biocultural na Defesa dos territórios da América latina. In: OLIVEIRA, Gerciane; VIEIRA, Kyara M. **Patrimônio, povos do campo e memórias: Diálogos com a cultura, a arte e a educação**. Mossoró: EdUFERSA, 2020, pp. 107-121.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. De las mujeres como energía vital y las reverberaciones de la lucha en defensa de los territorios y de los comunes en América Latina. In: CISNEROS, Araceli Cisneros; BUSTAMANTE, Mercedes; NUCAMENDI, Mauricio A. (orgs.). **Territorios para la vida: Mujeres en defensa de sus bienes naturales y por la sostenibilidad de la vida**. Tuxtla Gutiérrez: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, 2021, pp. 23-55.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Las Mujeres Sin Tierra del MST, la lucha por y en la tierra, y la construcción del Feminismo Campesino y Popular. In: GARCIA, Velvet, CISNEROS, Araceli Cisneros, RUBIO, Ana Gabriela. (orgs.). **Feminismos, memoria y resistencia en América Latina**. Tuxtla Gutiérrez: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, 2022, pp. 183-200.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Onto-Epistemic Paradigm of the Countryside and Social Theory: what do popular movements of Latin America and the Caribbean teach us? **Educational Studies**, v. 58, n°5-6, pp. 620-640, 2022.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Lo territorial, lo comunitario y los comunes frente al despojo extractivista en América Latina: aproximaciones al debate teórico-político de la CLOC-Vía Campesina. In: BASTOS AMIGO, Santiago; MARTÍNEZ NAVARRETE, Edgars. (orgs.). **Colonialismo, comunidad y capital. Pensar el despojo, pensar América Latina**. Quito: Religación Press, Bajo Tierra Ediciones, Tiempo Robado, Cátedra Jorge Alonso, CIESAs-UdeG, 2023, pp. 380-411.
- BARBOSA, Lia Pinheiro; SOTO, Oscar; TERREROS GONZÁLEZ, María Isabel; MARTÍNEZ NAVARRETE, Edgars. Autonomías territoriales indígenas y campesinas en América Latina. Tensiones, disputas y avances frente a los gobiernos de derecha. In: SAÑUDOS PASOS, Fernanda et. al. **Estado, democracia y movimientos sociales: Persistencias y emergencias en el siglo XXI**. Colección Becas de Investigación. Buenos Aires: CLACSO, 2023, pp. 463-512.
- BÁRCENAS, Francisco López. Las autonomías indígenas en América Latina. In: Jóvenes en Resistencia Alternativa (comp.). **Pensar las autonomías. Alternativas de emancipación al capital y el Estado**. México: Bajo Tierra Ediciones/Sísifo Ediciones, 2011, pp. 71-106.

- BARONNET, Bruno. **Autonomía y educación indígena:** Las escuelas zapatistas de la Selva Lacandona de Chiapas, México. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2012.
- BRINGEL, Breno. Soberanía Alimentaría: la práctica de un concepto. In: OSÉS, Pablo J. Martínez (org.). **Las Políticas Globales Importan:** Análisis de los retrocesos y rupturas en la práctica de la lucha contra la pobreza y la desigualdad en 2010. Madrid: Plataforma 2015 y más, 2011, pp. 95-103.
- BURGUETE CAL Y MAYOR, Ruby Araceli. Cumbres Indígenas en América Latina. **Llacta!** Agencia Internacional Prensa Indígena, 2007.
- BURGUETE CAL Y MAYOR, Ruby Araceli. Autonomía: La emergencia de un nuevo paradigma en las luchas por la descolonización en América Latina. In: GONZÁLEZ, Miguel; BURGUETE CAL Y MAYOR, Ruby Araceli Ortiz-T, Pablo. (orgs.). **La autonomía a debate:** autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina. Quito: FLACSO GTZ, IWGIA, CIESAS, UNICH, 2010, pp. 63-94.
- BURGUETE CAL Y MAYOR, Ruby Araceli. La autonomía indígena: la polisemia de un concepto. A modo de prólogo. In: LÓPEZ, Pavel; GARCÍA-GUERRERO, Luciana. (orgs.). **Movimientos indígenas y autonomías en América Latina:** Escenarios de disputa y horizontes de posibilidad. Buenos Aires: CLACSO, 2018, pp. 11-22.
- CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, nº1, pp. 60-81, 2003.
- CALDART, Roseli S; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CALVEIRO, Pilar. **Resistir al neoliberalismo:** Comunidades y autonomías. Buenos Aires: CLACSO; Ciudad de México: Siglo XXI, 2021.
- CARNEIRO, Fernando F; BÚRIGO, André C.; DIAS, Alexandre P. Saúde no campo. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 693-698.
- CERDA GARCIA, Alejandro. **Multiculturalidad y políticas públicas:** Autonomía indígena Zapatista em Chiapas/México. Tese (Doutorado em Sociologia). Université Paris III/Sorbonne Nouvelle, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine (IHEAL) com cotutela Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social (CIESAS), 2006.

- CHRISTOFFOLI, Pedro I. Cooperação agrícola. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, pp. 157.
- CNI. (s.d.). **¿Qué es el CNI?**. Disponível em: <<http://www.congresonacionalindigena.org/que-es-el-cni/>>. Acesso em 24/06/2023.
- CNI. (1998). **Declaración del II Congreso Nacional Indígena. Ciudad de México**. Disponível em: <<http://www.congresonacionalindigena.org/2018/12/15/declaracion-ii-del-congreso-nacional-indigena/>>. Acesso em 24/06/2023.
- CNI. (2001). **Declaración del III Congreso Nacional Indígena**. Michoacán. Disponível em: <<http://www.congresonacionalindigena.org/2017/01/23/declaracion-del-iii-congreso-nacional-indigena-nurio-michoacan-4-de-marzo-de-2001/>>. Acesso em 24/06/2023.
- CNI. (2006). **Declaración del IV Congreso Nacional Indígena**. Disponível em: <<http://www.congresonacionalindigena.org/2017/01/23/declaracion-del-iv-congreso-nacional-indigena-ndonhuani-san-pedro-atlapulco-mexico-5-6-de-mayo-del-2006/>>. Acesso em 24/06/2023.
- CNI. (2017). **Declaración del V Congreso Nacional Indígena**. Disponível em: <<https://www.congresonacionalindigena.org/2017/03/27/declaracion-del-v-congreso-nacional-indigena/>>. Acesso em 24/06/2023.
- COELHO, Tazio P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos**, v.1, nº 3, pp. 1-8, 2017.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.
- ESPINOZA, Manuel Ignacio. Autonomía de Resistencia. Análisis y caracterización de la autonomía en las Juntas de Buen Gobierno del Movimiento Zapatista. **RIPS**, v.6, nº 1, pp. 97-112, 2007.
- FERNANDES, Bernardo. Movimentos socioterritoriais e movimentos socio-espaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL-Observatório Social de América Latina**, nº 16, pp. 273-283, 2005.

- FERNANDES, Bernardo. Territorios, teoría y política. In: CALDERÓN, Georgina; EFRAÍN León (orgs.). **Descubriendo la espacialidad social en América Latina**. Colección “Cómo pensar la geografía”, v. 3, 2008, pp. 35-66.
- FERNANDES, Bernardo. A Territorialização do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-Brasil. **Revista Nera**, [S. l.], nº 01, pp. 02-75, 2012.
- FERNANDES, Bernardo. Territórios de esperança e política agrária no Brasil. In: RIBEIRO DA CRUZ, Sandra H; NETO, Adolfo Oliveira et al. (orgs.). **Territórios de esperança: a conflitualidade como produtora do futuro**. Belém: UFPA, 2021, pp. 211-230.
- FORBIS, Melissa M. Autonomía y un puñado de hierbas: La disputa por las identidades de género y étnicas por medio del sanar. In: BARONNET, Bruno; BAYO, Mariana; STAHLER-SHOLK, Richard (orgs.). **Luchas “muy otras”**: Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas. Colección Teoría y Análisis. México, DF: UAM; CIESAS; San Cristóbal de Las Casas: UNACH, 2011, pp. 3071-408.
- FUENTES SÁNCHEZ, Waldo L. La lucha no es por el poder, sino un llamado a la organización de los pueblos: María de Jesús Patricia Martínez, primera mujer indígena por la candidatura presidencial en México. **Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 21, nº 42, pp. 63-85, 2022.
- GASPARELLO, Giovanna. **Justicia y pueblos indígenas en Chiapas**. De la violencia a la autonomía. México: UAM-Tirant Humanidades, 2018.
- GASPARELLO, Giovanna. Respuestas comunitarias a megaproyectos, despojo y violencia: defensa de los territorios y de los bienes comunes. In: HOPKINS, Alicia; PINEDA, César Enrique (orgs.). **Pensar las autonomías**: Experiencias de autogestión, poder popular y autonomía. México: Bajo Tierra A.C., 2021, pp. 255-276.
- GIRALDO, Omar F. Hacia una ontología de la Agri-Cultura en perspectiva del pensamiento ambiental. **Polis-Revista Latinoamericana**, v. 12, nº34, pp. 95-115, 2013.
- GIRALDO, Omar F. **Ecología política de la agricultura. Agroecología y posdesarrollo**. San Cristóbal de Las Casas: El Colegio de la Frontera Sur, 2018.
- GIRALDO, Omar F. **Multitudes agroecológicas**. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.
- GIRALDO, Omar F.; ROSSET, Peter M. La agroecología en una encrucijada: Entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 2, nº 1, pp. 14-37, 2016.

- GIRALDO, Omar F.; ROSSET, Peter M. Principios sociales de las agroecologías emancipadoras. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 58, pp. 708-732, 2021.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Sociología de la explotación**. México: Siglo XXI Editores, 1969.
- GUTIÉRREZ, Raquel. **Horizontes comunitario-populares**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, Luís. **Hermanos en armas. Policías comunitarias y autodefensas**. Ciudad de México: Para Leer en Libertad, 2014.
- LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Autonomías indígenas, poder y transformaciones sociales en México. In: Jóvenes en Resistencia Alternativa (orgs.). **Pensar las autonomías. Alternativas de emancipación al capital y el Estado**. México: Bajo Tierra Ediciones/Sísifo Ediciones, 2011, pp. 107-119.
- LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Reflexionando sobre la autonomía**. Conversatorio: Reflexiones sobre la autonomía, 2020.
- LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Autonomía. **Revista En el Volcán**, n° 69, pp.82-87, 2022.
- MAB. **LUTAS**. Disponível em: <<https://mab.org.br/lutas/>>. Acesso em 30/06/2023.
- MAGNO, Lucas. **Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil**: Teorias, escalas e estratégias. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2017.
- MARCOS, Sylvia. Las mujeres zapatistas reconceptualizan su lucha. **Revista Tabula Rasa**, n°38, pp. 197-211, 2021.
- MARTÍNEZ TORRES, María Elena; ROSSET, Peter. **Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge la vía campesina como movimiento social transnacional**. ILSA–Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos, Luchas Agrarias en América Latina, 2012, p. 21-57.
- MARTÍNEZ TORRES, María Elena; ROSSET, Peter. Diálogo de saberes en la Vía Campesina: soberanía alimentaria y agroecología. **Espacio Regional**, v.1, n° 13, pp. 23-36, 2016.

- MATUTE, Inés D. Solidaridad comunitaria transnacional del Concejo Indígena de Gobierno (CIG) por otra democracia, justicia y libertad. **Revista Migración y Desarrollo**, v. 16, n° 31, pp. 31–70, 2018.
- MATUTE, Inés Durán; MORENO, Rocío. **La lucha por la vida frente a los megaproyectos en México**. Guadalajara: CIESAS-Cátedra Jorge Alonso, 2021.
- MILANEZ, Filipe; TROCATE, Chales. La búsqueda de la soberanía entre la neoextracción y el viejo acaparamiento de tierras. **Ecología Política**, v.49, pp. 42-50, 2015.
- MORETT-SANCHEZ, Carlos; COSIO-RUIZ, Celsa. Panorama de los ejidos y comunidades agrarias en México. **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, v. 14, n° 1, pp. 125-152, 2017.
- MST. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. 2007. Disponível em: <<https://mst.org.br/2007/06/17/carta-do-5o-congresso-nacional-do-mst/>>. Acesso em 24/06/2023.
- MST. **Boletim informativo princípios da saúde**. Documentos internos. 2007a.
- MST. **Cartilha Programa Agrário da Reforma Agrária Popular**. VI Congresso Nacional do MST. Documentos internos. 2014.
- MST. **A luta de classes no campo e a luta por Reforma Agrária Popular**. Caderno de Formação n° 53. Setor de Formação do MST. Documentos internos. 2020.
- MST. **O MST como força política**. Caderno de formação n° 54. Documentos internos. 2021.
- NAVARRO, Luis Hernández. Marichuy, el Concejo Indígena de Gobierno y la coyuntura electoral. **Revista El Cotidiano**, n° 207, pp. 7-19, 2018.
- ORNELAS, Raúl. **La autonomía como eje de la resistencia zapatista. Del levantamiento armado al nacimiento de los Caracoles**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.
- PINEDA, César Enrique. Pensar las autonomías: otros caminos de emancipación. In: HOPKINS, Alicia; PINEDA, César Enrique (orgs.). **Pensar las autonomías: Experiencias de autogestión, poder popular y autonomía**. México: Bajo Tierra A.C., 2021, pp. 09-22.

- RIBEIRO, Leandro. A territorialização da Via Campesina no Brasil: uma leitura geográfica de suas ações territoriais. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 6. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2013, p. 01-25.
- RIBEIRO, Leandro. Via Campesina, Soberania Alimentar e Agroecologia. In: Jornada do Trabalho–Unesp, 14. **Anais [...]**. Presidente Prudente, 2013^a, pp. 01-15.
- RIBEIRO, Leandro. **Por uma rebeldia mundial?** Formação e Ação Territorial da Via Campesina no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.
- RIGOTTO, Raquel M; CARNEIRO, Fernando *et al.* O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciências Saúde Coletiva**, v.17, nº 6, pp. 1533-1542, 2012.
- RODRÍGUEZ, Irene. Más que hombres armados. Revisitar el movimiento de autodefensas de Michoacán. **Estudios sociológicos**, v.39, nº 115, pp. 07-36, 2021.
- ROSSET, Peter M. La Guerra por la tierra y el territorio. In: CIDECI-UNITIERRA. Primer Coloquio Internacional in Memoriam Andrés Aubry: planeta tierra: movimientos antististémicos. **Anais [...]**. SCLC: Cideci-Unitierra Ediciones, 2019, pp. 159-175.
- ROSSET, Peter M. Epistemes rurales y la formación agroecológica en La Vía Campesina. **Revista C&TS**, v.2, nº1, pp.8-17, 2015.
- ROSSET, Peter M. La reforma agraria, la tierra y el territorio: Evolución del pensamiento de La Vía Campesina. **Mundo Agrario**, v. 17, nº35, pp. 01-21, 2016.
- ROSSET, Peter M. História das ideias de um movimento camponês transnacional. **Tensões Mundiais – Revista do Observatório das Nacionalidades**, nº 27, pp. 191-226, 2018.
- ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. **Agroecología: Ciencia y política**. Ciudad de México: Universidad Autónoma de Zacatecas. Red Internacional de Migración y Desarrollo Miguel Ángel Porrúa, 2019.
- ROSSET, Peter M.; BARBOSA, Lia Pinheiro. Territorialização da agroecologia na Via Campesina. **ECOECO – Revista Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Boletim nº 39, edição especial, 2019.
- ROSSET, Peter M.; BARBOSA, Lia Pinheiro. Autonomía y los movimientos sociales del campo en América Latina: Un debate urgente. **Aposta – Revista de Ciencias Sociales**, nº 89, pp. 8-28, 2021

- SANTIAGO; Teresina; ROSSET, Peter; MORENO, Antonio Saldívar; MÉNDEZ, Ernesto; FERGUSON, Bruce. La milpa: Sistema de resiliencia campesina. Estudio de dos organizaciones campesinas en Chiapas. **Región y sociedad**, v. 33, e1432, 2021.
- SILVA, Valter Israel da. **Classe Camponesa: Modo de ser, de viver e de producir**. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josino, 2014.
- STAHLER-SHOLK, Richard. Autonomía y economía política de resistencia en Las Cañadas de Ocosingo. In: BARONNET, Bruno; BAYO, Mariana; STAHLER-SHOLK, Richard (orgs.). **Luchas “muy otras”**: Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas. Colección Teoría y Análisis. México, DF: UAM; CIESAS; San Cristóbal de Las Casas: UNACH, 2011, pp. 409-446.
- ULE MUÑOZ, Cindy Lorena; ROSSET, Peter M. La recampesinización y sus expresiones territoriales. **Revista NERA**, v. 25, nº 64, pp. 180-202, 2022.
- VAN DER PLOEG, J. **El campesinado y el arte de la agricultura. Un manifiesto chayanoviano**. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, Red Internacional de Migración y Desarrollo Miguel Ángel Porrúa, 2015.
- VELTMEYER, H. Resistance, class struggle and social movements in Latin America: contemporary dynamics. **Journal of Peasant Studies**, v. 46, nº 6, pp. 1264-1285, 2019.
- VIA CAMPESINA. **Declaración final del Foro “Tierra, Territorio y Dignidad”**. ¿Por una Nueva Reforma Agraria basada en la Soberanía Alimentaria!. 2006. Disponible em: <<https://viacampesina.org/es/ipor-una-nueva-reforma-agraria-basada-en-la-soberanalimentaria/>>. Acesso em 10/06/2023.
- VIA CAMPESINA. **¿Qué es la soberanía alimentaria?**. Documentos claves. Disponible em: <<https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/>>. 2013. Acesso em 15/11/2022.
- VIA CAMPESINA. **Conferencia Internacional de la Reforma Agraria: Declaración de Marabá**. 2016. Disponible em: <<https://viacampesina.org/es/conferencia-internacional-de-la-reforma-agraria-declaracion-de-maraba/>>. Acesso em 07/07/2023.
- VIA CAMPESINA. **Las Luchas de La Vía Campesina por la Reforma Agraria, la defensa de la vida, la tierra y los territorios**. 2017. Disponible em: <<https://viacampesina.org/es/publicacion-las-luchas-la-via-campesina-la-reforma-agraria-la-defensa-la-vida-la-tierra-los-territorios/>>. Acesso em 07/07/2023.

VIA CAMPESINA. **Feminismo campesino y popular- Una propuesta de las campesinas para el mundo**. 2018. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/feminismo-campesino-y-popular-una-propuesta-de-las-campesinas-para-el-mundo/>> Acesso em 30/06/2023.

TROCATÉ, Charles; ZANON, Maria Júlia; VIEIRA, Jarbas. **Elementos Constitutivos do MAM**. São Paulo: Editora Iguana, 2015.

ZEN, Eduardo Luiz; FERREIRA, Ana Rita de Lima. Movimento dos Atingidos por Barragens. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, pp. 489-493.

Maíra Araújo Cândida é doutora em Ciências, Ecologia y Desenvolvimento Sustentável (ECOSUR – México), com cotutela no Doutorado em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Regionais e Agrárias (NEPRA) da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. **E-mail:** maira.arq@hotmail.com

271

Peter Rosset é doutor em Filosofia pela Universidade de Michigan (EUA) e professor e pesquisador titular do Colégio da Fronteira Sul (ECOSUR), em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México. Também é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). É pesquisador de Nível Emérito no Sistema Nacional de Investigadores (SNI), CONACYT, México, e bolsista de produtividade PQ-2 do CNPq, Brasil. **E-mail:** rosset@globalalternatives.org

Lia Pinheiro Barbosa é doutora em Estudos Latino-americanos pela Universidade Nacional Autônoma de México (UNAM) e professora no Programa de Pós-graduação em Sociologia e no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (UECE). É bolsista de produtividade PQ2 do CNPq. **E-mail:** lia.barbosa@uece.br

Omar Giraldo é doutor em Ciências Agrárias pelo Departamento de Sociologia Rural da Universidade Autônoma Chapingo, México, e professor da Escola Nacional de Estudos Superiores (ENES Mérida) da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). **E-mail:** omarfgiraldo@gmail.com

León Enrique Ávila Romero é doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Austral do Chile (UACH) e professor na Universidade Intercultural de Chiapas, México. **E-mail:** leonenriqueavila@gmail.com

272

Tádzio Coelho é doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). **E-mail:** tadzioguaiabera@gmail.com

Artigo enviado em 04/08/2023 e aprovado em 25/09/2024.

Artigo

Fora dos livros, mas presente na terra: As tecnologias indígenas na agricultura familiar

Victoria Couto Alvim de Mattos

Guilherme Hissa Villas Boas

Resumo

A apropriação de tecnologias autóctones pelos grupos hegemônicos, sobretudo durante o período colonial brasileiro, foi e ainda é uma estratégia para invisibilizar povos e comunidades tradicionais, além de sustentar o domínio estrutural através do discurso de superioridade. O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a incorporação das tecnologias indígenas no manejo ambiental pela comunidade de agricultores familiares, descendentes de colonos suíços, do município de Nova Friburgo (RJ). A partir da história ambiental foram analisadas permanências do uso de técnicas, ferramentas e cultivos agrícolas na região. Vestígios na paisagem, o relato de viajantes naturalistas e a tradição oral de indígenas Puri e dos agricultores comprovam aspectos da relação entre os povos originários e a natureza que foram apropriados pelos colonos no século XIX e permanecem até os dias atuais. Este trabalho reforça o estudo das tecnologias como uma abordagem promissora no caminho para o reconhecimento e a valorização dos saberes originários e uma importante ferramenta para, através da ecologia política decolonial, buscar soluções para os problemas étnicos, históricos, sociais, econômicos e ambientais da atualidade.

Palavras-chave: Puri; APA Macaé de Cima; Coivara; Memória Social; Floresta Cultural.

273

Outside the books, but present on the land: Indigenous technologies in family farming

Abstract

The appropriation of indigenous technologies by hegemonic groups, especially during the Brazilian colonial period, was and still is a strategy to render traditional peoples and communities invisible, while

sustaining structural dominance through the discourse of superiority. This article aims to reflect on the incorporation of indigenous technologies in environmental management by a community of family farmers, descendants of Swiss settlers, in the municipality of Nova Friburgo (RJ). Using environmental history, the study analyzed the persistence of techniques, tools, and agricultural practices in the region. Traces in the landscape, accounts from naturalist travelers, and oral traditions of Puri indigenous people and farmers confirm aspects of the relationship between indigenous peoples and nature that were appropriated by settlers in the 19th century and continue to exist today. This work reinforces the study of technologies as a promising approach towards recognizing and valuing indigenous knowledge, serving as an important tool through decolonial political ecology to seek solutions for contemporary ethnic, historical, social, economic, and environmental issues.

Keywords: Puri Indigenous People; APA Macaé de Cima; Social Memory; Cultural Forest.

Fuera de los libros, pero presentes en la tierra: Tecnologías indígenas en la agricultura familiar

Resumen

La apropiación de tecnologías autóctonas por parte de los grupos hegemónicos, especialmente durante el período colonial brasileño, fue y sigue siendo una estrategia para invisibilizar a los pueblos y comunidades tradicionales, además de sostener el dominio estructural a través del discurso de superioridad. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la incorporación de tecnologías indígenas en la gestión ambiental por parte de una comunidad de agricultores familiares, descendientes de colonos suizos, en el municipio de Nova Friburgo (RJ). A través de la historia ambiental, se analizaron las persistencias en el uso de técnicas, herramientas y cultivos agrícolas en la región. Vestigios en el paisaje, los relatos de viajeros naturalistas y la tradición oral de los indígenas Puri y los agricultores confirman aspectos de la relación entre los pueblos originarios y la naturaleza que fueron apropiados por los colonos en el siglo XIX y que persisten hasta nuestros días. Este trabajo refuerza el estudio de las tecnologías como un enfoque prometedor en el camino hacia el reconocimiento y la valorización de los saberes originarios, así como una herramienta importante para, a través de la ecología política decolonial, buscar soluciones a los problemas étnicos, históricos, sociales, económicos y ambientales contemporáneos.

Palabras clave: Pueblo Indígena Puri; APA Macaé de Cima; Memoria Social; Bosque Cultural.

Introdução

O conceito de natureza foi e é concebido a partir de construções socioculturais historicamente contextualizadas. A compreensão e as formas de relação com a natureza revelam não só a preocupação humana em busca de desvendar o mundo em que habita,

mas também a disputa entre diferentes discursos e visões de mundo (Drummond, 1991). A ideia do dualismo cartesiano, sustentada na dicotomia humanidade–natureza, foi base indispensável do desenvolvimento da filosofia moderna e esteve presente no pensamento historiográfico que se formava, ao decorrer do século XIX, com a consolidação da História enquanto um campo das ciências humanas. Analisando as sociedades humanas situadas no tempo como seu grande objeto de estudo, a História, por muitos anos, não esteve preocupada com as discussões acerca daquilo que era entendido como natureza. A ruptura entre social e natural tornou-se característica não só do pensamento científico, mas também norteou toda a mentalidade do mundo moderno europeu e, por consequência, dos territórios colonizados, que estavam ocupados originariamente por povos com suas próprias concepções de natureza, e suas respectivas co-relações que foram desrespeitadas e oprimidas em defesa de uma perspectiva que justificava a exploração das pessoas e das terras africanas e americanas invadidas (Barreto, 2005).

Para Funes (2013), a cultura de vários povos indígenas americanos contrastava diretamente com essa oposição, uma vez que, por meio de cosmologias míticas, se percebiam como parte de um todo em que os mundos humano e não humano se integram. Mais que isso, a própria concepção de natureza, como categoria que reúne e se opõe a tudo aquilo que não é humano, não encontra sentido e por isso não repercute nas diferentes cosmovisões originárias (Cunha, 2013).

Neste sentido, é interessante salientar o fato de que esta visão de mundo que reforça a dicotomia humanidade-natureza é considerada por alguns pesquisadores como a origem de problemas sociais e ambientais que se desenvolveram ao longo da história, principalmente, no que diz respeito à vida de grupos subalternos (Krenak, 2019). Um dos aspectos fundamentais para entender a dinâmica desta relação é o fato deste dualismo respaldar um determinado discurso que exclui povos marginalizados da categoria de ‘Humanidade’, para então encaixá-los como parte da natureza explorável, o que, ao longo da história, representou não só seu uso como mão de obra escravizada, mas também a expropriação de suas terras e o ataque às suas visões de mundo. As ideias de natureza e

humanidade enquanto categorias – que presumem a interpretação de “ecologias sem humanos” e “relações sociais sem ecologias” – muito além de serem antíteses filosóficas que dominam as narrativas históricas, são responsáveis por criar uma mentalidade que foi, e ainda é, responsável por justificar formas violentas de exploração da natureza e de parte da humanidade (Acseirad; Mello; Bezerra, 2009.). De acordo com Jason Moore (2022, p.130),

[...] a história da Humanidade e da Natureza oculta um segredo indecente da história do mundo moderno: o segredo de como o capitalismo foi construído sobre a exclusão da maioria dos humanos da Humanidade – povos indígenas, africanos escravizados, quase todas as mulheres e até mesmo muitos homens de pele branca (eslavos, judeus, irlandeses). Da perspectiva dos administradores imperiais, mercadores, proprietários de terras e conquistadores, esses humanos não eram nada Humanos. Eram vistos como parte da Natureza, junto das árvores, rios e tratados como tal.

Assim, compreendendo a violência forjada na dicotomia humanidade-natureza, torna-se cada vez mais necessário identificar suas fragilidades e apontar seu aspecto ultrapassado e ilusório, para então superá-la a partir de narrativas que re-pensem de forma integrada a história da relação entre sistemas sociais e sistemas naturais. Mais que isso, no contexto atual das emergências climáticas e das injustiças ambientais, cabe refletir acerca das conexões entre as crises ambientais e as relações de desigualdade social, de poder e independência, de capital e trabalho, em especial, cabe questionar quais sujeitos têm seus saberes valorizados (Lave et al., 2018). Para isso, é preciso reconhecer e valorizar histórias que sejam capazes de deslocar a predominância de uma racionalidade eurocêntrica e capitalista acerca da relação entre cultura e meio ambiente para o enfoque em um protagonismo de histórias que narram como grupos humanos marginalizados desenvolveram formas melhor adaptadas de relação com a natureza, organizando suas sociedades para além do paradigma que opõe natureza e cultura (Leff, 2013).

Um dos caminhos que podem ser traçados em direção a essas novas perspectivas é o desenvolvimento de histórias conectadas que se debrucem a pensar as apropriações

culturais, tecnológicas e científicas de grupos subalternos que moldaram as sociedades dominantes. No contexto do mundo Atlântico Colonial é possível apontar para a centralidade da apropriação de tecnologias indígenas e africanas no sucesso de empreendimentos imperiais. As técnicas para o desenvolvimento da agricultura, da mineração e navegação, entre outros exemplos, são alguns conhecimentos nativos que foram incorporados e utilizados pelos colonos europeus na exploração dos (pré-existentes) territórios das Américas (Ferdinand, 2022).

Neste sentido, o presente ensaio tem como objetivo apresentar um estudo de caso acerca da apropriação das tecnologias indígenas no manejo ambiental, pela comunidade de agricultores familiares, descendentes de colonos suíços e alemães, do município de Nova Friburgo (RJ). A investigação aponta para uma história de permanências de técnicas de cultivo, transporte e seleção de espécies que deixaram marcas profundas na cultura e paisagem local a partir do contato entre indígenas e colonos no século XIX.

1. Tecnologias marginais: a conexão de histórias

Inicialmente é preciso delimitar o que se refere como tecnologia, tendo em vista seus múltiplos usos e compreensões. Considera-se aqui como o conjunto de conhecimentos sobre os processos e formas de executá-los, ou ainda como a teoria e a ciência da técnica e das habilidades de fazer ou produzir algo, estendendo-se também a definição como um conjunto de técnicas conhecidas e aplicadas por grupos sociais (Dagnino, 2011). Em geral, pode-se também incluir no domínio da tecnologia, além das ferramentas e maquinários que auxiliam a resolução de dificuldades, as técnicas, os métodos e os processos de trabalho. Assim, quando combinados recursos disponíveis para fabricar instrumentos e conhecimentos que possibilitam a modificação do meio ambiente a fim de atender necessidades humanas, é produzida a tecnologia (Frigotto, 2009).

Ademais tratar da compreensão conceitual ou do senso comum do termo ‘tecnologia’, é fundamental, principalmente, no contexto histórico do mundo Atlântico. É imprescindível entender a tecnologia como uma prática social, cujo sentido e significado econômico, social e político se definem dentro das relações de poder entre as classes sociais, principalmente na relação entre colonos europeus e grupos marginalizados (Caron *et al.*, 2017). Por isso, como aponta Norton (2017), compreender a origem de determinadas práticas tecnológicas pode ajudar a preencher lacunas na história ambiental. A autora argumenta que a tecnologia enquanto categoria analítica apresenta um potencial para reconciliar abordagens que coloquem em primeiro plano a agência subalterna e a centralidade das habilidades de culturas marginalizadas para produção de conhecimentos, possibilitando uma visão mais compreensível dos processos interligados de dependência imperial e colonial e, consequente, de apagamento do papel dos grupos subalternos neste processo. Em seus termos,

[...] a hierarquia da cognição e do conhecimento emergiu [em parte de] visões colonialistas sobre sociedades primitivas. Dada esta história – e o fato da sua recuperação entre os europeus ter ocorrido simultaneamente com a expansão europeia nas Américas e na África – a tecnologia é particularmente saliente e potente para pensar sobre encontros e integração de culturas subalternas e de elite no mundo Atlântico (Norton, 2017, p. 25; tradução dos autores).

No que se refere aos povos indígenas americanos nota-se que muitos dos colonos que vieram a ocupar o território do Novo Mundo, influenciados pela mentalidade determinista, consideravam as comunidades indígenas exemplos de sociedades em um estágio de evolução civilizacional bastante primitivo (Raminelli, 2001). Por isso, reconhecer os sistemas de conhecimento nativos tornava-se, para os europeus, uma contradição que só poderia ser superada a partir da omissão das agências desses grupos na produção de determinadas práticas. Ainda que várias das habilidades autóctones tenham sido determinantes para o sucesso da colonização em regiões com condições ambientais adversas e desconhecidas pelos europeus, a valorização desses conhecimentos era incompatível

com o projeto de assimilação e exploração empregado pelos impérios (Souza, 2019). Assim, os europeus, muitas vezes, buscavam apagar a origem indígena de determinados conhecimentos para sustentar suas próprias reivindicações (Safier, 2010). No caso da agricultura, identifica-se um profundo apagamento da contribuição indígena no desenvolvimento de tecnologias de cultivo agrícolas em áreas que originalmente não apresentavam condições favoráveis para a prática da lavoura, bem como a sustentabilidade das técnicas que possibilitaram a regeneração da vegetação e a recolonização florestal das áreas antes agricultáveis. O domínio colonial promoveu, não só, a usurpação material das terras indígenas, mas também colocou em prática um projeto de desqualificação, menosprezo e estigmatização de culturas e identidades originárias, sustentada no mito da indolência nativa que reforçava a ideia de sociedades desprovidas de tecnologias e redes de conhecimento, permitindo, dessa forma, uma apropriação de saberes tradicionais sem nenhum reconhecimento do papel dos sujeitos que os produziram (Arruda *et al.*, 2023).

Para Safier (2010), a ênfase nas supostas civilizações bem-sucedidas tende a excluir aqueles grupos ou indivíduos que fizeram contribuições heterogêneas para as ciências ou que conceituam o mundo natural de forma distinta ao padrão moderno e capitalista. Parte desta desvalorização dos saberes tradicionais pode ser explicada a partir da incommensurabilidade dos conhecimentos nativos, uma vez que as práticas indígenas fogem das tendências universalizantes da ciência ocidental. Nas tradições indígenas, os conhecimentos empíricos e experimentais se destacam nas atividades do cotidiano, seja como práticas milenares ou modernas (Lévi-Strauss, 2021). Neste sentido, dedicar esforços ao entendimento das aptidões técnicas dos povos indígenas e à ampla gama de conhecimento que eles incorporam nas interações com o ambiente natural, pode melhorar a compreensão pautada na ciência moderna acerca da co-dependência entre cosmologias e conhecimento sobre o mundo natural. Mais do que isso, mostra-se um passo para investigação de como estas técnicas indígenas moldaram e transformaram profundamente grande parte das paisagens que conhecemos hoje.

A história das tecnologias subalternas rompe com antigos paradigmas de narrativas eurocêntricas, principalmente, mostrando como os agentes marginalizados influenciaram intensamente as sociedades do Velho Mundo (Norton, 2017). Aspectos como alimentação, arquitetura, técnicas agrícolas e organização territorial foram transformados a partir da apropriação e exploração da mão de obra e dos saberes autóctones. Narrativas que antes contavam apenas a história de como as vantagens tecnológicas europeias garantiram o domínio e ocupação das Américas, hoje podem ser revistas por meio de uma história ambiental comprometida com as vidas marginalizadas, ponderando as contribuições das culturas indígenas, africanas e diaspóricas para formação de ambientes e hábitos que impactaram toda rede Atlântica (Acosta, 2016).

2. História Ambiental da Mata Atlântica

280

No binômio cultura-natureza, poucos ambientes carregam de maneira tão profunda o estigma de “natural” como o que é atribuído às florestas tropicais. Nessa perspectiva, as florestas são compreendidas a partir de uma idealização do espaço ora enquanto um conjunto de elementos em perfeita harmonia dentro de um equilíbrio dinâmico, ora como uma obra sacralizada e isolada das atividades humanas. Tais perspectivas permitem uma definição da floresta como um espaço exclusivamente natural, desconsiderando um longo e complexo processo histórico de relação com a humanidade, fazendo da floresta não só um espaço social, mas também um agente da história de determinado território. Estudos apontam o papel central dos grupos originários na coleta de espécies, nas trocas de sementes e na seleção de culturas a serem utilizadas nas florestas tropicais (Dean, 1996; Cabral, 2014). Na atualidade, a permanência deste imaginário nas interpretações acerca da relação entre cultura e natureza atravessam temas ambientais de enorme relevância, como a conservação da biodiversidade e as emergências climáticas,

visto que os debates sobre a proteção da natureza e o manejo eficiente dos recursos encontram desafios ao lidar com questões sociais, como o uso tradicional do território e as diferentes visões de natureza que interpretam e constroem uma mesma paisagem (Oliveira, 2008; Villas Boas *et al.*, 2022)

Ainda assim, o início do século XXI foi marcado pela ascensão da ideia da atividade humana como grande agente transformadora do mundo natural, admitindo-se que boa parte da superfície terrestre é influenciada por fatores que se originam a partir de práticas da humanidade e que estas vêm sendo consideradas como um agente transformador do planeta, proporcionando mudanças equivalentes a grandes fenômenos geobiofísicos anteriores (Haraway, 2016). Neste sentido, cada vez mais torna-se inconsistente manter a compreensão de uma natureza ausente de sistemas sociais e de uma sociedade afastada dos sistemas naturais (Oliveira; Solórzano, 2014). O que se perde com a reprodução desta visão de mundo é o entendimento do caráter dialético da relação entre sociedade e natureza, em que se compreende de que forma sujeitos e ambientes transformam-se e incorporam-se a partir das interações que estabelecem entre si. As mudanças em ambientes ditos naturais, muitas vezes, estão relacionadas com transformações nos significados culturais da natureza para determinados povos. A criação de novos padrões de manejo e ocupação de um território resultam em funcionalidades simbólicas e materiais inéditas, capazes de modificar o ambiente e, mais do que isso, registrar na própria paisagem o processo de transformação da relação entre cultura e natureza. Na mesma medida é possível destacar ao longo da história o movimento contrário, mas igualmente transformador, em que fenômenos naturais foram responsáveis por modificar profundamente o curso da história e da vida humana. Assim, compreender a dialética da relação entre humanos e a natureza não é um esforço apenas no sentido de observar as diferentes formas de relação das sociedades com o mundo em que vive, mas é também o caminho para ampliar a “percepção de como a incorporação da natureza na vida material e simbólica de diferentes grupos sociais, resulta em marcas na paisagem que modificaram e continuam modificando a maior parte do sistema-Terra” (Cabral, 2014, p. 48).

A partir de uma perspectiva geohistórica é possível compreender que a paisagem que conhecemos hoje é “produto da histórica relação de populações passadas com o meio” (Oliveira; Solórzano, 2014, p. 82). No que se refere à História Ambiental da Mata Atlântica, é possível indicar que os aspectos gerais do bioma – biodiversidade, estrutura florestal, características do solo e padrões de uso e ocupação – são resultados das diversas relações com grupos humanos que ocuparam este ecoterritório ao longo do tempo. É fato que na atualidade tem-se pensado cada vez mais nas mudanças ambientais provocadas pela humanidade, principalmente sob a ótica da degradação ambiental. O que não é considerado nessa narrativa da humanidade como agente destruidor do planeta, é a compreensão de que a humanidade não pode ser entendida como uma categoria homogênea e universalizante que desconsidera toda pluralidade de grupos e culturas humanas que existem no mundo ao longo do tempo. A diversidade histórica e cultural da humanidade é capaz de revelar como o meio ambiente foi manejado e transformado, em uma relação dialética e não predatória, por diferentes populações na “*longa duração*”¹ (Ribeiro, 2015), e que, na verdade, a destruição do planeta não tem origem na atividade humana no geral, mas sim na atividade humana organizada a partir da lógica do sistema capitalista em que a acumulação de capital exige uma exploração constante dos recursos da natureza (e de determinados grupos sociais).

Assim, as marcas da sucessão dos diferentes usos deixam registros que se espacializam e se sobrepõem na paisagem formando espaços conhecidos como paleoterritórios. De acordo com Rogério Oliveira (2008, p. 39), paleoterritórios podem ser definidos como

[...] a espacialização das resultantes ecológicas de usos passados dos ecossistemas por populações tradicionais na busca de suas condições de

¹ Longa duração é conceito central desenvolvido pelo historiador Fernand Braudel ao lidar com as temporalidades e durações históricas. A história de longa duração trata do tempo das estruturas, ou seja, daquilo que demora a se transformar e por isso é percebido com maior dificuldade pelos estudiosos. A longa duração é também um conceito que aproxima a Geografia e História na medida em que integra espaço e tempo em uma mesma análise, na qual o meio ambiente se torna uma fonte chave para compreensão de processos históricos e mudanças na natureza e na vida social (Ribeiro, 2015).

existência. Constitui, portanto, a etapa antrópica dos processos bióticos e abióticos que condicionam o processo da regeneração das florestas, em que a cultura das populações tradicionais desempenha um papel determinante. Com o passar do tempo os paleoterritórios se sobrepõem, formando uma realidade cheia de efeitos sinérgicos.

A compreensão das dinâmicas de formação de um paleoterritório nos mostra como a investigação histórica pode nos revelar em que medida os sistemas florestais estiveram profundamente relacionados com as atividades antrópicas e, mais que isso, de que forma esses sistemas afetaram-se mutuamente em um processo de coevolução que deixou um legado as várias formas de manifestação física da História através das paisagens. A paisagem atual da Mata Atlântica está profundamente relacionada com atividades e processos do passado, principalmente aqueles ligados à ação da humanidade, em especial, as trocas de fluxos entre o espaço florestal e a agricultura de corte e queima (Cabral, 2014). Destaca-se novamente o processo dialético entre os sistemas sociais e naturais, que, mesmo no contexto da floresta, mostram-se inseparáveis. Ao passo em que a floresta carrega diversas características e evidências da história de seu uso por diferentes populações, os grupos sociais têm sua cultura e modo de vida moldados pelas imposições das dinâmicas próprias da Mata Atlântica.

A atuação de várias populações que ocuparam determinado ecossistema em diferentes temporalidades pode proporcionar a consolidação de um conjunto de saberes acerca do manejo ambiental, independentemente de sua diversidade cultural. A agricultura de coivara é um dos grandes exemplos de práticas que moldaram a paisagem da Floresta Tropical Atlântica (Dean, 1996). A técnica de coivara consiste na derrubada de espécimes arbustivas e arbóreas de um fragmento florestal que são abandonadas no local para perda de umidade, quando não utilizadas para outras atividades, e, posteriormente, queimadas. Destacam-se duas etapas que são fundamentais para a sustentabilidade deste processo: a derrubada dos espécimes arbóreos é feita na altura da cintura, em cerca de um metro de altura do solo, possibilitando a manutenção do “toco” e proporcionando o “rebrote” da árvore; e a “limpeza” das bordas do fragmento, também

denominada de “aceiro”, retirando-se o material combustível para que o fogo não se prolongue para além da área delimitada para agricultura. Após a secagem do material derrubado, o que ocorre em alguns dias, dependendo das condições climáticas, é ateado fogo considerando-se, entre outros fatores, a direção do vento e a distribuição espacial do material combustível. O fogo, não apenas “limpa o terreno” para seu uso agrícola, como também é responsável pela ciclagem de nutrientes nas camadas superiores do solo. Após um intervalo de uso agrícola, que usualmente varia entre três e dez anos, este espaço é abandonado, possibilitando que o fragmento florestal se regenere a partir do banco de sementes do entorno, associado ao papel da fauna na dispersão espacial, e, assim, seus processos geobiofísicos sejam recompostos.

É importante aqui ressaltar a diferença entre esta prática e os incêndios praticados nas monoculturas, sobretudo canavieiras, que dominaram, desde o século XVI, a paisagem litorânea da Mata Atlântica. De origem indígena, a agricultura de coivara possui uma relação ancestral com o território do Brasil, uma vez que vestígios, que comprovam sua prática, podem ser datados de períodos anteriores à chegada dos colonizadores europeus (Oliveira, 2007). A técnica foi utilizada por diferentes povos originários em diferentes contextos sociais e ecológicos, o que reforça sua eficiência como estratégia de aproveitamento dos recursos florestais. Apesar de ser reconhecida por sua gigantesca biodiversidade, a Mata Atlântica, no geral, possui um tipo solo com baixa fertilidade natural, em razão da lixiviação e da elevada acidez, resultados da alta pluviosidade, o que dificulta o cultivo agrícola, por isso o desenvolvimento da utilização do fogo e de outras técnicas de plantio podem ser considerados um aspecto importante do processo adaptativo que possibilitou a ocupação de comunidades humanas neste bioma (Oliveira, 2015). Ainda que pareça contraditório, principalmente porque o uso do fogo constantemente é associado às práticas destrutivas do agronegócio, que usa as queimadas associadas ao desmatamento como estratégia de expansão da fronteira agrícola, a técnica de corte e queima pode ser considerada um mecanismo ecologicamente positivo nos ambientes florestais,

influenciando na fertilidade do solo, o que permite compreender que, desde que instrumentalizado com cautela, o fogo, neste caso, não é um fator de devastação ambiental (Bertolino, 2021).

Neste sentido, tanto a utilização da agricultura de coivara, quanto às práticas relacionadas com a coleta de recursos e caça de animais modelaram a relação de populações humanas e a floresta tropical, que através de um processo de coevolução transformaram aspectos das paisagens e das culturas (Côrrea, 2012). Desta forma, o funcionamento dos ecossistemas foi, ao decorrer dos ciclos, sendo construído e reconstruído pelos usos do território. As dinâmicas de manejo da terra deixaram legados que tornam incontestável o protagonismo dos povos indígenas e tradicionais na História Ambiental do Brasil, principalmente, no que diz respeito à formação e proteção de ecossistemas e suas respectivas sociobiodiversidades (Leff, 2005).

São inúmeras as evidências que comprovam a existência da prática de agricultura há pelo menos três mil anos na Mata Atlântica: a presença de remanescentes de clareiras, a composição química, diversidade e fertilidade dos solos, a predominância de determinadas espécies vegetais e animais, a permanência de práticas tradicionais de cultivo são exemplos de vestígios na paisagem registrados através da longa história da relação entre a humanidade e a floresta atlântica (Cabral, 2014; Dean, 1996; Munari, 2009; Oliveira, 2014). Portanto, a fitofisionomia atual da Mata Atlântica é resultado histórico da aplicação de tecnologias autóctones para garantir a sobrevivência e a perpetuação de suas populações, sejam elas humanas, de fauna e/ou de flora. O legado ecológico deixado pela grande difusão dessas técnicas de manejo entre os povos tradicionais e indígenas da Mata Atlântica contesta dois poderosos mitos da modernidade: o da indolência do indígena lido como “bom selvagem” (Almeida, 2010) e o da natureza intocada (Diegues, 2008). É, neste sentido, que a investigação das tecnologias sociais se mostra fundamental na construção de perspectivas que valorizam as histórias apagadas de lugares e sujeitos colocados às margens das narrativas dominantes (Munari, 2009).

3. Mata Atlântica Friburguense: As tecnologias indígenas na comunidade de agricultores

A escarpa da Serra do Mar, no Rio de Janeiro, até o século XIX, se apresentava como uma grande barreira natural para a interiorização dos colonos europeus. Coberta pela densa floresta tropical, esta paisagem, desconhecida pelos portugueses, era vista como uma área desabitada ou deserta. Assim, o trecho que se estendia a leste e a norte de Teresópolis até a Zona da Mata mineira era denominado Sertões do Macacu, em referência ao rio homônimo que drena a vertente oceânica em direção à Baía de Guanabara e dava acesso às áreas remotas. Apesar do baixo interesse pela Coroa, essa região era frequentada por diferentes grupos sociais como indígenas, contrabandistas de ouro e parques fazendeiros (Faria, 2018).

Foi a partir do século XIX que a região passou a ganhar maior destaque, quando a necessidade de abastecer a crescente demanda urbana da população carioca exigiu um aumento na produção de recursos, em especial de produtos agrícolas, o que resultou na intensificação de uma política de migrações e ocupações de áreas que, até então, não despertavam muito interesse do Estado. Associado a isto, com o propósito de coibir o contrabando de ouro, que usava rotas alternativas para fugir da tributação, foi estimulada a ocupação dos interiores fluminenses. Neste contexto, o agente Nicolas Gachet, representante da Confederação Helvética, em 1818, assinou um contrato com Dom João VI que previa a formação de uma colônia suíça na fazenda Morro Queimado, localizada onde atualmente está a sede do município de Nova Friburgo. O projeto tem sido considerado um marco inaugural na política de colonização estrangeira no Brasil por seus elementos contratuais que previam a quantidade de famílias de imigrantes de religião católica, a distribuição de lotes de terras fundamentada na pequena propriedade diferentemente das sesmarias, a isenção de impostos, o pagamento da viagem e subsídios monetários aos colonos (Mayer, 2003).

O contrato previa a migração de 2.000 colonos suíços, dentre eles “bastantes artistas dos mais essenciais como carpinteiro, marceneiros, ferradores, curtidores, alfaia-tes, tecelões, oleiros e oficiais para fazer telhas”, contudo a grande maioria era composta por agricultores (Nicoulin, 1995, p. 164). Em 1824 chegaram também à região um grupo de alemães. Já nos anos iniciais do processo de imigração, os colonos encontraram grandes dificuldades para se estabelecerem na região de Nova Friburgo. O relevo escarpado, a mata densa e os solos rasos eram grandes empecilhos para o sucesso na lavoura. De acordo com Faria (2018), a principal queixa dos colonos era a dificuldade de plantar café nas terras friburguenses que lhes foram cedidas, o que levou que migrassem para a região do município de Cantagalo nos primeiros cinco anos de imigração. O alto valor comercial do café no período era um dos mais importantes atrativos para migração de europeus para os trópicos. Sendo uma cultura melhor adaptada em regiões com baixa amplitude térmica, as plantações de café não sobreviviam às geadas de Nova Friburgo, o que causou grandes frustrações nos novos ocupantes que almejavam lucrar com o comércio da planta. Muitos colonos que permaneceram na região acabaram optando pela produção de alimentos para o mercado interno, em sua maioria culturas domesticadas e manejadas por povos indígenas da região, ainda que mantivessem o projeto do café em seus planos para a lavoura (Faria, 2018).

Apesar de a memória social friburguense ser bastante voltada para a história da colonização de suíços e alemães na região, investigações apontam para uma ocupação indígena anterior à chegada desses colonos europeus (Nicoulin, 1976; Erthal, 2000; Freire; Malheiros, 2009). Gomes (2004) aponta que a mão de obra e os conhecimentos indígenas foram usados em larga escala na derrubada da vegetação para agricultura e na orientação territorial. Além disso, várias foram as tecnologias e saberes originários apropriados pelos colonos suíços para garantir o desenvolvimento de sua comunidade em um território cujas condições ainda eram desconhecidas, tais como as técnicas de cultivo da agri-

cultura de coivara, a técnica de trançado de fibras vegetais para confecção de artesanatos usados no cotidiano, o conhecimento acerca dos usos da fauna e flora locais, entre outros.

Esta região dos sertões do Macacu era ocupada desde o período anterior à colonização portuguesa, pelos povos indígenas Puri e Coroados. Sobre eles é possível afirmar que estão entre os povos historicamente mais importantes do Rio de Janeiro, que ocupavam vastas extensões de seu território e contribuíram, decisivamente, para a formação étnica do povo fluminense. Seus territórios eram, principalmente, as serras e não tinham muito contato com os europeus nos dois primeiros séculos da colonização europeia. Somente no século XVIII foram escritos documentos reportando-os, mas alguns grupos só foram encontrados no século XIX. Os documentos sobre os Puris foram escritos em momentos históricos diferentes, conforme contatos com os exploradores. Sobre a relação do povo Puri com a natureza, os naturalistas alemães Spix e Martius afirmaram:

Eles [os indígenas Puri] sabiam designar quase que todos os animais, todas as árvores, todas as ervas do mato, com o nome próprio e davam informações minuciosas sobre a utilidade de cada um [...], a denominação dada pelos índios a diversos macacos e a certas palmeiras foi para nós um guia na investigação dos gêneros e espécies, pois quase cada espécie tem um nome indígena próprio (Spix; Marius, 1981 *apud* Freire, 2009).

Os Puris mantinham uma tradição nômade, tendo as atividades de caça e coleta como a principal forma de obtenção de recursos para a subsistência, embora ainda praticassem agricultura de pequenas roças. De acordo com Reis (2009), eles cultivavam habitualmente em suas roças cerca de quarenta plantas que são até hoje sustento básico do seu povo, como é o caso da mandioca, do milho, do amendoim, dos feijões e de muitas outras plantas. Já os Coroados dedicavam-se mais às tarefas agrícolas, dominavam técnicas mais elaboradas de cultivo e preparo de alimentos e eram considerados bons artesãos e ceramistas. Segundo Freire e Malheiros (2009), eles fabricavam potes, cântaros, jarros, utensílios como peneiras de vime, cestas de palhas de várias formas e tamanhos, preparavam farinha de milho em pilão cilíndrico de madeira.

O domínio das tecnologias e dos conhecimentos acerca da biogeodiversidade do território, permitiu que esses povos se adaptassem e desenvolvessem suas comunidades em ambientes de condições nem sempre favoráveis a subsistência, como é o caso das regiões de elevada altitude da Mata Atlântica Fluminense. O clima, o solo e o relevo da Serra do Mar foram algumas das dificuldades encontradas pelos colonos suíços ao chegarem na região de Nova Friburgo no século XIX. Ainda que alguns deles já exercessem a função de lavradores em sua terra natal, as condições impostas ao cultivo nos trópicos eram bastante desconhecidas, o que fez com que esses colonos dependessem da apropriação das técnicas indígenas para garantir o sucesso da lavoura.

Em Nova Friburgo, parte da floresta ombrófila remanescente do bioma Mata Atlântica é protegida legalmente desde 2001, a partir da criação da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima (APAMC), uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. A implementação da APAMC esteve bastante relacionada com a descoberta desta região florestada por grupos urbanos, ligados ao movimento *hippie*, durante a década de 1970. Na década seguinte, um grupo de pesquisadores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro publicou diversos estudos destacando o alto endemismo botânico da área, com destaque para as Bromélias (*Bromeliaceae*) e Orquídeas (*Orchidaceae*). A pressão sobre o governo estadual para criação de uma unidade de conservação veio justamente das pessoas que, encantadas com o exuberante fragmento florestal, compraram terrenos e casas com objetivo de ficarem em um ambiente idílico nos seus momentos de lazer (Villas Boas; Mattos, 2021). Pode-se afirmar que um dos fatores centrais para construção da unidade de conservação na região foi justamente a idealização deste espaço natural sacralizado enquanto um “paraíso perdido”, livre da influência humana. A grande contradição desta mentalidade está, justamente, no fato de que a floresta foi e é resultado de diferentes ocupações que se sobrepuseram ao longo do tempo e deixaram seus registros na paisagem.

Na atualidade, a região da APAMC ainda é habitada por uma comunidade de agricultores tradicionais, descendentes dos colonos suíços e alemães. Seus métodos de cultivo, assim como aspectos da paisagem, deixam bastante evidentes a contribuição da presença indígena na região, no sentido em que demonstram a permanência do uso de tecnologias nativas nos espaços em que a história desses povos foi profundamente apagada. Um aspecto dessa permanência pode ser exemplificado com o uso de ferramentas de origem indígena para o transporte dos alimentos cultivados. O relevo íngreme do território da APAMC dificulta a coleta e escoamento dos cultivos e, sem uma estratégia adequada, seria quase impossível estabelecer lavouras produtivas nas partes mais altas das vertentes. A solução para superar tal dificuldade pode ser encontrada já nos relatos e iconografia de viajantes naturalistas, quando estes descreveram a vida cotidiana dos povos indígenas no início do século XIX. Trata-se do uso de instrumentos artesanais de transporte como as cestas (ou *jacás*). Mesmo com a criação de maquinários especializados nas tarefas de transporte, como os tratores, a geografia da área e as condições socioeconômicas dos agricultores locais impedem que estes métodos sejam aplicados nas plantações. Por conta disso, recorrem até hoje às tecnologias indígenas que foram apropriadas por seus antepassados e reproduzidas pelas gerações seguintes como conhecimento tradicional, entre elas a confecção de cestos trançados com fibra vegetal utilizados no transporte de cultivos (**Fotografia 1**).

No cenário atual dos estudos de cultura material, a noção de objeto tem sido revisada e, cada vez mais, tem se assumido uma perspectiva antropológica da leitura do objeto como “objeto documento” ou “objeto testemunho”. Nesta visão, os objetos atestariam uma determinada vivência cultural e também aspectos sobre as adaptações ecológicas, técnicas de manufatura, modalidades econômicas, formas de organização comunitária, atividades sociais e rituais e estruturas de cosmologias (Van Velthem, 2012).

Fotografia 1 – Agricultores utilizando o jacá no transporte da colheita de inhame.



Fonte: os autores (2022).

291

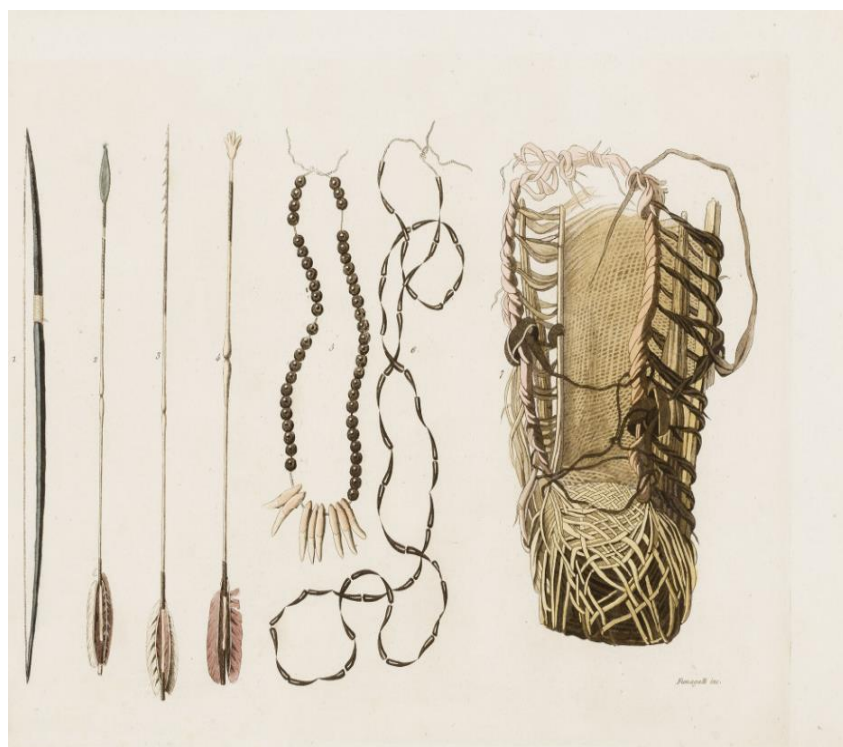
Assim, a cestaria, prática secular dos povos indígenas, deriva de atos tecnológicos de fabricação, os quais respondem a uma intenção, a uma vontade de produzir um efeito e, mais particularmente, a uma ação de ordem técnica. De acordo com a descrição do naturalista Maximilian Wied Neuwied (1822), os indígenas Puris utilizavam as cestas para carregar mantimentos extraídos da floresta e nas pequenas roças, bem como para transportar crianças em deslocamentos mais perigosos. Sabendo disso, é possível notar a contribuição de tais conhecimentos indígenas para cultura material da comunidade de agricultores residentes na APAMC, que incorporaram em suas atividades ferramentas como as cestas trançadas com fibra vegetal para o transporte dos cultivos e a peneira de vime para o plantio de espécies como milho e feijão (**Figuras 1 e 2**).

Figura 1 – Registro de indígenas Puris utilizando o mesmo tipo de cesto trançado para o transporte de alimentos coletados.



Fonte: Wied-Neuwied (1821).

Figura 2 – Registro feito por viajante naturalista de utensílios produzidos e utilizados no cotidiano de indígenas Puris e Coroados, onde novamente há a presença do cesto.



Fonte: Wied-Neuwied (1822).

A embaúba (*Cecropia glaziovii*) é apontada como uma das espécies mais utilizadas para extração da fibra vegetal usada para o artesanato. A *Cecropia glaziovii* é uma espécie abundante na composição florística da Mata Atlântica, isto porque a árvore da família *Urticaceae* é uma espécie pioneira, que se caracteriza por germinar em clareiras abertas na floresta (Válio; Scarpa, 2001). Enquanto espécie pioneira da Mata Atlântica, a embaúba tem sua reprodução favorecida pelo histórico de atividade humana, uma vez que no processo de sucessão ecológica da floresta, são estas as espécies que primeiro colonizam as áreas abandonadas, anteriormente submetidas a agricultura de corte e queima (Ribeiro-Filho et al., 2015). Assim, a presença da embaúba, pode sugerir o uso e ocupação pretéritas de determinado território. No contexto da APAMC, o Plano de Manejo da Unidade de Conservação revela a profusão da embaúba em regiões de margem dos rios, o que condiz com a descrição dos viajantes naturalistas Jean Baptiste Debret e Hermann Burmeister, que ao visitar a localidade durante o século XIX, afirmaram terem avistado aldeias indígenas localizadas principalmente próximas às margens de rios e riachos (Debret, 1971; Burmeister, 1980). A caracterização florística do Plano de Manejo aponta que

Margeando os pequenos rios e riachos, outras comunidades arbóreas também apresentam singularidades florísticas. Nestes locais sobressaem as espécies de Leguminosae, Annonaceae, Myrtaceae, Monimiaceae e Rubiaceae. Merecem destaque pela abundância *Inga sessilis*, *Senna multijuga*, e algumas espécies de *Cecropia* e *Tibouchina* (Inea, 2014, p.140, grifo dos autores).

O destaque da embaúba se dá pelo fato de a espécie ser citada tanto por viajantes naturalistas (Debret, 1971; Saint-Hilaire, 1975; Burmeister, 1980) como por relatos de indígenas da etnia Puri (Reis, 2020; Silva, 2017), como uma espécie de relevância para cultura material Puri. Dois aspectos podem ser relacionados ao uso da embaúba pelos indígenas Puris, a primeira diz respeito a grande disponibilidade da espécie que se reproduz em abundância no processo de regeneração florestal das roças, o outro relaciona-se com as características fisiológicas da planta, que possui um tronco com a madeira mais flexível permitindo seu uso para o artesanato, principalmente, com a extração da fibra vegetal.

Além da embaúba, outros fatores da composição florística da região podem ser tomados como fontes para o estudo da História Ambiental. Desse modo, destaca-se aqui que a vegetação, assim como vários outros aspectos da paisagem, tem a capacidade de revelar narrativas que foram ocultadas dos livros e documentos oficiais. Para Oliveira et al. (2019) entre as plantas que contam histórias, a carrapeta (*Guarea guidonia*) destaca-se por ser uma árvore que indica alguns dos usos históricos da floresta. Sendo uma espécie pioneira da Mata Atlântica, a carrapeta germina em clareiras naturais, o que faz com que a espécie ocorra, principalmente, em áreas anteriormente utilizadas para agricultura. Ao contrário de grande parte das espécies pioneiras, que tendem a ter um ciclo de vida curto (Almeida, 2016), a *Guarea guidonia* caracteriza-se pelo seu rápido crescimento e por sua longevidade, podendo chegar a ter mais de 150 anos de idade, o que reforça seu papel como indicadora do histórico de relação entre os grupos sociais e a floresta. No Plano de Manejo da APAMC, a ocorrência da carrapeta é descrita como abundante e quase sempre presente às margens de rios e riachos (Inea, 2014), que como já informado, era ocupada originalmente pelas populações indígenas que praticavam o cultivo em pequenas roças.

Entre as espécies ameaçadas de extinção que são protegidas nas delimitações do território da APAMC, duas estão presentes em importantes aspectos da cultura Puri. A primeira delas é a Acaiácá, também chamada de Cedro-rosa (*Cedrela fissilis*), uma espécie arbórea que, desde período colonial, é explorada para extração de madeira para construção, um dos fatores que contribuíram para que a Acaiácá esteja classificada atualmente em estado de Vulnerabilidade pela Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas da UICN (União Internacional para Conservação da Natureza) (Nunes et al., 2021).² Na cultura do povo Puri, a Acaiácá é considerada sagrada e, de acordo com Carmelita Lopes (2019), pesquisadora e indígena Puri, a árvore está conectada à espiritualidade da etnia, já que possibilita o contato com o divino. Lopes (2019) ainda afirma que história da relação com a

² A Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas é o maior catálogo sobre o estado de conservação de espécies de plantas, animais, fungos e protozoários de todo o planeta; o compilado foi organizado pela UICN (União Internacional para Conservação da Natureza).

espécie foi transmitida, por meio do relato oral, entre as gerações dos Puris e que também foi registrada pelo autor mineiro Aires da Mata Machado Filho, que escreveu:

[...] no início da colonização, essa árvore viva representava uma energia superior insubstituível, um símbolo de união, que emprestava força e vigor para vencer o inimigo. Embaixo de sua copa eram tomadas as decisões. Sua sombra abrigava tanto o velho guerreiro, quanto o recém-nascido. Em seus galhos foi recebido o casal povoador do Povo Puri, que sobreviveu a uma inundação na Terra no começo do mundo por habitar na copa sagrada. Quando as águas baixaram, eles desceram e começaram a povoar novamente a terra. Segundo a tradição, se a árvore fosse cortada, a tribo acabaria. Um mameluco revelou aos inimigos rayon, não indígenas, esse segredo. Numa noite de lua cheia, os Puri festejavam a união de um guerreiro e a frágil Puri, filha do líder da tribo. No auge da festa, os rayon derrubaram a Acaiá com pancadas de machado e atearam fogo. A tribo, ao ver queimada sua árvore sagrada, símbolo de união, se desesperou e se enfureceu. Aconteceram conflitos entre os guerreiros e o líder. Todas as habitações foram incendiadas. Uns morreram, outros fugiram [...] (Machado Filho, 1980 *apud* Lopes, 2019, p. 8).

A segunda espécie ameaçada é a Palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), também incluída na classificação de Vulnerabilidade da UICN (Nunes *et al.*, 2021). A extração e comercialização do palmito juçara está entre as principais causas de sua escassez no ambiente natural. No território da APAMC, a *Euterpe edulis* está presente em abundância tanto em áreas de matas preservadas quanto em matas em regeneração (Nunes *et al.*, 2021). Para Barroso *et al.* (2010) a Palmeira-juçara possui uma relação profunda com a etnobotânica de diversos povos tradicionais que guardam uma relação ancestral com as florestas da Mata Atlântica. Os autores destacam ainda que as culturas desses povos são um elemento de fundamental importância para conservação desta espécie vegetal. Nas comunidades do povo Puri, a planta era utilizada em grande escala, seus usos iam desde da culinária até a arquitetura e o artesanato: do seu caule era extraído o palmito, bastante consumido na alimentação do povo, assim como seu fruto, enquanto suas folhas eram utilizadas para fabricação das *ngwáras* (habitações) e de redes de descanso (Gomes, 2004). Neste sentido, uma das hipóteses levantadas neste artigo é de que a abundância

de espécies como a Acaiaca e a Palmeira-juçara, assim como a presença de outros indicadores, no território da APAMC tenham relação com a dispersão induzida destas espécies pelos indígenas e, posteriormente por seus descendentes.

Outro vestígio da contribuição indígena na região faz-se presente nas principais espécies cultivadas nas plantações. Os documentos diplomáticos que mediam a vinda dos colonos suíços para o Brasil revelam que a intenção original era a de que os imigrantes cultivassem nas lavouras espécies já conhecidas e domesticadas na Europa, como o trigo e a cevada (Nicoulin, 1995). Mas as condições ambientais encontradas aqui não foram favoráveis ao cultivo destas espécies, o que exigiu que os novos ocupantes da região buscassem alternativas de cultivos que se adaptassem melhor ao clima tropical e ao relevo desafiador. A resposta encontrada foi o investimento no plantio de espécies domesticadas pelas populações indígenas locais, com destaque para o milho, a mandioca, a batata e a banana. Tais culturas já eram praticadas pelas comunidades de Puris, Coroados e demais etnias. De acordo com Gomes (2004), o naturalista Burmeister, em passagem pelo território de Nova Friburgo, observou que os Puris plantavam mandioca, bananeiras, laranjeiras e inhame ao lado de suas casas, o suficiente para seu consumo, não havendo excedentes. O cultivo dessas espécies se tornou central na região, sendo hoje a base da alimentação e o sustento econômico de grande parte das famílias de agricultores que residem na área (Villas Boas *et al.*, 2022).

Algumas das espécies cultivadas possuem uma relação secular com o manejo de grupos indígenas das Américas, como é o caso da mandioca e do milho. Apesar de ser uma planta originária de terras da América Central, o milho conseguiu adaptar-se em climas e solos diversos, tornando-se uma das espécies mais importantes da alimentação de diferentes povos indígenas. Para Barghini (2003), em razão de suas características biológicas como o rápido crescimento, a grande estatura e a produção abundante, o cultivo do milho dispensa o arado e favorece o plantio de coivara, podendo ser plantado até por culturas de caçadores-coletores, em uma fase incipiente de agricultura. Assim, as hipóteses mais aceitas acerca da dispersão da espécie pelo continente americano, apontam que

a introdução do milho na América do Sul ocorreu por volta de 2.800 anos antes do presente, através do território da atual Venezuela, e sua disseminação deu-se por meio de trocas, presentes ou capturas entre os grupos étnicos existentes, a maioria deles caçadores e coletores que migraram em uma significativa porção de terra (Barghini, 2003). Estudos etnográficos recentes estimam que grande parte das etnias indígenas sulamericanas tem o milho como cultivo integrante de sua base alimentar (Leite, 2007). É interessante ressaltar que o milho para cultura Puri possui uma importância além da questão alimentar, sendo a base para produção da *katipuêira*, uma bebida fermentada utilizada em rituais nas aldeias dos Puris. O milho também era considerado para Puris e Coroados um símbolo de paz. O gesto de paz entre os povos Puris e Coroados, usado para findar guerras e conflitos, consistia em pendurar espigas de milho em meio às matas que ocupavam, como uma espécie de oferenda aos inimigos (Aguar, 2010).

As técnicas de plantio empregadas pelos agricultores destacaram-se também como importantes fontes acerca da história e presença de tecnologias indígenas na APAMC. A realização de trabalhos de campo e entrevistas com membros da comunidade de agricultores familiares no território da APAMC, permitiu identificar que houve um processo de apropriação da coivara pelos colonos suíços e alemães. Além disso, as histórias lembradas na tradição oral dos agricultores acerca da presença indígena da região possibilitaram constatar uma relação entre a exploração das tecnologias subalternas e a violência de gênero cometida contra mulheres indígenas.

Debret (1834), ao descrever a vida cotidiana dos Puris, observou que o conhecimento sobre a vegetação e o trabalho nas pequenas roças eram desempenhados pelas mulheres da aldeia, enquanto os homens dedicavam-se às atividades de caça. Fato que se relaciona com os relatos orais dos agricultores descendentes de europeus quando questionados sobre a existência da memória da presença indígena na região. Muitas das respostas envolveram a história de antepassados, como avós e bisavós, que tinham origem indígena e, ao se casarem com os colonos, ensinavam-lhe as técnicas de plantio. É importante destacar que os relatos revelam que muitas dessas relações de parentesco

não se formaram de modo consensual, visto o uso do termo “pegada no laço”, em duas entrevistas quando se referia à origem do matrimônio entre seus bisavôs. A expressão “pegada no laço” é carregada de uma mentalidade colonial que romantiza a prática violenta em que mulheres indígenas eram sequestradas de suas comunidades por colonizadores e sujeitadas a uma série de violações de seus direitos, desde casamentos forçados até a submissão ao trabalho servil.

No que tange as técnicas, as características ambientais da APAMC fizeram com que a coivara fosse imprescindível tanto para as comunidades indígenas que ocupavam a região originalmente, quanto para os colonos europeus e seus descendentes que, por necessidade, adotaram a técnica no cultivo de suas plantações (**Fotografia 2**).

Fotografia 2 – O uso do fogo ainda é praticado nas roças familiares da APAMC.



Fonte: os autores (2022).

Contudo, em 1992, o governo do estado do Rio de Janeiro aprovou a Lei nº 2.049,³ que tinha como objetivo inibir o uso do fogo nos canaviais da Baixada Campista, mas

³ Ver mais em:

acrescentou uma série de limitações espaciais, o que inviabilizou sua prática num contexto montanhoso e com alta densidade de drenagem, como é o caso da APAMC. Assim, durante muitos anos, o uso do fogo para a limpeza do terreno, foi motivo de conflito entre a comunidade de agricultores e a gestão da unidade de conservação. Após amplo debate, em 2016, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) regulamentou a atividade de pousio e o uso do fogo em todo estado do Rio de Janeiro, através da Resolução nº 134.⁴ O resultado de anos de desgaste conduziu muitos agricultores a duas soluções comumente encontradas na área: 1) o uso descontrolado do fogo, sem a preparação do terreno ou a elaboração do aceiro (o que denotaria sua culpa) e, em caso de fiscalização, argumenta-se que ocorreu um episódio involuntário; e 2) o uso indiscriminado de insumos industrializados (agrotóxicos) nas atividades agrícolas para controles de pragas, recomposição do solo e aumento da produtividade (Villas Boas e Mattos, 2021). A segunda solução, além de ir contrária aos objetivos de uma Área de Proteção Ambiental, ao colocar em risco a qualidade ambiental dos solos e águas, ainda pode acarretar problemas de saúde, seja pelo manuseio dos produtos, seja pelo seu consumo na alimentação. Ou seja, o estado, que por um lado se responsabiliza pela manutenção da qualidade ambiental daquele território, com suas ações de gestão, acaba por conduzir seus habitantes (e por consequência a fauna e flora) à busca por soluções, pautadas na ciência moderna, que se apresentam pouco sustentáveis.

Como vimos, as tecnologias indígenas deixaram suas contribuições em diversas dimensões do cotidiano de uma região orgulhosa de seu passado europeu e que reflete com efetividade como o processo de apagamento indígena serve para a reprodução de uma narrativa eurocêntrica e determinista. Técnicas agrícolas, composição botânica e até cultura material são alguns dos exemplos, não só, da permanência da cultura nativa na

<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/485fe39fc6e8451e0325651b0068e926?OpenDocument#:~:text=Lei%20Ordin%C3%A1ria&text=LEI%20N%C2%BA%202049%2C%20DE%2022,ESPECIFICA%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAAS>>.

⁴ Ver mais em: <<https://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/RESOLU%C3%87%C3%83O-INEA-N%C2%BA-134.pdf>>.

região, mas também provas da presença de um povo que hoje luta para provar sua resistência com o processo de retomada étnica em espaços que foram apropriados e assimilados pelo colonizador. Mais do que isso, apesar de a história indígena da região ter sido intensamente excluída de boa parte da documentação histórica (Pacheco, 1997), vestígios da paisagem são capazes de revelar detalhes desta história apagada, mostrando o potencial da História Ambiental na criação de narrativas aliadas aos grupos subalternos.

Considerações finais

Quando dada as devidas atenções às tecnologias, compreendendo-as em um sentido amplo, é possível notar como a sobrevivência dos colonos que chegaram ao Brasil no século XIX, vindo dos remotos Cantões suíços, dependeu do aprendizado e apropriação dos conhecimentos dos grupos indígenas que foram expulsos de seu território para a construção da vila de Nova Friburgo. A região foi submetida a uma série de sobreposições de ocupações e, com elas, sucessivas transformações na paisagem que permitem desvendar a história de interação dos diferentes grupos sociais com o território. O fragmento de floresta ombrófila da Mata Atlântica que passou a ser protegido, principalmente, por ser considerado um exemplar de natureza intocada pelo homem, é, na verdade, o resultado histórico do uso de tecnologias sociais, principalmente as nativas, no manejo ambiental do território.

Neste sentido, este artigo é também um exercício de reflexão acerca de uma trajetória do processo de apagamento da história indígena, em especial, no debate ambiental brasileiro. Mesmo após séculos de independência, a colonialidade em relação aos povos originários manifesta-se nas mais diversas formas, desde a negação de sua contribuição para a formação e proteção das paisagens, até o contínuo assalto de seus territórios e a depreciação de suas cosmovisões de mundo (Krenak, 2022). Isto porque, na raciona-

lidade colonial, os povos indígenas jamais foram considerados como parte da humanidade, assim como seus saberes não foram reconhecidos pelas ciências modernas como poderosos sistemas de conhecimento que desenvolveram estratégias de convivência positiva com espécies não humanas. Ao contrário disso, foram obrigados a tornarem-se da mão de obra escrava ou servil, enquanto seus conhecimentos eram apropriados por colonizadores que pretendiam explorar a Natureza Barata⁵ e seus recursos em um processo constante de acumulação de capital, que gerou grande destruição ambiental nos territórios colonizados (Moore, 2022).

As narrativas históricas por sua vez, inseridas na lógica da colonialidade, foram (e ainda são) por muito tempo instrumentalizadas por um discurso determinista centrado na defesa da civilização europeia, e tudo que ela representava e produzia, como modelo ideal de sociedade, ciência e raça. Enquanto a história, cultura e saberes de povos subalternizados foram reduzidos e ignorados por completo sob o argumento da suposta validade universal do pensamento racionalista e dualista moderno (Collins *et al.*, 2019). As consequências desta desvalorização afetam não só as comunidades indígenas e tradicionais, como também toda produção de conhecimento, que, ao reproduzir perspectivas coloniais, limita as compreensões acerca de fenômenos e processos de diferentes ambientes. Assim, reconhecendo a necessidade de cada vez mais tornar evidente a gigantesca contribuição dos conhecimentos indígenas para o desenvolvimento de um ambientalismo justo e eficaz, é indispensável priorizar narrativas que demonstram comprometimento com a construção de uma ecologia política decolonial (Zilio, 2023).

Com isso, o estudo das tecnologias é uma abordagem promissora no caminho para a valorização dos saberes originários, uma vez que é capaz de indicar formas melhor adaptadas de convivência e coprodução das paisagens. O que perpassa pela compreensão de diferentes formas de relação com o mundo não-antrópico, em especial, aquelas

⁵ Natureza Barata é um conceito criado pelo geógrafo norte-americano Jason Moore, para abordar a relação entre a natureza e o capitalismo histórico. Para Moore, a criação da Natureza Barata foi a condição do surgimento do capitalismo e o conceito pode ser entendido como “trabalho/energia e utilidade biofísica produzida com força de trabalho mínima e diretamente implicado na produção e troca de mercadoria” (Moore, 2022, p. 160).

que contam a história de grupos que recriaram ecossistemas e desenvolveram métodos de coevolução com as outras espécies e territórios. Para o antropólogo Darrell Posey (2004) com a extinção de cada grupo indígena, o mundo perde milhares de anos de conhecimentos acumulados sobre a vida e adaptação a ecossistemas tropicais. Por isso, pensar a História Ambiental Indígena de uma determinada região é um esforço na direção de conceber uma ciência ambiental em que a sobrevivência do planeta depende do reconhecimento da diversidade da humanidade.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Professor Doutor Leonardo do Marques, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, pela orientação durante o processo de pesquisa e pelas sugestões de leituras que foram essenciais para a produção final do presente estudo.

302

Referências

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Danilo de. Alguns princípios de sucessão natural aplicados ao processo de recuperação. In: **Recuperação ambiental da Mata Atlântica**. 3ª ed. Ilhéus: Editus, 2016, pp. 48-75.
- ALMEIDA, Maria Regina de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- ARRUDA, Hugo; MOURA, Cláudio; LIMA, Caio César; MARTINS, Nême. A negação dos povos indígenas no processo de formação histórico-territorial do Brasil: Um passado colonial amarrado ao presente. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 5, nº 2, pp. 264-297, 2023.
- BARGHINI, Alessandro. **A difusão do milho na América do Sul pré-colombiana**: Aspectos ecológicos e antropológicos. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BARRETO, Henyo. Populações tradicionais: Introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas**: Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 109-144.
- BERTOLINO, Ana Valéria. Repercussões da agricultura de corte e queima na hidrologia e na erosão – São Pedro da Serra /Nova Friburgo (RJ). In: VILLAS BOAS, Guilherme H.; MATTOS, Cristiane P. (orgs.). **20 anos da Área de Proteção de Macaé de Cima**: Trajetórias e caminhos na pesquisa ambiental. Boa Vista: Editora IOLE / Rio de Janeiro: EdTur, 2021, pp. 173-220.
- BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.
- CABRAL, Diogo. **Na presença da floresta**: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- CARON, Mônica; KALAPALO, Jeika; SANTOS, Geovan José dos. Tecnologias indígenas da perspectiva de pesquisadores indígenas. **Articulando e Construindo Saberes**, v.2, nº 1, pp. 388-394, 2017.
- COLLINS, Yolanda; MACGUIRE-RAJPAUL, Victoria; KRAUS, Judith; ASIANANBI, Adeniyi; JIMENEZ, Andrea; BUKHI, Matthew; ALEXANDER-OWEN, Mya. Plotting the coloniality of the conservation. **Journal of Political Ecology**, v. 28, pp. 968-989, 2021.
- CORRÊA, Dora. História ambiental e a paisagem. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, v. 2, nº 1, pp. 47-69, 2012.
- CUNHA, Manuela da. **Índios no Brasil**: História, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

- DAGNINO, Renato. Tecnologia social: Base conceitual. **Ciência & Tecnologia Social**, pp. 1-12, 2011.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Volume II. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1978.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, nº 8, pp. 171-197, 1991.
- ERTHAL, Rui. **A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo: Uma abordagem geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- FARIA, Sheila. Ouro, porcos, escravos e café: As origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). **Anais do Museu Paulista**, v. 26, pp. 1-42, 2018.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora. 2022.
- FREIRE, José; MALHEIROS, Márcia. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Tecnologia. In: PEREIRA, Isabel B.; LIMA, Julio Cesar F. (orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, pp. 377-382.
- FUNES, Eurípedes. História Ambiental – Possibilidades de novos olhares. In: NODARI, Eunice; CORREA, Silvio (orgs.). **Migrações e natureza**. Editora: Oikos, 2014, pp. 203-219.
- GOMES, Mauro. **Ouro, posseiros e fazendas de café: A ocupação e a degradação ambiental da Região das Minas do Canta Gallo na Província do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: Fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, v. 3, nº 5, pp. 139-146, 2016.
- INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **APA Estadual de Macaé de Cima**: Plano de Manejo - informações sintetizadas da UC. Rio de Janeiro: INEA, 2014.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LAVE, Rebecca; BIRMANN, Christine; LANE, Stuart. Introducing Critical Physical Geography. In: LAVE, Rebeca; BERMANN, Christine; LANE, Stuart (orgs.). **The Palgrave Handbook of Critical Physical Geography**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018, pp. 3-22.
- LEFF, Enrique. Construindo a história ambiental da América Latina. **Esboços: Histórias em Contextos Globais**, v. 12, nº 13, pp. 11-29, 2005.
- LEFF, Enrique. Ecologia Política: Uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, pp. 11-20, 2013.
- LEITE, Maurício. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, Denise; SILVA, Denise; GUGELMIN, Silvia (orgs.). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde indígena**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, pp. 181-210
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- MAYER, Jorge M.; ARAÚJO, João R. (orgs.). **Teia serrana**: Formação histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 2003.
- MIRANDA, Jean. Sucessão Ecológica: Conceitos, Modelos e Perspectivas. **SaBios: Revista de Saúde e Biologia**, v. 4, nº 1, pp. 31-37, 2009.
- MOORE, Jason. O surgimento da natureza barata. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022, pp. 128-187.
- MUNARI, Lúcia. **Memória social e ecologia histórica**: A agricultura de coivara das populações quilombolas do vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local. Dissertação (Mestrado em Ecologia: Sistemas terrestres e aquáticos). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

- NICOULIN, Martin. **A gênese de Nova Friburgo**: Imigração e colonização suíça no Brasil, 1817-1827. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.
- NORTON, Marcy. Subaltern technologies and early modernity in the Atlantic World. **Colonial Latin American Review**, v. 26, nº 1, pp. 18-38, 2017.
- NUNES, Maria Fernanda; ORNELLAS, Thales; COLACCHI, Flávia. A vegetação e a flora da APA Macaé de Cima: Ameaças, proteção e manejo. In: VILLAS BOAS, Guilherme H.; MATTOS, Cristiane P. (orgs.). **20 anos da Área de Proteção de Macaé de Cima**: trajetórias e caminhos na pesquisa ambiental. Boa Vista: Editora IOLE / Rio de Janeiro: EdTur, 2021, pp. 265-306.
- OLIVEIRA, Rogério de. Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, pp. 11-23, 2007.
- OLIVEIRA, Rogério de. “Fruto da terra e do trabalho humano”: Paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. **Revista de História Regional**, v. 20, nº 2, pp. 277-299, 2015.
- OLIVEIRA, Rogério de; PATZLAFF, Rúbia; SCHEEL-YBERT, Rita. A Floresta como esconderijo: Arqueologia da paisagem na Mata Atlântica do Rio de Janeiro. **Revista Mo-saico - Revista de História**, v. 13, nº 2, pp. 61-82, 2020.
- OLIVEIRA, Rogério de; SOLÓRZANO, Alexandro. Três Hipóteses Ligadas à Dimensão Humana da Biodiversidade da Mata Atlântica. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 3, nº 2, pp. 80-95, 2014.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, v. 3, pp. 61-84, 1997.
- POSEY, Darrell. **Indigenous Knowledge and Ethics**: A Darrell Posey Reader. New York: Routledge, 2004.
- RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: Iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 8, pp. 969-992, 2001.
- REIS, Solange. **Onde estavam os indígenas Puri quando o sistema os dava como extintos?** Nós estamos aqui, vivos! Orando, rezando, curando, plantando, lutando, resistindo e ressurgindo. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

- RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 22, pp. 605-611, 2015.
- RIBEIRO FILHO, Alexandre; ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui. Impactos da agricultura itinerante sobre o solo em florestas tropicais: Uma revisão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, nº 3, pp. 693-727, 2013.
- SAFIER, Neil. Global knowledge on the move: Itineraries, Amerindian narratives, and deep histories of science. **Isis**, v. 101, nº 1, pp. 133-145, 2010.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1938.
- SOLÓRZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rógerio de; GUEDES-BRUNI, Rejan. Geografia, história e ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, pp. 49-66, 2009.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Decolonising postcolonial thinking: Ethnocentrism and sociocentrism as transideological and multiscalar phenomena. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 18, nº 1, pp. 1-24, 2019.
- VÁLIO, Ivany; SCARPA, Fabiano. Germination of seeds of tropical pioneer species under controlled and natural conditions. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 24, nº 1, pp. 79-84, 2001.
- VAN VELTHEM, Lúcia. Cestos, peneiras e outras coisas: A expressão material do sistema agrícola no rio Negro. **Revista de Antropologia**, v. 55, nº 1, pp. 401-437, 2012.
- VILLAS BOAS, Guilherme H.; MARÇAL, Mônica S.; BRIERLEY, Gary. An ethnogeomorphic case study of conservation practices in Southeast Brazil. **Human Ecology**, v. 50, nº 4, pp. 651-664, 2022.
- VILLAS BOAS, Guilherme H.; MATTOS, Cristiane P. A(s) natureza(s) da APA Macaé de Cima (Rio de Janeiro-Brasil): percepções, dilemas e conflitos. **Sociedade & Natureza**, v. 33, e56556, 2021.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil (1815 a 1817)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- ZILIO, Rafael. A geopolítica anticolonial na transescalaridade da luta indígena. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 5, nº 2, pp. 18-49, 2023.

Victoria Couto Alvim de Mattos é graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). **E-mail:** victoriacoutoam@gmail.com

Guilherme Hissa Villas Boas é Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **E-mail:** guilherme.hissa@igeo.ufrj.br

Artigo enviado em 05/02/2024 e aprovado em 10/09/2024.

Artigo

Vulnerabilidade socioeconômica e o relevo em Rondonópolis/MT

Caio Augusto Marques dos Santos

Kelbiane Alves Rodrigues Santos

Francineide Pinheiro Lopes Rodrigues

Melina Fushimi

Delony de Queiroz Ribeiro

João Vítor Pavoni

Vinícius Augusto Marques dos Santos

309

Resumo

Produção do espaço e vulnerabilidade socioeconômica possuem uma estreita relação na sociedade capitalista. Uma vez que o espaço é tornado mercadoria, apropriar-se das melhores condições espaciais para se viver tem um preço. E nessas condições incluem-se espaços com maiores ou menores riscos (inundação, erosão, movimentos de massa etc.). Diante disso, objetivou-se nesse trabalho analisar os diferentes graus de vulnerabilidade socioeconômica, as declividades do relevo e suscetibilidade à inundação em Rondonópolis/MT. Para tanto, elaborou-se o mapa de vulnerabilidade socioeconômica dos setores censitários urbanos a partir de variáveis sociais, econômicas, de infraestrutura urbana e residencial e escolaridade do Censo Demográfico do IBGE de 2010. Também foram elaborados os mapas de declividade e de suscetibilidade à inundação. Em ambiente SIG, realizou-se o cruzamento dos mapas de declividade e de suscetibilidade com o de vulnerabilidade socioeconômica, em que foi possível extrair os seguintes resultados principais: não há correlação direta entre baixas declividades e alta suscetibilidade à inundação; não há correlação direta entre níveis de vulnerabilização e alguma classe de declividade ou grau de suscetibilidade

específicos; os setores baixamente vulnerabilizados são os que possuem maiores áreas com alta suscetibilidade em decorrência da produção do espaço sobre o relevo; são nos setores muito altamente vulnerabilizados que há, potencialmente, o maior número de atingidos em caso de ocorrência de uma inundação. Assim, é urgente combater uma produção capitalista e alienante do espaço e o discurso ideológico que responsabiliza os indivíduos por sua condição socioeconômica e exposição aos riscos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Socioeconômica; Produção do Espaço; Suscetibilidade à Inundação; Rondonópolis.

Socioeconomic vulnerability and relief in Rondonópolis (state of Mato Grosso, Brazil)

Abstract

The production of space and socioeconomic vulnerability have a close relationship in capitalist society. Once space becomes a commodity, appropriating the best spatial conditions for living comes at a price. Within these conditions are spaces with varying degrees of risk (such as flooding, erosion, mass movements, etc.). In light of this, the objective of this study was to analyze the different degrees of socioeconomic vulnerability, the slopes of the terrain, and susceptibility to flooding in Rondonópolis/MT. To do so, a map of socioeconomic vulnerability of urban census tracts was developed based on social, economic, urban and residential infrastructure, and educational variables from the 2010 IBGE demographic census. Maps of slope and susceptibility to flooding were also developed. In a GIS environment, the intersection of slope and susceptibility maps with the socioeconomic vulnerability map was conducted, from which the following main results were extracted: there is no direct correlation between low slopes and high susceptibility to flooding; there is no direct correlation between levels of vulnerability and any specific slope class or degree of susceptibility; areas with low vulnerability have larger areas with high susceptibility; it is in the highly vulnerable sectors where there is potentially the greatest number of affected individuals in the event of a flood. Thus, it is urgent to combat a capitalist and alienating production of space and the ideological discourse that blames individuals for their socioeconomic condition and exposure to risks.

Keywords: Socioeconomic Vulnerability; Production of Space; Susceptibility to Flooding; Rondonópolis.

Vulnerabilidad socioeconómica y relieve en Rondonópolis (estado de Mato Grosso, Brasil)

Resumen

Producción del espacio y vulnerabilidad socioeconómica están estrechamente vinculadas en la sociedad capitalista. Una vez que el espacio se convierte en mercancía, adquirir las mejores condiciones espaciales

para vivir tiene un costo. Dentro de estas condiciones se encuentran espacios con diversos grados de riesgo (inundaciones, erosión, movimientos de masa etc.). El objetivo de este trabajo fue analizar los diferentes niveles de vulnerabilidad socioeconómica, pendientes del relieve y susceptibilidad a inundaciones en Rondonópolis/MT. Para ello, se elaboró el mapa de vulnerabilidad socioeconómica de los sectores censales urbanos con base en variables sociales, económicas, de infraestructura y educación urbana y residencial del Censo Demográfico del IBGE de 2010. También se elaboraron los mapas de pendiente y susceptibilidad a inundaciones. En un ambiente SIG se cruzaron los mapas de pendiente y susceptibilidad con los mapas de vulnerabilidad socioeconómica, de los cuales se pudo extraer los siguientes resultados principales: no existe correlación directa entre pendientes bajas y alta susceptibilidad a inundaciones; no existe una correlación directa entre los niveles de vulnerabilidad y ninguna clase de pendiente o grado de susceptibilidad específico; los sectores poco vulnerables son aquellos con mayores áreas de alta susceptibilidad; Es en los sectores más vulnerables que potencialmente se encuentra el mayor número de personas afectadas en caso de inundación. Por lo tanto, es urgente combatir la producción capitalista que aliena el espacio y el discurso ideológico que responsabiliza a los individuos por su condición socioeconómica y su exposición a riesgos.

Palabras clave: Vulnerabilidad Socioeconómica; Producción del Espacio; Riesgos; Relieve; Rondonópolis.

Introdução

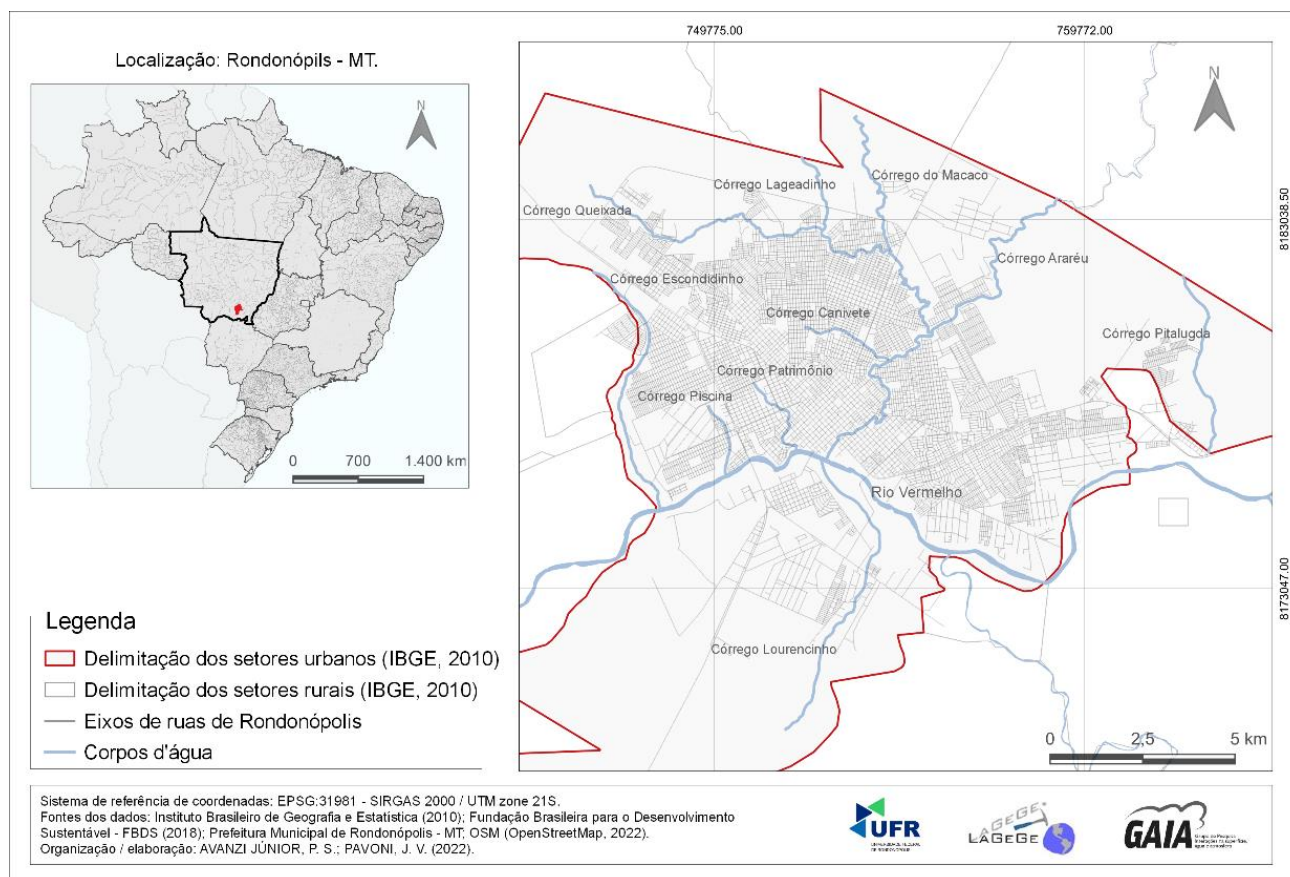
311

A produção do espaço incorre, entre outras coisas, na produção de vulnerabilidades socioeconômicas e vice-versa. Isto é, os diferentes graus de vulnerabilização a que as pessoas são expostas e inseridas não flutuam no ar, elas assentam-se sobre uma base física (sítio urbano) constituída, de forma geral, por rochas, solos e sedimentos inconsolidados, e que possui morfologias e morfometrias, o relevo. E na medida em que se assentam sobre essa base física, a depender de suas características, acabam por reforçar ou minimizar o grau de vulnerabilidade diante da exposição a algum tipo de risco (erosão, inundação, movimento de massa etc.).

Perante o exposto, objetivou-se, nesse trabalho, analisar os diferentes graus de vulnerabilidade socioeconômica e as suscetibilidades a inundação em Rondonópolis/MT (**Mapa 1**). Para tanto, utilizou-se dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 espacializados em setores censitários do perímetro urbano e sobrepostos aos mapas de suscetibilidade a inundação e clinográfico. Optou-se em trabalhar especificamente somente

com o fenômeno da inundação pela ocorrência relativamente frequente na área de estudo.

Mapa 1 – Localização da área de estudo.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Rondonópolis é um importante município localizado no sul/sudeste do estado de Mato Grosso. Tem sua economia calcada no agronegócio, que escoia sua produção pelas rodovias BRs 163 e 364, onde se cruzam, e pelo complexo multimodal, o maior terminal de grãos da América Latina. Sua população era de 195.476 habitantes de acordo com o IBGE (Censo 2010), e aumentou para 244.911 no Censo de 2022.

Outro aspecto a ser destacado é apontado por Negri (2008), que relata processo de segregação socioespacial na cidade devido, sobretudo, à expansão da fronteira agrícola na década de 1970, baseada na pecuária extensiva e cultivo da soja.

Do ponto de vista geológico, seu perímetro urbano situa-se na borda noroeste da Bacia Sedimentar do Paraná e assenta-se, principalmente, sobre as rochas sedimentares da Formação Furnas e Ponta Grossa (Grupo Paraná). Em termos geomorfológicos, de acordo com Guirra (2017), o perímetro urbano localiza-se em duas unidades morfoesculturais: Patamar Intermediário da Porção Noroeste do Planalto do Alto Taquari-Alto Araguaia e Porção Centro-Oeste da Depressão Interplanáltica de Rondonópolis.

Sobre os tipos de solos, Guirra (2017), a partir de SEPLAN-MT (2011), indica a existência de Neossolos (Quartzarênicos e Litólicos), Argissolos e Latossolos, além de depósitos aluvionares associados aos rios Vermelho e Arareau.

Guirra (2017, p. 100), acerca da cobertura vegetal, afirma que “[...] caracteriza-se fisiograficamente por biomas de cerrado e resquícios de florestas savânicas nos ambientes de transição e vales fluviais encaixados nos domínios planálticos e interplanálticos”.

E, no que se refere ao clima, com base em Sette (1996) e Sette e Tarifa (2002), Rondonópolis apresenta uma temperatura média anual de 25°C, sendo que os meses mais quentes são setembro e outubro e os mais frios são junho e julho. Quanto a distribuição das chuvas, afirmam existir alternância entre uma estação úmida, de novembro a abril, e uma seca, de maio a setembro. A distribuição das chuvas durante o ano é, conforme os autores, irregular, com ocorrência em vários anos de episódios de chuvas concentradas que auxiliam na intensificação de processos de inundação, inclusive no perímetro urbano.

É fundamental destacar que não se buscou nenhuma relação determinística entre as duas variáveis do estudo: vulnerabilização socioeconômica e relevo, ou seja, setores censitários menos vulnerabilizados ocupam áreas menos suscetíveis a inundação e menos declivosas e os mais vulnerabilizados, áreas mais suscetíveis e inclinadas. O que se pretendeu foi verificar como estão espacializados os graus de vulnerabilização socioeconômica dos setores censitários sobre as declividades do relevo e graus de suscetibilidade à inundação.

1. Fundamentação teórico-metodológica

O alicerce conceitual de partida para análise dos resultados alcançados, apoia-se basicamente na produção do espaço, na vulnerabilidade e no processo de inundação.

A produção do espaço possui relação direta com o fato de que a urbanização possui uma base material/física com desnivelamentos (relevo). A vulnerabilidade está atrelada ao aspecto desigual com que o espaço é produzido. Por fim, a inundação é um fenômeno natural que, ao ser influenciados pela produção do espaço, pode contribuir para aumentar ou diminuir os níveis de vulnerabilidade.

1.1. Produção do espaço

Sabe-se que muitos autores se debruçaram sobre o conceito de produção do espaço. Alguns exemplos são Smith (1988), Correa (1989), Santos (2002) e Harvey (2005), com perspectivas adotadas a depender dos objetivos das pesquisas e dos métodos de análise. Não se fará aqui um resgate histórico do uso do conceito, tampouco fazer um balanço dos diferentes pontos de vista. Apresenta-se as concepções basilares que se utilizou para análise do objeto proposto, que possui como pano de fundo a relação sociedade e natureza, mais especificamente nas cidades.

A concepção marxista contida nas obras de Henry Lefebvre (1973, 1991 e 2001) foi uma das bases de apoio. Segundo Godoy (2008, p. 126), em Lefebvre, a categoria de trabalho está atrelada ao conceito de produção, que “[...] apresenta dupla dimensão: a de transformação da natureza e de constituição de objetos”. No modo de produção capitalista, o trabalho assume a forma de trabalho alienado, uma mediação de segunda ordem (Mészáros, 1981).

Para Mészáros (1981), ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, se cristalizam, conjuntamente, e por causa do processo de alienação do trabalho, a

propriedade privada, a troca de mercadorias e a divisão social do trabalho. Essas mediações de segunda ordem, ao se estabelecerem, desnaturalizam o humano ao romper com o que torna o ser humano ao mesmo tempo ser social e natural, a mediação de primeira ordem: o trabalho.

O trabalho, que deveria ser uma propriedade interna, ativa, do homem, em consequência da alienação capitalista se torna exterior ao trabalhador ('o trabalho é exterior ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser essencial; [...] O trabalhador, portanto, só se sente ele mesmo fora de seu trabalho, e em seu trabalho sente-se fora de si mesmo'). [...] A alienação transforma a atividade espontânea no "trabalho forçado", uma atividade que é um simples meio de obter fins essencialmente animais (comer, beber, procriar), e com isso 'o que é animal se torna humano e o que é humano se torna animal' (Mészáros, 1981, p. 141).

A categoria trabalho, aliada à produção do espaço, também é utilizada por Santos (2014).

315

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação de espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço (Santos, 2014, p. 96).

Agora, no que se refere à relação da produção do espaço e com os objetivos deste trabalho, encontra-se respaldo em Rodrigues (1998). A autora, nesta obra, aborda a questão ambiental e traz à tona a metáfora espacial, diferentemente da metáfora temporal, típica da modernidade. Ela afirma que a produção do espaço não se resume e se esgota na questão da natureza, mas ressalta, "[...] na análise da produção e consumo do espaço, a importância da natureza" (Rodrigues, 1998, p. 5).

Rodrigues (1998, p. 9), seguindo sua análise, pontua que "o espaço geográfico não prescinde, é óbvio, da base física, dos elementos naturais, pelo contrário, como diz Neil Smith (1988), é o "substratum" material da vida diária". Dessa forma, diante do exposto, não há separação entre os aspectos 'naturais e sociais'.

A mesma autora anteriormente citada menciona Neil Smith (1988), que mostra que não há dissociação entre natureza e sociedade:

A natureza geralmente é vista como aquilo que não pode ser produzida; é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós, como o substratum material da vida diária, o domínio dos valores de uso mais do que dos valores de troca... quando essa aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais de desenvolvimento desigual. No nível mais abstrato, todavia, é na produção da natureza que se fundem e se unem os valores de uso e os valores de troca, e o espaço da sociedade (Smith, 1988, p. 67 *apud* Rodrigues, 1998, p. 9).

Esse processo, segundo Rodrigues (1998), analisado por Neil Smith, compreende a produção espacial. E o cita novamente:

a menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza. Várias suposições seriam necessárias com relação ao significado do espaço e da relação entre espaço e natureza, mas o argumento demonstrando a produção do espaço seria claramente direto. Nossa preocupação é com o espaço geográfico que podemos considerar, no seu sentido mais geral, como o espaço da atividade humana (Smith, 1988, p. 109-110 *apud* Rodrigues, 1998, p. 9).

316

Por fim, Carlos (2015) traz contribuição fundamental acerca da produção do espaço para as discussões que aqui se propõem. Afirma que

a produção do espaço é imanente à produção da vida e, portanto, as relações sociais teriam como exigência um espaço e tempo. Resumidamente isso significa que (sintetizando) a materialização do processo espacial realiza-se na vida cotidiana pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares. O homem se apropria do mundo, enquanto apropriação do espaço com todos os seus sentidos e com o seu corpo, dando ao espaço uma dupla dimensão: de um lado, significa localização das atividades e ações humanas constitutivas da vida; de outro, encerra, em sua natureza, um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço-tempo determinado que é aquele da reprodução da sociedade.

[...] Assim, entre as atividades humanas produtoras do mundo e da história, uma delas é a produtora do espaço, isto é, produção da vida/produção do espaço constituem uma relação histórica e aparecem como momento civilizatório. Assinala-se, desse modo, a indissociabilidade da produção do humano e produção do espaço (Carlos, 2015, p. 9).

Essa indissociabilidade mencionada pela autora entre a produção do humano e produção do espaço torna-se fundamental e base para evidenciar a conexão que se pretende fazer entre produção do espaço e de vulnerabilidades, que no capitalismo torna-se alienada (e desumanizadora) e sustentada por discurso ideológico que naturaliza o risco e culpabiliza o indivíduo.

Foram a partir dessas concepções básicas que o objeto foi analisado: de uma produção capitalista do espaço, que o produz desigualmente numa estreita relação com a natureza, e que, ao ser produzido desigualmente, é produto e gerador de diferentes graus de vulnerabilidades.

1.2. Vulnerabilidade, ideologia e alienação

É importante destacar que, assim como o espaço é produzido, a vulnerabilidade também o é. Não é um estado estático, imóvel, uma condição imutável. Está, antes de tudo, inserida no processo histórico da dinâmica da sociedade capitalista e suas desigualdades e contradições.

Sob essa perspectiva, concorda-se com Vignoli (2001), Filgueira (2001) e Abramovay et al., (2002) que, diante da complexa discussão conceitual e analítica acerca da vulnerabilidade, esta pode ser entendida como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos dos indivíduos ou grupos e o acesso à estrutura social, econômica e cultural provenientes do Estado, do mercado e da sociedade. Dessa forma, entende-se que as circunstâncias e os resultados dessas relações ocorrem de forma desigual, produzindo relações de vulnerabilidade diferenciadas para os diferentes grupos sociais.

Acredita-se que o maior ou menor grau de vulnerabilização a que uma determinada classe ou fração de classe social está submetida é expressão material e concreta do processo de alienação.

De acordo com estudos, “existe uma população que está mais vulnerável ao risco socioambiental e sua capacidade de resiliência é menor: a desprovida de capital” (Cardoso; Guerra; Silva, 2020, p.14).

O capítulo intitulado “As desigualdades socioambientais e qualidade de vida: quem são os vulneráveis ambientais?”, elaborado por Silva, Santos e Marques Filho (2020), identifica os grupos mais vulneráveis ambientalmente e destaca como as desigualdades socioambientais e a qualidade de vida se diferenciam significativamente para aqueles que não tem capital.

Enquanto uma população moradora de uma área mais afastada da cidade dispõe de boa infraestrutura urbana, moradia adequada, passa apenas por transtornos relacionados ao caos no trânsito e impedimentos de sair de casa, outra parte da população, residente de áreas mais pobres do centro e periferias, sofre com a perda de residências e vida, enfrenta situações de insalubridade após eventos de chuvas extremas e, na maioria das vezes, demora a receber o auxílio necessário do poder público. Essas populações possuem poucos recursos para a prevenção e mitigação de desastres, a fim de evitar a perda da moradia e capacitar sua recuperação (Silva; Santos; Marques Filho (2020, p. 153-154).

É recorrente afirmar que estar exposto a determinado risco ou perigo (Veyret, 2007) é culpa exclusivamente do indivíduo. A individualização na sociedade capitalista está em evidência com a ascensão do neoliberalismo. Não é coincidência a expansão do discurso meritocrático.

Pode-se dizer que, junto ao processo de responsabilização do indivíduo, intrinsecamente se oculta a estrutura, através de discursos ideológicos, a sua causa real: a sociabilidade ensejada pelo modo de produção capitalista.

O termo ideologia para Eagleton (2019, p. 21), “[...] em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crença, mas a questões de poder”. Segundo

ele, tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante. O autor cita Thompson (1980), que diz que “[...] estudar ideologia é estudar os modos pelos quais o significado (ou a significação) contribui para manter as relações de dominação” (Eagleton, 2019, p 21). E prossegue afirmando que “[...] essa é, provavelmente, a única definição de ideologia mais amplamente aceita, e o processo de legitimação deveria envolver pelo menos seis estratégias diferentes” (Eagleton, 2019, p. 21-22).

Um poder dominante pode se legitimar promovendo crenças e valores compatíveis consigo próprio; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo¹ ideias que possam desafiá-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo² a realidade social de modo a favorecê-lo. Tal “mistificação”, como é comumente conhecida, com frequência assume a forma de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais. Em qualquer formação ideológica genuína, todas as seis estratégias podem estabelecer entre si interações complexas (Eagleton, 2019, p 22).

Layrargues (2003, p. 44) afirma que a estratégia discursiva da ideologia “[...] só se completa e se torna unanimamente aceita quando se anuncia que, além de vítimas, todos também são responsáveis de forma igualitária pela crise ambiental”. Diante dessa postura ideológica, cria-se a crença de que “a humanidade como um todo aparece tanto como responsável pela atual crise ambiental como vítima de seus efeitos”. Por fim, o autor conclui que, “[...] dessa forma, consolida-se um consenso apaziguador, pois assim as vítimas não mais poderiam responsabilizar os culpados, já que todos são iguais perante a “catástrofe ecológica”.

E a produção de vulnerabilidade aparece, dessa forma, no processo de produção do espaço como reflexo e condição para a alienação, sustentado por um discurso ideológico que oculta as reais causas.

¹ Termo com o qual não se concorda, mas mantido para se tratar de citação direta.

² Termo com o qual não se concorda, mas mantido para se tratar de citação direta.

A alienação da qual se fala é a do trabalho, que está ancorada em Marx (2010) e sistematizada em Mészáros (2016), onde afirma que o conceito marxiano de alienação possui quatro aspectos principais, que são:

- a) o ser humano está alienado da natureza; b) ele está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); c) do seu ‘ser genérico’ (do seu ser como membro do gênero humano); d) o ser humano está alienado do ser humano (dos demais seres humanos) (Mészáros, 2016, p. 20).

Dessa maneira, quando se menciona a alienação como reflexo da produção do espaço, refere-se a um espaço mercantilizado mediado pelo valor de troca. Duas expressões materiais possíveis disso são a segregação socioespacial e ocupação de áreas de risco (áreas menos valorizadas). Já como condição para alienação, refere-se ao processo de retroalimentação negativa proporcionada pela segregação socioespacial e ocupação de áreas de risco, em que: **a)** a natureza externa se torna ameaçadora; **b)** a atividade alienante não permite um salário que possa comprar uma posição melhor no espaço (sem riscos); **c)** a condição sob risco é desumana, é a coisificação do humano que pode ser descartável; **d)** por essa condição, os demais seres humanos culpam pela situação de risco em que se encontra, ocultando as causas sociais da destinação de áreas segregadas e de risco à população de baixo poder aquisitivo.

Ante o exposto, verifica-se uma estreita relação entre produção do espaço e de vulnerabilidades, que possuem a alienação como meio e fim e os discursos ideológicos como forma de ocultamento das causas sociais. Acerca dessa discussão, Caseti (1994) coloca em debate o relevo no contexto da ideologização da natureza. Entre outros aspectos que o autor trabalha, coloca em destaque os ditos “azares” naturais. Afirma que a subordinação da população a eles “é argumento fundamentado na suposição da autonomia da natureza, explicação plausível e despolitizada para a distribuição dos efeitos dos desastres” (Caseti, 1994, p. 110).

Assim, muito se fala em “azares” ou “desastres” naturais, responsabilizando a problematização às dinâmicas naturais. No entanto, entende-se que a discussão é mais ampla, complexa e desigual, pois envolve diferentes grupos sociais que estão expostos de maneira diferenciada à vulnerabilização aos fenômenos, dentre eles, o processo de inundação.

1.3. Relevo: declividade e inundação

O relevo, como produto da interação e do antagonismo entre forças endógenas e exógenas, apresenta características gerais como as morfologias (formas geométricas de relevo) e as morfometrias (medidas absolutas das formas).

Para Marques (2011, p. 24),

o relevo sempre foi notado pelo homem no conjunto de componentes da natureza pela sua beleza, imponência ou forma. Também, é antiga a convivência do homem com o relevo, no sentido de lhe conferir grande importância em muitas situações do seu dia-a-dia, como para assentar moradia, estabelecer melhores caminhos de locomoção, localizar seus cultivos, criar seus rebanhos ou definir os limites de seus domínios.

321

Para o que se pretende, as morfologias e as morfometrias são tratadas na escala de detalhe. Portanto, as primeiras envolvem as formas dos compartimentos de topo, das vertentes e dos fundos de vale. Para as segundas, há medidas dos mesmos compartimentos: amplitude dos topos, comprimento das vertentes, dimensão interfluvial, grau de entalhamento dos talwegues e o grau de inclinação das vertentes (declividades), sobretudo aos condicionamentos que dá ao processo de inundação.

Embora seja processo natural, suas dinamicidades e ritmos são alterados na medida em que há intervenções sociais, ou seja, produção do espaço, em que elementos tecnificados e naturais são inseridos ou retirados do ambiente, como consequência, desencadeando e/ou intensificando os processos.

Tendo a ocorrência relativamente frequente na área de estudo, foca-se no fenômeno da inundação, que segundo Suguio (1998, p. 266)

é a situação em que água transborda dos leitos fluviais e canais artificiais invadindo as terras baixas adjacentes (planícies de inundação). Ela pode ser produzida por excesso de precipitação, sendo anual ou ocorrendo uma vez a cada dois ou três anos.

As planícies de inundação, de acordo com Guerra e Guerra (2009, p. 494), “são superfícies pouco elevadas acima do nível médio das águas, sendo frequentemente inundadas por ocasião das cheias”. São formas de relevo em que se predomina a agradação (Guerra; Guerra, 2009), em geral com baixas declividades, o que condiciona o acúmulo e espraiamento de água. São construídas pelo entalhamento dos cursos d’água, que, ao aprofundar seus leitos, deixam a marca do seu antigo curso, que passa a ser ocupado pelas águas em ocasiões de transbordamento além dos limites de seu leito.

A produção do espaço pode alterar os ritmos das inundações ao impermeabilizar a superfície e aumentar fluxo de água aos rios. Por outro lado, ao aumentar esse fluxo, diminuindo a infiltração, os aquíferos freáticos deixam de ser alimentados, o que diminui o afluxo de água em subsuperfície aos rios. Esses cenários, que são comuns nas cidades, contribuem, teoricamente, ao aumento das ocorrências de vazões máximas em épocas chuvosas e diminuição das vazões mínimas em épocas de estiagem.

Assim, observa-se que o processo de inundação pode ter seus ritmos e dinamicidades influenciadas pela produção do espaço promovida pelos seus agentes, que, ao permitir, promover ocupações humanas em áreas susceptíveis, pode vulnerabilizar, ainda mais, frações de classes sociais já vulnerabilizadas socioeconomicamente pelas relações sociais de produção.

2. Procedimentos metodológicos

Este trabalho é resultado de observações realizadas cotidianamente ao circular pela cidade e ouvir noticiários locais e nacionais. Nesses momentos, percebeu-se uma tendência de o fenômeno de inundação atingir com mais intensidade e quantitativamente populações da fração mais pobre da classe trabalhadora. Diante disso, aventou-se a possibilidade de se analisar a distribuição espacial dos diferentes níveis de vulnerabilização socioeconômica sobre as declividades da superfície e pelos graus de suscetibilidade à inundação.

Para embasar a interpretação dos dados e informações obtidas a partir do cruzamento desses dois aspectos, e desvendar o conteúdo implícito e os “porquês”, utilizou-se os conceitos de produção do espaço, vulnerabilidade, ideologia e alienação, não de maneira isolada, mas procurando estabelecer conexões entre eles.

323

2.1. Escolha das variáveis socioeconômicas

As variáveis selecionadas e as planilhas utilizadas para se obter os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 para compor o mapa de vulnerabilização socioeconômica estão presentes no **Quadro 1**. Elas envolvem grupos básicos: indicadores demográficos, renda, infraestrutura urbana e residencial e escolaridade. Para embasar a escolha, utilizou-se Silva et al., (2021), Vasconcelos et al., (2019), Marques et al., (2017), Dantas et al., (2016) e o Atlas da exclusão social de Presidente Prudente/SP (2003).

Quadro 1 – Variáveis utilizadas do Censo Demográfico de 2010 do IBGE para elaboração do mapa de vulnerabilidade socioeconômica.

VARIÁVEIS UTILIZADAS	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	
Habitantes por domicílio	V001 (Planilha Pessoa03_MT.xls)	Pessoas Residentes
	V002 (Planilha Domicilio01_MT.xls)	Domicílios particulares permanentes

Domicílios ligados à rede de esgoto	V017 (Planilha Domicilio01_MT.xls)	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial
	V002 (Planilha Domicilio01_MT.xls)	Domicílios particulares permanentes
Domicílios ligados via fossa rudimentar	V017 (Planilha Domicilio01_MT.xls)	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar
	V002 (Planilha Domicilio01_MT.xls)	Domicílios particulares permanentes
Domicílios particulares permanentes sem banheiro	V023 (Planilha Domicilio01_MT.xls)	Domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário
	V002 (Planilha Domicilio01_MT.xls)	Domicílios particulares permanentes
Chefes de família sem rendimentos	V010 (Planilha ResponsavelRenda_MT.xls)	Pessoas responsáveis sem rendimento nominal mensal
Chefes de família com até 2 salários mínimos	V001 (Planilha ResponsavelRenda_MT.xls)	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes – rendimento nominal mensal – até ½ salário-mínimo
	V002 (Planilha ResponsavelRenda_MT.xls)	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes – rendimento nominal mensal – mais de ½ a 1 salário-mínimo
	V003 (Planilha ResponsavelRenda_MT.xls)	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes – rendimento nominal mensal – mais de 1 a 2 salários-mínimos
Chefes de família analfabetos	V002 (Planilha Responsavel02_MT.xls)	Pessoas Responsáveis
	V093 (Planilha Responsavel02_MT.xls)	Pessoas Responsáveis alfabetizados (subtração de V002 por V093)
Mulheres responsáveis pelo domicílio	V001 (Planilha Responsavel01_MT.xls)	Pessoas responsáveis, do sexo feminino
Mulheres autodeclaradas de cor/raça preta ou parda	V168 – V170 – V173 – V175 – V178 – V180 – V183 – V185 – V188 – V190 – V193 – V195 – V198 – V200 – V203 – V205 – V208 – V210 – V213 – V215 – V218 – V220 – V223 – V225 – V228 – V230 – V233 – V235 – V238 – V240 – V243 – V245 (Planilha Pessoa03_MT.xls)	Pessoas de 5 a 70 anos ou mais de idade, do sexo feminino e cor ou raça – preta e parda
	V007 – V009 (Planilha Pessoa05_MT.xls)	Pessoas de 0 a 4 anos de idade, do sexo feminino e cor ou raça – preta e parda

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria, 2023.

O **Quadro 2** contém informações teóricas e gerais que embasam o entendimento e interpretação acerca do aumento ou diminuição da vulnerabilidade socioeconômica conforme algumas variáveis.

Quadro 2 – Variáveis e critérios de mensuração da vulnerabilidade socioeconômica.

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	AUMENTO (+) OU DIMINUIÇÃO (-) DA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA
Status socioeconômico (renda, poder político, prestígio)	A habilidade de absorver perdas e realçar a resiliência aos impactos dos perigos. A riqueza permite as comunidades absorver e se recuperar das perdas mais rapidamente devido ao seguro, redes de segurança sociais e programas do direito. Fontes: Cutter, Mitchell e Scott (2000), Burton, Kates and White (1993), Blaikie et al. (1994), Peacock, Morrow e Gladwin (1997, 2000), Hewitt (1997), Puente (1999) e Platt (1999).	Alto status (-) Baixa renda ou status (+)
Gênero	As mulheres podem ter períodos de maior dificuldade durante a recuperação do que os homens, frequentemente devido ao setor-emprego específico, mais baixos salários e responsabilidades do cuidado da família. Fontes: Blaikie et al. (1994), Enarson e Morrow (1998), Enarson e Scanlon (1999), Morrow e Phillips (1999), Fothergill (1996), Peacock, Morrow e Gladwin (1997, 2000), Hewitt (1997) e Cutter (1996).	Gênero (+)
Faixa etária	Idades extremas afetam ou dificultam na necessidade de evacuação de áreas sob eventos perigosos. Os pais perdem tempo e dinheiro quando as creches são afetadas; os idosos têm a mobilidade comprometida ou as dificuldades de mobilidade aumentam o peso dos cuidados, diminuindo a resiliência. Fontes: Cutter, Mitchell e Scott (2000), O'Brien e Mileti (1992), Hewitt (1997) e Ngo (2001).	Idosos (+) Crianças (+)
Desenvolvimento industrial e comercial	O valor, qualidade e densidade das construções comerciais e industriais fornecem um indicador do estado da saúde econômica de uma comunidade e potencial de perdas na comunidade empresarial, e gastos de longo prazo com recuperação após um evento. Fontes: Heinz Center for Science, Economics, and the Environment (2000) e Webb, Tierney e Dahlhamer (2000).	Alta densidade (+) Alto valor (+/-)
Perda do emprego	A perda potencial de emprego que segue um desastre agrava o número de trabalhadores desempregados em uma comunidade, contribuindo para uma recuperação mais lenta do desastre. Fonte: Mileti (1999).	Perda do emprego (+)
Urbano	As áreas de maior densidade (urbanas) dificultam a evacuação no momento de ocorrência de eventos perigosos. Fontes: Cutter, Mitchell e Scott (2000), Cova e Church (1997) e Mitchell (1999).	Urbano (+)
Propriedade residencial	O valor, qualidade e a densidade das construções residenciais afetam o potencial de perdas e de recuperação. Fontes: Heinz Center for Science, Economics and the Environment (2000), Cutter, Mitchell e Scott (2000) e Bolin e Stanford (1991).	Propriedade residencial (+)

Infraestrutura e segurança	Perda de sistemas de esgotos, pontes, água, comunicações e infraestrutura de transporte compõem o potencial de perdas por um desastre. A perda de infraestrutura pode estabelecer um peso financeiro intransponível sobre pequenas comunidades em que há carência de recursos financeiros para a reconstrução. Fontes: Heinz Center for Science, Economics, and the Environment (2000) e Platt (1995).	Infraestrutura de base (+)
Estrutura familiar	Famílias com grande número de dependentes ou com apenas um chefe de família frequentemente têm finanças limitadas para cuidar dos dependentes, e assim devem dividir o trabalho de cuidar desses dependentes com outros membros da família. Tudo isso afeta a resiliência e a recuperação dos perigos. Fontes: Blaikie et al. (1994), Morrow (1999), Heinz Center for Science, Economics, and the Environment (2000) e Puente (1999).	Taxas elevadas de natalidade (+) Famílias numerosas (+) Famílias chefiadas por apenas uma pessoa (+)
Educação	A educação está ligada ao status socioeconômico; quanto maior o tempo de estudos maior é o ganho em expectativa de vida; pouca educação limita a habilidade de compreender avisos de advertência ou alarmes e acessar informações de recuperação. Fonte: Heinz Center for Science, Economics, and the Environment (2000).	Pouca educação (+) Elevada educação (-)
Crescimento demográfico	As regiões que experimentam rápido crescimento têm fortes carências de moradias de qualidade, e as redes de serviços sociais podem não ter tido tempo suficiente para se ajustar ao aumento da população. Novos migrantes podem não falar o idioma local e não estar familiarizados com a burocracia para a obtenção de informações sobre assistência e recuperação, os quais aumentam a vulnerabilidade. Fontes: Heinz Center for Science, Economics, and the Environment (2000), Cutter, Mitchell e Scott (2000), Morrow (1999) e Puente (1999).	Crescimento demográfico rápido (+)

Fonte: Adaptado de Almeida (2010).

2.2. Documentos cartográficos

O geoprocessamento se destaca como uma ferramenta fundamental na demarcação e previsão de áreas de risco e vulnerabilidade, uma vez que permite uma análise espacial aprimorada. Sua aplicação eficiente possibilita não só apenas a precisão das delimitações, mas também amplia a capacidade de antecipar eventos futuros, contribuindo assim para promover a segurança das comunidades globais. Dessa forma, o geoprocessamento é crucial para a gestão eficaz e sustentável do território (Freitas; Cunha, 2013).

Assim, foram elaborados o mapa clinográfico, hipsométrico, de vulnerabilização socioeconômica utilizando-se o *software* livre de geoprocessamento QGIS, versão

3.16.14, e o mapa de suscetibilidade à inundação usando o QGIS versão 3.28.9 e HAND MODEL versão 0.8.1.

Os mapas clinográfico e hipsométrico (contido no primeiro) foram elaborados na escala 1:250.000. Os intervalos de declividade foram: 0 a 7%; 7,01 a 15%; 15,01 a 22%; 22,01 a 30%; 30,01 a 100%.

No mapa de vulnerabilização socioeconômica, os critérios para a determinação dos diferentes graus dos setores censitários (muito altamente, altamente, medianamente, baixamente e muito baixamente vulnerabilizados) foram organizados da seguinte forma: cada variável apresenta um valor por setor censitário, o que possibilitou o mapeamento em ambiente SIG a partir do procedimento de "União Espacial" pelos códigos dos setores identificados nas planilhas e na malha cartográfica digital dos setores censitários. O modo de representação utilizado para cada variável foi o de "Quebras Naturais" (modo de otimização de Jenks), que permite uma melhor visualização da distribuição dos valores por setores censitários no município, a partir de cinco intervalos de classes.

327

Após o mapeamento de cada variável foi elaborado um mapa síntese tendo como ponto de partida o agrupamento dos valores de cada variável por setores censitários em planilhas. A partir disso, realizou-se a soma dos valores dos setores, além do cálculo do total desta soma, e os referidos percentuais, possibilitando a identificação de maior ou menor presença das variáveis selecionadas para o estudo. Para a definição das classes, utilizou-se do método de representação por "quintis", permitindo identificar aqueles setores que mais apresentam valores e percentuais, bem como a definição dos setores identificados com os cinco graus de vulnerabilização já mencionados.

Para a elaboração do mapa de suscetibilidade à inundação do município de Rondonópolis, tomou-se como base o documento "Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações – 1:25.000" (BITAR; IPT/CPRM, 2014), que apresenta como uma das etapas para a elaboração a utilização do *software* HAND MODEL, sendo um programa utilizado para a espacialização da inundação em áreas de planícies e terraços, a partir do cálculo das diferenças altimétricas de um Modelo Digital de Elevação

(MDE). Para tanto, foi necessário o download de um MDE a partir de uma imagem SRTM - Shuttle Radar Topography Mission (USGS Earth Explorer), que apresenta os níveis de altitude da área de estudo. O pré-processamento da imagem foi realizado em ambiente SIG, para reprojeção das coordenadas para o hemisfério sul e o recorte para a área de estudo, tomando como base a delimitação dos setores censitários urbanos de Rondonópolis (IBGE, 2010).

Após a etapa de preparação, foi utilizado o *software* HAND MODEL (versão 0.8.1), que utiliza do MDE para o mapeamento da superfície pela distância vertical da drenagem mais próxima, considerando a trajetória superficial do fluxo das águas. Como resultado, o *software* indica as áreas suscetíveis às inundações a partir dos desníveis topográficos identificados, e pela proximidade relativa dos rios.

Esses desníveis relativos constituem boas indicações das suscetibilidades às inundações de cada ponto na paisagem. A distância vertical à drenagem mais próxima está relacionada indiretamente com a profundidade do lençol freático que, por sua vez, indica a disponibilidade da água do solo. Valores pequenos de distância vertical (próximos a zero) indicam regiões cujo lençol está próximo à superfície e, portanto, o solo se encontra em condições próximas à saturação. Valores altos de distância vertical identificam regiões com lençol freático profundo, ou seja, áreas bem drenadas (Bitar; IPT/CPRM, 2014, p. 21).

Ressalta-se a atenção à etapa da atribuição do “limiar”, número que deve ser indicado para a representação. De acordo com o Bitar e IPT/CPRM (2014), em áreas com planícies extensas, é interessante considerar a aplicação de valores mais elevados, uma vez que retornam melhores resultados, tendo em vista a melhor representação dos canais principais.

O produto é retornado para o QGIS para a definição das classes (alta, média e baixa), a partir da indicação dos valores pela ferramenta de “Reclassificar por Tabela” e, após isso, são inseridas as cores de cada classe pela simbologia padronizada por Bitar e IPT/CPRM (2014).

Para se obter a quantidade de área ocupada pelos graus de suscetibilidade à inundação e classes de declividade em cada nível de vulnerabilização socioeconômica, foram realizados procedimentos de transformação de arquivos matriciais para vetoriais, recortes das sobreposições dos arquivos vetoriais dos níveis de vulnerabilização em relação às classes de declividade e de suscetibilidades, além de cálculos das áreas pela Calculadora de Campo, em ambiente SIG. Ressalta-se que o procedimento só pôde ser realizado através da reprojeção do sistema de referência Coordenadas Geográficas (Lat./Long.) para coordenadas UTM (viabilizando o cálculo de áreas).

3. Resultados e discussões

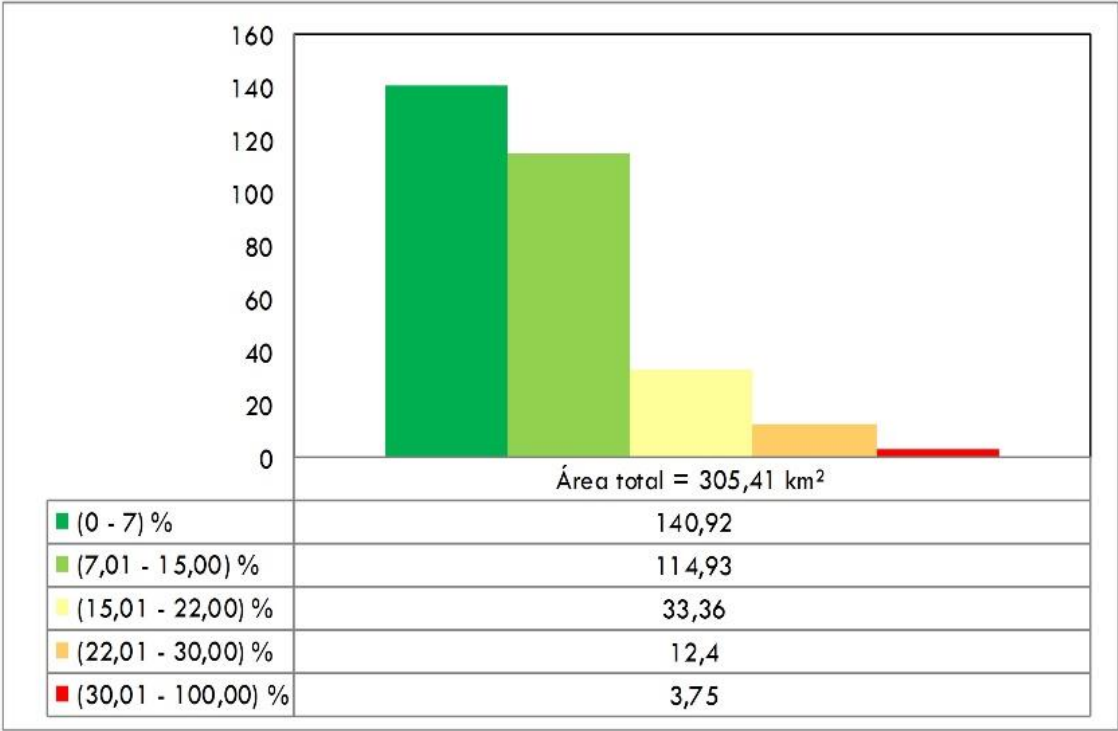
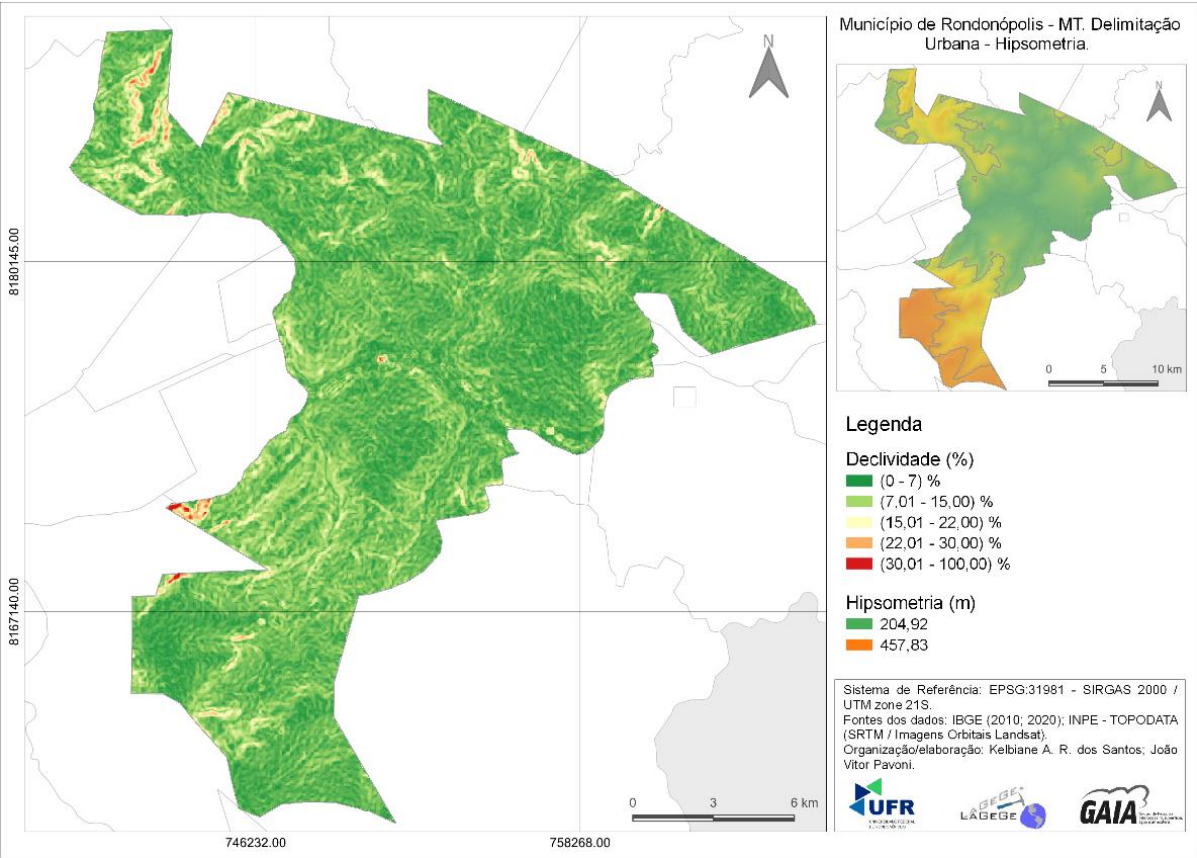
3.1. Vulnerabilização socioeconômica e as declividades do relevo

329

Por meio do **Mapa 2** é possível observar que a área de estudo possui, predominantemente, um relevo com baixas declividades, sobretudo entre 0 a 7% e 7,01 a 15%. É possível notar que a maior parte da área de estudo apresenta baixa declividade (46,14% - 140,92 km²). Junto com a área ocupada pela classe de declividade entre 7,01 e 15% somam 83,77% da área da pesquisa (255,85 km²).

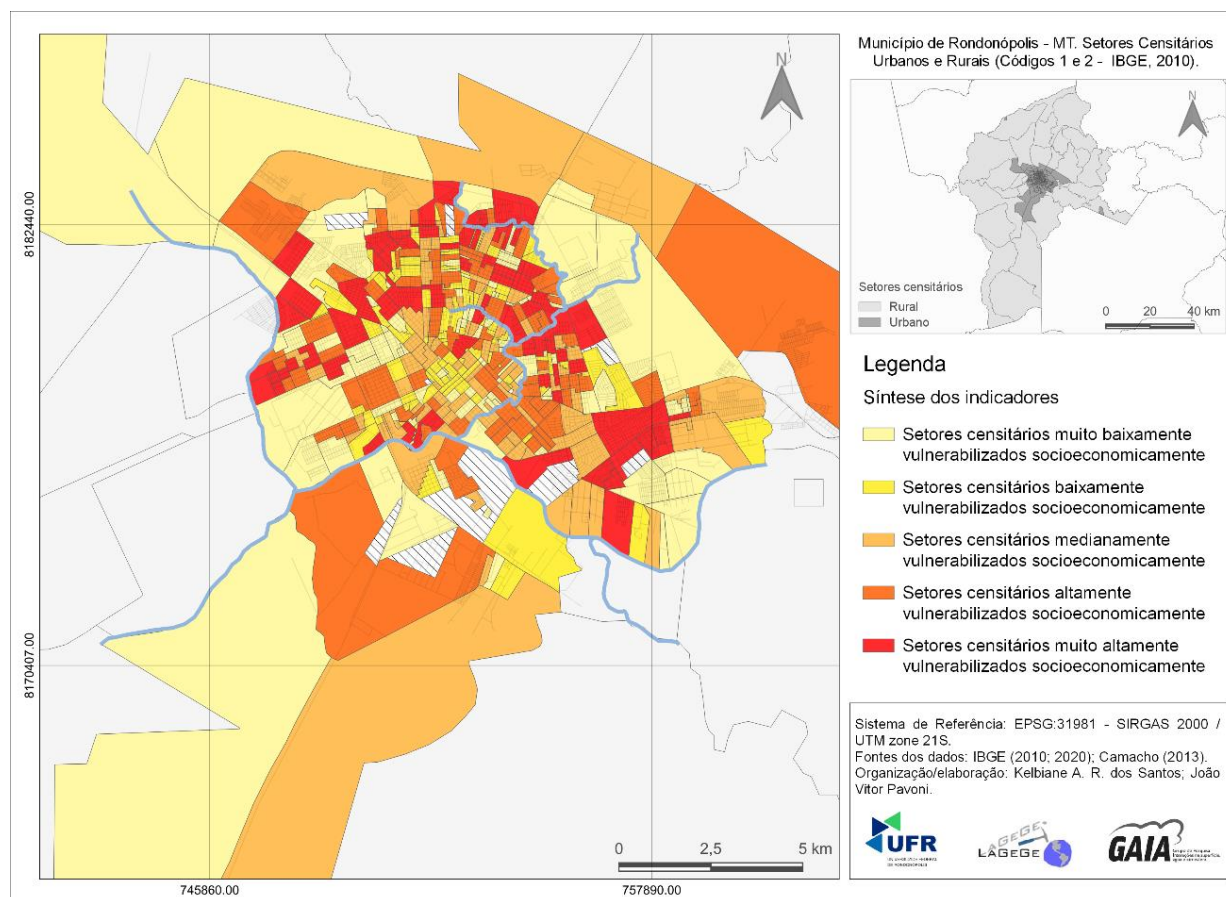
Através da síntese dos indicadores selecionados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, chegou-se ao mapa de vulnerabilização socioeconômica dos setores censitários urbanos de Rondonópolis-MT (**Mapa 3**).

Mapa 2 – Mapa e quantificação de área das classes de declividades do perímetro urbano de Rondonópolis.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Mapa 3 – Mapa da vulnerabilização socioeconômica dos setores censitários do perímetro urbano de Rondonópolis.

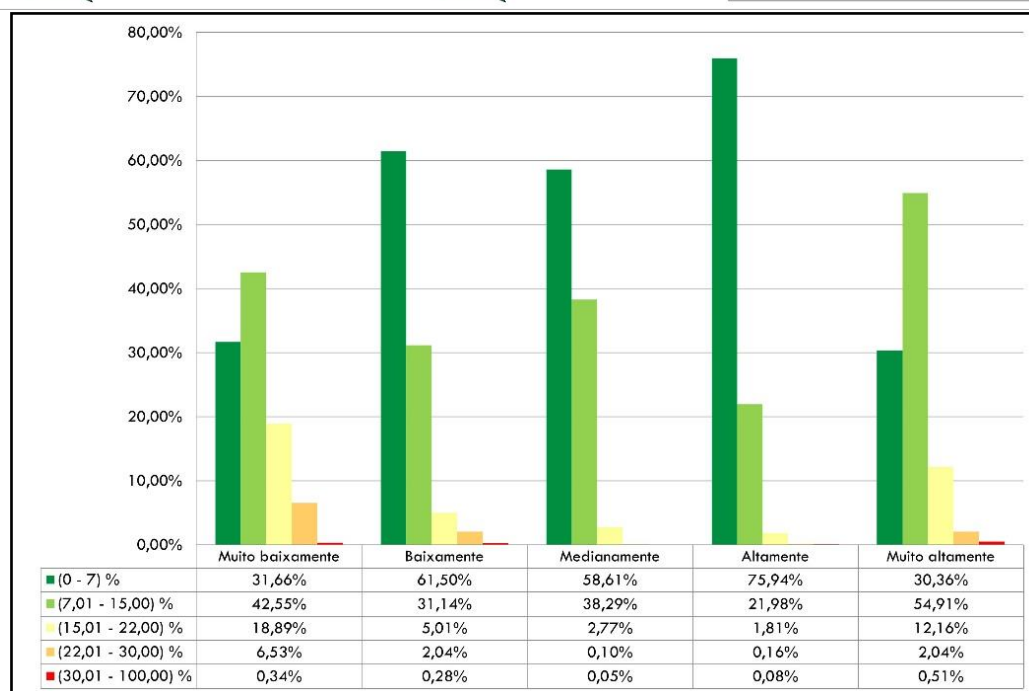
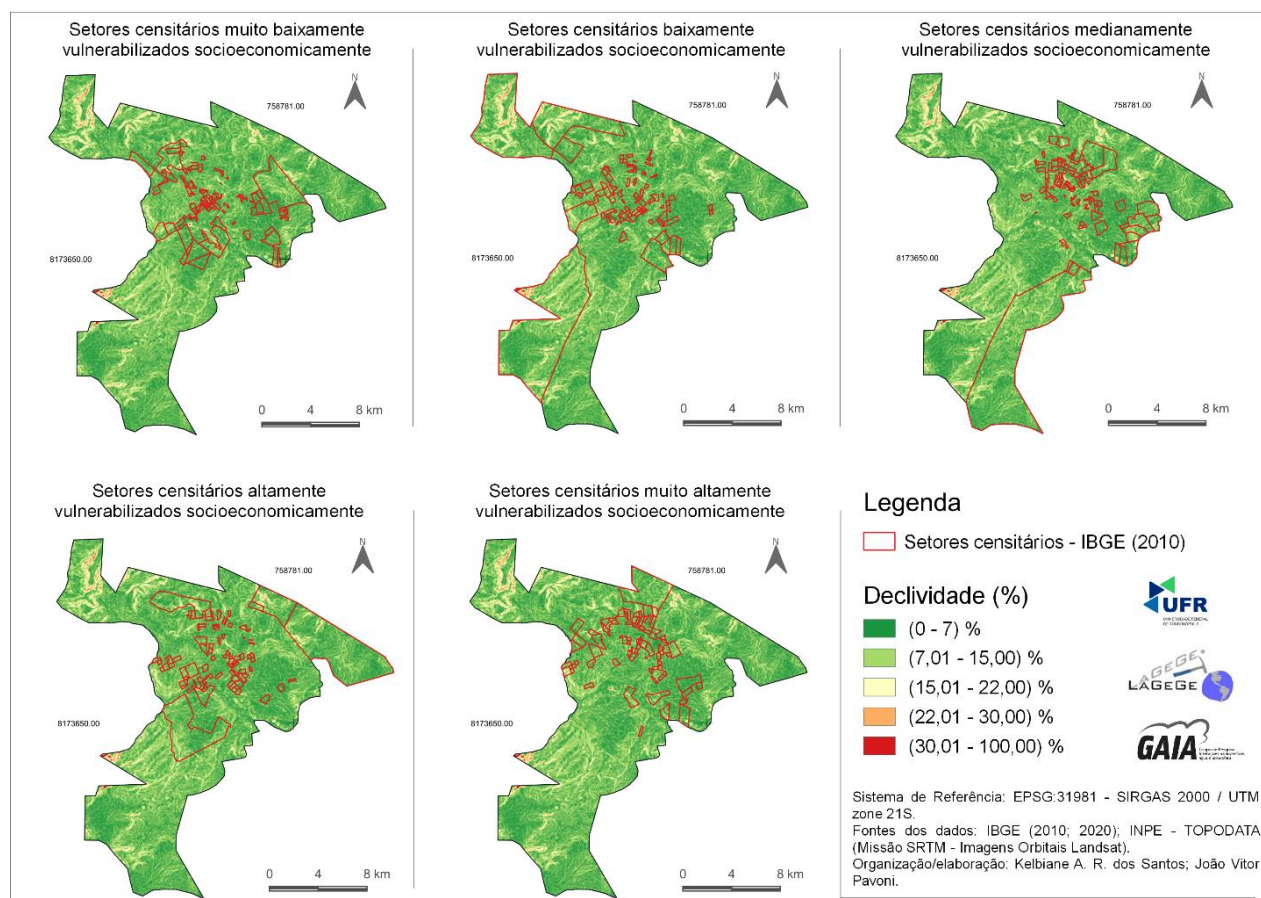


Fonte: Elaboração própria, 2023.

Um aspecto que se destaca é o caráter periférico dos setores muito altamente vulnerabilizados, fato semelhante a diversos municípios brasileiros. Observa-se que, na área de estudo, 15,35% (28,96 km²) correspondem a setores censitários muito altamente vulnerabilizados; 15,13% (63,92 km²) altamente vulnerabilizados; 19,73% (72,47 km²) medianamente vulnerabilizados; 22,36% (104,86 km²) baixamente vulnerabilizados; 25% (35,2 km²) muito baixamente vulnerabilizados; 2,43% são setores sem dados.

O **Mapa 4** mostra a distribuição e quantificação dos níveis de vulnerabilização pelas classes de declividade.

Mapa 4 – Setores censitários por níveis de vulnerabilização socioeconômica espacializados no mapa de declividade do perímetro urbano de Rondonópolis e distribuição percentual das classes de declividade por grau de vulnerabilização.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nota-se que os setores censitários altamente vulnerabilizados possuem uma distribuição das classes de declividade mais discrepante, ou seja, a diferença de percentual de área ocupada entre as classes de declividade é relativamente abrupta. O outro extremo são os setores muito baixamente vulnerabilizados, em que as diferenças são mais tênues em comparação aos demais setores. E a explicação não é área total ocupada pelos setores censitários, mas sim sua distribuição no sítio urbano. Outro aspecto que chama atenção são os setores muito baixamente vulnerabilizados ocupando mais áreas de declividades elevadas.

Também deve ser ressaltado o fato de que os setores altamente vulnerabilizados, embora estejam preponderantemente situados em baixas declividades, não significa que estejam excluídos de qualquer tipo de risco. Pelo contrário, algumas localidades estão expostas à alagamentos e inundações. O **Mosaico de Fotos 1** é um registro de campo em que foi possível observar a mesma área antes e depois da chuva no mesmo dia. E o **Mosaico de Fotos 2** ilustra eventos de inundação ocorridos na área de estudo.

Mosaico de Fotos 1 – Antes e depois da chuva as margens do Córrego Canivete no Bairro Jardim Santa Luzdayara.



Fonte: Autores (2023).

Mosaico de Fotos 2 – Episódios de inundação na área de estudo ao longo do tempo, com registros de 1979 a 2013.



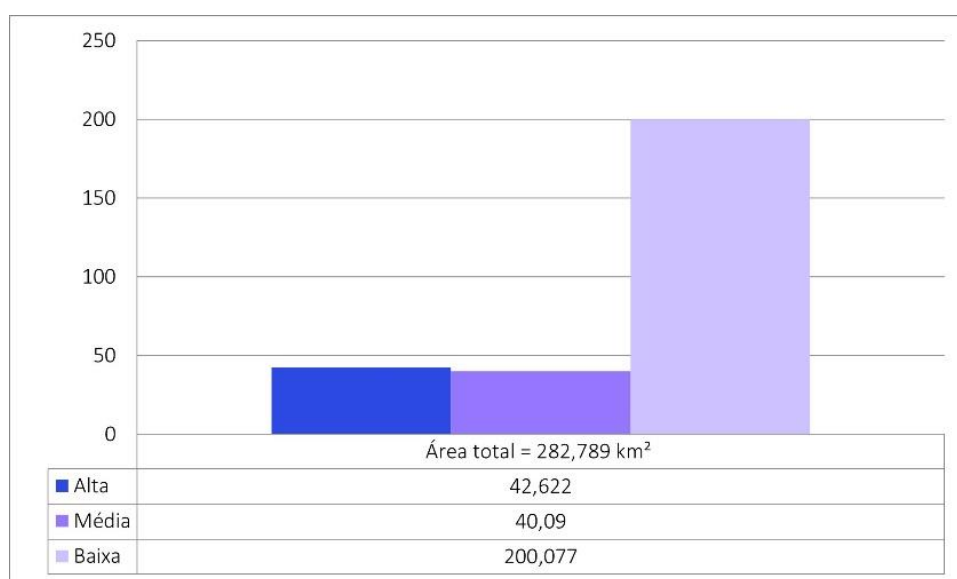
Fonte: Trassi (2015).

No próximo tópico analisa-se a vulnerabilização socioeconômica e a suscetibilidade à inundação dos setores censitário urbanos de Rondonópolis. Além disso, verifica-se se há correspondência entre as declividades e áreas suscetíveis a inundação, lembrando que a primeira é apenas uma das variáveis para o entendimento da segunda, pois as baixas declividades, além de estarem associadas às planícies de inundação, também podem estar situadas nos topos amplos e levemente convexizados e nas vertentes com grandes comprimentos de rampa que compõem o sítio urbano da área de estudo.

3.2. Vulnerabilização socioeconômica e suscetibilidade à inundação

O **Gráfico 1** mostra áreas ocupadas pelos graus de suscetibilidade à inundação na área de estudo. Trata-se, assim, de uma área com a predominância de baixa suscetibilidade, fato que vai ao encontro do que foi observado por Trassi (2015).

Gráfico 1 – Área ocupada pelos graus de suscetibilidade à inundação no perímetro urbano de Rondonópolis.



Fonte: USGS Earth Explorer – Imagens orbitais do Satélite Landsat – Missão SRTM; IBGE (2010).

A autora utilizou os seguintes parâmetros para avaliar a propensão natural/morfométrica das microbacias urbanas à inundação: área, comprimento do canal principal, coeficiente de compacidade (K_c), fator de forma (k_f), declividade média do canal principal, declividade média da microbacia, ordem da bacia, densidade de drenagem (D_d) e densidade hidrográfica (D_h). E a conclusão foi

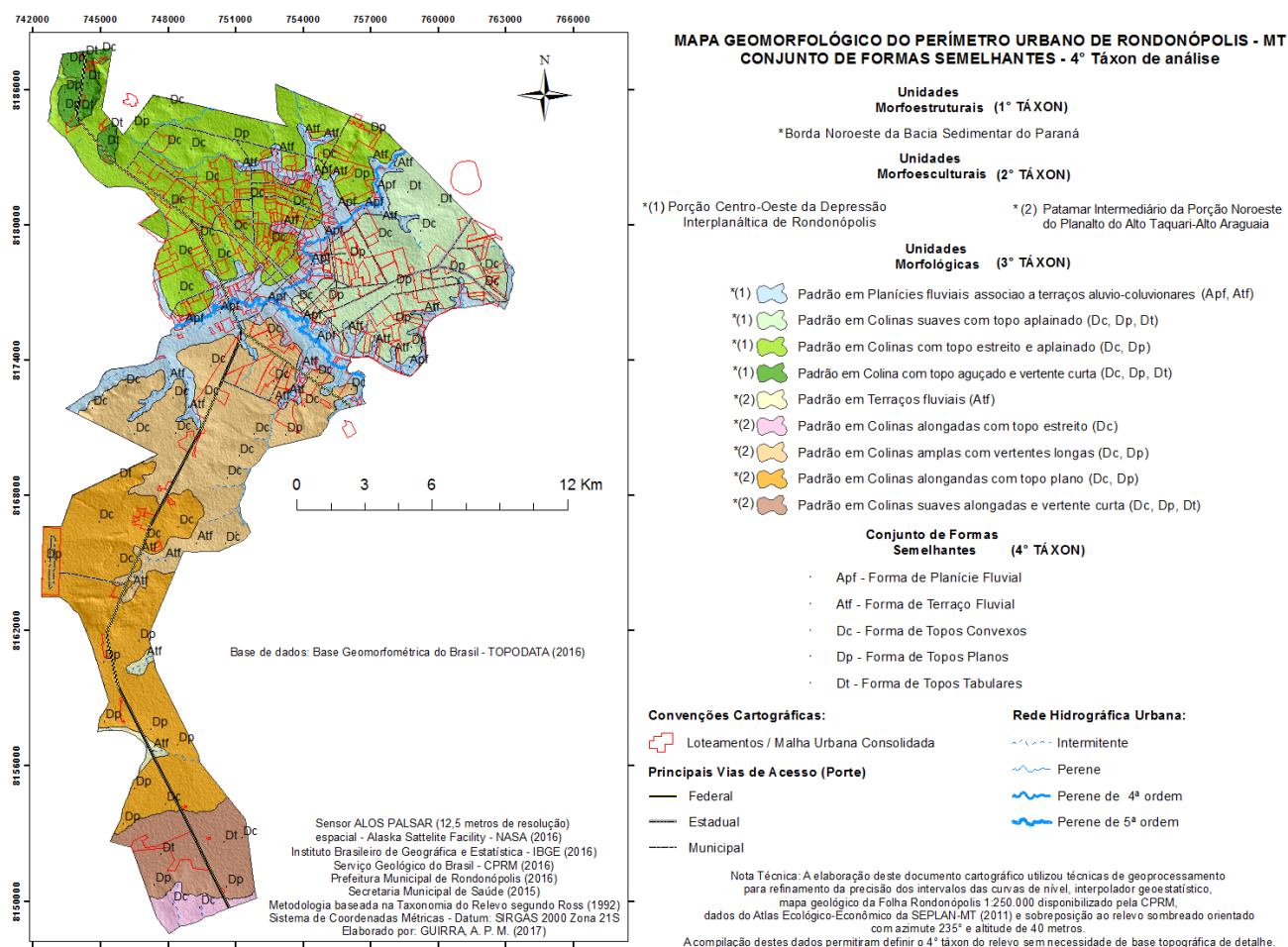
que as microbacias urbanas avaliadas não tem propensão natural à ocorrência de inundações, mas caso sejam ocupadas de forma desordenada, com nível muito elevado de impermeabilização do solo, modificações nos canais naturais dos cursos d'água, supressão da vegetação de APP (matas

ciliares e de nascentes) e se permitindo edificações muito próximas a calha dos córregos, é muito alta a possibilidade que elas venham a agravar os problemas que já estão ocorrendo em relação a drenagem das águas pluviais (Trassi, 2015, p. 86-87).

Araújo (2018), ao analisar a percepção da população de três bairros próximos ao rio Vermelho e Arareau, sobre o risco à inundação, confirma a recorrência do fenômeno e sua relação com uso e ocupação da terra. Seus resultados apontaram: renda mensal preponderante dos entrevistados foi de dois salários-mínimos; ensino fundamental incompleto; com moradia no local há mais de vinte anos; em um dos bairros afirmaram haver risco a inundação, em outro que talvez existisse o risco e, no terceiro, disseram que não havia o risco; por fim, em dois bairros, a maioria confirmaram ter vivenciado mais de três episódios e de que a culpa era das chuvas. Vê-se, assim, pelo perfil socioeconômico dos entrevistados, se tratar de bairros e pessoas alta e muito altamente vulnerabilizados. Acerca da percepção, verifica-se que a maior parte culpa a natureza, não vendo, portanto, relação com a produção do espaço e reproduzindo discurso ideológico propagado pela mídia tradicional hegemônica.

336

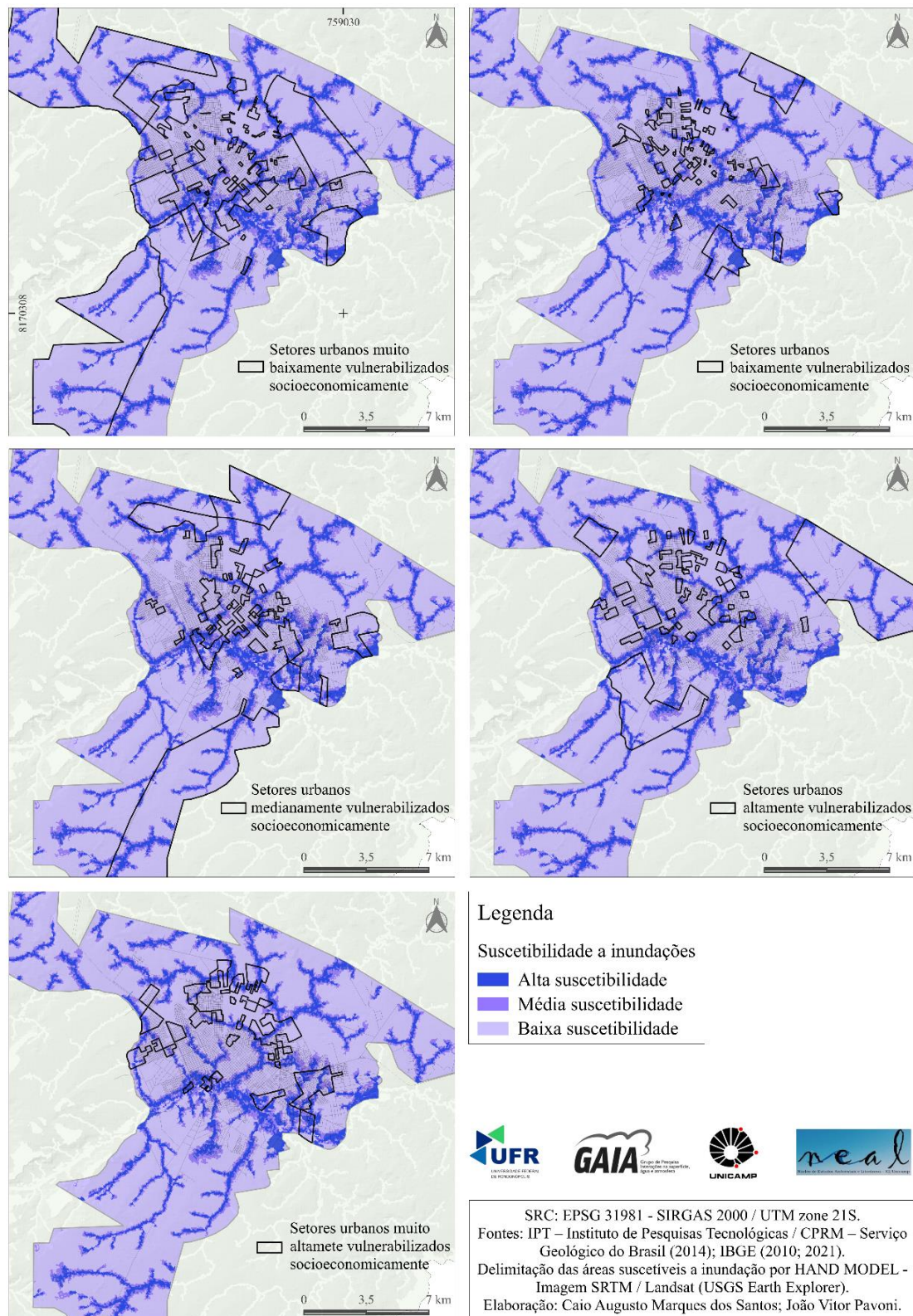
Quando se busca relacionar as suscetibilidades à inundação com as declividades, verifica-se que não há correspondência direta, ou seja, o fato de os setores censitários urbanos apresentarem, predominantemente, muito baixas e baixas declividades, não significou altas suscetibilidades à inundação. Ou seja, os processos morfogenéticos que deram origem às morfologias e morfometrias do relevo da área urbana de Rondonópolis pouco favorecem os processos de inundação. Significa, portanto, que as baixas declividades estão preponderantemente associadas, de modo geral, aos topos amplos levemente convexizados das colinas e nas vertentes com grandes comprimentos de rampa. O **Mapa 5** mostra as formas de relevo do perímetro urbano de Rondonópolis.

Mapa 5 – Mapa geomorfológico do perímetro urbano de Rondonópolis.

Fonte: Guirra (2017).

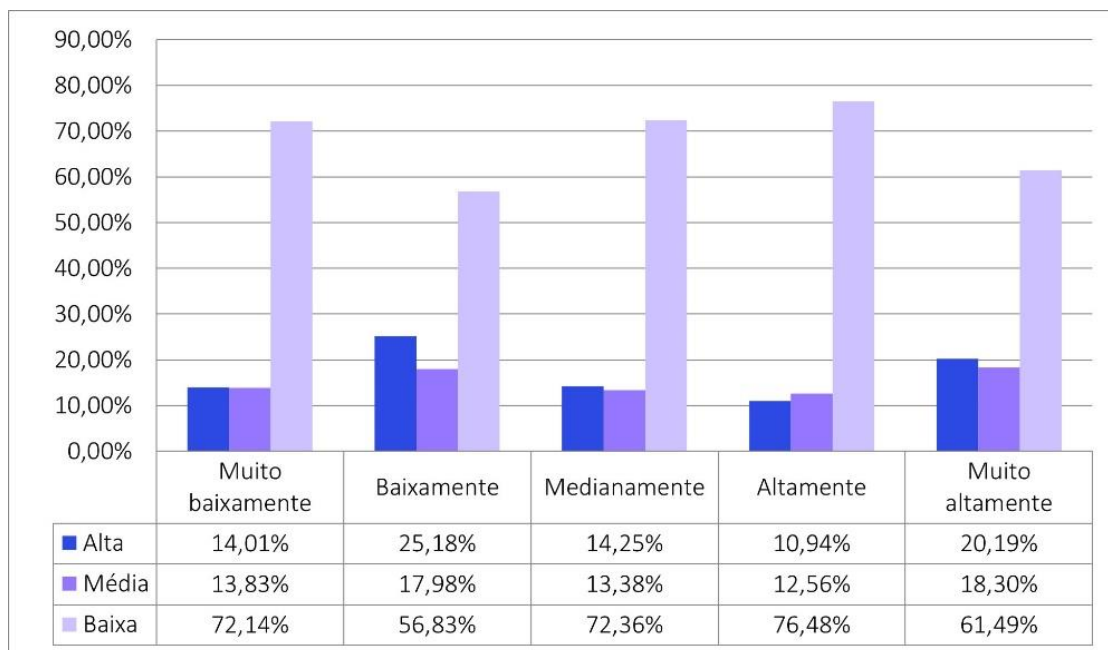
Agora, voltando-se a análise para a relação com os níveis de vulnerabilização, observa-se, da mesma maneira, que não há correspondência direta entre os setores censitários de maiores níveis de vulnerabilização estarem mais suscetíveis à inundação (**Mapa 6 e Gráfico 2**).

Mapa 6 – Setores censitários por níveis de vulnerabilização socioeconômica espacializados no mapa de suscetibilidade à inundação do perímetro urbano de Rondonópolis.



Fonte: USGS Earth Explorer – Imagens orbitais do Satélite Landsat – Missão SRTM; IBGE (2010); BITAR e IPT/CPRM (2014).

Gráfico 2 – Distribuição percentual de área ocupada dos graus de suscetibilidade a inundações por nível de vulnerabilização socioeconômica.



Fonte: USGS Earth Explorer – Imagens orbitais do Satélite Landsat – Missão SRTM; IBGE (2010); BITAR e IPT/CPRM (2014).

Percebe-se que os setores baixamente vulnerabilizados são os que ocupam mais áreas com alta suscetibilidade à inundações (25,18%), seguidos pelos setores muito altamente vulnerabilizados (20,19%). Mesmo quando se soma a alta e média suscetibilidade, os setores baixamente vulnerabilizados seguem sendo os mais suscetíveis (43,16%), também seguidos pelos setores muito altamente vulnerabilizados (38,49%).

Entretanto, quando se lembra que indivíduos sociais vivem nos setores censitários, e a análise recai sobre a quantidade potencial de atingidos num provável evento, observa-se outra característica da produção do espaço. A **Tabela 1** mostra a quantidade de setores censitários por nível de vulnerabilização, as áreas ocupadas por eles, o número de habitantes em cada e a densidade demográfica.

Tabela 1 – Relação entre classes de vulnerabilização, área ocupada pelos setores censitários e número de habitantes.

Classes de vulnerabilização socioeconômica	Número de setores e porcentagem (%)	Área ocupada pelos setores (km ²)	Número de habitantes*	Densidade demográfica (Hab./Km ²)
Setores censitários muito baixamente vulnerabilizados socioeconomicamente	106 (23,71%)	127,6	21.001	164,58
Setores censitários baixamente vulnerabilizados socioeconomicamente	99 (22,15%)	19,82	20.309	1.024,67
Setores censitários medianamente vulnerabilizados socioeconomicamente	87 (19,46%)	78,7	34.174	434,23
Setores censitários altamente vulnerabilizados socioeconomicamente	83 (18,57%)	53,94	44.026	816,2
Setores censitários muito altamente vulnerabilizados socioeconomicamente	72 (16,11%)	19,56	66.604	3.405,11
Setores sem informação		5,8		

*Os dados são referentes ao número de habitantes constantes no Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Fonte: Autores (2023).

Percebe-se que há, de forma geral, uma relação inversa entre número de setores censitários e número de habitantes de acordo com nível de vulnerabilização. Enquanto o número de setores cresce conforme se diminui o nível de vulnerabilização, o número de habitantes cai. E o contrário também se verifica: o número de setores diminui e o de habitantes se eleva conforme se aumenta o nível de vulnerabilização. Observa-se, ainda e nitidamente, a discrepância entre os setores muito baixamente e os muito altamente vulnerabilizados no que se refere à densidade demográfica. Ela é mais de vinte vezes maior nos segundos do que nos primeiros.

Tem-se, assim, um cenário em que a população residente nos setores muito altamente vulnerabilizados, em caso de ocorrência de um evento de inundação, podem ser mais atingidos, quanti e qualitativamente. Na quantidade, pela densidade demográfica. Na qualidade, pelos escassos recursos materiais que possuem, tanto para se prevenir quanto para se recuperar.

Dessa maneira, vê-se que a única relação direta existente, de forma geral, é que na medida em que há produção do espaço (e ele é tido como mercadoria), há produção de vulnerabilidade socioeconômica (por isso aqui denominada de vulnerabilização).

Nesse sentido, é necessário chamar a atenção para o caráter social desses eventos que são recorrentemente chamados de problemas ambientais, desastres e azares naturais. É urgente desmitificar o discurso ideológico da natureza externa como culpada, que oculta as causas, realça somente as consequências, responsabiliza os indivíduos e legitima essa produção alienante do e no espaço, cuja a “apropriação diferencial da natureza propicia a vulnerabilidade dos despossuídos aos azares” (Cassetti, 1994, p. 111).

Apresenta-se, para ilustrar, o caso da foz do córrego da Piscina na área de estudo, localizado em área de muito alta vulnerabilização socioeconômica. Silva e Santos (2021) estudaram essa área sob a perspectiva da estrutura superficial e fisiologia da paisagem para entender a produção de terrenos tecnogênicos. Mostraram como, por meio de alterações sociais que interferiam no tipo de terreno, mudava-se o formato do curso d'água. Viram que, por ocasião de altas precipitações pluviométricas, a cheia do rio provocava a erosão da margem esquerda, cujo desgaste avançava em direção às casas dos moradores, que ocupavam área de planície de inundação.

O **Mosaico de Fotos 3** mostra a situação da área em dezembro de 2022, junho de 2023 e abril de 2024. Observa-se o talude se aproxima das casas entre 2022 e 2023. Já em 2024, percebe-se intervenção da prefeitura aterrando a área e retelinizando o canal. Tem-se, assim, uma complexidade na área em que os indivíduos sociais estão sujeitos, ao mesmo tempo, à erosão e inundação.

Vê-se, dessa forma, como a alienação do trabalho alcança diversos aspectos da realidade concreta. As decisões e vontades de onde morar das pessoas e a capacidade de se recuperar desses eventos lhes são alienadas, já que suas vidas estão subsumidas ao valor de troca das mercadorias (incluído o espaço).

Outros trabalhos chegaram a resultados semelhantes. Estudos realizados por Canil et al., (2020) na Macrometrópole Paulista (formada por 174 municípios paulistas) e

Zanella (2014) em Curitiba-PR verificaram que as inundações atingem especialmente as populações de baixa renda, nas periferias urbanas.

Mosaico de Fotos 3 – Área de muito alta vulnerabilização socioeconômica e de alta suscetibilidade à inundação. A e B são registros de perspectivas diferentes, e mostram a posição do talude em relação às casas em dezembro de 2022. Em C verifica-se aumento da sinuosidade do canal e a posição do talude mais próximo às residências em junho de 2023. Em D observa-se o aterramento e retinização do canal fluvial.



Fonte: Érika Cristina Nesta Silva.

Para Zanella et al. (2009):

“[...] Os grupos sociais de maior renda ocupam os ambientes de amenidade sociais e ambientais e com melhor infraestrutura e serviços, enquanto os de menor poder aquisitivo, os mais vulneráveis, tendem a se localizar nas chamadas áreas de risco, ou seja, áreas de maior exposição a situações insalubres (contaminação de água, do solo, e do ar) e inseguras (riscos de acidentes de diversos tipos)” (Zanella et al., 2009, p. 193).

Cunico e Lohmann (2017) chegaram a resultados que também demonstram e ilustram a relação direta geral entre vulnerabilidade socioeconômica e vulnerabilidade ambiental através do conceito de vulnerabilidade socioambiental. Perceberam que quanto menor o grau de vulnerabilidade socioambiental, melhores são as condições socioeconômicas da população, menor a quantidade de registros de eventos críticos e menor a quantidade de área submetida a risco ambiental.

Considerações finais

Diante dos dados levantados e das discussões realizadas, observa-se alguns pontos que devem ser destacados.

Verificou-se que a cidade se assenta sobre relevo predominantemente composto por baixas declividades e baixa suscetibilidade à inundação. Significa que essas baixas declividades estão, em sua maior parte, associadas aos topos levemente convexizados das colinas e aos grandes comprimentos de rampa das vertentes, ou seja, o relevo da área urbana da cidade pouco enseja processos de inundação. E que estes estão mais associados à produção do espaço do que com o relevo.

Também foi observado que os setores censitários altamente vulnerabilizados localizam-se, majoritariamente, em áreas de baixas declividades; que os setores censitários muito altamente vulnerabilizados são o que mais apresentam áreas de altas declividades; que os setores baixamente vulnerabilizados são os que possuem mais áreas de alta suscetibilidade à inundação; que não há correlação direta entre baixas declividades e alta suscetibilidade à inundação justamente pelas características mencionadas do relevo; e que também não há correlação direta entre os níveis de vulnerabilização e alguma classe de declividade e grau de suscetibilidade específicos.

Outro aspecto a ser destacado tem ligação com o número de habitantes residentes nos diferentes níveis de vulnerabilização mapeados. Observou-se que os setores

muito altamente vulnerabilizados possuem uma densidade demográfica quase vinte vezes superior aos setores muito baixamente vulnerabilizados, e que, em caso de ocorrência de inundação, terão, potencialmente, o maior número de pessoas atingidas e com os menores recursos de se prevenir e/ou se recuperar.

Já em relação à produção do espaço, procurou-se descortinar a estreita e íntima relação entre a produção capitalista do espaço e a produção de riscos e de vulnerabilidades. Ou seja, na medida em que o espaço é precificado e gerador de lucro, pouco se observa as fragilidades dos ambientes e consequente exposição da população aos riscos, que geralmente é a fração mais pobre da classe trabalhadora. Foi possível observar que, do ponto de vista geomorfométrico, as bacias hidrográficas da área de estudo não são susceptíveis a inundação. Perante este fato, a produção do espaço, muitas vezes cega às características naturais, aparece como a responsável.

Quando se fala em descortinar a relação anteriormente mencionada, é porque é ocultada, ideologicamente, na inteira responsabilização e culpabilização dos indivíduos pela condição socioeconômica que os leva a ocuparem áreas de risco. Esse argumento esconde as relações sociais do capitalismo, produtor de desigualdades, e mistifica e naturaliza a sociedade baseada na meritocracia.

Por fim, ao avaliar os procedimentos operacionais de obtenção dos dados a partir dos cruzamentos dos mapas de vulnerabilização, de declividades e suscetibilidades à inundação, afirma-se se tratar de uma ferramenta eficaz na identificação e espacialização das desigualdades socioeconômicas sobre o relevo, que pode potencializar as condições de vulnerabilidade.

Agradecimentos

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Sousa; MARTINELLI, Cláudia da Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ARAÚJO, Wellington Rodrigues. **Percepção ao risco de inundação em Rondonópolis – MT**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, 2018.
- BITAR, Omar Yazbek. **Cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações – 1: 25.000: nota técnica explicativa**. IPT; CPRM, 2014.
- CANIL, Kátia; LAMPIS, Andrea; SANTOS, Kauê Lopes dos. Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista. **Cadernos Metrôpole**, v. 22, pp. 397-416, 2020.
- CARDOSO, Cristiane; GUERRA, Antonio José Teixeira; SILVA, Michele Souza da. Apresentação: Geografia e os riscos socioambientais. In: CARDOSO, Cristiane; SILVA, Michele S.; GUERRA, Antonio J. T. (orgs.). **Geografia e os riscos socioambientais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020, pp. 12-23.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A virada espacial. **Mercator** (Fortaleza), v. 14, pp. 7-16, 2015.
- CASSETI, Valter. O relevo no contexto ideológico da natureza: Uma nota. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 14, nº 1, pp. 102-105, 1994.
- CENTRO DE ESTUDO E MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS (Presidente Prudente, SP). **Atlas da exclusão social, Presidente Prudente**, 2003. 1 CD ROM. Escala 1:50.000.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNICO, Camila; LOHMANN, Marciel. Vulnerabilidade socioambiental de Curitiba correlação com os eventos de alagamentos registrados entre 2005 e 2010 pela Defesa Civil Municipal. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, v. 21, pp. 165-185, 2017.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; COSTA, Maria Célia Lustosa; ZANELLA, Maria Elisa. **Vulnerabilidade socioambiental e qualidade de vida em Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Nelson Ferreira; AMARAL, Cláudio Palmeiro do. Movimentos de massa: uma abordagem geológico-geomorfológica. In: GUERRA, Antonio J. T.; CUNHA, Sandra B. **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, pp. 123-194.

FILGUEIRA, Carlos. **Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: Aproximaciones conceptuales recientes**. In: CEPAL, Seminario Vulnerabilidad. Santiago, 2001.

FREITAS, Maria Isabel Castreghini; CUNHA, Lúcio. Cartografia da vulnerabilidade socio-ambiental: convergências e divergências a partir de algumas experiências em Portugal e no Brasil. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, pp. 15-31, 2013.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A produção do espaço: Uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), v. 12, nº 2, pp. 125-132, 2008.

GUERRA, Antonio José Teixeira; FULLEN, Michael Agostinho; JORGE, Maria do Carmo Oliveira; BEZERRA, José Fernando Rodrigues; SHOKR, Mohamed. Slope Processes, Mass Movement and Soil Erosion: A Review. **Pedosphere**, v. 27, nº 1, pp. 27-41, 2017.

GUERRA, Antonio Teixeira; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUIRRA, Alesson Pires Maciel. **Novas contribuições ao modelo de fragilidade ambiental a processos erosivos: Estudo de caso aplicado ao perímetro urbano de Rondonópolis, Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, 2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LAYRARGUES, Phillipe Pomier. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: Elementos para uma sociologia da educação ambiental**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2003.

- LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das relações de produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Tradução (translated): Donald N. Smith. Blackwell Publishing (USA), 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARQUES, Mara Lúcia; SILVA, Maurício Corégio da; CAMARGO, Danilo Mangaba de. Análise espacial da vulnerabilidade socioambiental no município de Campinas, SP, Brasil. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 69, nº 9, pp. 1711-1723, 2017;
- MARQUES, Jorge Soares. Ciência Geomorfológica. In: CUNHA, Sandra. B.; GUERRA, Antonio. J. T. (orgs.) **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, pp. 23-50.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1981.
- MORGAN, Royston Phillip Charles. **Soil Erosion and Conservation**. John Wiley & Sons, 2009.
- NEGRI, Sílvio Moisés. **O processo de segregação sócio-espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis – MT**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2008.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço: A problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Kelbiane Alves Rodrigues. **Vulnerabilidades socioeconômicas na cidade de Rondonópolis-MT e sua relação com as declividades dos terrenos**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis-MT, 2023.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SEPLAN-MT; CAMARGO, L. (orgs.). **Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2011.
- SETTE, Denise Maria. **O Clima Urbano de Rondonópolis - MT**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996.
- SETTE, Denise Maria; TARIFA, José Roberto. El niño 97/98, rhythm and repercussion in the genesis of the climates in Mato Grosso (Brasil). **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 6, nº 1, pp. 51-67, 2002.
- SILVA, Michele Souza da; SANTOS, Samuel Vitor Oliveira dos; MARQUES FILHO, Jorge da Paixão. As desigualdades socioambientais e a qualidade de vida: quem são os mais vulneráveis ambientais? In: CARDOSO, Cristiane; SILVA, Michele Sousa da; GUERRA, Antonio José Teixeira. (orgs.). **Geografia e os riscos socioambientais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p. 153-171.
- SILVA, Natieli Tenório da; DE OLIVEIRA MOURA, Marcelo; CUNICO, Camila. Vulnerabilidade Socioambiental do Município de João Pessoa, Paraíba. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, nº 43, pp. 127-151, 2021.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SRTM. Shuttle Radar Topography Mission. 2008. Disponível em: <<http://srtm.usgs.gov/data/obtainingdata.html>>. Acesso em 02/11/2023.
- SUGUIO, Kenitiro. **Geologia Sedimentar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- TRASSI, Jaqueline Silva. **Estudo do potencial de riscos de inundações nas microbacias da cidade de Rondonópolis, Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, 2015.
- VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; FREIRE, Eliza Maria Xavier. Vulnerabilidade socioambiental: proposição de temas e indicadores para cidades brasileiras. **Gaia Scientia, Rio Grande do Norte**, v. 13, nº 2, pp. 1-18, 2019.

VEYRET, Yvette. Introdução. In: VEYRET, Yvette (org.) **Os riscos: O homem como agressor e vítima do meio ambiente**. Tradução Dílson F. da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007, p. 11-22.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: Un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. In: CEPAL, Seminario Vulnerabilidad, 2001, Santiago de Chile. (Serie Población y Desarrollo, nº 17).

ZANELLA, Maria Elisa. **Inundações em Curitiba: Impactos, risco e vulnerabilidade socio-ambiental**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ZANELLA, Maria Elisa; SALES, Marta Celina Linhares; ABREU, Nair Julia Andrade. Análise das precipitações diárias intensas e impactos gerados em Fortaleza, CE. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 13, nº 1, pp. 53-68, 2009.

Caio Augusto Marques dos Santos é Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente, Pós-Doutorado em andamento na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e docente do curso e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis-UFR. **E-mail:** kiomarques@hotmail.com

349

Kelbiane Alves Rodrigues Santos é Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Atualmente é professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso. **E-mail:** kelbianeo1@gmail.com

Francineide Pinheiro Lopes Rodrigues é Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Atualmente é professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso. **E-mail:** frankids2212@gmail.com

Melina Fushimi é doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente, possui Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e é Professora Assistente do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Rio Claro. **E-mail:** melina.fushimi@unesp.br

Delony de Queiroz Ribeiro é doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), *campus* de São Luís. **E-mail:** idelony@hotmail.com

João Vítor Pavoni é mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP), *campus* de Presidente Prudente. **E-mail:** jvpavoni2@gmail.com

350

Vinícius Augusto Marques dos Santos é Mestre e Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). **E-mail:** viaugusto@gmail.com

Artigo enviado em 30/01/2024 e aprovado em 23/09/2024.

Revisitando Nossos Clássicos

“Ecologia e pensamento revolucionário”

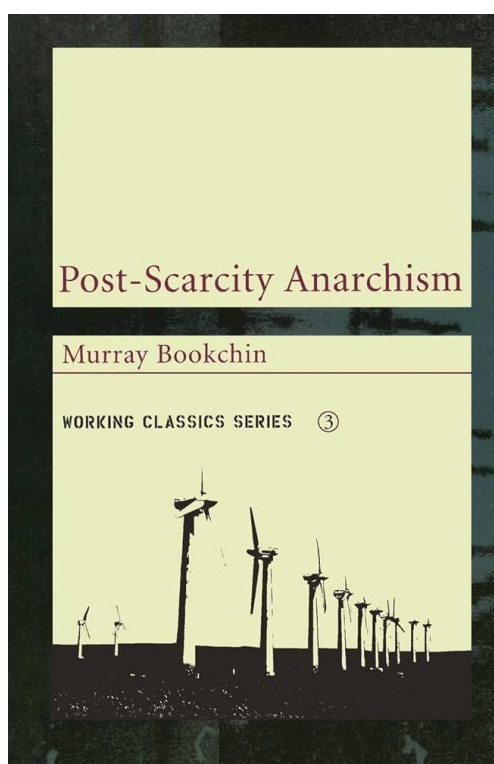
Murray Bookchin

Tradução: Rafael Zilio

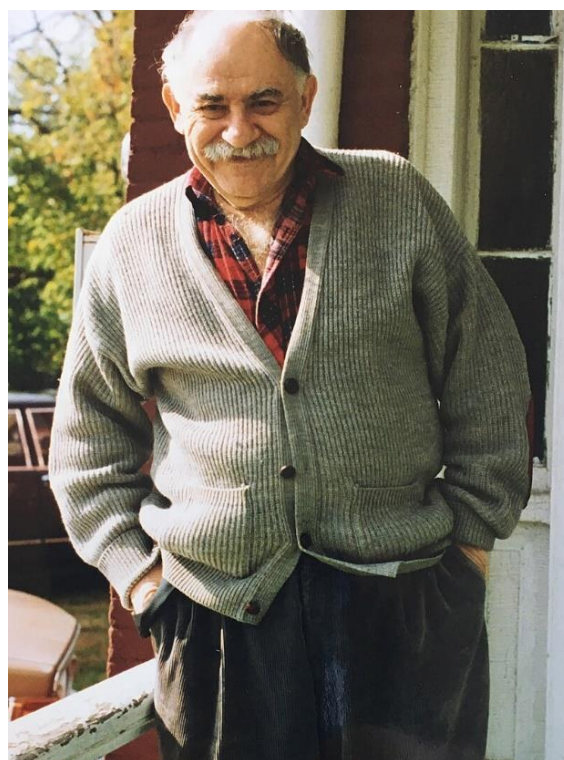
Nota do tradutor

O estadunidense Murray Bookchin (1921-2006) foi um dos pioneiros do pensamento ecológico ou ambientalista da segunda metade do século XX. Começou a escrever sobre a questão ambiental ainda nos anos 1950, quando também se identificou com o anarquismo. Durante a segunda metade do século XX, destacou-se como um dos mais influentes anarquistas, demonstrando em sua obra a preocupação com uma sociedade radicalmente descentralizada para enfrentar profundamente as injustiças sociais e ecológicas. Influenciou diversas lutas, como o movimento ambientalista, o movimento “antiglobalização” dos anos 1990 e a busca de autodeterminação do povo curdo ao norte da Síria (em Rojava) através do confederalismo democrático. Dentre suas principais propostas está a Ecologia Social, em que ele se contrapõe a abordagens que desagregam em vertentes (neo)liberais e mesmo ecofascistas, ao mesmo tempo em que não dissocia os problemas ecológicos dos sociais (ou sócio-espaciais). “Ecology and revolutionay thought” é emblemático na forma como articula Ecologia, tecnologia, perspectiva

revolucionária anarquista e descentralização sócio-espacial. O texto teve sua primeira versão em 1965; posteriormente, passou a integrar a coletânea *Post-Scarcity Anarchism*, de 1971 (publicada pela Ramparts Press [Menlo Park, Califórnia]), que ganhou uma segunda edição revisada, em 1986, pela Black Rose Books, e uma terceira edição, em 2004, pela AK Press (de Oakland, Califórnia). A presente tradução foi realizada com base na edição de 2004 publicada pela AK Press, à qual agradeço pela intermediação com a jornalista e escritora Debbie Bookchin, filha de Murray, que autorizou a **AMBIENTES** a oferecer esta versão, inédita em português, ao público brasileiro. Agradeço, por fim, a Marcelo Lopes de Souza pela revisão da tradução de alguns termos e expressões. Boa leitura!



Capa de *Post-Scarcity Anarchism* (coletânea que inclui o presente ensaio), na edição da AK Press (Oakland, Califórnia) de 2004.



Murray Bookchin em sua casa em Vermont, Estados Unidos. Foto de Debbie Bookchin, 1990.

Em quase todos os períodos desde o Renascimento, o desenvolvimento do pensamento revolucionário tem sido fortemente influenciado por um ramo da ciência, muitas vezes em conjunto com uma escola de Filosofia. A Astronomia na época de Copérnico e Galileu ajudou a orientar um amplo movimento de ideias que tirou o mundo medieval, repleto de superstição, para um mundo impregnado de racionalismo crítico, abertamente naturalista e humanista em sua perspectiva. Durante o Iluminismo – a era que culminou na Grande Revolução Francesa – esse movimento libertador de ideias foi reforçado pelos avanços na mecânica e na matemática. A Era Vitoriana foi abalada até suas fundações pelas teorias evolutivas na Biologia e na Antropologia, pela reelaboração da economia ricardiana por Marx e, em seus últimos anos, pela psicologia freudiana.

Em nosso próprio tempo, temos testemunhado a assimilação dessas ciências outrora libertadoras pela ordem social estabelecida. De fato, começamos a ver a própria ciência como um instrumento de controle sobre os processos de pensamento e o ser físico do homem. Essa desconfiança em relação à ciência e ao método científico não é injustificada. “Muitas pessoas sensíveis, especialmente artistas”, observa Abraham Maslow, “temem que a ciência macule e deprima, que desintegre em vez de integrar, matando em vez de criar”. Talvez o que seja igualmente importante é que a ciência moderna perdeu sua crítica incisiva. Largamente funcional ou instrumental em sua intenção, os ramos da ciência que outrora dilaceraram as correntes do homem agora são usados para perpetuá-las e dourá-las. Até a Filosofia cedeu ao instrumentalismo e tende a ser pouco mais que um conjunto de artifícios lógicos, serve do computador, e não do revolucionário.

Há, no entanto, uma ciência que ainda pode restaurar e até transcender o caráter libertador das ciências e filosofias tradicionais. Ela passa de maneira relativamente vaga sob o nome de “Ecologia” – um termo cunhado por Haeckel há um século para denotar “a investigação das relações totais do animal tanto com seu ambiente inorgânico quanto com seu ambiente orgânico”. À primeira vista, a definição de Haeckel parece bastante inofensiva; e a Ecologia, concebida de forma restrita como uma das ciências biológicas, é

frequentemente reduzida a uma variedade de biometria em que pesquisadores de campo se concentram em cadeias alimentares e estudos estatísticos de populações animais. Há uma ecologia da saúde que dificilmente ofenderia as sensibilidades da *American Medical Association* e um conceito de Ecologia Social que se conformaria às noções mais bem elaboradas da Comissão de Planejamento da Cidade de Nova York.

Concebida de forma ampla, no entanto, a Ecologia lida com o equilíbrio da natureza. Na medida em que a natureza inclui o homem, a ciência trata basicamente da harmonização da natureza com o homem. Esse foco tem implicações explosivas. As implicações explosivas de uma abordagem ecológica decorrem não apenas do fato de que a Ecologia é intrinsecamente uma ciência crítica – na verdade, crítica em uma escala que os sistemas mais radicais de economia política não conseguiram alcançar – mas também é uma ciência integrativa e reconstrutiva. Esse aspecto integrativo e reconstrutivo da Ecologia, levado até suas últimas consequências, conduz diretamente a áreas anárquicas do pensamento social. Pois, em última análise, é impossível alcançar uma harmonização entre o homem e a natureza sem criar uma comunidade humana que viva em um equilíbrio duradouro com seu ambiente natural.

A natureza crítica da Ecologia

Vamos examinar o caráter crítico da Ecologia – uma característica única desta ciência em um período de docilidade científica generalizada. Basicamente, essa natureza crítica deriva do objeto de estudo da Ecologia – de seu próprio domínio. As questões com as quais a Ecologia lida são imperecíveis no sentido de que não podem ser ignoradas sem pôr em risco a viabilidade do planeta, e de fato, a sobrevivência do próprio homem. O caráter crítico da Ecologia não se deve tanto ao poder da razão humana – um poder que a ciência venerou durante seus períodos mais revolucionários – mas a um poder ainda maior, a soberania da natureza sobre o homem e todas as suas atividades. Pode ser que

o homem seja manipulável, como argumentam os proprietários dos meios de comunicação de massa, ou que elementos da natureza sejam manipuláveis, como os engenheiros demonstram por meio de suas conquistas deslumbrantes, mas a Ecologia mostra claramente que a totalidade do mundo natural – a natureza considerada em todos os seus aspectos, ciclos e inter-relações – anula todas as pretensões humanas de domínio sobre o planeta. As grandes terras devastadas do norte da África e as colinas erodidas da Grécia, outrora áreas de uma agricultura próspera ou de uma flora natural rica, são evidências históricas da vingança da natureza contra o parasitismo humano.

No entanto, nenhum desses exemplos históricos se compara, em peso e alcance, aos efeitos da destruição causada pelo homem – e à vingança da natureza – desde os dias da Revolução Industrial, e especialmente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Os exemplos antigos de parasitismo humano eram essencialmente locais em seu alcance; eram precisamente exemplos do potencial de destruição do homem e nada mais. Muitas vezes, eles foram compensados por notáveis melhorias na ecologia natural de uma região, como demonstram a magnífica reestruturação do solo pelo campesinato europeu durante séculos de cultivo e as realizações dos agricultores incas ao construir terraços nas montanhas dos Andes durante os tempos pré-colombianos.

A devastação moderna do ambiente pelo homem tem uma abrangência global, assim como seu imperialismo. Ela é até mesmo extraterrestre, como demonstram as perturbações no Cinturão de Van Allen alguns anos atrás. Hoje, o parasitismo humano perturba mais do que a atmosfera, o clima, os recursos hídricos, o solo, a flora e a fauna de uma região; ele desestabiliza virtualmente todos os ciclos básicos da natureza e ameaça minar a estabilidade do ambiente em uma escala mundial.

Como exemplo da abrangência do papel disruptivo do homem moderno, estima-se que a queima de combustíveis fósseis (carvão e petróleo) adicione 600 milhões de toneladas de dióxido de carbono ao ar anualmente, cerca de 0,03% da massa atmosférica total – isso, devo acrescentar, além de uma quantidade incalculável de substâncias tóxicas. Desde a Revolução Industrial, a massa atmosférica total de dióxido de carbono au-

mentou em 13% em relação aos níveis anteriores, mais estáveis. Pode-se argumentar com base em fundamentos teóricos muito sólidos que essa crescente camada de dióxido de carbono, ao interceptar o calor irradiado da Terra para o espaço exterior, levará ao aumento das temperaturas atmosféricas, a uma circulação de ar mais violenta, a padrões de tempestades mais destrutivos e, eventualmente, ao derretimento das calotas polares (possivelmente em dois ou três séculos), ao aumento dos níveis do mar e à inundação de vastas áreas de terra. Por mais distante que tal dilúvio possa parecer, a mudança na proporção de dióxido de carbono em relação aos outros gases atmosféricos é um alerta sobre o impacto que o homem está causando no equilíbrio da natureza.

Uma questão ecológica mais imediata é a poluição extensiva das vias navegáveis da Terra pelo homem. O que conta aqui não é o fato de que o homem polui um determinado riacho, rio ou lago – algo que ele faz há séculos – mas sim a magnitude que a poluição da água atingiu nas últimas duas gerações.

Quase todas as águas superficiais dos Estados Unidos estão poluídas. Muitos cursos d'água americanos são verdadeiras fossas abertas que poderiam ser corretamente qualificadas como extensões dos sistemas de esgoto urbano. Seria um eufemismo descrevê-los como rios ou lagos. Mais significativamente, grandes porções de água subterrânea estão suficientemente poluídas para serem impróprias para o consumo, até mesmo perigosas para a saúde, e vários surtos locais de hepatite foram atribuídos a poços poluídos em áreas suburbanas. Em contraste com a poluição das águas superficiais, a poluição das águas subterrâneas ou subsuperficiais é imensamente difícil de eliminar e tende a persistir por décadas após a remoção das fontes de poluição.

Um artigo em uma revista de grande circulação descreve de forma apropriada as vias navegáveis poluídas dos Estados Unidos como “Nossas águas morrendo”. Esta descrição desesperadora e apocalíptica do problema da poluição da água nos Estados Unidos realmente se aplica ao mundo como um todo. As águas da Terra, concebidas como fatores em um grande sistema ecológico, estão literalmente morrendo. A poluição massiva está destruindo os rios e lagos da África, Ásia e América Latina como meios de vida,

assim como as vias navegáveis longamente abusadas dos continentes altamente industrializados. Mesmo o mar aberto não foi poupado da poluição extensiva. Refiro-me aqui não apenas aos poluentes radioativos provenientes de testes nucleares e reatores nucleares, que aparentemente atingem toda a flora e fauna do mar. Basta apontar que o despejo de resíduos de óleo diesel de navios no Atlântico tornou-se um problema de poluição massiva, matando enormes quantidades de vida marinha a cada ano.

Relatos desse tipo podem ser repetidos para praticamente todas as partes da biosfera. Páginas podem ser escritas sobre as imensas perdas de solo produtivo que ocorrem anualmente em quase todos os continentes da Terra; sobre a extensa perda de cobertura arbórea em áreas vulneráveis à erosão; sobre episódios letais de poluição do ar em grandes áreas urbanas; sobre a distribuição mundial de agentes tóxicos, como isótopos radioativos e chumbo; sobre a “quimicalização” [*chemicalization*] do ambiente imediato do homem – pode-se dizer de sua própria mesa de jantar – com resíduos de pesticidas e aditivos alimentares. Montados como peças de um quebra-cabeça, esses ataques ao ambiente formam um padrão de destruição sem precedentes na longa história do homem na Terra.

Obviamente, o homem poderia ser descrito como um parasita altamente destrutivo, que ameaça destruir seu hospedeiro – o mundo natural – e, eventualmente, a si mesmo. Em Ecologia, no entanto, a palavra parasita, usada nesse sentido simplificado, não responde a uma pergunta, mas levanta uma questão por si só. Os ecologistas sabem que um parasitismo destrutivo desse tipo geralmente reflete uma perturbação de uma situação ecológica; de fato, muitas espécies, aparentemente altamente destrutivas sob um conjunto de condições, são eminentemente úteis sob outro conjunto de condições. O que confere uma função profundamente crítica à Ecologia é a questão levantada pelas atividades destrutivas do homem: Qual é a perturbação que transformou o homem em um parasita destrutivo? O que produz uma forma de parasitismo humano que não apenas resulta em vastos desequilíbrios naturais, mas também ameaça a própria existência da humanidade?

A verdade é que o homem criou desequilíbrios não apenas na natureza, mas, mais fundamentalmente, em suas relações com seus semelhantes – na própria estrutura de sua sociedade. Para expressar esse pensamento de forma mais precisa: os desequilíbrios que o homem produziu no mundo natural são causados pelos desequilíbrios que ele produziu no mundo social. Um século atrás, seria possível considerar a poluição do ar e a contaminação da água como resultado de ganância, busca de lucro e competição – em suma, como resultado das atividades dos barões industriais e burocratas egoístas. Hoje, essa explicação seria uma simplificação grosseira. É sem dúvida verdade que a maioria das empresas burguesas ainda é guiada por uma atitude de desprezo pelo público, como evidenciam as reações das empresas de energia, das indústrias automobilísticas e das corporações siderúrgicas aos problemas de poluição. Mas um problema mais profundo do que a atitude dos proprietários é o tamanho das próprias empresas – suas proporções físicas enormes, sua localização em uma determinada região, sua densidade em relação a uma comunidade ou a uma via navegável, suas necessidades de matérias-primas e água, e seu papel na divisão nacional do trabalho.

358

O que estamos testemunhando hoje é uma crise não apenas na ecologia natural, mas, acima de tudo, na ecologia social. A sociedade moderna, especialmente como a conhecemos nos Estados Unidos e na Europa, está sendo organizada em torno de imensos cinturões urbanos em um extremo, uma agricultura altamente industrializada no outro extremo, e coroando ambos, um aparelho estatal inchado, burocratizado e anônimo. Se deixarmos de lado todas as considerações morais por um momento e examinarmos a estrutura física dessa sociedade, o que necessariamente nos impressiona são os problemas logísticos incríveis que ela é obrigada a resolver – problemas de transporte, de densidade, de abastecimento (matérias-primas, produtos manufaturados e alimentos), de organização econômica e política, de localização industrial, e assim por diante. O fardo que esse tipo de sociedade urbanizada e centralizada impõe a qualquer área continental é enorme.

Diversidade e simplicidade

O problema é ainda mais profundo. A noção de que o ser humano deve dominar a natureza emerge diretamente da dominação do homem pelo homem. A família patriarcal plantou a semente da dominação nas relações nucleares da humanidade; a divisão clássica no mundo antigo entre espírito e realidade – e até mesmo entre mente e trabalho – a nutriu; o viés antinaturalista do cristianismo favoreceu seu crescimento. Mas foi apenas quando as relações comunitárias orgânicas, de caráter feudal ou camponês, dissolveram-se em relações de mercado que o planeta passou a ser visto como um recurso para exploração. Essa tendência secular encontra seu desenvolvimento mais exacerbado no capitalismo moderno. Em razão de sua natureza inerentemente competitiva, a sociedade burguesa não apenas coloca os seres humanos uns contra os outros, mas também opõe a massa da humanidade ao mundo natural. Assim como os homens são transformados em mercadorias, todo aspecto da natureza é convertido em mercadoria, um recurso a ser manufaturado e comercializado indiscriminadamente. Os eufemismos liberais para os processos envolvidos são “crescimento”, “sociedade industrial” e “deterioração urbana”. Independentemente da terminologia, esses fenômenos têm suas raízes na dominação do homem pelo homem.

A expressão “sociedade de consumo” complementa a descrição da ordem social atual como uma “sociedade industrial”. As necessidades são moldadas pela mídia de massa para criar uma demanda pública por mercadorias completamente inúteis, cada uma cuidadosamente projetada para se deteriorar após um período predeterminado. O saque do espírito humano pelo mercado encontra paralelo no saque da terra pelo capital (a identificação liberal é uma metáfora que neutraliza o impacto social da crise ecológica). Apesar do clamor atual sobre o crescimento populacional, as proporções estratégicas da crise ecológica não são as taxas de crescimento populacional da Índia, mas sim as taxas de produção dos Estados Unidos, um país que produz mais da metade dos bens do mundo.

Expressões como “crescimento” e “progresso” tendem a mascarar o impacto contundente de uma palavra como “desperdício”. Com um nono de sua capacidade industrial dedicada à produção bélica, os EUA estão literalmente pisoteando a terra e destruindo vínculos ecológicos vitais para a sobrevivência humana. Se as projeções industriais atuais se confirmarem, os trinta anos restantes do século testemunharão um aumento de cinco vezes na produção de energia elétrica, baseada principalmente em combustíveis nucleares e carvão. O imenso fardo de resíduos radioativos e outros efluentes que esse aumento imporá à ecologia natural da Terra dispensa qualquer descrição.

Em uma perspectiva mais curta, o problema não é menos inquietante. Nos próximos cinco anos, a produção de madeira pode aumentar em vinte por cento; a produção de papel, cinco por cento ao ano; caixas dobráveis, três por cento ao ano; plásticos (que atualmente compõem de um a dois por cento dos resíduos urbanos), sete por cento ao ano. Coletivamente, essas indústrias são responsáveis por alguns dos mais graves poluentes do meio ambiente. A natureza completamente sem sentido da atividade industrial moderna é talvez mais bem ilustrada pelo declínio das garrafas de cerveja retornáveis (e reutilizáveis), de 54 bilhões de unidades em 1960 para 26 bilhões hoje. Em seu lugar, surgiram as garrafas “de uso único” (um aumento de 8 para 21 bilhões no mesmo período) e as latas (um aumento de 38 para 53 bilhões). As garrafas “de uso único” e as latas, claro, apresentam enormes problemas para o descarte de resíduos sólidos.

O planeta, visto como uma mera massa de minerais, pode até suportar esses aumentos insensatos na produção de lixo. A Terra, concebida como uma complexa teia de vida, certamente não pode. A única questão é se o planeta conseguirá sobreviver à sua pilhagem tempo suficiente para que o ser humano substitua o atual sistema social destrutivo por uma sociedade humanista e ecologicamente orientada.

Ecologistas são frequentemente questionados, de maneira provocativa, para identificar com exatidão científica o ponto de ruptura ecológica da natureza – presumivelmente o ponto em que o mundo natural colapsará sobre o homem. Isso é equivalente a perguntar a um psiquiatra o momento exato em que um neurótico se tornará um psicó-

tico não funcional. Nenhuma resposta como essa provavelmente estará disponível. Mas o ecologista pode fornecer uma visão estratégica das direções que o homem parece estar seguindo como resultado de sua ruptura com o mundo natural.

Do ponto de vista da Ecologia, o homem está perigosamente simplificando seu ambiente. A cidade moderna representa uma invasão regressiva do sintético sobre o natural, do inorgânico (concreto, metais e vidro) sobre o orgânico, e de estímulos elementares e brutos sobre os variados e diversificados. Os vastos cinturões urbanos que agora se desenvolvem nas áreas industrializadas do mundo não são apenas grosseiramente ofensivos aos olhos e ouvidos, mas estão se tornando cronicamente infestados de poluição, barulhentos e virtualmente imobilizados pela congestão.

Esse processo de simplificação do ambiente humano e sua transformação em algo cada vez mais elementar e bruto tem uma dimensão cultural, além de física. A necessidade de manipular imensas populações urbanas – para transportar, alimentar, empregar, educar e, de alguma forma, entreter milhões de pessoas densamente concentradas diariamente – leva a um declínio crucial nos padrões cívicos e sociais. Um conceito massificado de relações humanas – totalitário, centralizador e regimentado em sua orientação – tende a dominar os conceitos mais individualizados do passado. Técnicas burocráticas de gestão social tendem a substituir abordagens humanísticas. Tudo o que é espontâneo, criativo e individualizado é circunscrito pelo que é padronizado, regulado e massificado. O espaço do indivíduo é continuamente reduzido pelas restrições impostas por um aparato social impessoal e sem rosto. Qualquer reconhecimento das qualidades pessoais únicas é cada vez mais cedido às necessidades – mais precisamente, à manipulação – do grupo, ou melhor, do denominador comum mais baixo da massa. Uma abordagem quantitativa e estatística, uma maneira de lidar com o homem enquanto massa tende a triunfar sobre a abordagem das qualidades individuais preciosas que coloca sua ênfase mais forte na singularidade pessoal, na livre expressão e na complexidade cultural.

A mesma simplificação regressiva do ambiente ocorre na agricultura moderna.¹ As pessoas manipuladas nas cidades modernas precisam ser alimentadas, e alimentá-las envolve uma extensão da agricultura industrial. As plantas alimentícias devem ser cultivadas de maneira que permita um alto grau de mecanização – não para reduzir o trabalho humano, mas para aumentar a produtividade e a eficiência, maximizar os investimentos e explorar a biosfera. Consequentemente, o terreno deve ser reduzido a uma planície – a um piso de fábrica, por assim dizer – e as variações naturais na topografia devem ser diminuídas tanto quanto possível. O crescimento das plantas deve ser rigorosamente regulado para atender aos horários apertados das plantas de processamento de alimentos. Aragem, fertilização do solo, semeadura e colheita devem ser realizados em escala massiva, muitas vezes em total desconsideração pela ecologia natural de uma área. Grandes áreas de terra devem ser usadas para cultivar uma única cultura – uma forma de agricultura de plantação que se presta não apenas à mecanização, mas também à infestação por pragas. Uma única cultura é o ambiente ideal para a proliferação de espécies de pragas. Finalmente, agentes químicos devem ser usados abundantemente para lidar com os problemas criados por insetos, ervas daninhas e doenças das plantas, para regular a produção agrícola e maximizar a exploração do solo. O verdadeiro símbolo da agricultura não é a foice (ou, aliás, o trator), mas o avião. O cultivador moderno de alimentos não é representado pelo camponês, agricultor independente ou mesmo pelo agrônomo – homens que poderiam ser esperados a ter uma relação íntima com as qualidades únicas da terra onde cultivam – mas sim pelo piloto e pelo químico, para os quais o solo é apenas um recurso, uma matéria-prima inorgânica.

O processo de simplificação é levado ainda mais longe por uma divisão exagerada do trabalho regional (e até nacional). Imensas áreas do planeta estão sendo cada vez mais reservadas para tarefas industriais específicas ou reduzidas a depósitos de matérias-

¹ Para uma visão mais aprofundada sobre este problema, o leitor pode consultar Charles S. Elton, *The Ecology of Invasions* (Nova York: John Wiley & Sons, 1953); Edward Hyams, *Soil and Civilization* (Londres: Thames and Hudson, 1952); Lewis Herber, *Our Synthetic Environment* (Nova York: Knopf, 1962); e Rachel Carson, *Silent Spring* – este último a ser lido menos como um ataque contra pesticidas e mais como um apelo pela diversificação ecológica.

primas. Outras são transformadas em centros de população urbana, amplamente ocupadas com comércio e negócios. Cidades e regiões (na verdade, países e continentes) são especificamente identificados com produtos especiais – Pittsburgh, Cleveland e Youngstown com aço, Nova York com finanças, Bolívia com estanho, Arábia com petróleo, Europa e América com bens industriais, e o restante do mundo com matérias-primas de um tipo ou outro. Os complexos ecossistemas que compõem as regiões de um continente são submersos pela organização de nações inteiras em entidades economicamente racionalizadas, cada qual uma estação de passagem em um vasto sistema de cinturões industriais, global em suas dimensões. É apenas uma questão de tempo até que as áreas mais atraentes do campo sucumbam ao misturador de concreto, assim como grande parte das áreas costeiras orientais dos Estados Unidos já sucumbiram a subdivisões e bangalôs. O que resta em termos de beleza natural será degradado por estacionamentos de trailers, favelas de lona, rodovias “cênicas”, motéis, barracas de comida e as manchas de óleo de lanchas.

A questão é que o homem está desfazendo o trabalho da evolução orgânica. Ao criar vastas aglomerações urbanas de concreto, metal e vidro, ao suprimir e minar os complexos e sutilmente organizados ecossistemas que constituem as diferenças locais no mundo natural – em suma, ao substituir um ambiente orgânico altamente complexo por um ambiente inorgânico simplificado – o homem está dismantelando a pirâmide biótica que sustentou a humanidade por incontáveis milênios. No curso de substituir as complexas relações ecológicas das quais dependem todos os seres vivos avançados por relações mais elementares, o homem está progressivamente restaurando a biosfera a um estágio que só será capaz de sustentar formas de vida mais simples. Se essa grande reversão do processo evolutivo continuar, não é de forma alguma fantasioso supor que as condições prévias para formas de vida superiores serão irreparavelmente destruídas e a Terra se tornará incapaz de sustentar o próprio homem.

A Ecologia deriva sua natureza crítica não apenas do fato de que, entre todas as ciências, é a única que apresenta essa mensagem impressionante à humanidade, mas

também porque apresenta essa mensagem em uma nova dimensão social. Do ponto de vista ecológico, a reversão da evolução orgânica é o resultado de contradições aterradoras entre cidade e campo, Estado e comunidade, indústria e agricultura, manufatura em massa e artesanato, centralismo e regionalismo, a escala burocrática e a escala humana.

A natureza reconstrutiva da Ecologia

Até recentemente, as tentativas de resolver as contradições criadas pela urbanização, centralização, crescimento burocrático e “estatificação” [*statification*] eram vistas como uma vã contracorrente em face do “progresso” – uma contracorrente que poderia ser descartada como quimérica, na melhor das hipóteses, e reacionária na pior. O anarquista era considerado um visionário abandonado, um pária social, cheio de nostalgia pela aldeia camponesa ou pela comuna medieval. Seus anseios por uma sociedade descentralizada e por uma comunidade humanista em harmonia com a natureza e as necessidades do indivíduo – o indivíduo espontâneo, liberto da autoridade – eram vistos como reações de um romântico, de um artesão decadente ou de um “desajustado” intelectual. Seu protesto contra a centralização e a estratificação parecia ainda menos persuasivo porque era apoiado principalmente por considerações éticas – por noções utópicas, aparentemente “irrealistas” sobre o que o homem poderia ser, e não sobre o que ele era. Contra esse protesto, os oponentes do pensamento anarquista – liberais, direitistas e “esquerdistas” autoritários – argumentavam que eram as vozes da realidade histórica, que suas noções estatistas e centralistas estavam enraizadas no mundo objetivo e prático.

O tempo não é muito gentil com o conflito de ideias. Qualquer que tenha sido a validade das visões libertárias e não libertárias há alguns anos, o desenvolvimento histórico tornou praticamente todas as objeções ao pensamento anarquista sem sentido hoje. A cidade e o Estado modernos, a enorme tecnologia de carvão e aço da Revolução Indus-

trial, os sistemas mais racionalizados de produção em massa e os sistemas de organização do trabalho na linha de montagem, a nação centralizada, o Estado e seu aparato burocrático – todos atingiram seus limites. Qualquer que tenha sido o papel progressista ou libertário que possam ter possuído, claramente se tornou totalmente regressivo e opressor. Eles são regressivos não apenas porque corroem o espírito humano e drenam a comunidade de toda a sua coesão, solidariedade e padrões ético-culturais; são regressivos de um ponto de vista objetivo, de um ponto de vista ecológico. Pois eles minam não apenas o espírito humano e a comunidade humana, mas também a viabilidade do planeta e de todos os seres vivos nele.

Não se pode enfatizar o suficiente que os conceitos anarquistas de uma comunidade equilibrada, de uma democracia face a face, de uma tecnologia humanística e de uma sociedade descentralizada – esses ricos conceitos libertários não são apenas desejáveis, mas necessários. Eles não pertencem apenas às grandes visões sobre o futuro da humanidade; agora constituem as condições prévias para a sobrevivência humana. O processo de desenvolvimento social os transportou de uma dimensão ética e subjetiva para uma dimensão prática e objetiva. O que antes era considerado impraticável e visionário tornou-se eminentemente prático. E o que antes era considerado prático e objetivo tornou-se eminentemente impraticável e irrelevante em termos do desenvolvimento humano em direção a uma existência mais plena e sem amarras. Se comunidade, democracia face a face, uma tecnologia humanística e libertadora, e descentralização forem concebidas apenas como reações ao estado de coisas vigente – um vigoroso não ao sim do que existe hoje –, uma defesa contundente agora pode ser realizada para viabilizar uma sociedade anarquista.

Essa rejeição ao estado de coisas vigente explica, creio eu, o crescimento explosivo do anarquismo intuitivo entre os jovens de hoje. Seu amor pela natureza é uma reação contra as qualidades altamente sintéticas do nosso ambiente urbano e seus produtos de baixa qualidade. Sua informalidade no vestir e nos costumes é uma reação contra a natureza formalizada e padronizada da vida institucionalizada moderna. Sua predisposição

para a ação direta é uma reação contra a burocratização e centralização da sociedade. Sua tendência de desistir, de evitar o trabalho árduo e a corrida desenfreada por sucesso, reflete uma raiva crescente em relação à rotina industrial sem sentido criada pela produção em massa moderna na fábrica, no escritório ou na universidade. Seu intenso individualismo é, de uma forma elementar, uma descentralização de fato da vida social – uma abdicação pessoal da sociedade de massa.

O mais significativo sobre a Ecologia é sua capacidade de transformar essa rejeição muitas vezes niilista do *status quo* em uma afirmação enfática da vida – na verdade, em um credo reconstrutivo para uma sociedade humanística. A essência da mensagem reconstrutiva da Ecologia pode ser resumida na palavra diversidade. Do ponto de vista ecológico, o equilíbrio e a harmonia na natureza, na sociedade e, por inferência, no comportamento, são alcançados não pela padronização mecânica, mas pelo seu oposto, a diferenciação orgânica. Essa mensagem pode ser compreendida claramente apenas examinando seu significado prático.

Consideremos o princípio ecológico da diversidade – o que Charles Elton chama de “conservação da variedade” – como se aplica à Biologia, especificamente à agricultura. Vários estudos – os modelos matemáticos de Lotka e Volterra, os experimentos de Gause com protozoários e ácaros em ambientes controlados e extensas pesquisas de campo – demonstram claramente que as flutuações nas populações de animais e plantas, variando de proporções leves a pestilentas, dependem muito do número de espécies em um ecossistema e do grau de variedade no ambiente. Quanto maior a variedade de presas e predadores, mais estável é a população; quanto mais diversificado o ambiente em termos de flora e fauna, menor a probabilidade de haver instabilidade ecológica. A estabilidade é uma função da complexidade, variedade e diversidade: se o ambiente for simplificado e a variedade de espécies animais e vegetais for reduzida, as flutuações nas populações tornam-se marcantes e tendem a sair do controle, atingindo proporções de pragas.

No caso do controle de pragas, muitos ecologistas agora concluem que podemos evitar o uso repetitivo de produtos químicos tóxicos, como inseticidas e herbicidas, per-

mitindo uma maior interação entre os seres vivos. Devemos dar mais espaço à espontaneidade natural, às forças biológicas diversas que compõem uma situação ecológica. “Entomologistas europeus agora falam em gerir toda a comunidade planta-inseto”, observa Robert L. Rudd. “É chamado de manipulação da biocenose. O ambiente biocenético é variado, complexo e dinâmico. Embora os números de indivíduos mudem constantemente, nenhuma espécie normalmente alcançará proporções de praga. As condições especiais que permitem altas populações de uma única espécie em um ecossistema complexo são eventos raros. A gestão da biocenose ou ecossistema deve se tornar nosso objetivo, desafiador como é.”²

A “manipulação” da biocenose de maneira significativa, no entanto, pressupõe uma descentralização profunda da agricultura. Sempre que possível, a agricultura industrial deve ceder lugar ao manejo do solo e à agricultura sustentável; o chão da fábrica deve ser substituído pelo jardim e pela horticultura. Não quero sugerir que devemos renunciar às conquistas adquiridas pela agricultura em larga escala e pela mecanização. O que defendo, contudo, é que a terra deve ser cultivada como se fosse um jardim; sua flora deve ser diversificada e cuidadosamente cuidada, equilibrada por uma fauna e árvores apropriadas para a região. A descentralização é importante, além disso, para o desenvolvimento do agricultor, bem como para o desenvolvimento da agricultura. O cultivo de alimentos, praticado de forma verdadeiramente ecológica, pressupõe que o agricultor esteja familiarizado com todas as características e sutilezas do terreno em que as culturas são cultivadas. Ele deve ter um conhecimento aprofundado da fisiografia da terra, de seus solos variados – terras de cultivo, floresta, pastagem –, de seu conteúdo mineral e orgânico e de seu microclima, além de estar engajado em um estudo contínuo dos efeitos produzidos por novas flora e fauna. O agricultor deve desenvolver sua sensibilidade para

² O uso da palavra “manipulação” por Rudd provavelmente cria a impressão errônea de que uma situação ecológica pode ser reduzida a termos mecânicos simples. Para evitar que essa impressão surja, gostaria de enfatizar que nosso conhecimento de uma situação ecológica e o uso prático desse conhecimento são questões de percepção e compreensão, e não de poder. Elton, creio eu, apresenta o caso da gestão de uma situação ecológica quando escreve: “O futuro do mundo precisa ser gerido, mas essa gestão não seria apenas como um jogo de xadrez – [mas] mais como pilotar um barco.”

as possibilidades e necessidades da terra, tornando-se uma parte orgânica da situação agrícola. Mal podemos esperar alcançar esse alto grau de sensibilidade e integração no agricultor sem reduzir a agricultura a uma escala humana, sem trazê-la para o âmbito do indivíduo. Para atender às exigências de uma abordagem ecológica ao cultivo de alimentos, a agricultura deve ser redimensionada de grandes fazendas industriais para unidades de tamanho moderado.

O mesmo raciocínio se aplica ao desenvolvimento racional de recursos energéticos. A Revolução Industrial aumentou a quantidade de energia disponível para a indústria, mas diminuiu a variedade de recursos energéticos utilizados pelo homem. Embora seja verdade que as sociedades pré-industriais dependiam principalmente da força animal e dos músculos humanos, padrões energéticos complexos se desenvolveram em muitas regiões da Europa, envolvendo uma integração sutil de recursos, como a energia eólica e hídrica, além de uma variedade de combustíveis (madeira, turfa, carvão, amidos vegetais e gorduras animais).

A Revolução Industrial sobrecarregou e, em grande parte, destruiu esses padrões regionais de energia, substituindo-os primeiro por um único sistema de energia (carvão) e depois por um sistema duplo (carvão e petróleo). Regiões desapareceram como modelos de padrões energéticos integrados – na verdade, o próprio conceito de integração por meio da diversidade foi obliterado. Como indiquei anteriormente, muitas regiões se tornaram predominantemente áreas de mineração, muitas vezes dedicadas à produção de poucas *commodities*. Não precisamos revisar o papel que essa ruptura do verdadeiro regionalismo desempenhou na produção de poluição do ar e da água, os danos infligidos a grandes áreas do campo e o esgotamento de nossos preciosos combustíveis de hidrocarbonetos.

Podemos, é claro, recorrer a combustíveis nucleares, mas é assustador pensar nos resíduos radioativos letais que exigiriam descarte se os reatores de energia fossem nossa principal fonte de energia. Eventualmente, um sistema energético baseado em materiais

radioativos levaria à contaminação generalizada do ambiente – a princípio de forma sutil, mas depois em uma escala massiva e palpavelmente destrutiva.

Ou poderíamos aplicar princípios ecológicos para resolver nossos problemas energéticos. Poderíamos tentar restabelecer os antigos padrões regionais de energia, utilizando um sistema combinado de energia fornecida por vento, água e energia solar. Seríamos auxiliados por dispositivos mais sofisticados do que qualquer um conhecido no passado. Já projetamos turbinas eólicas que poderiam fornecer eletricidade em várias áreas montanhosas para atender às necessidades de energia elétrica de uma comunidade de 50.000 pessoas. Aperfeiçoamos dispositivos de energia solar que geram temperaturas suficientemente altas em latitudes mais quentes para lidar com a maioria dos problemas metalúrgicos. Usados em conjunto com bombas de calor, muitos dispositivos solares poderiam fornecer até três quartos – senão toda – da energia necessária para manter confortavelmente uma pequena casa familiar. E, no momento em que escrevo, os franceses estão concluindo uma barragem de maré na foz do Rio Rance, na Bretanha, que deverá produzir mais de 500 milhões de quilowatts-hora de eletricidade por ano. Com o tempo, o projeto do Rio Rance atenderá à maioria das necessidades elétricas do norte da França.

Dispositivos solares, turbinas eólicas e recursos hidrelétricos, tomados isoladamente, não fornecem uma solução completa para nossos problemas energéticos e para a perturbação ecológica criada pelos combustíveis convencionais. No entanto, reunidos como um mosaico, como um padrão energético orgânico desenvolvido a partir das potencialidades de uma região, eles poderiam atender amplamente às necessidades de uma sociedade descentralizada. Em latitudes ensolaradas, poderíamos depender mais da energia solar do que de combustíveis fósseis. Em áreas caracterizadas por turbulência atmosférica, poderíamos confiar mais em dispositivos de vento, e em regiões costeiras adequadas ou áreas internas com uma boa rede de rios, a maior parte de nossa energia viria de instalações hidrelétricas. Em todos os casos, usaríamos um mosaico de combustíveis não fósseis, combustíveis fósseis e nucleares. O ponto que quero destacar é que, ao diversificarmos nossos recursos energéticos e organizá-los em um padrão ecológica-

mente equilibrado, poderíamos combinar energia eólica, solar e hidráulica em uma região para atender a todas as necessidades industriais e domésticas de uma comunidade, com um uso mínimo de combustíveis perigosos. E, eventualmente, poderíamos sofisticar todos os nossos dispositivos de energia não fóssil a um ponto em que todas as fontes prejudiciais de energia pudessem ser eliminadas.

Assim como na agricultura, a aplicação de princípios ecológicos aos recursos energéticos pressupõe uma descentralização profunda da sociedade e um conceito verdadeiramente regional de organização social. Manter uma grande cidade requer quantidades imensas de carvão e petróleo. Em contraste, a energia solar, eólica e das marés chega a nós principalmente em pequenos pacotes; exceto pelas impressionantes barragens de maré, os novos dispositivos raramente fornecem mais do que alguns milhares de quilowatt-hora de eletricidade. É difícil acreditar que algum dia seremos capazes de projetar coletores solares que nos forneçam blocos imensos de energia elétrica, como ocorre em uma grande usina a vapor; igualmente, é difícil imaginar uma matriz de turbinas eólicas que forneça eletricidade suficiente para iluminar a Ilha de Manhattan. Se casas e fábricas permanecerem altamente concentradas, dispositivos que utilizam fontes limpas de energia provavelmente continuarão a ser considerados meros brinquedos, mas se as comunidades urbanas forem reduzidas em tamanho e amplamente distribuídas pelo território, não há razão para que esses dispositivos não possam ser combinados para nos fornecer todas as comodidades de uma civilização industrializada. Para usar efetivamente a energia solar, eólica e das marés, a megalópole deve ser descentralizada. Um novo tipo de comunidade, cuidadosamente adaptada às características e aos recursos de uma região, deve substituir as extensas faixas urbanas que estão emergindo atualmente.

Um caso objetivo a favor da descentralização, sem dúvida, não se encerra com uma discussão sobre agricultura e os problemas criados pelos recursos energéticos combustíveis. A validade do argumento descentralista pode ser demonstrada para quase todos os problemas “logísticos” de nossa época. Permita-me citar um exemplo na área problemática do transporte. Muito já foi escrito sobre os efeitos nocivos dos veículos movidos a

gasolina – seu desperdício, seu papel na poluição do ar urbano, o ruído que contribuem para o ambiente das cidades, o enorme número de mortes que causam anualmente nas grandes cidades do mundo e nas rodovias. Em uma civilização altamente urbanizada, seria inútil substituir esses veículos nocivos por veículos elétricos, limpos, eficientes, virtualmente silenciosos e certamente mais seguros. Os melhores carros elétricos precisam ser recarregados a cada cento e poucos quilômetros – uma característica que limita sua utilidade para o transporte em grandes cidades. Em uma comunidade pequena e descentralizada, no entanto, seria viável utilizar esses veículos elétricos para o transporte urbano ou regional e estabelecer redes de monotrilho para o transporte de longa distância.

É bastante conhecido que os veículos movidos a gasolina contribuem enormemente para a poluição do ar nas áreas urbanas, e há um forte sentimento de que devemos modificar as características mais nocivas dos automóveis até que desapareçam. Nossa era, caracteristicamente, tenta resolver todas as suas irracionalidades com um “truque” – filtros para os gases tóxicos da gasolina, antibióticos para doenças, tranquilizantes para distúrbios psíquicos. Mas o problema da poluição do ar nas cidades é demasiado intratável para ser resolvido com truques, talvez mais intratável do que gostaríamos de acreditar. Basicamente, a poluição do ar é causada por altas densidades populacionais, pela concentração excessiva de pessoas em uma pequena área. Milhões de pessoas, densamente concentradas em uma grande cidade, necessariamente produzem uma séria poluição local do ar apenas por suas atividades diárias. Elas precisam queimar combustíveis por razões domésticas e industriais; precisam construir ou demolir edifícios (os detritos aéreos produzidos por essas atividades são uma fonte importante de poluição do ar urbano); precisam se desfazer de quantidades imensas de lixo; precisam viajar em estradas com pneus de borracha (as partículas produzidas pela erosão dos pneus e dos materiais das estradas contribuem significativamente para a poluição do ar). Quaisquer dispositivos de controle de poluição que adicionarmos a automóveis e usinas de energia, a melhoria que esses dispositivos produzirão na qualidade do ar urbano será mais do que anulada pelo crescimento futuro das megalópoles.

Há mais no anarquismo do que apenas comunidades descentralizadas. Se examinei essas possibilidades em detalhes, foi para demonstrar que uma sociedade anarquista, longe de ser um ideal remoto, tornou-se uma condição prévia para a prática dos princípios ecológicos. Para resumir a mensagem crítica da ecologia: se diminuirmos a variedade no mundo natural, degradamos sua unidade e totalidade. Destruímos as forças que promovem a harmonia e a estabilidade natural, para um equilíbrio duradouro, e o que é ainda mais significativo, introduzimos uma regressão absoluta no desenvolvimento do mundo natural que pode, eventualmente, tornar o ambiente impróprio para formas avançadas de vida. Para resumir a mensagem reconstrutiva da Ecologia: se desejamos promover a unidade e a estabilidade do mundo natural, se desejamos harmonizá-lo em níveis cada vez mais altos de desenvolvimento, devemos conservar e promover a variedade. Com certeza, a mera variedade por si só é uma meta vazia. Na natureza, a variedade emerge espontaneamente. As capacidades de uma nova espécie são testadas pelos rigores do clima, por sua habilidade em lidar com predadores e por sua capacidade de estabelecer e expandir seu nicho. Contudo, a espécie que consegue expandir seu nicho no ambiente também amplia a situação ecológica como um todo. Para tomar emprestada a frase de E. A. Gutkind, ela “expande o ambiente”, tanto para si mesma quanto para as espécies com as quais estabelece uma relação equilibrada.³

Como esses conceitos se aplicam à teoria social? Para muitos leitores, eu suponho que basta dizer que, na medida em que o homem faz parte da natureza, um ambiente natural em expansão amplia a base para o desenvolvimento social. Mas a resposta a essa pergunta, creio eu, vai muito mais além do que muitos ecologistas e libertários suspeitam. Novamente, permita-me voltar ao princípio ecológico de totalidade e equilíbrio como produto da diversidade. Mantendo esse princípio em mente, o primeiro passo para uma resposta é fornecido por uma passagem de *The Philosophy of Anarchism*, de Herbert Read. Ao apresentar sua “medida de progresso”, Read observa: “O progresso é medido

³ Não desejo atribuir a Gutkind as ideias que apresentei acima, mas acredito que o leitor se beneficiaria enormemente ao ler a discussão magistral de Gutkind sobre comunidades, *The Expanding Environment* (Freedom Press).

pelo grau de diferenciação dentro de uma sociedade. Se o indivíduo for uma unidade em uma massa corporativa, sua vida será limitada, monótona e mecânica. Se o indivíduo for uma unidade por conta própria, com espaço e potencialidade para ações separadas, ele pode estar mais sujeito ao acidente ou à sorte, mas ao menos pode expandir-se e expressar-se. Ele pode se desenvolver – desenvolver no único sentido real da palavra – em consciência de força, vitalidade e alegria”.

O pensamento de Read, infelizmente, não está completamente desenvolvido, mas fornece um ponto de partida interessante. O que nos chama a atenção, a princípio, é que tanto o ecologista quanto o anarquista colocam uma forte ênfase na espontaneidade. O ecologista, na medida em que é mais do que um técnico, tende a rejeitar a noção de “poder sobre a natureza”. Ele fala, ao invés disso, de “navegar” por uma situação ecológica, de gerenciar em vez de recriar um ecossistema. O anarquista, por sua vez, fala em termos de espontaneidade social, de liberar as potencialidades da sociedade e da humanidade, de dar livre e irrestrito espaço à criatividade das pessoas. Cada um, à sua maneira, vê a autoridade como inibidora, como um peso que limita o potencial criativo de uma situação natural e social. Seu objetivo não é governar um domínio, mas liberá-lo. Eles consideram a percepção, a razão e o conhecimento como meios de realizar as potencialidades de uma situação, facilitando o desenrolar da lógica de uma situação, e não substituindo suas potencialidades por noções preconcebidas ou distorcendo seu desenvolvimento em dogmas.

Retornando agora às palavras de Read, o que nos impressiona em seguida é que, assim como o ecologista, o anarquista vê a diferenciação como uma medida de progresso. O ecologista usa o termo *pirâmide biótica* ao falar de avanços biológicos; o anarquista, a palavra *individação* para denotar avanços sociais. Se formos além de Read, observaremos que, tanto para o ecologista quanto para o anarquista, uma unidade cada vez maior é alcançada por meio de uma crescente diferenciação. Um todo em expansão é criado pela diversificação e enriquecimento das partes.

Assim como o ecologista busca ampliar o alcance de um ecossistema e promover uma interação livre entre as espécies, o anarquista busca ampliar o alcance da experiência social e remover todas as amarras ao seu desenvolvimento. O anarquismo não é apenas uma sociedade sem Estado, mas também uma sociedade harmonizada que expõe o homem aos estímulos proporcionados tanto pela vida agrária quanto pela vida urbana, à atividade física e à atividade mental, à sensualidade não reprimida e à espiritualidade autoguiada, à solidariedade comunitária e ao desenvolvimento individual, à singularidade regional e à fraternidade mundial, à espontaneidade e à autodisciplina, à eliminação do trabalho pesado e à promoção do artesanato. Em nossa sociedade esquizoide, esses objetivos são considerados dualidades mutuamente exclusivas, fortemente opostas. Elas aparecem como dualidades por causa da própria logística da sociedade contemporânea – a separação entre campo e cidade, a especialização do trabalho, a atomização do ser humano – e seria absurdo acreditar que essas dualidades poderiam ser resolvidas sem uma ideia geral da estrutura física de uma sociedade anarquista. Podemos ter uma ideia de como seria essa sociedade ao ler *News from Nowhere*, de William Morris, e os escritos de Piotr Kropotkin. Mas esses são apenas vislumbres. Eles não levam em consideração o desenvolvimento da tecnologia pós-Segunda Guerra Mundial e as contribuições feitas pelo desenvolvimento da Ecologia. Este não é o lugar para embarcar em uma escrita “utópica”, mas certas diretrizes podem ser apresentadas mesmo em uma discussão geral. E ao apresentar essas diretrizes, estou ansioso para enfatizar não apenas os pressupostos ecológicos mais óbvios que as sustentam, mas também os humanistas.

Uma sociedade anarquista deve ser uma sociedade descentralizada, não apenas para estabelecer uma base duradoura para a harmonização entre o homem e a natureza, mas também para adicionar novas dimensões à harmonização entre os seres humanos. Muitas vezes nos lembram que os antigos gregos ficariam horrorizados com uma cidade cujo tamanho e população impedissem uma relação face a face, frequentemente familiar, entre os cidadãos. Hoje, é evidente a necessidade de reduzir as dimensões da comunidade humana – em parte para resolver nossos problemas de poluição e transporte, e

também para criar comunidades reais. Em certo sentido, devemos humanizar a humanidade. Dispositivos eletrônicos, como telefones, telégrafos, rádios, televisores e computadores, devem ser usados o mínimo possível para mediar as relações entre as pessoas. Ao tomar decisões coletivas – e a *ecclesia* ateniense antiga foi, de certa forma, um modelo para a tomada de decisões sociais durante o período clássico – todos os membros da comunidade devem ter a oportunidade de avaliar plenamente qualquer um que se dirija à assembleia. Eles devem estar em uma posição de absorver suas atitudes, estudar suas expressões e avaliar seus motivos, bem como suas ideias, em um encontro pessoal direto, através de um debate completo e discussão face a face.

Nossas pequenas comunidades devem ser economicamente equilibradas e bem estruturadas, em parte para que possam utilizar plenamente os recursos locais de matéria-prima e energia, e também para ampliar os estímulos agrícolas e industriais aos quais os indivíduos são expostos. O membro de uma comunidade que tem uma predileção por engenharia, por exemplo, deve ser incentivado a sujar as mãos na terra; o pensador deve ser estimulado a usar sua musculatura; o agricultor “inato” deve se familiarizar com o funcionamento de uma laminadora de aço. Separar o engenheiro do solo, o pensador da pá e o agricultor da planta industrial pode promover um grau de superespecialização vocacional que leva a um perigoso nível de controle social por especialistas. Igualmente importante, essa especialização profissional e vocacional impediria a sociedade de alcançar um objetivo essencial: a humanização da natureza pelo técnico e a naturalização da sociedade pelo biólogo. A interação desses papéis, ao contrário da separação, permitiria uma sociedade mais integrada e equilibrada, em que as diferentes esferas de conhecimento e prática se enriqueceriam mutuamente.

Proponho que uma comunidade anarquista se aproximaria de um ecossistema claramente definido – seria diversificada, equilibrada e harmoniosa. É discutível se tal ecossistema assumiria a configuração de uma entidade urbana com um centro distinto, como encontramos na pólis grega ou na comuna medieval, ou se, como propõe Gutkind, a sociedade consistiria em comunidades amplamente dispersas, sem um centro definido. Em

qualquer dos casos, a escala ecológica para essas comunidades seria o menor bioma capaz de sustentar uma população de tamanho moderado.

Uma comunidade relativamente autossuficiente, visivelmente dependente de seu ambiente para os meios de subsistência, ganharia um novo respeito pelas inter-relações orgânicas que a sustentam. A longo prazo, a tentativa de se aproximar da autossuficiência provaria ser, creio eu, mais eficiente do que o sistema prevalente de divisão nacional do trabalho. Embora certamente houvesse muitas duplicações de pequenas instalações industriais de comunidade para comunidade, a familiaridade de cada grupo com seu ambiente local e suas raízes ecológicas resultaria em um uso mais inteligente e mais afetuoso de seu ambiente. Afirmo que, longe de produzir provincialismo, a autossuficiência relativa criaria uma matriz para o desenvolvimento individual e comunitário – uma unidade com o entorno que vitalizaria a comunidade.

A rotação de responsabilidades cívicas, vocacionais e profissionais estimularia todos os sentidos no ser do indivíduo, ampliando novas dimensões no autodesenvolvimento. Em uma sociedade completa, poderíamos novamente ter esperança de criar homens completos; em uma sociedade integrada, homens integrados. No mundo ocidental, os atenienses, com todas as suas limitações, foram os primeiros a nos dar uma noção dessa completude. “A pólis foi feita para o amador”, nos diz Kitto. “Seu ideal era que todo cidadão (mais ou menos, conforme a pólis fosse democrática ou oligárquica) desempenhasse seu papel em todas as suas muitas atividades – um ideal que descende claramente da generosa concepção homérica de *arête* como uma excelência multifacetada e uma atividade abrangente. Isso implica um respeito pela totalidade ou unidade da vida e, conseqüentemente, uma aversão à especialização. Implica um desprezo pela eficiência – ou, melhor dizendo, um ideal muito mais elevado de eficiência; uma eficiência que existe não em um único departamento da vida, mas na vida como um todo”⁴. Uma sociedade anarquista, embora certamente aspirasse a mais, dificilmente poderia esperar alcançar menos do que esse estado de espírito.

⁴ H.D.F. Kitto, *The Greeks* (Chicago: Aldine, 1964), p. 161.

Se a integração dos princípios ecológicos e anarquistas for alcançada na prática, a vida social produziria um desenvolvimento sensível da diversidade humana e natural, formando uma unidade equilibrada e harmoniosa. Desde a comunidade, passando pela região, até continentes inteiros, veríamos uma diferenciação colorida de grupos humanos e ecossistemas, cada um desenvolvendo suas potencialidades únicas e expondo os membros da comunidade a um amplo espectro de estímulos econômicos, culturais e comportamentais. Em nosso campo de visão estariam formas comunais variadas e empolgantes – aqui marcadas por adaptações arquitetônicas e industriais a biomas semiáridos, ali a pastagens, e em outros lugares, a áreas florestadas. Testemunharíamos uma dinâmica interação entre indivíduo e grupo, comunidade e ambiente, humanidade e natureza. Livres de rotinas opressivas, de repressões e inseguranças paralisantes, dos fardos do trabalho forçado e das necessidades artificiais, das amarras da autoridade e das compulsões irracionais, os indivíduos estariam finalmente em posição, pela primeira vez na história, de realizar plenamente suas potencialidades como membros da comunidade humana e do mundo natural.

Nova Iorque, fevereiro de 1965.

Direto da Luta

Sérgio “Papagaio”: Um garimpeiro tradicional contra o mar de lama

Depoimento colhido por

Ingrid Vitória de Souza Oliveira
Thiago Roniere Rebouças Tavares

378



Foto 1 – Sérgio “Papagaio”: um garimpeiro tradicional morador do município de Barra Longa/MG, localizado a 60 quilômetros de Mariana, onde ocorreu o rompimento da Barragem de minérios das empresas Samarco/Vale/BHP (também conhecida como Barragem de Fundão), no dia 5 de novembro de 2015. Prestes a completar uma década da tragédia, Papagaio, como prefere ser chamado, permanece na luta pela reparação das perdas ocorridas em sua cidade. (Fotografia: Ingrid Vitória de Souza Oliveira, 16/06/2024.)

“Direto da Luta” é uma seção de **AMBIENTES** criada para ajudar a “dar voz” a pessoas envolvidas com lutas populares e iniciativas coletivas em prol da justiça ambiental e, mais amplamente, da defesa de valores e práticas socioecologicamente emancipatórios. São depoimentos breves, que contam um pouco da trajetória, do trabalho realizado e das perspectivas de atuação da pessoa e de seu movimento/organização.

Os que não tiveram morte física, tiveram morte psicológica. Eu acredito que a pior de todas as mortes é essa que a gente carrega no peito enquanto vive.

Toda a nossa região começou com a mineração de ouro. Esse povo tinha as suas especificações, suas formas de vida, plantadas em um distrito rural. E de repente há o rompimento da barragem,¹ as pessoas morrem. Pela legislação brasileira era preciso que tivesse uma sirene, que essa sirene tocasse. A barragem estava a 40 minutos de Bento Rodrigues, e 40 minutos dá um bom tempo de fuga. E a sirene não tocou. Por isso o nosso jornal se chama *A Sirene*². Qual sirene? A que não tocou no dia do rompimento.

Nossa primeira reportagem do jornal foi “Quem foi a sua sirene?”. Nós fizemos isso com o pessoal de Bento, cada um responde uma coisa. O que mais me tocou foi um senhor de 70 anos que disse que a sirene dele foi deus. Quando ele olhou e viu a lama, ele pegou a irmã dele que estava acamada, pegou no colo e saiu correndo com ela nos braços. Eu não aguento correr morro acima, você imagina um homem de 70 anos correndo com a irmã no braço. Isso é coisa de gente de roça, coisa de lavrador, gente que trabalha pesado e que tá ali o tempo todo fazendo exercício. E esse exercício o salvou.

Toda essa forma de vida desse pessoal foi modificada, e foi modificada

¹ A barragem localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do município de Mariana (MG), rompeu no dia 5 de novembro de 2015. Também conhecida como barragem de “Fundão”, estava sob direção da Samarco Mineração S.A., uma *joint venture* controlada pelas empresas Vale S.A. e BHP Billiton. A destruição causada pelo rompimento da barragem alcançou 41 cidades entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que tiveram rios, terrenos, animais,

entre outros, impactados por mais de 50 milhões de m³ de rejeitos advindos do processo minerário. (Nota dos entrevistadores.)

² O Jornal *A SIRENE* surgiu após o rompimento da barragem de Fundão. Possui como missão denunciar e reforçar a luta dos afetados pela tragédia. Sérgio “Papagaio” é um dos editores-chefes do jornal. Para mais, acessar: @jornalasirene (Nota dos entrevistadores.)

abruptamente. Quando nós voltamos no rio, o rio estava muito diferente, e não foi aquela mudança natural das águas que passam. Aqui ele subiu 8 metros acima do nível, pegou toda a parte baixa da cidade. Isso aqui ficou com lama pra mais de dois metros, depois que a água abaixou. Isso aconteceu em toda a extensão do rio, até o Rio Doce. Lá o Rio Piranga encontra com o Rio Carmo e formam o doce, nenhum é afluente de nenhum. Juntaram os dois rios e deram o nome de Doce, porque um dia Dom Pedro primeiro passou por lá e bebeu a água. Estava vindo de regiões onde a água era salobra, e disse “a água é doce”. Do Rio Doce para baixo, o rio não saiu da calha, mas para cima ele saiu e saiu muito.

Paracatu era um povoado lindo, eu costumava dizer que lá era redondinho. Eu sou funcionário público da prefeitura de Barra Longa. Na época, antes do rompimento, eu me aventurava aos finais de semana como vendedor ambulante... porque salário de prefeitura não dá nem para morrer. Se você tentar morrer com salário de prefeitura você não consegue, você morre devendo. Eu trabalhava

como ambulante e eu vendia alimento. O carro-chefe meu a era a carne, que eu também sou açougueiro. Numa cidade igual Barra Longa você tem que ter cinco profissões para suprir as suas 25 necessidades.

Eu tinha uma convivência muito grande com o povo de Paracatu, de almoçar na casa, tomar café, vender fiado... A gente anotava o nome no caderninho. Passava no outro mês, recebia e vendia de novo. você vai construindo com isso uma relação de amizade, e foi isso que eu construí.



Foto 2 – Escola de ensino fundamental em Paracatu de Baixo, distrito localizado a 35 quilômetros de Mariana/MG. Passados nove anos do rompimento da barragem, a lama de rejeitos que atingiu as casas, os pastos, a igreja, a escola, entre outros espaços produtivos e de convivência da comunidade rural, permanecem inalterados, com a lama e suas marcas, esculpindo as ruínas que a destruição causou. (Fotografia: Ingrid Vitória de Souza Oliveira, 16/06/2024).

A gente não sabia a proporção da coisa. Eu lembro que o rio começou a sujar, a fazer um barulho. Falaram que tinha um cheiro insuportável. Eu não senti esse cheiro. Eu fiquei tão...eu não sei falar, eu acho que eu fiquei meio louco, quando eu vi a proporção da coisa. E a lama foi chegando, nós fomos afastando. Eu peguei a chave da escolinha, como eu tinha a chave eu abri, tirei toda a documentação e botei no meu carro. E a lama entrou ali e destruiu a escolinha toda. Por sorte eu consegui salvar a documentação, para abrir a escolinha de novo foi mais fácil. As coisas foram acontecendo naquele momento de uma forma que é difícil até de contar... como que a gente ia imaginar que existia algo dessa proporção na cabeceira desse rio? A gente não tem a menor relação com a mineração. A gente sabia que existia uma Samarco, uma Vale..., mas a gente não sabia a proporção.

E o governo estadual e o federal são corresponsáveis pelo rompimento da barragem, porque os órgãos reguladores, os órgãos fiscalizadores não fizeram o papel adequado no que diz res-

peito a fiscalização da barragem, porque senão ela não teria rompido.



Foto 3 – Casas em Paracatu de Baixo. (Fotografia: Thiago Roniere Rebouças Tavares, 28/07/2023).

São 788 barragens que existem no estado de Minas Gerais. Todas correm risco de romper, porque todas foram feitas da mesma forma, mais ou menos na mesma data. Existe um período de saturação, uma validade, e eu acredito que as barragens já estão saturadas. Assim como rompeu Fundão, rompeu Brumadinho. Só que antes já tinham rompido sete barragens no estado. A barragem de Herculano, que rompeu em 2013, matou cinco pessoas. A barragem da Alegria também rompeu, matou três pessoas, e

na época um dos tratoristas que morreu foi culpado da própria morte, porque ele não era para estar lá. Culpado da própria morte! Quase que prenderam o defunto.

Nós fizemos uma reportagem com o Mauro, de Bento Rodrigues, que chama “Eu, a Samarco e o fim da alegria”. Mauro morava com o pai na alegria, perto dessa barragem. A barragem rompeu e destruiu a casa deles. Eles compraram uma casa em Bento Rodrigues. Outra barragem da mesma empresa rompeu e destruiu a casa deles.

Bento Rodrigues era uma comunidade muito interessante, ela tinha uma forma de cultura muito específica, com banda de música, eles tinham banda de congo, faziam doce, faziam geleia de pimenta biquinho...tinha muita coisa que era deles. Tudo isso se perdeu, veio tudo se perdendo ao longo da bacia.

E a barragem de Fundão estava localizada na cidade de Mariana, na cabeceira do Rio Gualacho. Depois do rompimento, ela desceu pelo córrego Santa-rém, atingiu o rio Gualacho, depois chegou no rio Carmo. Do Carmo foi para o doce, e atingiu toda a bacia hidrográfica

do Rio doce. E a barragem de Fundão ela é um crome, que nos pegou todos de surpresa, trazendo para nossa cidade uma tristeza muito grande, e para todo o Vale do Rio Doce... eu costumo dizer que a vertente dessa barragem ela está aberta, vertendo crimes todos os dias. Dentre os crimes o que mais me choca é essa morte, que a barragem de Fundão trouxe para viver entre nós. E depois do rompimento da barragem de Fundão, a morte tem sido um parente, uma pessoa que vive cotidianamente coma gente.

E, também, a barragem de Fundão trouxe a fome para viver entre as pessoas e a fome é servida justamente na hora do almoço como prato principal das refeições de muitas famílias que perderam sua renda, perderam suas formas de vida, e que estão lutando desesperadamente para sobreviver contra esse monstro invisível que se materializa todos os dias de formas diferentes, mas de forma que atinge, que dói, que machuca, e que causa uma dor que parece que não vai ter fim.

Todos os dias a gente luta contra esse monstro, e a barragem de Fundão, o

monstro em questão, ele dorme todas as noites, para acordar no outro dia para nos atingir de outras formas diferente das que vem nos atingindo há mais de 8 anos.

Eu sou hoje, dentre outras coisas, coordenador do grupo dos garimpeiros tradicionais do alto do Rio Doce, e quando se fala em garimpeiro as pessoas tendem a torcem o nariz. Porque quando se liga a televisão, você vê que “garimpeiros invadiram terra indígena Yanomami”, “fizeram isso e aquilo”. Garimpeiros não! Aquele povo que invadiu as terras Yanomami são assassinos, são empresários, que moram na Avenida Paulista, no Leblon, na Afonso Pena em Belo Horizonte... e que comandam um grupo de pobres coitados, muitos deles de origem Yanomami, que trabalham em situação análoga à escravidão. Ou trabalham como escravos mesmo, que eu não gosto dessa palavra, “análogo”, porque ela veio para suavizar o que se chama de escravidão e que não foi abolida até hoje no

Brasil. Porque se é escravo quando chega no final do mês e não consegue pagar sua conta de luz. Se é escravo quando falta comida e remédio dentro de casa, quando você não consegue pagar a faculdade do seu filho. Isso é ser escravo.



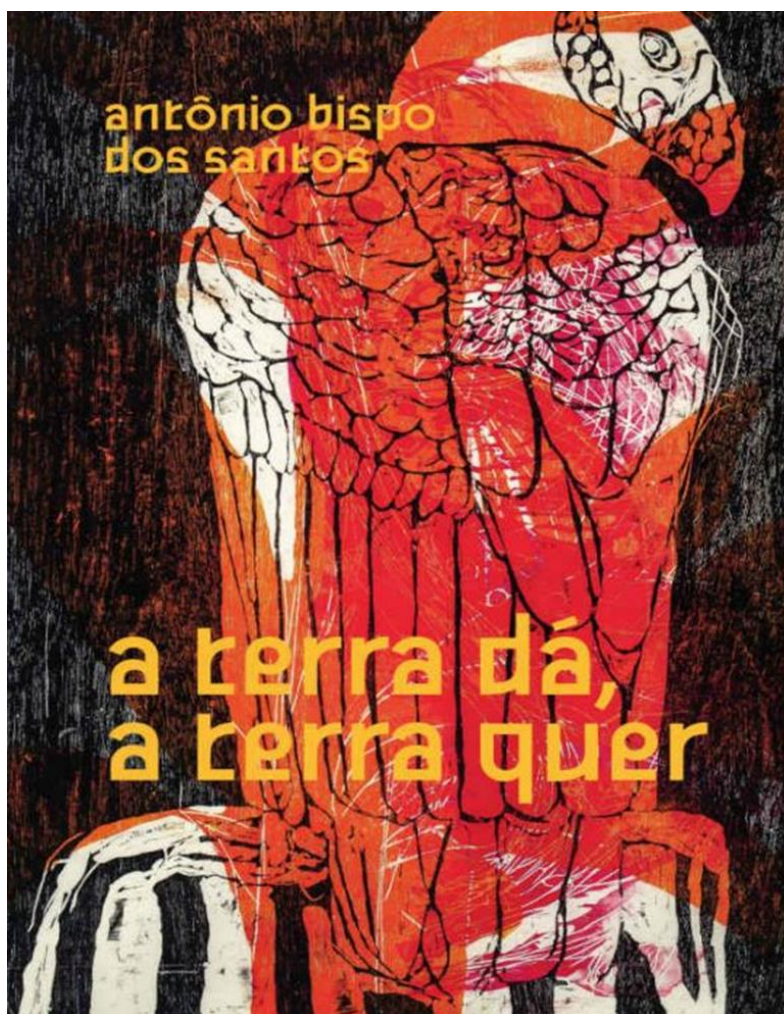
Foto 4 – Faixa em uma das casas atingidas pelo rompimento da barragem em Barra Longa/MG, que se encontra interditada pela ameaça de desmoronamento. Aparece na faixa uma denúncia que diz respeito aos sete anos de espera pela reparação pelos efeitos da tragédia. (Fotografia: Thiago Roniere Rebouças Tavares, 29/07/2023.)

Resenha

Antônio Bispo dos Santos: O plantio das palavras

Andrea Varella Teixeira

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.



385

Mandacaru, xiquexique
Coroa-de-frade e quipá
Macambira, unha-de-gato
Jurema e caroá
A beleza dos espinhos
Ornamentam os caminhos
Onde eu gosto de andar
(Santos, 2023)

Antônio Bispo dos Santos, ou Nego Bispo, foi um pensador quilombola, ativista, escritor e poeta. Nasceu em 1959, em São João do Piauí (PI), e morreu em 2023. Foi o primeiro da família a ser alfabetizado, completando apenas o ensino fundamental. Escreveu e publicou artigos, poemas e livros, como *Colonização, Quilombos: modos e significações*, em 2015 e *A terra dá, a terra quer*, em 2023.

Neste último livro de Nego Bispo, belas xilogravuras de aves da Caatinga separam os capítulos. As xilogravuras são de Santídio Pereira, artista do interior do Piauí. E o texto da orelha foi escrito por Malcom Ferdinand. Ele é o autor do livro *Ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho*, que, assim como Nego Bispo discute a interação entre o colonialismo e as problemáticas ambientais.

O livro *A terra dá, a terra quer* é um ensaio literário que apresenta críticas contundentes ao modo de vida capitalista urbano, ao qual a maioria de nós está habituada, contrastando-o com a sabedoria ancestral quilombola, profundamente enraizada na conexão com a natureza.

Nego Bispo desenvolveu o conceito de “contracolonização”, que questiona o modelo atual de desenvolvimento sustentável. Baseado em suas experiências nos quilombos, ele propõe

uma nova relação, mais harmônica e ética, entre os seres humanos e entre os humanos e a natureza.

A crise ambiental não é apenas uma expressão de problemas oriundos da natureza, mas sim o resultado de dinâmicas sociais e políticas que afetam a natureza (Loureiro; Layrargues, 2013). Os movimentos sociais têm reconhecido o aspecto ambiental como estratégico nas lutas democráticas, considerando que a disputa pelos recursos naturais é inerente ao sistema de propriedade privada capitalista. Em *A terra dá, a terra quer*, essa tensão social e a disputa pelos recursos naturais são vividamente exploradas.

Para melhor ilustrar o livro de Nego Bispo, selecionei citações e pensamentos do autor conforme a sequência dos capítulos.

[...] seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las (Santos, 2023, p.3).

No primeiro capítulo, Nego Bispo reflete sobre o peso das palavras que frequentemente usamos, importadas, carregadas de significados ocultos e negativos. Ele destaca que as populações mais marginalizadas, como os moradores de favelas, desenvolvem uma linguagem própria e repleta de gírias como uma forma de resistência ao sistema.

Nego Bispo propõe, assim, promover palavras com uma perspectiva “contracolonialista”. Por exemplo, substituir o termo “desenvolvimento” por “envolvimento” e “compartilhamento” por “confluência”, pois o prefixo “des” su-

gere negação ou separação, enquanto “partilha” traz a ideia de divisão e perda.

Por que os povos da cidade não se relacionam com a natureza? Porque têm medo. Porque são cosmo-fóbicos. [...] Só precisa armazenar quem não confia, quem tem medo da natureza não fornecer, medo da natureza castigar (Santos, 2023, p. 14).

No segundo capítulo, o autor introduz o conceito de “cosmofobia”, definido como um medo de quem vive na cidade, de quem foi expulso do Éden (da natureza). Por causa dessa desconexão com a natureza, quem vive na cidade é desconfiado, sente necessidade de acumular e extrair mais do que precisa, o que gera desigualdade, desperdício e lixo. O desenvolvimento para ele seria um tipo de desconexão, ou seja, um modo de extrair do cosmos, de transformar o orgânico em sintético e de quebrar a originalidade das coisas.

O autor também aborda as diversas percepções acerca dos resíduos. No campo, o que apodrece pode ser jogado no chão ou no quintal de casa porque é orgânico (natural). O que não apodrece é guardado porque pode vir a ser reaproveitado um dia. Nas cidades, tudo é jogado fora misturado, o sintético e o orgânico. O modo de vida é pautado no consumismo, na obsolescência planejada e nos descartáveis.

Como governar quem não se conhece? Dentro do reino animal, só existe política na espécie humana. Nas outras espécies existe a autogestão. Não existe um grupo de cabras que quer governar todos os rebanhos. Cada grupo de ca-

bras forma seu rebanho (Santos, 2023, p. 29).

No terceiro capítulo, o autor explica que os quilombos são uma confluência de saberes da África e dos povos indígenas, em regime de autogestão. Eles não têm política, têm modos de vida. Para Nego Bispo, a política é um instrumento colonialista, pois um pequeno grupo que se percebe iluminado quer decidir a vida de milhões de pessoas.

Ele também pondera sobre “o mundo do trabalho”, que está sendo substituído pelo “mundo do saber” e pelo “mundo do viver”. Ou seja, o foco da discussão está migrando da “fábrica” para o “território” e ele percebe que as pessoas já estão começando a falar em autogestão.

O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo (Santos, 2023, p. 36).

No quarto capítulo, Nego Bispo analisa a persistência do colonialismo em nossas vidas, destacando como exemplo o programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”. Ele observa que o programa chegou às favelas removendo lajes das casas e às comunidades quilombolas construindo residências sem quintais, sem considerar o modo de vida das pessoas e o que elas valorizam. Para Nego Bispo, o Estado é essencialmente colonialista. Não existe governo bom, seja de direita ou de esquerda. Ser colonialista é como ser um adestrador de bois. É preciso “contracolonizar” a estrutura organizativa.

As pessoas falam de racismo, mas discutem o racismo apenas dentro da espécie humana. [...] Quando você oferece um peixe de água doce, pescado artesanalmente, as pessoas não querem. Só querem tambaqui ou tilápia, peixes que foram sintetizados (Santos, 2023, p. 52).

No quinto capítulo, o autor faz uma homenagem à Caatinga, onde todas as plantas são alimentícias, medicinais, forrageiras e necessárias. Ele reflete que os governantes “eurocristãos”, guiados por seus interesses políticos, tendem a destacar a pobreza enquanto ocultam a riqueza e o potencial da Caatinga. No Piauí, há o Festival da Uva, mas não há o Festival do Umbu. Por que comer pão de trigo, se a caatinga dá milho? Por que a manga tem que ser a Thompson, que vem de avião? É o colonialismo de submissão.

Nosso povo também dizia que a terra dá e a terra quer. Quando dizemos isso, não estamos falando da terra em si, mas da terra e de todos os seus compartilhantes (Santos, 2023, p. 59).

No sexto e último capítulo, ele discorre sobre os métodos de cultivo utilizados por seus antepassados. Não utilizavam venenos, pois semeavam várias espécies no mesmo lugar. Alguns animais se alimentavam de umas espécies e deixavam outras. O que sobrava era para os humanos. O plantio costumava seguir um

padrão triangular em vez de linear, o que permitia que a água da chuva não fluísse com força em linha reta, mas fosse distribuída. O povo quilombola possui o entendimento de que tudo o que nasce da natureza deve ser distribuído para todos, humanos e animais.

Nego Bispo conclui o livro expressando o desejo de que sua mensagem seja transmitida à sua neta, para que ela possa resistir ao colonialismo, pois ela representa uma nova geração e um novo começo.

A linguagem de Nego Bispo é predominantemente combativa, apesar das mensagens de harmonia e convivência. Este tom permeia quase todas as partes do livro, como evidenciado na declaração: “Não precisamos destruir os colonialistas, desde que não venham roubar o nosso sol ou o nosso vento”. Embora compreensível, dado o histórico de injustiças contra o povo quilombola, acredito que a abordagem separatista (do tipo “nós contra eles”) diminui o alcance do chamado à reflexão e à mudança de paradigmas.

Apesar do tom bélico, a leitura de *A terra dá, a terra quer* é uma experiência agradável e poética. Nego Bispo domina as palavras e brinca com elas, transmitindo seus pensamentos de forma objetiva e fluida, sem cansar o leitor. Contudo, ao chegar ao final, é inevitável sentir uma pontada de tristeza, pois este foi seu último livro, publicado no ano de seu falecimento em 2023.

Referências

- FERDINAND, Malcom. **Uma Ecologia decolonial**: Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia Política, justiça e educação ambiental crítica: Perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, nº 1, pp. 53-71, 2013.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombo**: Modos e significações. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

Andrea Varella Teixeira é graduada em Medicina Veterinária pela Universidade de São Paulo (USP), possuindo aperfeiçoamento em “Desenvolvimento e Políticas Públicas” pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Atua como Analista Ambiental no Ministério do Meio Ambiente. **E-mail:** andreavteixeira@yahoo.com.br